

BRASILEANA

5.ª SÉRIE DA

BIBLIOTECA PEDAGÓGICA BRASILEIRA
SOB A DIREÇÃO DE FERNANDO DE AZEVEDO

VOLUMES PUBLICADOS

ANTROPOLOGIA E DEMOGRAFIA

- 4 — Oliveira Vianna: Raça e Assimilação — 3.ª edição (aumentada).
8 — Oliveira Vianna: Populações Meridionais do Brasil — 4.ª edição.
9 — Nina Rodrigues: Os Africanos no Brasil — (Revisão e prefácio de Homero Pires). Profusamente ilustrado — 2.ª edição.
22 — E. Roquete-Pinto; Ensaio de Antropologia Brasileira.
27 — Alfredo Ellis Júnior: Populações Paulistas.
59 — Alfredo Ellis Júnior: Os Primeiros Troncos Paulistas e o Cruzamento Euro-Americano.

ARQUEOLOGIA E PREHISTÓRIA

- 34 — Anglone Costa: Introdução à Arqueologia Brasileira — Ed. ilustrada.
137 — Aníbal Matos: Prehistória Brasileira — Vários Estudos — Ed. il.
148 — Aníbal Matos: Peter Wilhem Lund no Brasil — Problemas de Paleontologia Brasileira. Ed. ilustrada.

BIOGRAFIA

- 2 — Pandiá Calogeras: O Marquês de Barbacena — 2.ª edição.
11 — Luis da Câmara Cascudo: O Conde d'Eu — Vol. Ilustrado.
107 — Luis Câmara Cascudo: O Marquês de Olinda e seu tempo (1793-1870) — Edição ilustrada.
18 — Visconde de Taunay: Pedro II, 2.ª edição.
20 — Alberto de Faria: Mauá (com tres ilustrações fóra do texto).
54 — Antônio Contijo de Carvalho — Calógeras.
65 — Lúcia Miguel Pereira: Machado de Assis — (Estudo Crítico-Biográfico) — Edição ilustrada.
79 — Craveiro Costa: O Visconde de Sinimbu — Sua vida e sua atuação na política nacional — 1840-1889.
81 — Lemos Brito: A Gloriosa Sotaina do Primeiro Império — Frei Caneca — Edição ilustrada.
85 — Wanderley Pinho: Cotegipe e seu Tempo — Ed. ilustrada.
88 — Hélio Lobo: Um Varão da República; Fernando Lobo.

- 114 — Carlos Sússekind de Mendonça: Sívio Romero — Sua Formação Intelectual — 1851-1880 — Com uma introdução bibliográfica — Ed. Ilustr.
119 — Sud Mennucci: O Precursor do Abolicionismo — Luiz Gama — Ed. Ilustrada.
120 — Pedro Calmon: O Rei Filósofo — Vida de D. Pedro II — 2.ª Edição Ilustrada.
133 — Heitor Lira: História de Dom Pedro II — 1825-1891. Vol. 1.º: "Ascensão" — 1825-1870 — Ed. il.
135 — Alberto Pizarro Jacobina: Dias Carneiro (O Conservador) — Ed. il.
136 — Carlos Pontes: Tavares Bastos (Aureliano Cândido) 1839-1875.
140 — Termes Lima: Tobias Barreto — A Época e o Homem — Ed. Ilustr.
143 — Bruno de Almeida Magalhães: O Visconde de Abaeté — Ed. Ilustr.
144 — V. Corrêa Filho: Alexandre Rodrigues Ferreira — Vida e Obra do Grande Naturalista Brasileiro — Ed. Ilustrada.
153 — Mário Matos: Machado de Assis, (O Homem e a Obra. Os personagens explicam o autor). Ed. Ilustr.
157 — Otávio Tarquino de Souza: Evaristo da Veiga — 1.º vol. da série "Homens da Regência".

BOTANICA E ZOOLOGIA

- 71 — F. C. Hoehne — Botânica e Agricultura no Brasil no Século XVI — (Pesquisas e contribuições).
77 — C. de Melo-Leitão: Zoologia do Brasil — Edição ilustrada.
99 — C. de Melo-Leitão: A Biologia no Brasil.

CARTAS

- 12 — Wanderley Pinho: Cartas do Imperador Pedro II ao Barão de Cotegipe — Ed. Ilustrada.
38 — Rui Barbosa: Mocidade e Exílio (Cartas inéditas. Prefaciadas e anotadas por Americo Jacobina Lacombe) — Ed. Ilustrada.
61 — Conde d'Eu: Viagem Militar ao Rio Grande do Sul (Prefácio e 19 cartas do Príncipe d'Orleans, comentadas por Max Fleuss) — Edição Ilustrada.
109 — Georges Raeders: D. Pedro II e o Conde de Gouineau (Correspondência inédita).

142 — Francisco Venâncio Filho: **Euclides da Cunha e seus Amigos** — Edição ilustrada.

DIREITO

110 — Nina Rodrigues: **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil** — Com um estudo do Prof. Afrânio Peixoto.

ECONOMIA

90 — Alfredo Ellis Júnior: **Evolução da Economia Paulista e suas Causas** — Edição ilustrada.

100 e 100-A — Roberto Simonsen: **História Econômica do Brasil** — Ed. ilustrada em 2 tomos.

152 — J. F. Normano: **Evolução Econômica do Brasil** — Tradução de T. Quartim Barbosa, P. Peake Rodrigues e L. Brandão Teixeira.

155 — Lemos Brito: **Pontos de partida para a História Econômica do Brasil**

EDUCAÇÃO E INSTRUÇÃO

66 — Primitivo Moacir: **A Instrução e o Imperio (Subsídios para a história de educação no Brasil)** — 1.º volume — 1823-1853.

87 — Primitivo Moacir: **A Instrução e o Império** — (Subsídios para a História da Educação no Brasil) — 2.º volume — Reformas do ensino — 1854-1888.

121 — Primitivo Moacir: **A Instrução e o Império (Subsídios para a História da Educação no Brasil)** — 3.º volume — 1854-1889.

147 — Primitivo Moacir: **A Instrução e as Províncias (Subsídios para a História da Educação no Brasil)** — 1.º vol. Das Amazonas ás Alagoas.

98 — Fernando de Azevedo: **A Educação Pública em São Paulo** — Problemas e discussões (Inquérito para "O Estado de S. Paulo" em 1926).

ENSAIOS

1 — Batista Pereira: **Figuras do Império e outros ensaios** — 2.ª edição

6 — Batista Pereira: **Vultos e episódios do Brasil** — 2.ª edição.

26 — Alberto Rangel: **Ramos e Perspectivas.**

41 — José-Maria Belo: **A inteligência do Brasil** — 3.ª edição.

43 — A. Sabola Lima: **Alberto Tôrres e sua obra.**

56 — Charles Expilly: **Mulheres e Costumes do Brasil** — Tradução, prefácio e notas de Gastão Penalva.

70 — Afonso Arinos de Melo Franco: **Conceito de Civilização Brasileira...**

82 — C. de Melo-Leitão: **O Brasil Visto Pelos Ingleses.**

105 — A. C. Tavares Bastos: **A Província** — 2.ª edição.

151 — A. C. Tavares Bastos: **Os Males do Presente e as Esperanças do Futuro** — (Estudos Brasileiros) — Prefácio e notas de Cassiano Tavares Bastos.

116 — Agenor Augusto de Miranda: **Estudos Flaiuienses** — Ed. ilustrada.

150 — Roy Nash: **A Conquista do Brasil** — Tradução de Moacir N. Vasconcelos — Edição ilustrada.

ETNOLOGIA

39 — E. Roquete-Pinto: **Rondônia** — 3.ª edição (aumentada e ilustrada).

44 — Estevão Pinto: **Os Indígenas do Nordeste** (com 15 gravuras e mapas) — 1.º Tómo.

112 — Estevão Pinto: **Os Indígenas do Nordeste** — 2.g Tómo (Organização e estrutura social dos indígenas do nordeste brasileiro).

52 — General Couto de Magalhães: **O selvagem** — 3.ª ed. completa, com parte original Tupí-Guarany.

60 — Emílio Rivascaia: **A vida dos Índios Gualcurús** — Ed. ilustrada.

75 — Afonso A. de Freitas: **Vocabulário Nheçngatú** (vernaculizado pelo português falado em S. Paulo) — Língua Tupí-guaraní (com 3 ilustrações fora do texto).

92 — Almirante Antonio Alves Câmara: **Ensaio Sobre as Construções Navais Indígenas do Brasil** — 2.ª edição ilustrada.

101 — Herbert Raldus: **Ensaio da Etnologia Brasileira** — Prefácio de Afonso de E. Tunay — Edição II.

139 — Angélica Costa: **Migrações e Cultura Indígena** — Ensaio de arqueologia e etnologia do Brasil — Ed II.

154 — Carlos Fr. Phill Von Martius: **Natureza, Doenças, Medicina e Remédios dos Índios Brasileiros (1844)** Trad. Prefácio e notas de Pirajá da Silva.

FILOLOGIA

25 — Mário Marroquim: **A Língua do Nordeste.**

46 — Renato Mendonça: **A Influência africana no português do Brasil** — Ed. ilustrada.

FOLCLORE

57 — Flausino Rodrigues Vale: **Elementos do Folclore musical Brasileiro.**

103 — Sousa Carneiro: **Mitos Africanos no Brasil** — Edição ilustrada.

GEOGRAFIA

30 — Cap. Frederico A. Rondon: **Pelo Brasil Central** — Ed. ilustrada, 2.ª edição.

de Sampaio Ferraz: **Metereologia Brasileira.**

- A. J. Sampaio: **Fitogeografia do Brasil** — Ed. Ilustrada — 2.^a ed.
- 53 — A. J. de Sampaio: **Biogeografia dinâmica.**
- 45 — Basílio de Magalhães: **Expansão Geográfica do Brasil Colonial.**
- 63 — Raimundo Morais: **Na Planície Amazônica** — 4.^a edição.
- 80 — Osvaldo R. Cabral: **Santa Catarina** — Edição Ilustrada.
- 86 — Aurélio Pinheiro: **A Margem do Amazonas** — Ed. Ilustrada.
- 104 — Araujo Lima: **Amazônia — A Terra e o Homem** — (Introdução à Antropogeografia).
- 106 — A. C. Tavares Bastos: **O Vale do Amazonas** — 2.^a edição.
- 91 — Orlando M. Carvalho: **O Rio da Unidade Nacional. O São Francisco** — edição Ilustrada.
- 97 — Lima Figueiredo: **Oéste Paranaense** — Edição Ilustrada.
- 138 — Gustavo Dödt: **Descrição dos Rios Parnaíba e Gurupí** — Prefácio e notas de Gustavo Barroso — Ed. Ilustrada

GEOLOGIA

- 102 — S. Fróes Abreu: **A riqueza mineral do Brasil.**
- 134 — Pandiá Calógeras: **Geologia Econômica do Brasil** — (As minas do Brasil e sua Legislação) — Tômoo 3.^o, Distribuição geográfica dos depósitos auríferos. Ed. refundida e atualizada por Djalma Guimarães.

HISTÓRIA

- 10 — Oliveira Viana: **Evolução do Povo Brasileiro** — 3.^a ed. (Il.).
- 13 — Vicente Licínio Cardoso: **A margem da História do Brasil**, 2.^a ed.
- 14 — Pedro Calmon: **História da Civilização Brasileira** — 3.^a edição.
- 40 — Pedro Calmon: **História Social do Brasil** — 1.^o Tômoo — Espírito da Sociedade Colonial — 2.^a edição Ilustrada (com 13 gravuras).
- 93 — Pedro Calmon: **História Social do Brasil** — 2.^o Tômoo — Espírito da Sociedade Imperial. Ed. Il.
- 15 — Pandiá Calógeras: **Da Regência à queda de Rozas** 3.^o volume (da série "Relações Exteriores do Brasil").
- 42 — Pandiá Calógeras: **Formação Histórica do Brasil** — 3.^a ed. (com 3 mapas fóra do texto).
- 23 — Evaristo de Moraes: **A escravidão africana no Brasil.**
- 36 — Alfredo Ellis Júnior: **O Bandeirismo Paulista e o Recúo do Meridiano** — 2.^a edição.
- 27 — J. F. de Almeida Prado: **Primeiros Povoadores do Brasil** — (Ed. Ilustrada), 2.^a edição.

- 47 — Manoel Bomfim: **O Brasil** — Com uma nota explicativa de Carlos Maul.
- 48 — Urbino Viana: **Bandeiras e sertanistas Bandeirantes.**
- 49 — Gustavo Barroso: **História Militar do Brasil** — Ed. Ilustrada. (com 50 gravuras e mapas).
- 76 — Gustavo Barros: **Historia secreta do Brasil** — 1.^a parte: "Do descobrimento á abdicação de Pedro I" — Edição Ilustrada, 3.^a edição.
- 64 — Gilberto Freire: **Sobrados e Mucambos** — Decadência patriarcal e ral do Brasil — ed. Ilustrada.
- 69 — Prado Maia: **Através da História Naval Brasileira.**
- 89 — Coronel A. Lourival de Moura: **As Fôrças Armadas e o Destino Histórico do Brasil.**
- 94 — Salomão de Vasconcelos: **O Fico — Minas e os Mineiros da Independência** — Edição Ilustrada.
- 108 — Padre Antônio Vieira: **Por Brasil e Portugal** — Sermões comentados por Pedro Calmon.
- 111 — Washington Luis: **Capitania de São Paulo** — Governo de Rodrigo Cesar de Menezes — 2.^a edição.
- 117 — Gabriel Soares de Sousa: **Tratado Descritivo do Brasil em 1587** — Comentários de Francisco Adolfo Varnhagen — 3.^a edição.
- 123 — Termann Wätjen: **O Domínio Colonial Holandês no Brasil** — Um Capítulo da História Colonial do Século XVII — Tradução de Pedro Celso Uchôa Cavalcanti.
- 124 — Luiz Norton: **A Côrte de Portugal no Brasil** — Notas, documentos diplomáticos e cartas da Imperatriz Leopoldina — Ed. Il.
- 125 — João Dornas Filho: **O Padroado e a igreja Brasileira.**
- 127 — Ernesto Ennes: **As Guerras nos Palmares** (Subsídios para sua história) 1.^o Vol.: Domingos Jorge Velho e a "Tróia Negra" — Prefácio de Afonso de E. Tunney.
- 128 e 128-A — Almirante Custódio José de Melo: **O Governo Provisório e a Revolução de 1893** — 1.^o Volume, em 2 tômos.
- 132 — Sebastião Pagano: **O Conde dos Arcos e a Revolução de 1817** — Edição Ilustrada.
- 146 — Aurelio Pires: **Homens e Fatos do meu tempo.**
- 149 — Alfredo Valadão: **Da aclamação á maioridade, 1822-1840** — 2.^a edição.
- 158 — Walter Spalding: **A Revolução Farroupilha** (História popular do grande decênio) — 1835-1845 — Edição Ilustrado.

MEDICINA E HIGIENE

- 29 — Josué de Castro: O problema da alimentação no Brasil — Prefácio do prof. Pedro Escudero. 2.^a edição.
51 — Otávio de Freitas: Doenças africanas no Brasil.
129 — Afrânio Peixoto: Clima e Saúde — Introdução bio-geográfica à civilização brasileira.

POLÍTICA

- 3 — Alcides Gentil: As Idéias de Alberto Tórres (síntese com índice remissivo). 2.^a edição.
7 — Batista Pereira: Diretrizes de Rui Barbosa — (Segundo textos escolhidos) — 2.^a edição.
21 — Batista Pereira: Pelo Brasil Maior.
16 — Alberto Tórres: O Problema Nacional Brasileiro, 2.^a edição.
17 — Alberto Tórres: A Organização Nacional, 2.^a edição.
24 — Pandiá Calógeras: Problemas de Administração, 2.^a edição.
67 — Pandiá Calógeras: Problemas de Governo — 2.^a edição.
74 — Pandiá Calógeras: Estudos Históricos e Políticos — (Res Nostre...) — 2.^a edição.
31 — Azevedo Amaral: O Brasil na crise atual.
50 — Mário Travassos: Projeção Continente do Brasil — Prefácio de Pandiá Calógeras — 3.^a edição ampliada.
55 — Hildebrando Accioly: O Reconhecimento do Brasil pelos Estados Unidos da América.
84 — Orlando M. Carvalho: Problemas Fundamentais do Município — Ed. ilustrada.
96 — Osório da Rocha Diniz: A Política que Convém ao Brasil.
115 — A. C. Tavares Bastos: Cartas do Solitário — 3.^a edição.
122 — Fernando Saboia de Medeiros: A Liberdade de Navegação do Amazonas — Relações entre o Império e os Estados Unidos da América.
131 — Hildebrando Accioly: Limites do Brasil — A fronteira com o Paraguai — Edição ilustrada com 8 mapas fora do texto.
141 — Oliveira Vianna: O Idealismo da Constituição — 2.^a edição aument.

VIAGENS

- 5 — Augusto de Saint-Hilaire: Segunda Viagem do R. de Janeiro a

- Minas Gerais e a S. Paulo (1822) — Trad. e pref. de Afonso de E. Taunay — 2.^a edição.
58 — Augusto de Saint-Hilaire: Viagem á Provincia de Sta. Catarina (1820) — Trad. de Carlos de Costa Pereira.
68 — Augusto de Saint-Hilaire: Viagem ás nascentes do Rio São Francisco e pela Provincia de Goiás — 1.^o tómo. Tradução e notas de de Clado Ribeiro de Lessa.
78 — Augusto de Saint-Hilaire: Viagem ás nascentes do Rio São Francisco e pela Provincia de Goyaz 2.^o tómo — Tradução e notas de Clado Ribeiro de Lessa.
72 — Augusto de Saint-Hilaire — Segunda viagem ao interior do Brasil — "Espírito Santo" — Trad. de Carlo Madeira.
126 e 126-A — Augusto de Saint-Hilaire: Viagem pelas provincias do Rio de Janeiro e Minas Gerais — Em dois tómos — Edição ilustrada — Tradução e notas de Clado Ribeiro de Lessa.
19 — Afonso de E. Tunnay: Visitantes do Brasil Colonial (Sec. XVI-XVIII), 2.^a edição.
28 — General Couto de Magalhães: Viagem ao Araguaia — 4.^a edição.
32 — C. de Melo-Leitão: Visitantes do Primeiro Império — Ed. ilustrada. (com 19 figuras).
62 — Agenor Augusto de Miranda: O Rio São Francisco — Edição ilustrada.
95 — Luiz Agassiz e Elizabeth Cary Agassiz: Viagem ao Brasil — 1865-1866 — Trad. de Edgard Sússekind de Mendonça. Edição ilustrada.
113 — Gastão Cruls: A Amazônia que eu Vi — Óbidos — Tumuc-Humac — prefácio de Roquette Pinto — Ilustrado — 2.^a edição.
118 — Von Spix e Von Martius: Através da Bafa — Excertos de "Reise in Brasilien" — Tradução e notas de Pirajá da Silva e Paulo Wolf.
130 — Major Frederico Rondon: Na Rondônia Ocidental — Ed. illustr.
145 — Silveira Neto: Do Guairá aos Saltos do Iguassú — Ed. ilustrada.
156 — 156-A Alfred Russel Wallace: Viagens pelo Amazonas e Rio Negro — em 2 tomos Tradução de Orlando Tórres e Prefácio de Basidelo Magalhães.

Edições da

COMPANHIA EDITORA NACIONAL

Rua dos Gusmões, 118/140 — São Paulo.

EVARISTO DA VEIGA

№ 145ε *

Serie 5.^a — BRASILIANA — Vol. 157
BIBLIOTHECA PEDAGOGICA BRASILEIRA

OCTAVIO TARQUINIO DE SOUSA

EVARISTO
DA VEIGA



COMPANHIA EDITORA NACIONAL
SÃO PAULO — RIO DE JANEIRO — RECIFE — PORTO ALEGRE
1 9 3 9

D O A U T O R

Trabalhos históricos:

A MENTALIDADE DA CONSTITUINTE. *A. P. Barthel.*
Rio, 1931.

BERNARDO PEREIRA DE VASCONCELLOS E SEU TEM-
PO. *Collecção "Documentos Brasileiros". Livraria José*
Olympio Editora. Rio, 1937.

HISTORIA DE DOIS GOLPES DE ESTADO. *Collecção "Do-*
cimentos Brasileiros". Livraria José Olympio Editora.
Rio, 1939.

EVARISTO DA VEIGA. *Homens da Regencia. Brasileira.*
Companhia Editora Nacional. S. Paulo, 1939.

A P U B L I C A R :

FEIJO'

HISTORIA DA REGENCIA.

INDICE

Capitulo I

- Origens — O estudante — Ensaio poetico —
Vocação politica 13

Capitulo II

- Annos de preparação — O livreiro Evaristo
Ferreira da Veiga 45

Capitulo III

- Um “balcão feito cadeira de Sciencia politica”
— A “Aurora fluminense” 61

Capitulo IV

- Deputado, jornalista, mas sempre livreiro —
O fim de um reinado : 89

Capitulo V

- A revolução de 7 de abril e o papel de Evaristo — Defesa da ordem publica — Divisões partidarias — A acção de um guia — O desespero dos “Moderados” e a tentativa de golpe de estado de 30 de julho de 1832 . . . 131

Capitulo VI

- Evaristo e a reforma constitucional 203

Capitulo VII

Moderação e regresso — Evaristo e Vasconcellos — A eleição do regente unico . . .	245
---	-----

Capitulo VIII

Ultimos tempos — Fim da “Aurora fluminense” — Desenganos e decepções — Viagens a Minas — Morte	271
--	-----

Capitulo IX

Vida breve e bem vivida	289
-----------------------------------	-----

Annexos

I — Evaristo e a obra de John Armitage . .	299
II — Carta de John Armitage a Evaristo, offerecendo-lhe a “História do Brasil” . . .	300
III — Carta do dr. José Joaquim Machado de Oliveira ao barão Homem de Mello . .	302
IV — Lista de commerciantes estrangeiros no Rio de Janeiro, no anno de 1827	306
Bibliographia	311

Tenho a intenção de estudar, em alguns dos seus aspectos mais importantes — o politico, o social, o economico — um periodo de nossa evolução historica, talvez o mais attrahente de todos, — a Regencia, com as suas experiencias republicanas, com os seus surtos liberaes e ao mesmo tempo com as suas reacções autoritarias. época de fortes ardores nativistas em meio de um processo acelerado de europeização, época em que entraram a definir-se os traços que caracterisariam alguns annos depois a physionomia da sociedade brasileira do seculo XIX.

Embora contenha menos de uma década de vida nacional, o estudo da Regencia offerece bastante complexidade a quem pretenda pesquisar e reunir os elementos essenciaes á sua exacta interpretação.

Nesse periodo, visto como uma grande tela, que representasse em planos successivos as suas differentes phases, avultam tres figuras de homens que se impõem entre os demais: Bernardo Pereira de Vasconcellos, Evaristo da Veiga e Diogo Antonio Feijó.

Ao primeiro já consagrei um livro (1) em que procurei sêr objectivo e exacto.

Publico agora a vida de Evaristo da Veiga, fiel á mesma technica de biographia, que foge ao panegyrico e ao "romanceado", busca situar o homem no seu meio social e, sem affirmar mais do que decorre dos documentos rigorosamente verificados, assimila-os, não se limitando ao puro archivismo e tentando, com a prudencia necessaria, fazer um pouco de introspecção social e de reconstituição psychologica.

Completando o triptyco e em continuação ao que chamaria de trabalho preparatorio da historia da Regencia, estudarei depois a vida de Feijó.

Rio, Outubro 1938.

(1) "Bernardo Pereira de Vasconcellos e seu tempo" — Collecção "Documentos Brasileiros" — Livraria José Olympio Editora. Rio, 1937.

CAPITULO I

ORIGENS — O ESTUDANTE — ENSAIOS POETICOS — VOCAÇÃO POLITICA

Em pleno regimen colonial, pelo anno de 1784, vinha para o Brasil um portuguezinho de 13 annos, chamado Francisco Luiz Saturnino da Veiga. Era pouco mais que uma creança e, ao contrario de tantos patricios seus aqui chegados por esse tempo, não sonhava com o officio de mercancia, não se destinava a sêr “senhor de commercio”, em prejuizo dos “miseraveis filhos do paiz”, segundo o costume notado pelo Marquez do Lavradio no seu exhaustivo e sob tantos pontos notavel relatorio entregando o Governo ao novo vice-rei D. Luis de Vasconcellos e Sousa.

No joven reinol haveria certamente a “muita viveza” e o “espírito muito inquieto” communs aos portuguezes que atravessavam o oceano para ganhar a vida do lado de cá; mas não se lhe applicaria a coima de “pouca ou nenhuma sin-

ceridade”, que os distinguia, conforme o testemunho do mesmo Marquez.

Francisco Luis Saturnino da Veiga, que já trazia seguramente de sua terra um começo de instrução, cuidou de aperfeiçoar os seus estudos e, mal entrado na adolescencia, ambicionou sêr mestre-escola.

Joaquim Manoel de Macedo conta que entre 1807 e 1810 começou a funcionar, na rua do Ouvidor, onde existe hoje a loja America e China, a aula do novo professor. (1).

Alguns annos antes, entre Setembro de 1788 e fins de 1789, elle andara por Villa Rica e parece que lá pensara estabelecer o seu collegio.

O que fez em Villa Rica, como lá viveu, não é licito, á mingua de dados positivos, avançar muita cousa. Mas sem temeridade se póde affirmar que deve ter se approximado do grupo dos Inconfidentes. Que desse grupo e dos seus feitos literarios teve para logo noticia. Chegara-lhe ás mãos uma copia das “Cartas Chilenas” e elle as recopiou com a “sua letra maravilhosa em successivos cadernos”. (2). Dahi a publicação feita mais de meio seculo depois por seu neto Luis Francisco da Veiga.

(1) Memorias da Rua do Ouvidor — pg. 138.

(2) Veiga Miranda “O Pamphletario d’O Primeiro Reinado” — pg. 15.

E' quasi certo que a aula de Francisco Luis Saturnino da Veiga no Rio tenha sido aberta em época anterior á assignalada por Macedo, possivelmente na ultima decada do seculo XVIII (3) e desde então já ensinava elle latim, arithmetica e grammatica.

Em 1795 ou 1796, casara-se com uma brasileira, D. Francisca Xavier de Barros, nascendo em 1797 o primeiro filho, João Pedro e, depois, em 8 de Outubro de 1799 Evaristo, em 1802 Bernardo e por ultimo Lourenço, em 1806.

Desse portuguez mestre-escola, sabe-se que era um "homem de bons principios e costumes austeros", profundamente catholico, que educou os filhos com "severidade carrancuda", por effeito certamente daquella distancia social que separava então os homens dos meninos, os pais dos filhos, aquelles querendo que estes se tornassem logo homens, pensassem e vivessem como adultos.

Grande, immensa foi a influencia de Francisco Luis Saturnino da Veiga sobre os filhos, sobre Evaristo. Influencia de pae um tanto tyranico no recesso da casa; influencia de primeiro mestre, ainda dentro da propria casa, actuando sobre os sentimentos, sobre a imaginação, sobre a intelligencia. Até a idade de doze annos, o pae

(3) Honras e saudades á memoria de Evaristo Ferreira da Veiga — Rio de Janeiro — 1837 — pg. 9.

de Evaristo foi o seu professor unico, no sobrado da rua do Ouvidor, onde moravam e tinha séde a escola. Francisco Luis Saturnino da Veiga transmittiu ao filho tudo quanto sabia, despertando-lhe o desejo de aprender mais, de tomar contacto com outras linguas, — latim, francês, inglês — de estudar rhetorica, poetica, philosophia racional e moral, em summa, iniciando-o no que se chamava nesse tempo, com grande propriedade, uma educação literaria.

E Evaristo, no Rio de Janeiro de D. João VI, aprendeu latim, aprendeu inglês, aprendeu francês, cursou aulas de rhetorica e poetica, estudou philosophia. Bom estudante, optimo mesmo elle o foi, como provam os attestados passados por seus professores. (4). Durante três annos, de 8 de março de 1814 até o fim de 1816, Evaristo frequentou a aula de latim de Manoel Marques, Cavalheiro Professo e professor regio de Lingua Latina, “com excessiva applicação”. Em 1817, consagrou-se de preferencia á rhetorica e poetica, sempre com a mesma applicação. O professor da aula, João José Vahia, attesta que a ella não faltou “nem um só dia, além de ser o primeiro que sempre pontualmente á hora entrava na classe”; e brillou nas provas e nos exercicios, fazendo o elogio de Colombo e da polvora, a accusação de Corio-

(4) Mss. da Bibliothéca Nacional.

lano e a defesa de Manlio Torquato. . . Em 1818, dedicou-se ao inglês e João Joyce, “professor regio de lingua inglêsa nesta Côrte”, fazendo côro com os demais mestres, declara que elle “frequentou com muita assiduidade” a aula, “dando provas de grande comprehensão e talento e distinguindo-se pela facilidade, rapidez e perfeição com que chegou a traduzir este idioma”. No mesmo anno de 1818, estudou tambem philosophia racional e moral, no Seminario de S. José, com Frei Marcellino de Santa Mathildes Bueno, obteve em exame publico a nota *optime cum laude* depois de patentear a mesma “facilidade e promptidão”, o mesmo “atilado engenho”, a mesma “extrema applicação” já manifestados em outros estudos.

Evaristo aprendeu tambem francês e italiano, francês parece que com o pae e italiano sem mestre. Em francês foi examinado pelo padre Luis Carlos Franche, obtendo approvação.

Todos os professores, ao lado da applicação e da assiduidade, insistem, nos attestados que passaram, nos “bons costumes”, como disse Manuel Marques, na “bôa indole e louvavel morigeração”, segundo affirmou João José Vahia, nos “mais excellentes costumes”, conforme certificou Frei Marcellino de Santa Mathildes Bueno, na “bôa indole e sãos costumes”, na linguagem de João Joyce. E alludem tambem aos “outros conheci-

mentos” de Evaristo, á sua “leitura dos bons autores”.

Tratava-se de um adolescente avido de saber, com uma precoce seriedade, todo voltado para os estudos (5). Precoce seriedade de feitio moral e precoce desenvolvimento de gosto literario.

Na epoca em que Evaristo concluiu a sua educação, já seu pae, deixando a função de mestre-escola, montara uma livraria na rua da Alfandega. Para o moço ansioso de conhecimentos, nada poderia ser mais propicio. Os livros que Francisco Luis Saturnino da Veiga recebia da Europa e expunha á venda tinham no filho o leitor mais curioso. Quando se abria um caixote chegado de novo, certamente elle era o mais impaciente, o que queria ter logo essa alegria que os amantes de livros conhecem, de folhear a obra desconhecida ou só conhecida de nome, de aspirar-lhe o perfume, de sentir-lhe o contacto intellectual e mesmo material. Orgia de leituras! Evaristo leu o mais que poudo, armado da facilidade que lhe dava a familiaridade com o latim, o francês, o inglês, o italiano. O projecto frustrado de partir para Coimbra encontrou compensação na livraria do pae; Evaristo não partiu, não seguiu nenhum curso universitario, mas “formou-se por si na uni-

(5) Theophilo Ottoni conta na sua “Circular” que foi explicador de geometria de Evaristo. Isto em 1827, contando o discipulo 28 annos e o mestre 19!

versidade da livraria de seu pae”, como disse Macedo. Fartou-se de livros, elle proprio caixeiro de livraria, vivendo dos livros e para os livros.

Quem quer que pretenda comprehender melhor o homem que foi sob muitos aspectos a figura primacial da época da Regencia, deverá ter em vista a sua formação autodidacta, as influencias das leituras a que se entregou sem desfalecimento e tambem a sua condição de homem de cidade. Essas leituras feitas sem o criterio, sem a direcção que a disciplina universitaria impõe, leituras que raramente podem formar uma cultura verdadeira, em homem de outro temperamento teriam determinado a appareição de um demagogo, de um agitador nesse moço filho de um livreiro, nesse rapaz de cidade sujeito a tantas influencias pouco conducentes ao feitio conservador e ordeiro.

Mas Evaristo era fundamentalmente um moderado, uma natureza que aborrecia os extremos, um individuo fadado á posição de equilibrio entre a conservação e o progresso, entre a tradição e a novidade. Gilberto Freyre, estudando o periodo da historia social do Brasil que culminou na phase imperial, observou que esse periodo foi de equilibrio entre a tendencia collectivista e a individualista, accentuando-se nelle “alguns dos traços mais sympathicos da physionomia moral do brasileiro.

O talento politico de contemporisação. O juridico de harmonisação. A capacidade de imitar o estrangeiro e de assimilar-lhe os traços de cultura mais finos, e não apenas os superficiaes” (6).

Ninguem mais representativo desse feitiço contemporisador, harmonisador e assimilador do que Evaristo. E isso desde o inicio de sua vida, desde as primeiras manifestações de sua actividade intellectual e do seu comportamento social.

Ha um documento precioso que permite refazer as etapas da formação intima de Evaristo e verificar com reagiram nelle os successos politicos da epoca de sua adolescencia e primeira mocidade: o seu caderno de poesias. E' bem o itinerario de uma alma e vale como se fosse um livro de memorias. Dessas poesias, em que se sente com a maior' evidencia a influencia da escola acadica e sobretudo de Bocage, a mais antiga data de fins de 1811. Era então Evaristo um menino de doze annos. Que foi que lhe despertou a veia poetica, a necessidade de cantar? Uma simples obra municipal, um melhoração urbano, — a ereção do chafariz de Sant'Anna no dia do aniversario do Principe Regente D. João.

O menino de cidade, que até então só tivera um mestre — seu pae — encheu-se de enthusiasmo e, não sem immenso exagero, põe acima das

(6) Sobrados e Mucambos — pg. 55.

“acções valerosas e brilhantes de Scipião, Pompeu e do grande Scilla”, a construcção de um simples chafariz. . .

*“Em quanto Phebo cresta os habitantes
Da Lybia ardente, e terra Tingitana,
Tu, ó Príncipe, a bem da especie humana
Matas a sêde aos povos teus amantes”. (7).*

Ao menino de doze annos não era indifferente a utilidade, o beneficio daquella agua dada ao povo de sua cidade, do seu sujo Rio de Janeiro. Já está ahi uma manifestação do espirito publico de Evaristo, que mais tarde o dominaria e o consagraria inteiramente ao bem do seu paiz.

Um anno depois, em 1812, elle celebrava os desastres militares dos franceses em Portugal. Por ora, nenhum sentimento nativista, nenhum patriotismo brasileiro. Dir-se-ia que eram versos de um portuguez:

*Portugal vencedor conserva illeso
Seu inclito valor. . .*

Em 1813, com quatorze annos, Evaristo era um poeta portuguez, que reflectia no Brasil, com o atrazo de dois decennios, o movimento literario

(7) Poesias de Evaristo da Veiga — Rio — 1915 — Publicação da Bibliotheca Nacional.

da Nova Arcadia ou Academia das Bellas-Letras de Lisbôa, fundada pelo Conde de Pombeiro, José de Vasconcellos e Sousa e em que mais dó que todos se destacaram Bocage (Elmano Sadino), José Agostinho de Macedo (Elmiro Tagideu), Curvo Semedo (Belmiro Transtagono) e Pato Moniz (Olino)". (8). Bocage era o modelo do joven Evaristo, o poeta de sua predilecção, a quem constantemente se referia em seus versos.

*“Consocio illustre do famoso Elmano
Tu que lhe herdaste a resoante lyra
Com que o Tejo as ondas suspendia*

dizia elle, numa epistola a D. Gastão, datada de dezembro de 1813. Em outra epistola ao mesmo D. Gastão e da mesma epoca, Evaristo reiterava o seu louvôr ao “Grande Elmano, cantor do Tejo”.

Como elogio maximo, dizia :

Um successor d’Elmano sonoro.

Sem desprezar de quando em vez a nota lyrica, cantando as perfeições de uma Marilia

*Observo do teu rosto a graça e o mimo
Se as tuas perfeições Marilia attento
Em pouco tudo o mais do mundo estimo
Só em ti se demora o pensamento.*

(8) . Mendes dos Remedios — Historia da Literatura Portuguesa — pg. 427.

redominava no poeta adolescente a preocupação os acontecimentos políticos. Em 1817, Evaristo era um súdito fiel de D. João VI. O malogro a revolução de Pernambuco enchia-o de satisfação:

*Rotos já os grilhões dos vis tyranos,
Que a falsa liberdade em vão proclamam,
Rotos já os grilhões a seu rei chamam
Os leaes, os fieis pernambucanos.
Não; nunca poderão fataes enganar
Vassallos seduzir, que seu rei amam,
Que nos seus corações fieis acclamam
João Sexto, as delicias dos humanos (9).*

“Falsa liberdade”, “João Sexto, as delicias dos humanos”! Evaristo detestava os revolucionários pernambucanos, chamando-os de “vis tyranos”. A república e a própria liberdade não o enfeitavam. Ao seu espírito calmo e realista parecia imensa a transformação que se operava no Rio de Janeiro com a estada de D. João VI, e as Musas o ajudavam a dar

Graças ao Rei, que em corações impera

exultando com o casamento do Príncipe Real:

*Unem-se em laço eterno neste dia
A casa de Bragança e a casa d'Austria
Firma-se a successão do Luso Throno
Suave nó, santissima alliança. (10)*

A infeliz d. Leopoldina terá tido suas razões para julgar errado o vaticínio do poeta: o nó não foi assim tão suave... Mas estava garantida a successão do "Luso Throno", deante do qual o poeta obscuro entoava lóas, cantando "os annos de S. Magestade" em 13 de maio de 1819 e em 28 de abril de 1820, o "anniversario da Acclamação d'El Rei D. João VI", compondo nenias á morte da rainha de Hespanha, que

*..... a gente ibera
chora, e com ella a gente portuguesa" (11)*

"Luso Throno", "Gente portuguesa", é incontestavel que a esse tempo não passava pela cabeça de Evaristo (e já corria o anno de 1819!) a mais leve suspeita de que com mais três annos o "Luso Throno" se tornaria cousa odiosa e a "gente portuguesa" povo inimigo. Elle era então um portuguez da America, um luso do Rio de Janeiro.

Quando esmorecia a nota politica de conformismo integral, de fidelidade absoluta a Portugal,

(10) Poesias — pg. 24.

(11) Poesias — pg. 40.

despontava outra que foi sempre traço marcante de sua natureza, mas em que se descobrem reminiscencias classicas, influencias de poetas e escriptores gregos e latinos: o sentimento da amizade, o culto dos amigos.

Evaristo era collega affectuoso, tinha um coração terno. Varias são as poesias dedicadas a companheiros de estudos, de quem se tornou amigo extremoso. De todos elles o mais aquinhoado pela musa evaristana foi um certo Machado, que mereceu nada menos de nove poemas. Villela, Thomaz, Siqueira, Luiz Alves (trata-se do futuro Caxias?), foram tambem thema de poesias, além de outros englobados num soneto de despedida da aula de philosophia, que começava assim:

*Caros amigos, que leal, sincero
Com puro affecto de minh'alma estimo
Os adeuses do vosso terno Alcino
Ouvi, se me quereis, como vos quero.*

*Candido, Estevam, vós, que eu considero
Do patrio Rio Grande, a Gloria e Mimo,
Freire! Fiel Machado, ah! nem me animo
A dizer-vos o adeus triste e severo.*

O "terno Alcino" tinha certamente na memoria o soneto em que Bogage, o Elmano, se despedia de amigos:

*Terno Paz, bom Maneschi; Aurelio caro,
Alvares extremoso, Almeida humano,
Ferrão prestante, valedor Montano.
Moniz que extrahes teu nome ao tempo avaro! (12)*

A amizade, o sentimento da amizade, Evaristo pintou como “uma filha do céu” descida ao mundo para abrandar o peito humano depois da queda do Paraiso Terrestre. . .

Quem sabia ser tão bom amigo e tão alto collocava a amizade, havia de ter apurada a affeição fraterna.

De seu irmão Bernardo Jacintho da Veiga, que em 1819 se mudou para Minas Geraes, por motivo de molestia, Evaristo se despediu num soneto datado de 29 de julho desse anno, em que dizia:

*Campos do Rio Verde, eu vos entrego
Metade d'alma num irmão querido,
Que das enfermidades opprimido
Busca em vós refrigerio, paz, socego.*

Estaria nesses versos, na imagem da “metade d'alma”, uma reminiscencia da leitura de Horacio, na ode *Ad Navem Virgili*:

(12) Bocage — Sonetos — Ed. Santos Vieira — pg. 180.

*“Navis quae tibi creditum debes
Virgilium, finibus Atticis reddas
Incolumem, precor, et serves
Animae dimitium mac”.*

Tambem ao irmão Lourenço Xavier da Veiga, que partiu para Minas, elle dedicou um soneto cheio do mesmo sentimento.

Mas não só os amigos e os irmãos cantava o poeta. No seu caderno de poesias ha tambem, sob o véo de uma fôrma por vezes rebuscada, o amor, a nota erotica. Marilias, Nises, Armias, Lílias, Ulias, Ullimas, Isbellas começam a passar pelos poemas de Evaristo, quando elle chega aos vinte annos. São sonetos, cantigas e madrigaes, tudo a trahir a influencia dos Arcades portuguezes e tambem dos mineiros. Quem foi essa outra Mari-
lia? E essa Isbella? E Nise? E Lilia? Moças do Rio de d. João VI? Fantasia de adolescente? Criaturas ideaes?

Mysterio. Entretanto, o tom de alguns dos poemas, sobretudo pela decepção que revelam, está a indicar que houve creaturas de carne e osso disfarçadas sob este ou aquelle nome. Cantando ‘o brando sexo aos amores consagrado’ elle diz:

*Vós sois funesta causa de meus prantos,
O motivo cruel de minhas dôres.*

Mas, mais forte que o lyrico em Evaristo era o politico, maior que o poeta o patriota, que os successos da Independencia iam despertar.

Em 1821, começava o dubio, o equivoco, o complicado processo da emancipação politica do Brasil, tornado assim pela transferencia da Côrte Portuguesa para o Rio de Janeiro; e iniciava-se a primeira phase da crise constitucionalista entre nós. Nos seus primordios, essa crise se declarou por influencia dos successos de Portugal, com o movimento insurreccional do Porto e sua consequencia ultima — a installação das Côrtes de Lisboa em Janeiro de 1821. A repercussão mais efficaz aqui foi na tropa auxiliadora portuguesa, de cujo pronunciamento resultou o juramento previo de D. João VI, em 26 de Fevereiro do mesmo anno, á Constituição que fosse votada pelas Côrtes. Evaristo, rapaz de 21 annos, não ficou indifferente aos acontecimentos e no dia seguinte compoz um soneto commemorando o facto. Para elle “rajava da liberdade a aurora”, prostrando “em Terra, morta, a Tyrania”.

Não sem procedencia affirma Oliveira Lima (13) que o anno de 1821 pôde denominar-se no Brasil — anno do constitucionalismo portugês. Muita gente então, o elemento conservador mais receioso de desordens e infenso a aventuras, ali-

(13) O Movimento da Independencia — pg. 83.

mentava a esperança de que o advento das novas instituições não importaria numa ruptura com Portugal, continuando o Reino Unido com os dois paizes em pé de egualdade, á sombra do constitucionalismo inaugurado ás margens do Tejo, numa especie de monarchia dual, servindo a Corôa de traço de união.

Dessa esperança participou Evaristo. Raiasse “da liberdade a rubra aurora”, sim, cahisse o despotismo. Mas a liberdade com que sonhava era a installação do regimen liberal no governo, era a implantação do systema constitucional, mantidos os laços que uniam Portugal e o Brasil.

A 27 de julho de 1821, glosava num soneto laudatorio o mote — “portugueses são sempre portugueses” e menos de um mez depois, a 21 de Agosto, tecia lôas ao Soberano Congresso Nacional:

*Vós cujo alto saber, prudencia rara
Do povo aos males de continuo attende;
Vós, cujo zelo os foros nos defende
e o grande Codigo á Nação prepara.*

A “nação” era Portugal e era o Brasil, fazendo uma só patria.

Dias após, em 20 de setembro, o acontecimento celebrado era a entrada de d. João VI nas Côrtes e o juramento alli prestado:

*Com rosto affavel, gesto prazenteiro
Lá vae das Côrtes no salão entrando,
Do Luso Estado o Chefe Venerando
Dos cidadãos o cidadão primeiro.*

E cantava como heróes “ o grande Thomaz”, o “grande Carneiro...” Mas essa esperança era vã, era uma triste illusão do poeta Evaristo. Se entre os homens que encabeçaram o movimento constitucional em Portugal havia um ou outro de feitio liberal extreme e sincero, querendo a liberdade tambem para o Brasil, no fundo do movimento fermentavam despeitos, resentimentos, queixas contra a preponderancia que a antiga colonia assumira desde que a familia real nella se estabelecera. O manifesto inaugural das Côrtes de Lisbôa era a melhor prova disso. E não tardaram os constitucionalistas de Portugal em demonstrar a sua malquerença, o seu desamor e a sua incompreensão das cousas do Brasil.

Foram surgindo, uma após outras, as resoluções das Côrtes de Lisbôa, todas no firme proposito de restabelecer a antiga submissão dos tempos coloniaes e, pelos fins de 1821, já ninguem que tivesse sentimentos sinceramente brasileiros, perseverava na illusão do começo do anno.

Foi quando despertou em Evaristo o verdadeiro patriota, vendo em sua terra uma patria á

parte, o Brasil. “Ao Brasil” fazia um soneto em 17 de outubro de 1821, em que affirmava :

“Minha Patria, oh Brasil!...”

Por vezes ainda lhe passava pela cabeça a possibilidade de uma rectificação na politica das Côrtes: grande era a força do seu temperamento contemporizador. A proposito da remessa de tropas de Portugal para o Brasil, resuscitava Cabral e punha-lhe na bôca versos assim :

*Que é isto? Que delirio ou que loucura
Vos tem do entendimento a luz roubada?
A terra Santa Cruz contaes em nada,
Ou julgaes que com ferros se segura?*

*Portugueses vos sois? E Portugueses
Vossos irmãos não são?...*

Elle mesmo, porém, já não se considerava português e a 16 e a 22 de fevereiro de 1822 celebrava, num soneto, a partida da Divisão Auxiliadora

*“que intentava
Armada da perfidia e da impostura
Fazer a brasileira gente escrava*

e, em outro, estygmatisava “a perfidia de Portugal”, em tom de advertencia ou de ameaça :

*“Do somno de lethargica doçura
O Brasil accordou. Tremei tyranos!*

Dahi em diante, Evaristo vibrou unisono com o movimento que se alastrava pelo paiz, e a liberdade do Brasil, a sua independencia politica, passou a sêr o seu mais ardente desejo. Nenhum successo politico o deixou indifferente: ao contrario, tudo era pretexto para novos cantos, novas expansões patrioticas.

Tomava-o uma verdadeira impaciencia pelo rapido desfecho do drama:

*Brasileiros, então que vos demora?
Da Santa Liberdade a voz vos chama,
E a quebrar as cadeias vos convida!*

conclamava elle a 28 de maio de 1822, accrescentando:

*Leis para nós, por nós queremos feitas,
Que a futura grandeza nos preparem.
Já não mais precisamos de Senhores
Que desde além do Atlantico nos mandem
Reis, despostas e ferros: eia acabem
Da triste escravidão os grandes annos.*

E os acontecimentos precipitavam-se, tornando inevitavel a ruptura. Desde 9 de janeiro se consumara a “ficada” do Principe Regente;

Jorge de Avilez com a sua tropa, depois do estagio na Praia Grande, embarcara para a metropole a 15 de fevereiro; estavam victoriosos os patriotas que obedeciam á inspiração de Ledo, José Clemente, Januario e frei Sampaio; José Bonifacio, feito ministro, começava a sua obra genial de transacção politica, para o estabelecimento do Imperio do Brasil, salva a unidade nacional á sombra do throno a que ascenderia o Principe Regente; estava convocada por decreto de 3 de junho, a Assembléa Nacional Constituinte; e as proclamações de 1 de agosto praticamente declaravam a Independencia com a guerra por todos os meios contra o desembarque de forças portuguezas.

A emancipação do Brasil ia culminar no grito do Ypiranga, como a nota final. Mas já estava feita, já era um factó consumado.

Em meados de agosto de 1822, Evaristo, sem sêr figura saliente em nenhum dos successos que se desenrolaram, acompanhou-os cheio de enthusiasmo. Para prova basta o "Hymno Constitucional Brasiliense", datado de 16 daquelle mez. E' o celebre "Brava gente brasileira":

*Já podeis filhos da Patria
Vêr contente a mãe gentil;
Já raiou a Liberdade
No horizonte do Brasil.*

*Brava Gente Brasileira,
Longe vá temor servil;
Ou ficar a Patria livre,
Ou morrer pelo Brasil.*

*Os grilhões que nos forjava
Da perfidia astuto ardil
Houve mão mais poderosa
Zombou delles o Brasil.*

Brava Gente Brasileira, etc. . .

Três dias depois, inflammado com a decisão que se tomara de impedir o desembarque de tropas portuguezas, Evaristo fazia o “Hymno Marcial”, verdadeiro cantico de guerra, incitando os brasileiros á resistencia :

*Valentes guerreiros,
Que a fama buscaes
E as armas alçaes
A novo esplendor.*

*Mostremos ao Mundo
Bravura, energia
A Patria confia
No nosso valor.*

Depois desses, novos hymnos compunha, num total de sete, todos vibrantes da mesma nota patriótica.

Alguns lograram immediatamente a maior notoriedade, divulgaram-se, foram entoados por milhares de bôcas. O "Brava`Gente Brasileira" começou a sêr cantado ao som de duas músicas diversas, uma de autoria do maestro Marcos Portugal e outra da autoria do proprio principe D. Pedro.

O jovem patriota, que nos seus cantos expandia o alvoroço em que vivia o seu coração, por motivos que têm sido explicados de maneira um tanto simplista, continuava arredio, no fundo da livraria de seu pae, fugindo á evidencia.

Os corpos militares da guarnição do Rio cantavam "Brava Gente Brasileira" e o Hymno Nacional; cantava-os o povo nas ruas. No momento, e não sem razão, o heróe maximo da Independencia era o Principe D. Pedro; e, muito naturalmente, para logo se emprestou a autoria da letra do "Brava Gente Brasileira" ao proprio Principe, já que lhe compuzera uma música.

Por modestia, por timidez, certamente por patriotismo, para não diminuir a aureola romantica de D. Pedro, o verdadeiro autor da letra do "Brava Gente Brasileira" se deixou ficar quieto, indifferente á gloria. Os annos se passaram e

muita gente accitou como sendo de Pedro I a letra do hymno famoso. O Reverendo Walsh, no seu "Notices of Brazil in 1828 and 1829", registou a mesma autoria. Só muito mais tarde, em 1833, Evaristo, em contradicta ao Visconde de Cayrú que, em artigo, sob o pseudonymo de Jurista, publicado no Diario do Rio de Janeiro de 10 de setembro desse anno, louvando o ex-monarcha, lhe attribuiu a paternidade da "letra e música" do "Brava Gente"; reivindicou o que era seu: "esse hymno é sahido do humilde balcão e producção mesquinha de nossa mocidade" (14).

Os originaes, do punho de Evaristo, do "Brava Gente" e dos outros hymnos, estão na Secção de Manuscriptos da Bibliotheca Nacional. Um delles, escripto a 16 de setembro de 1822, já depois, portanto, do grito do Ypiranga, era uma glosa do mote — "Independencia ou Morrer". D. Pedro chegara de S. Paulo na vespera á noite, numa daquellas suas viagens fulminantes.

"Independencia ou morte" ou "Independencia ou morrer"? O grito de D. Pedro teria sido communicado a Evaristo segundo a versão que elle consagrou no seu hymno?

O certo é, porém, que o retrahido caixeiro de livraria continuou a decantar os feitos da Independencia e a fixar em seus versos os aconte-

(14) Aurora Fluminense — de 15 de setembro de 1833.

cimentos mais marcantes que se iam succedendo. Primeiro, a apuração dos votos dados aos deputados do Rio de Janeiro:

*Eil-os da Patria os Paes! No seu semblante
O saber e a prudencia estão gravados.*

E como que rectificando o Hymno “Independencia ou Morrer”, concluia:

*Seja de vossas leis a Patria o norte!
Este povo que a empreza vos confia.
Vos dá por base — Independencia ou Morte.*

Este soneto tem a data de 21 de setembro.

Depois, era o acto da Acclamação do Imperador que lhe inspirava nada menos de três sonetos.

E cantando sempre a Liberdade, em odes e estancias, dedicava tambem odes e sonetos á installação da Assembléia Constituinte, a Lord Cochrane, á saúde do Imperador, á fuga do General Madeira.

D. João VI, que antes celebrara, quando ainda não se descobrira brasileiro, apparecia num soneto como duplice e impostor. Passara o tempo dos sonetos laudatorios “aos annos de S. Magestade”.

Toda essa producção poetica, inspirada em motivos politicos, deixa evidente o interesse com

que Evaristo acompanhou os successos da Independencia. E' inteiramente infundado, pois, o silencio que lhe foi attribuido, em face desses successos, por alguns de seus biographos. Macedo, concedendo que Evaristo não tivesse sido indifferente aos acontecimentos de 1821 e 1822, diz que nelles não pôde tomar parte por temor ao pae, pelo receio de desgostar a este que, além de portuguez, era "aferrado ás velhas doutrinas", á "autoridade absoluta do rei".

Antes de tudo, deve-se pôr em duvida esse afêrro ás velhas doutrinas num homem que, na primeira mocidade, tão solícita e interessadamente copiara as "Cartas Chilenas" e no Rio de Janeiro de D. João VI, depois de sêr professor, se fizera livreiro. Francisco Luis Saturnino da Veiga não era o absolutista feroz pintado por J. M. Macedo. O que elle seria, isso sim, era bom portuguez, com pouca disposição de mudar de patria. Evaristo era filho extremoso, como o era tambem seu irmão João Pedro. Ora, quando Evaristo compoz o hymno "Brava Gente Brasileira", quem o mandou imprimir foi João Pedro, na typographia do "Diario do Rio de Janeiro", na mesma occasião, no mesmo anno de 1822. (15)

(15) Luiz Francisco da Veiga — Hymnos Patrioticos —
Revista do Instituto Historico — Tomo XL — pág. 43.

Conta Luiz Francisco da Veiga que João Pedro levou doze exemplares ao Paço Imperial, seis destinados ao Imperador e seis para D. Leopoldina, e accrescenta que, ao saber D. Pedro I da intenção de João Pedro de offerecer seis exemplares á Imperatriz, exclamou: “Para que quer ella isso? Dê-me mais quatro”.

Se Evaristo temesse tanto ao pae a ponto de por isso não tomar parte nos acontecimentos da Independencia, o mesmo temôr obstaría seu irmão João Pedro de mandar imprimir o “Brava Gente” e de leval-o ao Imperador: Evaristo e João Pedro eram unidissimos. (16).

As razões do papel obscuro e modesto de Evaristo nos successos da Independencia serão outras e de facil explicação.

Em primeiro lugar, como deixa fóra de duvida o seu caderno de poesias, que era como um livro de memorias ou de confissões, Evaristo não foi precoce no sentimento nativista, no ardôr brasileiro. Durante quasi todo o anno de 1821 elle se satisfez com o “Throno Luso”, com a solução da monarchia constitucional abrangendo Brasil e Portugal, um e outro fazendo uma só patria, com portuguezes cá e lá, todos portuguezes.

(16) “Evaristo pronunciava sempre o nome de João Pedro com grande effusão d'alma, este sempre falava delle com as lagrimas nos olhos”. De Simoni. Honras e Saudades — pg. 11.

Só despertou nelle a sensibilidade propriamente brasileira em 1822, em face do procedimento das Côrtes de Lisbôa, quando começou a perceber a “perfidia de Portugal”. O seu nacionalismo, pois, era novo, era recente; faltavam-lhe raizes, faltava-lhe a flamma, a paixão em que outros já ardiam.

Em segundo logar, Evaristo era em 1822 um rapaz que trabalhava no balcão da livraria de seu pae, sem nenhuma projecção, sem situação social, sem posição politica para tomar a dianteira e figurar no primeiro plano dos acontecimentos.

Por ultimo, convem ter em vista o seu feitio moral, o seu fundo psychologico, o seu modo de sêr. Elle era uma natureza profundamente honesta, homem de grande desinteresse, destituido de vaidade, com um character de admiravel firmeza, mas fundamentalmente moderado, sereno, equilibrado.

Ora, se o seu nacionalismo brasileiro só acordara com o desencanto da solução de uma monarchia dual, quando descobriu a má fé das Côrtes de Lisbôa, e, si, por outro lado, era um homem calmo, moderado e sincero, delle só se poderia esperar a attitude que realmente teve.

Ninguem menos arrebatado, menos energumeno; outra attitude seria propria de um jovem

descontrolado, de um caixeiro turbulento, não de Evaristo.

O respeito ao pae não é a verdadeira explicação do seu papel nos dias da Independencia, papel que foi o que devia ter um moço obscuro, sereno e modesto.

Que o pae não inhibiu a sua acção ha outra prova na sua replica, ao pamphleto anonymo contra o Brasil, intitulado “Carta do compadre de Belém”, impressa em Portugal.

Basilio de Magalhães (17), em estudo publicado em jornal desta cidade, contestando a affirmativa de Valle Cabral, no trabalho “Annaes da Imprensa Nacional do Rio de Janeiro de 1808 a 1822”, demonstra cabalmente que a resposta á “Carta do Compadre de Belém” é de autoria de Evaristo, fixando a epoca de sua composição em fins de 1821.

De Simoni, no “Elogio” feito logo depois da morte do jornalista da “Aurora Fluminense”, já alludira a esse escripto, dizendo que nelle Evaristo guardara “a viseira do anonymo”.

A resposta é assignada — “O Estudante Constitucional”.

Em fins de 1821, Evaristo, desilludido da sinceridade dos liberaes portugueses, capacitara-se dos verdadeiros destinos do Brasil e via em

(17) Jornal do Commercio de 6 de junho de 1937,

Portugal um inimigo. Na contestação á “Carta do Compadre de Belém” elle palpitava de enthusiasmo pela terra de seu berço, ennumerando-lhe as grandezas e as possibilidades, cantando-lhe a riqueza e o futuro.

Tendo sempre em vista o carinho votado a seu pae, é fóra de duvida que Evaristo não escreveria, ou ao menos não publicaria esse trabalho, se isso o magoasse. Nem se diga que o pseudonymo usado visava esconder do pae a autoria da resposta: tambem por pseudonymo era assignada a “Carta do Compadre de Belém”.

Evaristo, servindo-se de um pseudonymo, não só fazia o mesmo que o seu contradictado, como obedecia a um impulso de temperamento. Desde então, elle manifestava o seu pouco amor á ostentação, o seu horrôr ao brilho, a sua modestia exemplar. Era a primeira demonstração do desapêgo á gloria e do desinteresse nunca desmentidos em sua vida breve e cheia, o panno de amostra do futuro guia político do Brasil dos tormentosos dias da Regencia, quando commandava as maiorias da Camara, fazia e desfazia ministerios, elevava Feijó á Regencia unica e nada queria para si, nada trocava pela sua penna de jornalista e pelo balcão de sua livraria.

Só um logar, só uma posição elle solicitou com o mais vivo desejo, emprego, porém, muito

modesto: o de official supranumerario numa Secretaria de Estado, em 1819, logo depois de concluidos os seus estudos. Para isso dirigira uma petição a D. João VI, assignando ainda Evaristo Ferreira da Veiga e Barros, nome de estudante, com o appellido materno — Barros — accrescido aos do pae.

O pedido não logrou deferimento e Evaristo foi para a loja de livros paterna, para a sua “universidade”, longe dos poderosos, detestando os cortezãos. Modesto ou orgulhoso, fazia em 28 de janeiro de 1823 um soneto, em que dizia:

*Eu não sei adular, não sei mentir.
Nem desprezos e affrontas supportar;
Não posso para os grandes frequentar,
Humilde nas cocheiras assistir.*

*Em tudo onde o meu voto se pedir,
Singelo, e sem rodeio hei de falar.*

Era um programma de vida que se traçava e que realisaria indefectivelmente.

Caixeiro da livraria de seu pae, foi Evaristo expectador, de começo optimista mas bem depressa desenganado, da acção do primeiro Imperador.

O homem publico que havia nelle preparava-se na penumbra do balcão, em cujos lazeres lia e meditava.

Consumada a Independencia, com a merecida aureola de heróe, Pedro I, por seus gestos contradictorios e suas attitudes incoherentes, não se imporia por muito tempo á admiração de Evaristo.

O anno de 1823 seria o da installação da Constituinte e o de sua dissolução por um golpe de força. Em 30 de maio já elle vislumbrava o “despotismo mascarado” em varios discursos feitos na Assembléa. Mas, em Julho, ainda dedicou sonetos ao Imperador:

*Pedro, Heróe do Brasil, terror e espanto
Da sanha infesta e perfidia impostura*

Dissolvida, porém, a Constituinte, succedia a mais negra desillusão. O heróe era assim? E Evaristo nunca mais cantou successos politicos, buscando em idyllios, madrigaes e fabulas como que uma evasão para as suas decepções. Só a morte da Imperatriz faria vibrar novamente num soneto e em “disticos para o mausoleu” a nota politica... e bem se sabia como se finara a pobre d. Leopoldina, humilhada, maltratada por um marido femeeiro e brutal.

CAPITULO II

ANNOS DE PREPARAÇÃO — O LIVREIRO EVARISTO FERREIRA DA VEIGA

1823, 1824, 1825, 1826 foram annos de recolhimento e de intima preparação em que Evaristo, sentindo definir-se a propria vocação e formando a sua personalidade, havia de encontrar-se comsigo mesmo. No começo de 1823 morrera-lhe a mãe e esse facto, além da repercussão affectiva, lhe dera ensejo de iniciar uma nova etapa em sua vida.

Francisco Luis Saturnino da Veiga, que se casara com moça abastada (18), não fôra mal succedido nos negocios da livraria e por occasião da viuvez já podia dividir com os filhos a parte que lhes tocava na herança materna.

Tratando-se de familia que vivia em grande harmonia, causa á primeira vista estranheza que

(18) Veiga Miranda — O Pamphletario da Regencia — pg. 16.

Evaristo e João Pedro, separando-se do pae, fossem abrir na mesma cidade, aqui mesmo no Rio de Janeiro, uma outra livraria, fazendo-lhe concorrência. Mas essa estranheza cessa quando se tem em conta o feitiço moral do velho Veiga, cujo mais caro desejo era certamente ver os filhos viverem independentes, com economia propria, e não em condição subalterna de empregados ou na de simples socios a soffrerem o seu ascendente, submissos á sua orientação. Além disso, e aqui está a causa immediata, Francisco Luis Saturnino da Veiga pretendia casar segunda vez, como elle mesmo contava em carta de 10 de Dezembro de 1823, dirigida a Raymundo Severino da Motta: “As desinquietações com que tenho vivido este anno, *pela falta de minha companheira, liquidações de contas com meus filhos que fiz emancipar para poder passar a 2as. nupcias afim de evitar quedas que a corrupção frequentemente offerece...*” (19).

Homem escrupuloso e exacto, querendo casar novamente, entregara aos filhos o que lhes pertencia. E foi assim que, em 1823, Evaristo, juntamente com seu irmão João Pedro, abria livraria propria na esquina das ruas da Quitanda e S. Pedro.

(19) Veiga Miranda — op. cit. — pg. 21.

Do facto dos filhos estabelecerem o mesmo ramo de commercio do pae se pôde concluir que o negocio de livros constituia empreendimento lucrativo e que augmentava todos os dias o gosto pela leitura, crescendo o numero das pessôas interessadas no movimento intellectual do mundo, nas décadas iniciaes do seculo XIX. Era o grande surto do liberalismo europeu e norte-americano que se manifestava entre nós, num Brasil que cortara os laços que o prendiam politica e administrativamente a Portugal e á Europa, mas que desta cada vez se approximava mais desde a chegada de D. João VI.

“No Brasil dos principios do seculo XIX e fins do XVIII, a reeuropeisação se verificou pela assimilação de parte de raros, pela imitação (no sentido sociologico fixado por Tarde) da parte do maior numero; e tambem por coerção, os ingleses, por exemplo, impondo á colonia portugueza da America — atravez do tratado de Methuen, quasi colonia delles, Portugal só fazendo reinar — e mais tarde ao Imperio, uma serie de attitudines moraes e padrões de vida que espontaneamente não teriam sido adoptados, pelo menos com tanta rapidez” (20).

Essa re-europeisação modificava extraordinariamente a physionomia da antiga cidade co-

(20) Gilberto Freyre — *Sobrados e Mucambos* — pg. 259.

lonial, impondo-lhe novos estylos de vida, creando-lhe necessidades antes desconhecidas.

Nada dará melhor uma idéa do que foi a transformação que se operou no Rio do que a leitura dos jornaes, dos annuncios nelles publicados, fixando, em verdadeiros flagrantés, as influencias inglesas e francesas nas idéas, nos sentimentos, nos habitos, nas modas, na alimentação, na vida intima e na vida social dessa epoca.

Para cá tinham vindo, em grande numero, negociantes franceses e ingleses a explorarem os mais variados generos de commercio.

Prova da importancia que assumira o commercio estrangeiro estará no annuncio que no "Diario do Rio de Janeiro" de 15 de Fevereiro de 1823 fez o advogado Antonio José d'Assa Castello Branco Cunha e Menezes, annuncio em francês, em que avisava a "Mrs. Les Etrangers" a mudança do seu escriptorio e dizia que falava e escrevia naquella lingua.

Em outro numero do mesmo jornal, "Cesar, alfaiate francês, com loja no canto da rua da Cadeia n.º 91", participava "ao respeitavel publico que ha pouco lhe chegara de França um lindo e escolhido sortimento de fazendas das de melhor gôsto e proprias para uso dos Senhores no tempo do verão. . ."

Francês era em 1823 o redactor do “Diario do Rio de Janeiro”, A. M. Jourdan ainé.

Com a transformação da architectura urbana por influencia da Missão Artistica que nos trouxe Debret, A. Taunay, Grandjean de Montigny, Simon Pradier e outros, e com os novos habitos de moradia em pontos mais affastados do centro da cidade, foram apparecendo as vivendas e as chacaras para os lados do Cattete, de Botafogo, do Engenho Velho, do Engenho Novo, da Tijuca e do Andarahy; e foram surgindo os jardins. Para fazel-os, certamente á maneira franceza, “Charlemagne e Romieux de proximo chegados da França”, punham annuncio no “Diario do Rio de Janeiro”.

Franceses eram tambem os cabellereiros, como Desmarais, estabelecido á rua do Ouvidor, rua aliás toda povoada de lojas francesas, lembrando pelo arranjo e sortimento as da rua Vivienne, em Paris, segundo notaram Hippolyte Taunay e Ferdinand Dénis (21).

Franceses eram tambem os chapeleiros, como Frederico Richard, e os tintureiros, como Louis Bernard.

Esses alfaiates, chapeleiros, tintureiros, cabelleiros, jardineiros franceses, juntamente

(21) Notice Historique et Explication du Panorame de Rio de Janeiro.

com os architectos, pintores e gravadores tambem franceses, entraram a influir consideravelmente com a sua technica, com o seu gôsto, com os artigos que importavam ou confeccionavam, sobre a vida da cidade, sobre a sua feição e os seus costumes.

Mas não só a influencia francesa se fez sentir nessa phase de europeisação do Rio de Janeiro: os ingleses tambem cooperaram em grande escala e sob outros aspectos talvez de maneira mais decisiva.

Se aos franceses tocava de preferencia o commercio a varejo, se para o Rio se transplantavam as *boutiques* de Paris, os ingleses, pela preponderancia economica que o dominio dos mares e os tratados favoraveis lhes assegurara, disputavam o commercio mais rendoso, os negocios mais vultosos, as operações bancarias.

Os annuncios do "Diario do Rio de Janeiro" do anno de 1823 estão cheios de nome de commerciantes ingleses, sendo que alguns delles aqui pegaram de galho e se perpetuaram em larga progenie hoje bem brasileira. E' o caso, por exemplo, de Jorge João Dodsworth, leiloeiro com escriptorio e deposito á rua da Alfandega n. 399 que, ao lado dos objectos mais diversos que vendia ao correr do martelo, taes como candelabros, pinturas, commodas, secretarias, escrevaninhas,

vasos de alabastro e livros, era o correspondente commercial de Hyppolito da Costa e annunciava regularmente a chegada dos numeros do “Correio Brasiliense”, vindos pelos navios de Liverpool.

J. J. Dodsworth foi leiloeiro no Rio durante todo o primeiro Reinado e a Regencia, teve filho barão do Imperio (o barão de Javary) e descendentes que se ligaram ás melhores familias de origem portuguesa, a Andradas e a Toledos.

A profissão de leiloeiro, da epoca da Independencia aos primeiros tempo do segundo Reinado, constituiu quasi privilegio dos ingleses. Ao lado de Dodsworth, figuravam Diogo Brichhead, estabelecido á rua dos Pescadores n. 97, Naylor & Comp. (Naylor é tambem hoje familia bem brasileira, que deu ao Thesouro Nacional dois directores geraes), Gorink, Risk & Comp., Freese, Blanckagen, Coucher & Comp.

Isso só em 1823; mais tarde outros vieram augmentar a lista.

Commerciantes ingleses referidos em annuncios do “Diario do Rio de Janeiro” no mesmo anno eram Fernando Oxenford, com casa na rua da Mãe do Bispo n. 18, Alexandre Mac-Gronther, Brown Douglas, J. D. Thompson, etc.

Toda essa gente, todos esses ingleses e francezes faziam com que o Rio se tornasse a mais eu-

ropéa das cidades do Brasil, como notava Maria Graham comparando-o á Bahia e ao Recife (22).

Europeisando-se, na casa, no arranjo interior, nos moveis, nos vestuarios, na moda, na comida, a capital do Brasil se europeisava tambem nas idéas, nos sentimentos, nas doutrinas politicas.

Os agentes desse segundo aspecto de europeização foram os livros e os jornaes, uns e outros se espalhando em profusão. Basta considerar que em 1821 o "Diario do Rio de Janeiro" inseria annuncios de nada menos de oito lojas de livros: de Manuel Joaquim da Silva Porto, á rua da Quitanda esquina de S. Pedro, de Jeronymo Gonçalves Guimarães, á rua do Sabão n. 357, de João Baptista dos Santos, á rua da Cadeia, de Cypriano José Carvalho, de Francisco Nicolau Mandillo, de Paulo Martin, á rua da Quitanda, de Francisco Luis Saturnino da Veiga, á rua da Alfandega 395, e outra loja de livros "na rua Direita n. 60, defronte do Arsenal". Dois annos depois, em 1823, feita a Independencia, inaugurada a Assembléa Constituinte, só poderia augmentar o commercio de livros. E foi o que aconteceu. Os annuncios do "Diario do Rio de Janeiro" fazem allusão a outras lojas de livros, novas ou successoras das anteriormente existentes. A de Paulo Martin passara da rua da Quitanda para a rua

(22) *Journal of a voyage to Brasil* — pg. 169.

dos Pescadores n. 14; José Antonio da Silva abriu loja á rua Direita n. 112 e Joaquim Antonio de Oliveira, á rua da Quitanda n. 115. E na rua dos Latoeiros n. 12 tambem se vendiam livros, obras francesas sobre “Medicina, Cirurgia, Historia, Litteratura, Artes, Sciencias, Jurisprudencia etc”; na rua da Ajuda n. 102, defronte do convento, livros religiosos; e na rua Nova do Senado n. 57, nas lojas de Vera Cruz e Comp. Moreira, na rua da Quitanda n. 36 (Bossuet, La Fontaine, um tratado de cambios), na rua dos Arcos n. 41. Livros usados, livros de segunda mão eram offercidos em annuncios frequentes; e até em lojas de couros, como a “da rua de S. Pedro, defronte da estalagem que foi do Capitão Manoel José Ribeiro da Silva”, o habitante do Rio em 1823 encontraria livros para comprar.

Com essa abundancia de livros e essa expansão do seu commercio, não haveria que estranhar que, recebendo a legitima materna, João Pedro da Veiga e Evaristo fossem fazer concurrencia ao pae, abrindo tambem a sua loja de livros.

Os primeiros annuncios da nova livraria — João Pedro da Veiga & Comp. — appareceram no “Diario do Rio de Janeiro” de 11 de outubro de 1823. A 29 do mesmo mez, Evaristo e seu irmão annunciavam “por preços commodos” o “Cours de Politique Constitutionelle”, em oito vo-

lumes, de Benjamin Constant, varias obras de Bentham, entre ellas, a "Tactique des Assemblées".

Se algum deputado á Assembléa Constituinte comprou esses livros e quiz adoptar os ensinamentos nelles contidos, foi em vão: quatorze dias depois, a 12 de novembro, Pedro I, sem geito para rei constitucional, desfechava o golpe da dissolução...

O "despotismo mascarado", a que Evaristo alludira num soneto de 30 de maio de 1823, passava a ser franco, sem mascara. Pedro I, outorgada a Carta de 25 de março de 1824, governaria até 1826 sem Camaras, ao sabôr dos seus caprichos, a despeito da ficção do regimen constitucional inaugurado.

A primeira reacção de Evaristo em face do rumo que tomavam os acontecimentos politicos foi de desanimo. Como lutar? E o pequeno livreiro de 24 annos, em edade de amar, buscou evasão escrevendo poemas lyricos, que, na sua maioria, ficavam ineditos, nas gavetas da loja de livros da rua da Quitanda esquina de S. Pedro.

Na sua maioria, é verdade; mas não todos, como asseverou em carta ao "Jornal do Commercio" de 5 de Janeiro de 1900, o Conselheiro Ponte Ribeiro, genro de Evaristo, a proposito de um artigo de José Verissimo, publicado tres dias

antes, em que este dissera que “a poesia depois da Independencia se calara talvez envergonhada dos hymnos patrioticos de Evaristo da Veiga e quejandos vates”. (23).

Além dos hymnos, publicados em 1822, Evaristo, em 1823, publicou “Despedidas de Alcino a sua amada”, á venda na loja de Paulo Martin, á rua dos Pescadores, n. 14.

Essa “Despedida de Alcino a sua amada”, de que deu noticia o “Diario do Rio de Janeiro” (24), era de autoria de Evaristo. Alcino era o seu nome poetico, era o seu pseudonymo arcaico, imitando Elmano de Bocage. Num soneto de 26 de julho de 1818, já elle dizia:

*Não queiras formosissima Tyrana
Mostrar-te ao triste Alcino aspera e dura*

No soneto de despedidas aos “queridos collegas de philosophia”, repetia quatro mezes depois:

*Os adeuses de vosso terno Alcino
Ouvi, se me quereis, como vos quero.*

O “triste Alcino” reapareceu na Epistola de Abril de 1819 e outra vez em soneto de Novembro de 1820, já como “misero Alcino”.

(23) Jornal do Commercio de 2 de Janeiro de 1900.

(24) Diario do Rio de Janeiro de 10 de Abril de 1823.

Que se saiba, não existe mais exemplar algum da “Despedida de Alcino a sua amada”.

Mas Evaristo não era afinal um poeta e elle teve disso intima convicção, antes que lh'o dissessem. A partir de 1823, a sua actividade poetica foi esmorecendo, como se pôde verificar no seu caderno de poesias. Em 1821, as composições são em numero de 39, em 1822 baixam a 32, em 1823, phase culminante, ascendem a 45, para descerem em 1824 a 12, em 1825 a 3, em 1826 a 5, subindo de novo em 1827, anno em que se casou e estabeleceu livraria separado de seu irmão João Pedro, a 18. E acabou-se.

A vocação de Evaristo era a politica, o serviço publico, na imprensa e no parlamento. A decepção com os erros do reinado de Pedro I e a necessidade de cuidar de sua vida tornavam-no mais retraido, todo entregue aos negocios da loja de livros que abrira em setembro de 1823 com seu irmão João Pedro.

Vendendo livros, ganhando dinheiro, Evaristo não se desinteressava, entretanto, da sorte do seu paiz, não se fechava em commodo egoismo. Sem ter sahido do Brasil nem frequentado universidades, elle se preparava para mais tarde empenhar-se na acção politica e bater-se pelos principios que lhe pareciam verdadeiros. Já tendo uma bôa base humanistica, conhecendo bem o la-

tim, Cicero, Virgilio e Horacio, familiar dos classicos francezes — de Racine traduzira trechos de Athalie —, lendo correntemente o inglêz, o francês e o italiano, não lhe foi difficil, commerciando em livros, ler o que de melhor se publicava então.

Para saber-se quaes as suas leitura bastaria em grande parte pesquisar nos jornaes do tempo os annuncios dos livros que vendia. Evaristo leu as obras de Benjamin Constant, de Bentham, de Blackstone, de Foy, de Ganhill, abeberou-se do liberalismo politico então triumphante na Europa. Leu Ricardo, Say, de Sismonde, inteirando-se do liberalismo economico. Leu livros sobre as instituições norte-americanas. Em livros e jornaes da Europa, formou o seu pensamento e fixou-se na posição da monarchia constitucional que era a dos homens de mais equilibrio do seu tempo, sempre com os olhos voltados para o que se passava na Inglaterra e na França. Queria instituições livres, queria adoptadas no Brasil todas as theorias constitucionaes que alimentavam o ideal politico do seculo.

Monarchia constitucional e não republica. Esta lhe parecia um excesso e elle era o moderado por excellencia. A moderação será o traço dominante do seu caracter, moderação que não excluirá jamais firmeza, coherencia, inflexibilidade de conducta.

Vendendo livros, lendo, fazendo versos, passou os annos de 1823 a 1827. Com a venda de livros, negocio rendoso, augmentou o que herdara da mãe, ficou economicamente independente (25), a ponto de nesse ultimo anno separar-se de seu irmão João Pedro para estabelecer-se com livraria propria.

Desde algum tempo uma das lojas de livros mais prosperas do Rio era a de João Baptista Bompard, francês que, como Paulo Martin, M. S. Crèmière, Cogez, Plancher, se tinha feito livreiro, ou dono de typographia na Capital do Imperio.

Em fins de Outubro ou começos de Novembro de 1827 Evaristo comprou a livraria de Bompard, como se vê do aviso publicado nas "Informações Particulares" do "Diario do Rio de Janeiro" de 8 de Novembro do mesmo anno: "João Baptista Bompard avisa ás pessôas que tinham obras á commissão na sua loja de livros (rua dos Pescadores n. 49), que tendo-a vendido aos srs. Evaristo da Veiga & Comp., necessita ajustar as suas contas; para isso lhes pede queiram dirigir-se ao 1.º sobrado por cima da sobredita loja, no prazo de 15 dias, em que o acharão a qualquer hora".

João Pedro continuou com a loja da rua da Quitanda esquina da de S. Pedro e Evaristo foi

para a da rua dos Pescadores n. 49, em cujo sobrado estabeleceu residencia. Lá morava Bompart, segundo se conclue do aviso na parte em que dizia — “em que o acharão a qualquer hora”. No dia 10 de Novembro de 1827, o “Diario do Rio de Janeiro” publicava o primeiro annuncio da nova livraria e no dia 15 o segundo, logo depois da de João Pedro da Veiga.

A loja de Evaristo vendia nessa epoca livros de Economia Politica, de Administração, de Finanças, Say, Ricardo, Ganith, de Sismonde, livros sobre os Estados Unidos e sobre o Mexico, Broussais, Magendie, Voltaire e uma traducção de Racine por Candido Lusitano.

Mas o anno de 1827 não marcaria na vida de Evaristo apenas a sua definitiva emancipação economica: seria o anno do casamento com a mulher de sua escolha, D. Ideltrudes Maria d’Ascenção, casamento que despertou a Musa adormecida, inspirando-lhe tres sonetos, todos datados de 30 de Outubro.

Com vinte e oito annos de idade, casado, dono de uma livraria, possuidor de “uma fortuna consideravel” (26), chegava o momento de entrar na peleja aspera, que seria a sua vida publica.

(26) De Simoni — Houras e Saudades — pg. 11.

O “mercador cauto e estudioso” que vivera até então “mettido no fundo de sua loja”, ia começar um combate sem desfallecimentos aos excessos, aos disturbios, aos erros, aos crimes que affligiam e indignavam o seu coração generoso e o seu espirito recto.

Por isso mesmo que já conquistara tão depressa o que outros só conseguem mais demoradamente — estabilidade material, felicidade domestica — mais forte eram os impulsos que o levavam a abandonar um retrahimento que, a prolongar-se, se confundiria com a indifferença e o conformismo.

Mas em Evaristo nunca houve indifferença, nunca houve conformismo; á sua natureza repugnava esse peccado frio que é a omissão, essa cumplicidade secreta com o mal que ha na covardia dos egoistas.

Sem sombra de presumpção, antes desconfiado do proprio valôr, não terá sido sem encarniçada luta interior que o livreiro moço e abastado, que o livreiro que acabava de formar familia, ia trocar a posição de mero espectador pela de combatente da primeira linha.

CAPITULO III

UM “BALCÃO FEITO CADEIRA DE SCIENCIA POLITICA” — A “AURORA FLUMINENSE”

Decidindo-se a descer ao lamaçal que era entre nós a vida de imprensa no primeiro Reinado, Evaristo não poderia ter illusões quanto aos disabores, ás amarguras, aos soffrimentos, que o aguardavam.

Quem os antevia melhor do que ninguem era seu pae. Em versos que figuram no caderno de poesias de Evaristo com a nota — De meu Pae — dizia Francisco Luis Saturnino da Veiga em tom de advertencia ao filho que se dispunha a abandonar o socego e a pacatez da prospera loja de livros:

*Attendei pois que eu persisto,
Em fugir de ajuntamentos,
Em trabalhar utilmente,
Deixando vagar a gente*

*Em reformar elementos.
Cada um a si conduza
Pela lei que Deus lhe deu,
Vele em si e no que é seu. . .*

Mas Evaristo não queria ficar nessa vida quieta, “velando em si e no que era seu”; queria servir aos seus semelhantes, servir á sua terra, concorrer para conduzi-la a bom caminho. O proprio casamento, com a perspectiva dos filhos, impellia-o a collaborar na feitura de uma patria melhor, em que elles fossem felizes á sombra de instituições livres, num regimen em que a dignidade do homem não estivesse á mercê dos caprichos dos poderosos e dos violentos.

O “Diario do Rio de Janeiro”, o Diario do Vintem ou da Manteiga, como lhe chamavam, annunciava no seu numero de 14 de Dezembro de 1827 o apparecimento proximo da “Aurora Fluminense”: “No dia sexta-feira, 21 do corrente, se ha de publicar o primeiro numero do novo jornal Politico Literario, intitulado —A Aurora Fluminense — que deverá sahir dahi em deante todas as segundas e sextas feiras. O estylo em que deve ser escripto este jornal; a marcha que constantemente se observará no desenvolvimento das materias; enfim a imparcialidade de sua linguagem, esperamos lhe assegurarão um porvir favoravel, e nem se póde deixar de assim crêr quando se não

tem por guia mais que a razão e a virtude, unicos moveis de felizes resultados. O plano deste Jornal e os principios de liberdade constitucional, que anima a jovem sociedade brasileira, que se acha encarregada de sua redacção, serão expostos com tanta clareza quanto patriotismo, em introducção ou prospectos desta folha...?”

E concluia dizendo que a subscrição se faria na typographia do “Diario do Rio de Janeiro” e nas lojas de livros de João Baptista dos Santos, na rua da Cadeia e de Evaristo Ferreira da Veiga e Comp., na rua dos Pescadores.

Conforme o promettido, a 21 de Dezembro appareceu o primeiro numero da “Aurora Fluminense”.

O novo jornal não foi fundado por Evaristo. De Simoni, no elogio funebre feito em sessão de 12 de agosto de 1837, da Sociedade Amante da Instrucção, diz que a “Aurora” foi iniciada por “um joven brasileiro hoje fallecido, José Apollinario de Moraes, um outro seu patricio e um estrangeiro illustrado” (27).

O “estrangeiro illustrado” parece não haver duvida que era o medico francês Dr. José Francisco Sigaud. Quem seria a terceira pessoa referida por De Simoni? Por occasião do apparecimento da “Aurora Fluminense” a muita gente se attri-

buiu a qualidade de redactor e fundador della. A “Gazeta do Brazil”, pasquim que então se publicava no Rio de Janeiro, dizia que os redactores da “Aurora” eram “o famoso Anão dos assobios, patife sem vergonha, bandalho descarado”, mais “um menino aprendiz de receituário de venenos já bem conhecido por suas dexteridades nocturnas no largo do Rocio” e “certo velhaco republicano de cabeça rapada” (28). Isto numa correspondencia dirigida á redacção, accrescentando esta, em nota, que o correspondente estava errado “porquanto estamos certissimos que os principaes redactores da “Aurora” são — José Apollinario, um moçinho chamado Francisco Valdetario (sic) e o conego Januario da Cunha Barbosa, com toda a sucia do Pessôa, Lêdo, Sousa França, etc.”.

Na assacadilha do missivista da “Gazeta do Brazil” far-se-ia referencia a Evaristo? Ou a torpeza do periodo “menino aprendiz de receituário de venenos etc.” seria endereçada ao medico francês ou a José Apollinario? Por outro lado, nem Conego Januario, nem Lêdo, nem Sousa França jamais tiveram, que se saiba, a menor ingerencia na redacção da “Aurora”.

O terceiro fundador a que se referiu De Simoni, sem mencionar-lhe o nome, foi Francisco Valdetaro. Evaristo, conforme o testemunho va-

(28) Gazeta do Brasil de 2 de Janeiro de 1828.

lioso do mesmo De Simoni, dado em 1837, menos de dez annos depois da epoca de fundação da “Aurora”, “resolveu associar-se aos collaboradores da “Aurora Fluminense”, passando em pouco tempo de collaborador “a redactor principal e finalmente unico”.

A imprensa do Rio de Janeiro, ao tempo em que surgiu a “Aurora Fluminense”, era quasi sem excepção a mais deploravel possivel, pelo desmando da linguagem, pelo feitio pasquineiro que nada poupava, toda de jornaes incapazes de discutir uma questão sem baixar ao mais desbragado, personalismo, fosse para louvar, fosse para deprimir, oscillando entre “o periphraseado servil dos periodicos ministeriaes e o tom licencioso e anarchico adoptado pelos liberaes”, como notaria Armitage. (29)

Nenhum exemplo mais flagrante do que a “Gazeta do Brazil”, apparecida a 30 de Maio de 1827. Como amostra do que ella era, bastará transcrever a pequena resposta que se segue, da lavra do seu redactor principal: “Tenho duas mãos e muita vontade de lh’as assentar na cara. Já o procurei; recusou-se; em querendo experimentar, appareça de dia ou de noite; toda a hora

(29) Historia do Brasil — 2.^a edição — pg. 160.

é boa, todo o lugar é bom. Sou, sr. Patife, João Maria da Costa". (30)

Não deixa de ser extraordinario que um pasquim dessa ordem se subscrevesse e estivesse á venda na livraria de Evaristo, á rua dos Pescadores n. 49, conforme se lia no cabeçalho dos ultimos numeros. A "Gazeta do Brazil" era favoravel ao Governo, era órgão ministerial, defendendo o Gabinete de 15 de janeiro de 1827, o Ministerio do Visconde de São Leopoldo e dos Marquezes de Queluz, Nazareth, Lages e Maceió.

A "Aurora Fluminense" não passava para a "Gazeta" de mais uma "fedorenta sentina da demagogia e do jacobinismo que graças á fraqueza do nosso Governo tanto pullula por ora entre nós". (31)

A "Astréa", de Antonio José do Amaral e José Joaquim Vieira Souto, merecia-lhe os epithetos de "insolente" e "demagogica", e "O Universal" de Ouro Preto, de inspiração de Bernardo de Vasconcellos, os de "jacobino" e "anarchico".

(30) Numero de 11 de agosto de 1827. — Este João Maria da Costa, depois de ter fechado no Rio de Janeiro o pasquim, que, segundo se dizia, era subvencionado pelo Governo, e tinha o apoio de Chalaça, foi para os Estados Unidos, redigindo lá dois jornaes em lingua hespanhola — "El Ciudadano del Mundo" e "El Verdadero Realista". Em ambos continuou a tratar da politica interna do Brasil.

(31) Numero de 2 de Janeiro de 1828.

Os deputados liberaes soffriam os ataques mais crueis da "Gazeta do Brazil", sobretudo Feijó, a proposito de sua attitude a favôr da abolição do celibato.

Aos jornaes combatidos pela "Gazeta" não se ajustariam com precisão os qualificativos que lhes eram distribuidos; o "Universal" por exemplo, era nessa epoca redigido em linguagem elevada; mas em sua generalidade, toda a imprensa se resentia de falta de serenidade, de imparcialidade, de moderação.

Quando se tem em vista as organizações jornalisticas de hoje, verdadeiras empresas industriaes e commerciaes, mobilizando centenas de typographos, linotypistas, revisores e redactores, mal se pode fazer idéa do que era um jornal no Brasil dos tempos do primeiro Reinado. O que agora é tarefa collectiva de um grande numero, naquella epoca era o trabalho de um, dois ou três individuos. Os jornaes não tinham sequer local destinado á redacção. Em regra, o redactor escrevia em sua propria casa o jornal, levava-o a uma typographia, quando não possuia um pequeno prélo, e elle mesmo se incumbia da revisão, da distribuição, de tudo isso que agora constitue o trabalho de numerosas secções especializadas.

A "Aurora Fluminense", no dia do seu apparecimento, fazia publicar no "Diario do Rio

de Janeiro”, o seguinte aviso: “Hoje, sexta feira, 21 do corrente, sairá á luz o primeiro numero da “Aurora Fluminense”; acha-se á venda nas lojas de livros dos srs. João Baptista dos Santos, rua da Cadeia, e Evaristo Ferreira da Veiga & Comp., rua dos Pescadores. Os srs. Redactores dos actuais Jornaes que queiram fazer troca de folhas, poderão remetter-nos as suas á Typographia do “Diario” e ahi deixarem os nomes de suas moradas para lhes enviarmos as nossas. Os Redactores da Aurora Fluminense”. (32)

Ahi está a prova de que os jornaes não tinham installação propria, não tinham redacção. Para fazer troca de folhas, a “Aurora” queria saber as “moradas” dos redactores dos outros jornaes!

Por isso e por força da estreiteza e do acanhamento do meio social do Rio desse tempo, de par com a exaltação das paixões politicas, o jornal era a expressão de uma personalidade, reflectindo-lhe as ideas, os sentimentos, o feitio moral. O jornal era o seu redactor, recebia-lhe a marca, como um livro, como uma obra individual a recebe do seu autor exclusivo.

Serenidade, imparcialidade, moderação constituem qualidades raras em todos os tempos; rarissimas eram ellas num Brasil que, apenas inicia-

(32) Diario do Rio de Janeiro, de 21 de dezembro de 1827.

do no jogo das franquias constitucionaes, usava e abusava da liberdade de imprensa, fazendo de um grande bem um mal odioso.

Os fundadores da “Aurora Fluminense” não desejavam seguir os exemplos dos jornaes que já existiam: queriam “linguagem imparcial”, guiada pela “razão” e pela “virtude”; queriam o que não sabiam definir com clareza — moderação.

Ora, por extraordinario que pudesse parecer, havia no Rio de Janeiro do primeiro Imperador, pelo menos um homem, um moço moderado — Evaristo Ferreira da Veiga, livreiro na rua dos Pescadores, n. 49, disposto a servir á “liberdade constitucional”, imbuido de leituras francesas e inglesas, com o sonho de vêr adoptadas no Brasil as instituições que os seus autores predilectos preconisavam como indispensaveis á felicidade dos povos, á grandeza das nações. . .

A “Aurora” era o grande instrumento para a realisação desse sonho generoso. Evaristo não o abandonaria, não o deixaria escapar-lhe das mãos. E assim é que “em pouco tempo se tornou o redactor principal e finalmente unico” do novo jornal (33).

A “Aurora Fluminense” tinha como epigraphe aquella mediocre quadrinha de Pedro I:

(33) De Simoni — Honras e Saudades — pg. 17.

*Pelo Brasil dar a vida
Manter a Constituição
Sustentar a Independencia
E' a nossa obrigação.*

Versos pifios, mas que encerravam um programma que era o de Evaristo: o devotamento ao paiz, o respeito pela sua liberdade, a manutenção de sua Constituição. O artigo de apresentação no 1.º numero resumia esse programma e concluia: “E' nossa moral não capitular com algum abuso, não desculpar nem poupar alguma injustiça...”

Esse artigo provavelmente não foi escripto por Evaristo. Teria sido seu autor o dr. Sigaud? Talvez. “Não capitular com *algum* abuso” “nem poupar *alguma* injustiça” são expressões que trahem syntaxe francêsa.

Nas suas quatro paginas, a “Aurora” continha de ordinario cinco secções: 1.ª) Interior — artigo sobre politica interna; 2.ª) Noticias do Rio; 3.ª) Exterior — resenha dos acontecimentos politicos do mundo, transcripção de jornaes estrangeiros; 4.ª) Variedades; 5.ª) Anedoctas — com muitas carapuças e allusões ferinas.

Logo no inicio, no 2.º numero, um grande problema era posto em foco: o conflicto entre a ordem e a liberdade, os meios de conciliar uma e outra,

Sob pretexto de resguardar a ordem, os falsos amigos desta queriam suffocar a liberdade, asphixiar a natural expansão do pensamento, fazer do governo um instrumento dos seus caprichos.

Os liberaes do feitio de Evaristo eram bastante lucidos para sentir que sem ordem nada se poderia fazer, nada se manteria de pé, a mesma liberdade seria um sonho inconsistente. Era necessario que houvesse ordem no seu aspecto mais tangivel — ordem material. Mas a condição essencial della era o respeito ao regimen instituido, a ordem legal, a obediencia á Constituição, a garantia dos direitos dos cidadãos e do paiz.

Os themas predilectos da pregação da “Aurora Fluminense” resumiam-se em liberdade constitucional, systema representativo, liberdade de imprensa.

Uma das accusações fundadas, feitas ao primeiro Imperador, era a predominancia nelle de suas affeições particulares, a escolha de amigos e protegidos para as mais altas funcções.

Combatendo o aulicismo, o numero de 14 de Janeiro de 1828, em artigo intitulado “Do Ministerio em um Governo constitucional”, affirmava: “o cargo de Ministro nos Governos constitucionaes está bem longe de sêr indicio de privança”.

Isso dizia a “Aurora” num momento em que os liberaes moderados á feição de Evaristo podiam alimentar algumas esperanças com a ascensão do Gabinete de 20 de Novembro de 1827, de que faziam parte, entre outros, Araujo Lima, na pasta do Imperio e Calmon na da Fazenda.

A esse ministerio a “Aurora Fluminense” prometteu apoio, adiantando, entretanto, que faria guerra descoberta ao despotismo e aos seus abusos se o Governo se esquecesse dos seus deveres” preferindo “a vil lisonja dos sevandijas”.

Nem sempre a linguagem do novo jornal era suave. A moderação que o inspirava não excluia a coragem e a independencia. E não poupava os absolutistas, os “corcundas”. Falando de João Maria da Costa, o famigerado redactor da “Gazeta do Brazil”, assim se exprimia: “esse insignificante, esse estulto João Maria”. (34)

Estygmatisando os desmandos dos que se locupletavam com os cargos publicos e viviam das graças do monarcha, a “Aurora” noticiava a existencia de uma “bibliotheca para uso de um corcunda”, cujos livros eram: “Theoria das medidas ou arte de sujeitar-se ás circumstancias”; “Tratado do Perjurio”; “Influencia da Espada e do Bigode na Administração Publica”, “Arte de atra-

(34) “Aurora Fluminense” n. 6 — de 7 de Janeiro de 1828.

zar a civilização”; “Governo das Mulheres”; “Ponta-pés ou meios de alcançar logares de consideração”; “Codigo das Ante-Camaras”; “Arte de roubar (Obra dedicada aos Commissarios, Empreendedores, Directores, Intendentes, Administradores, etc.) — por um antigo Fornecedor Geral”.

Todos os assumptos que podiam interessar á vida brasileira do momento encontravam guarida nas paginas da “Aurora”. Assumptos do momento e de todos os tempos, assumptos palpitantes ainda hoje! Um delles era o descabro da instrucção. E atacava os viciosos methodos de ensino, o abuso do latim, a falta de estudos praticos, de Economia, de Politica, de Sciencia do Commercio, de Geographia, de Historia, de Francês, de Inglês e da lingua nacional “hoje entre nós quasi desprezada”. Outro era a questão do credito publico, emissão de apolices, o *deficit* orçamentario, positivamente um mal hereditario e incuravel para o Brasil. . .

No zêlo com que servia aos interesses do paiz, combatia a indiferença em materia politica, tachando-a de “mais funesta de todas as enfermidades moraes”.

A “Aurora” estava longe de ser orgão de informação, de publicidade, na accepção que se deu depois quando a imprensa se transformou na-

quillo que Aldous Huxley chama de “industria da materia legivel”, a vulgarisação e a vulgaridade se confundindo, os jornaes deixando de orientar a opinião para serem conduzidos por ella, no sentido dos seus appetites mais baixos, dos seus interesses mais subalternos, de suas paixões mais mesquinhas. Era órgão politico por excellencia — tribuna doutrinaria. Mas lá uma ou outra vez dava uma noticia que fazia excepção ao tom habitual, o registro por exemplo do exito alcançado em França pelo livro “Viagem Pittoresca ao Brasil”, do allemão Rugendas. E num fim de pagina, num prurido poetico ainda não de todo extincto em Evaristo, um antigo soneto seu a João Fernandes Vieira, feito em 3 de Março de 1823 e publicado sem data e sem assignatura na “Aurora” de 28 de Janeiro de 1828.

Sem de ordinario exagerar a nota nativista ou a susceptibilidade patriotica, o jornal de Evaristo detinha-se ás vezes em commentarios que, ao tempo, poderiam ter valôr, mas que agora parecem inteiramente descabidos.

Foi o que aconteceu a proposito de certos escriptos de um francês que se occultava sob a inicial K. e fazia observações acerca da influencia de idéas e costumes estrangeiros no Brasil.

Sem duvida, havia um tom de ironia mordaz e de jactancia nas cartas de K. publicadas no

“Echo”. Como revide a certo jacobinismo mais ou menos aggressivo que existia então entre nós, o francês satyrisava os nossos costumes, ferindo os melindres brasileiros fundamente porque avançava algumas dessas verdades que nenhum povo gosta de ouvir.

Referindo-se a um deputado que enriquecera na exploração de uma fazenda e se installara com a familia numa casa de razoavel conforto no Rio de Janeiro, K. dizia que a mulher do mesmo, acostumada a passar o dia sem collete e quasi em camisa, sentada em sua esteira, governando com a palmatoria na mão os negros acorados ao redor della, e fazendo a sua tarefa, maldizia os canapés, as cadeiras, as barbatanas de baleia, as companhias, as mesas bem servidas de que era preciso fazer as honras da casa, revoltando-se, queixando-se, e acabava todas as jeremiadas com este estribilho: “Ah! malditos estrangeiros que nos têm trazido tudo isto!” Quanto ás filhas do deputado, notava que ellas gostavam dos bonitos chapéus, dos vestidos elegantes, dos enfeites frescos e delicados que a rua do Ouvidor lhes offerencia, mas que á vista do mestre de piano, do mestre de francês, do mestre de outras linguas, do mestre de danças, suspiravam: “Ah! malditos estrangeiros que nos ensinaram tantas cousas!” Tambem os negros escravos mandavam ao diabo os malditos estrangeiros que pagavam tão caro os generos do

sinhô; e as negras se lamentavam, porque não tinham mais o gostinho de cochichar e murmurar o dia inteiro com suas senhoras, quasi de igual para igual, excepto a palmatoria: “Malditos estrangeiros que fizeram sinhá e sinházinha grandes donas! Para o francês K. os brasileiros, constrangidos a comer decentemente, lembravam-se do angú, da farofa, dos guizados de quimbombô, temperados com pimenta e devorados com a mão, e exclamavam: “Malditos estrangeiros que inventaram grammaticas, dictionarios, garfos e facas!”

Glosando as cartas do francês K., a “Aurora Fluminense” deu um numero extraordinario no dia 14 de fevereiro de 1828, em que a contribuição dos franceses no desenvolvimento do Brasil e particularmente do Rio de Janeiro era encarada sem sympathia e até com menoscabo. Perguntava a “Aurora”: “Que especie de capitaes nos têm trazido os seus patricios? Que negociantes, que especuladores, que grandes capitalistas têm vindo aqui estabelecer-se? Serão esses que enfeitam a rua do Ouvidor com os seus bonitos armazens de modas e *nouveautés*? Serão os cabelleiros, alfaia-tes, perfumadores e dentistas, todos de Paris? Serão as damas do Palais Royal (*quelqu’unes comme au n.º 113*) que além dos seus safados encantos, passassem tambem para o Rio de Janeiro essas riquezas e fundos?

É verberando nos franceses uma insolencia que não passaria de um feitiço de espirito mais irreverente, manifestava sympathia pelos inglezes “que possuem de certo no nosso paiz capitaes muito fortes e nunca nos injuriaram”.

Incontestavelmente, era muito mais importante a posição dos ingleses nos negocios e nas actividades commerciaes da cidade. O “Almanack dos Commerciantes” do Rio de Janeiro do anno de 1827 enumerava entre negociantes propriamente ditos, corretores e leiloeiros mais de sessenta nomes de casas inglesas, contando-se banqueiros como Samuel Philipp, representante aqui da alta finança de Londres e fazendo transações de vulto com o proprio Governo pelo menos até o fim do periodo regencial.

Mas não seria tão insignificante como acreditava o patriotismo melindrado da “Aurora” a influencia francesa no Brasil. “Cabelleiros, alfaia-tes, perfumadores, dentistas, todos de Paris” deixaram a sua marca nos costumes do tempo, modificaram estylos e padrões de vida, bem ou mal apressaram a europeisação de nossa gente. É com elles actuaram tambem os livros e jornaes franceses, os figurinos politicos da França, as idéas e os pontos de vista de Benjamin Constant, dos Daunou, dos Beaujour tão citados e tão abundantemente transcriptos pela propria “Aurora Fluminense”.

Inglezes e franceses, tão consideraveis no Rio de Janeiro de então, que tornavam possível a existencia de um jornal francês como o "Courrier du Brésil" e de um outro inglês como "The Rio Herald", concorriam para que o contraste assignalado nas cartas de K. tivesse um cunho de maior veracidade.

A senhora brasileira acostumada a passar o dia sem collete e quasi em camisa, sentada numa esteira com os negros acorados ao redor della, não era positivamente uma invenção do francês irreverente; era uma realidade que está registada nos livros de todos os viajantes que nos visitaram. Mas essa senhora brasileira já tinha mesa bem servida, com facas e garfos, fazia as honras da casa, punha collete ao menos para receber as visitas de cerimonia e recebi-as, offerecendo-lhes cadeiras e canapés.

Talvez, descontados certa negligencia e certo desleixo desnecessarios, a esteira e a roupa fresca da senhora do deputado fossem mais adequadas ao nosso clima do que os chapéos, os moveis forrados de seda, os enfeites que os franceses nos traziam e de que tanto gostavam as filhas do mesmo deputado. Modas e costumes europeus que asphixiaram não só as mulheres como os homens do Brasil durante um seculo.

Dada a resposta ao francês K., a "Aurora" não tornaria ao assumpto, que parecia frivolo e

não condizia com o tom de doutrinação politica do jornal. O que interessava aos seus redactores era a politica na significação mais estricta, o rumo liberal, o sentido monarchico — constitucional que lhe queriam imprimir. Mais uma vez a “Aurora Fluminense” definia o seu programma a 14 de Março de 1828: monarchia constitucional, respeito á Constituição, adopção no Brasil dos processos em voga em paizes mais adiantados — governo de Gabinete, ministerio responsavel perante a Camara. Era a mesma pregação de um Bernardo de Vasconcellos, o mesmo objectivo visado por outros jornaes liberaes — o “Pharol”, “O Astro”, de Minas, a “Astréa”.

Constante, pugnaz, vehemente era a campanha que movia em defesa das prerogativas da Camara, em torno de cuja actividade deveria gyrar a vida nacional. Desenvolvendo o seu ementario liberal, batia-se a “Aurora” pela abolição dos morgados, applaudindo e reclamando a prompta approvação do projecto apresentado nesse sentido por Odorico Mendes; e regosijava-se annunciando que tinham subido á sancção do Imperador os projectos de extincção da Intendencia de Policia, da Fisicatura (especie de repartição de Saude Publica), do Desembargo e da Mesa da Consciencia e da Ordem, considerados como velharias, instituições obsoletas, mas que resurgiam sob novos nomes, sob outros moldes.

Os jornaes “corcundas”, as folhas anti-liberaes investiam contra a Camara, accusando-a de ociosa, de perder tempo em perlangas, em discursseiras. Injustiça: de Maio até Agosto os deputados tinham elaborado trinta e sete projectos!

A “Aurora” queria para o Brasil o espirito emprehendedor que os americanos do norte já revelavam e lamentava a rotina de nossa indústria: “os nossos engenhos, carros de conducção, machinas, etc., resentem-se do bom tempo do nosso Avô Noé”. E acrescentava que o Brasil teria que sêr “por muitos annos nação essencialmente agricola”. A phrase é velha, como se vê.

O projecto abolindo o celibato dos padres merecia-lhe applausos; seria vir ao encontro do que já existia. A proposito, contava o caso de certa parochia em que durante mais de quarenta annos os vigarios sempre tiveram mulher, de tal sorte que, quando chegava um novo, logo entre o povo se perguntava: “Quem é aqui a mulher do vigario? Todos têm a sua santa Eva”.

No numero de 25 de abril de 1828, fiel ao credo liberal, a “Aurora” referia-se com sympathia á noticia do regresso ao Brasil de Martin Francisco e Antonio Carlos, e, embora fazendo-lhes restricções, reconhecia-lhes “grande aferro ao seu paiz, idéas vastas, elevados talentos e desinteresse não commum”.

A nota nativista era de novo ferida por ocasião do motim dos Irlandezes no dia 11 de Junho de 1828, de que resultaram alterações profundas no ministerio, com as demissões de Bento Barroso, Calmon e Araujo Lima, dadas por Pedro I, num dos seus impulsos, irritado com as ordens do Ministro da Guerra para a repressão do motim.

O "Rio Herald", como era natural, tomou a defesa dos irlandezes, accusando a "Aurora Fluminense" de xenophobia, pela attitude que assumira de censura á turbulencia da tropa estrangeira. Durante varios dias uma polemica por vezes aspera se travou entre os dois jornaes, sendo que o "Rio Herald" era o mais aggressivo. Polemica das mais renhidas foi tambem a que travaram em supplementos da "Aurora", José Maria Cambuci do Valle e o irmão de Aureliano Coutinho, o advogado Saturnino de Sousa Oliveira, dizendo o primeiro que déra duas bengaladas no segundo e o puzera em fuga pela rua dos Ourives...

Como um espelho, reflectia a "Aurora Fluminense", nas suas quatro paginas, toda a vida do Rio, os acontecimentos maiores da politica e os pequenos da trama miuda de cada dia: das brigas de Cambuci do Valle e Saturnino ás questões de relevancia que occupavam a atenção da Camara — a emissão de papel moeda, a calamitosa

situação financeira, a liquidação do Banco do Brasil.

Em face de todas essas questões, a posição da “Aurora” era sempre de grande firmeza e se não lhe faltava vivacidade na critica ás pessoas, sobretudo nas respostas, o tom geral dos artigos e dos commentarios não desmentia a moderação promettida no prospecto do jornal.

Em que occasião precisa passou a “Aurora Fluminense” a obedecer á exclusiva orientação de Evaristo? Fixar exactamente o momento seria tarefa difficil. Não constituia então praxe, nem obrigação legal publicarem os jornaes os nomes dos seus directores ou redactores. Desde os primeiros numeros do novo jornal foi muito grande a parte de Evaristo e pode-se affirmar, confrontando-se as collecções do anno de 1828 com as de annos posteriores, que a inspiração, a alma, o espirito da “Aurora” foi sempre delle. Mas em fins de 1828 não era elle ainda o “redactor principal e finalmente unico”, segundo a referencia de De Simoni, no elogio proferido na Sociedade Amante da Instrucção: o redactor responsavel pelo menos em 17 de Dezembro de 1828, ainda era Francisco Crispiniano Valdetaro, como se vê da declaração pelo mesmo firmada nessa qualidade, a proposito de accusações do “Analysta”

quanto a transacções da “Aurora” com o Banco do Brasil. (35)

De vez em quando, Evaristo publicava versos seus, sempre sem data e sem assignatura. Em 7 de Março de 1828 era o soneto de exhortação á Inglaterra, composto a 29 de Dezembro de 1823, a proposito da entrada do exercito francês na Hespanha; em 9 de Abril tambem de 1828 a Ode á Liberdade, feita a 30 de Janeiro de 1823.

“Liberdade e ordem legal, eis os mais preciosos dos nossos bens”, dizia a “Aurora”, desta vez em prosa. Para um regimen liberal marchava o paiz, a despeito de todas as difficuldades opposita pelos que temiam novidades. As eleições para a nova legislatura de 1830 a 1833, cujos resultados começavam a ser conhecidos, enchiam de enthusiasmo a redacção da “Aurora”. E redobrava o ardôr no combate aos jornaes ministeriaes e chamados “absolutistas” — “Diario Fluminense”, “Analysta”, “Jornal do Commercio”. Com todos elles, principalmente com o segundo, era uma pelea continua, um trabalho incessante para evitar que a campanha liberal fosse deturpada, interpretada num sentido de obra revolucionaria ou anarchica.

A opposição aos ministerios, feita pela “Aurora”, excluia escrupulosamente a pessoa do mo-

(35) “Aurora Fluminense”, de 17 de Dezembro de 1828..

nacha, a quem não regateava respeito, deferencia e até louvores, como no caso da proclamação de Pedro I aos portugueses, como pae e tutor de d. Maria II, julgando-o um “monumento de constitucionalidade”. Ainda não desesperançados do Imperador, os liberaes como que queriam estimular-o. Vivendo no Rio de Janeiro, sabiam muito bem que os erros não eram apenas dos ministros, não ignoravam que Pedro I não era o rei ideal, nem tinha o côrte de um monarcha constitucional. Mas contemporisavam, esperavam que fosse mudando, fosse se adaptando á nova ordem de cousas sonhada. Se uma vez elle já encarnara as aspirações mais profundas da nação, poderia vir a adoptal-as de novo. E veladamente o advertiam, procurando chamal-o ao bom caminho.

Assim fizeram quando se falou com grande alarme para o paiz na vinda dos emigrados portugueses, complicação da politica lusitana de Pedro I; e tambem numa questão de limites da Fazenda de Santa Cruz: “não, estamos mais nos tempos em que a vontade do Rei é lei”.

O Imperador é que parecia cada vez mais distanciado do heróe brasileiro que fôra em 1822, e tinha os olhos voltados mais para Portugal do que para o Brasil. Já lhe faltava então aquelle opportunismo do momento da Independencia, e seus conselheiros eram outros, todos antipathicos ao progresso da opinião liberal.

Progresso evidente. A nova Camara seria, por suas maiores figuras, francamente pelas idéas de liberdade. Bernardo de Vasconcellos era o homem do momento e com elle triumphavam os que se tinham opposto ás tentativas feitas para abafar o surto de liberalismo que culminaria a 7 de Abril de 1831.

Com o anno de 1829 redobrava de vigôr o combate e a "Aurora Fluminense" enfrentava o pugnaz "Analysta", o "Courrier du Brésil", francamente empenhado na politica interna do paiz.

O abysmo entre a corrente liberal e o Imperador estava cavado e a Camara enfrentaria os ministros, sentando-os no banco dos réos, como aconteceu com Lucio Soares de Gouvêa e o General Oliveira Alvares. A sessão parlamentar seria toda da maior agitação, o Governo sempre accusado, o ambiente nella e fora sempre se exaltando. Pedro I encerrou-a com aquella fala laconica: "Augustos e dignissimos srs. Representantes da nação brasileira. Está fechada a sessão".

A "Aurora" era o mais forte reducto da opposição governamental, embora pelas suas attitudes equidistantes de extremismos pudesse muitas vezes "desajudar a todas as facções" (36). Equilibrio que não participava de opportunismo interesseiro, mas era a expressão mesma do feitio mo-

(36) De Simoni — Honras e Saudades — pg. 22.

derado de Evaristo, do seu temperamento que se diria hoje de um homem do centro.

A popularidade da “Aurora” tornou-se muito grande e a de Evaristo ainda maior. “Seu balcão foi frequentado por uma multidão immensa que já não era de amigos” (37); “era o centro de um grande circulo que todos os dias se ampliava” (38).

Não faltavam motejos ao “telonio”, ao balcão do livreiro. Mas este crescia na sua coragem tranquilla, decidido a não recuar, nem transigir.

Não eram amenas as disposições do Governo para com os jornalistas da opposição: em Agosto de 1829, o deputado Luiz Augusto May, redactor da “Malagueta”, órgão liberal, soffria brutal aggressão. Sem temer que lhe succedesse o mesmo, Evaristo verberou no seu jornal o attentado e continuou impassivel a sua campanha. Suspensa a “Malagueta”, ficaram em campo, do lado da “Aurora”, a “Astréa” e a “Luz Brasileira” e no lado ministerial o “Diario Fluminense”, o “Analysta”, o “Courrier du Brésil” e o “Jornal do Commercio”.

Receiando certamente a Camara que se inauguraria em 1830, cogitava-se de um movimento de arrocho autoritario, de uma volta ao absolu-

(37) De Simoni — Honras e Saudades — pg. 24.

(38) De Simoni — Honras e Saudades — pg. 24.

tismo, segundo se dizia na occasião. Partiria do norte do paiz esse dique ao surto liberal que, cumpre confessar, nem todos queriam evitar apenas por motivos subalternos; havia gente sincera que temia os excessos da liberdade num paiz ainda tão bambo, como uma unidade nacional periclitante.

De Evaristo e dos que o acompanhavam não viriam, porém, esses excessos.

Em artigo de 9 de dezembro de 1829, elle dizia: “Nada de jacobinismo de qualquer côr que elle seja. Nada de excessos. A linha está traçada — é a da Constituição. Tornar practica a Constituição que existe sobre o papel deve ser o esforço dos liberaes”. (39)

A federação já estava em moda, havia muita gente que queria ir até á republica. O jornalista da “Aurora”, não. Fazer da Constituição uma realidade, respeit-a, cumpril-a, isso sim era o que elle queria. Com o federalismo só mais tarde transigiria, em obediencia ao que se lhe afiguraria a vontade nacional. Nunca foi precipitado, nem teve genio para aventuras. Não preparava nenhuma revolução, mas advertia com a lucidez dos que têm olhos para vêr: “As palavras “revolução” e “revolucionario” são uma especie de talisman magico, com que os governantes sabem a proposito

(39) “Aurora Fluminense” n.º 276 — de 9 de dezembro de 1829.

fazer calar a opinião publica e incutir terror nos homens pacificos e moderados. E comtudo as revoluções são sempre filhas dos erros dos Governos” (40).

E de outra feita: “Queremos a Constituição, não queremos a Revolução”. Mas os homens que tinham a responsabilidade do Governo, por não prezarem a primeira, iam favorecer a segunda.

(40) “Aurora Fluminense” n. 59 — de 25 de junho de 1828.

CAPITULO IV

DEPUTADO, JORNALISTA, MAS SEMPRE LIVREIRO — O FIM DE UM REINADO

Em 1830, o joven livreiro da rua dos Pescadores, graças ás campanhas da “Aurora Fluminense”, era um nome conhecido no paiz inteiro. Do seu balcão de mercador de livros elle se alçara á posição de guia, de conductor de homens. Combatido, negado, vilipendiado, é certo, mas com um prestigio que todos os dias augmentava e lhe impunha enorme responsabilidade.

No momento, talvez um só homem se emparelhasse com elle no ascendente sobre a opinião publica: Bernardo Pereira de Vasconcellos, reelito deputado por Minas Geraes em cabeça de lista e com força bastante para ajudar a eleição de varios outros.

De Vasconcellos, a despeito das differenças fundamentaes de temperamento, Evaristo se ap-

proximara pela coincidência de posição ideológica.

Da abertura da Camara em 1826 á segunda legislatura em 1830 fôra muito largo o avanço da propaganda liberal. A nova Camara era, em sua maioria, de adeptos do credo liberal e estava disposta a fazel-o triumphar sem tardança. Della se alinhavam os melhores elementos da primeira Assembléa e já então muitos delles com o tirocinio de quatro annos de refregas parlamentares. Para destacar apenas os principaes, bastaria citar Costa Ferreira e Odorico Mendes, deputados pelo Maranhão, José Martiniano de Alencar, eleito simultaneamente por Minas Geraes e pelo Ceará e optando pela cadeira que lhe dera sua terra natal, Carneiro da Cunha pela Parahyba do Norte, Araujo Lima, os irmãos Cavalcanti — Hollanda e Paula, Almeida e Albuquerque, Venancio Henriques de Rezende e os dois Rego Barros pela provincia de Pernambuco, Lino Coutinho, Antonio Ferreira França, Paula Araujo, Mello Mattos e Costa Carvalho pela Bahia, Antonio José do Amaral e Vieira Souto pelo Rio de Janeiro, Bernardo de Vasconcellos, José Custodio Dias, José Bento Ferreira de Mello, Aureliano, Limpo de Abreu, Miranda Ribeiro, Honorio Hermeto e Evaristo por Minas Geraes, Paula Sousa, Feijó, Raphael Tobias e Joaquim Floriano de Toledo por São

Paulo. Tinha razão Alencar quando dizia que “o Brasil todo está convencido de que a Camara de 1830 é liberal”; e essa Camara não trahiria os votos da nação.

Para formar a opinião liberal do Brasil ninguém concorrera mais do que Evaristo com o seu jornal publicado no Rio de Janeiro, mas lido em todas as provincias, sobretudo na de Minas Geraes.

Sem nunca ter sahido do Rio, sem conhecer Minas, o que só aconteceria em 1836, Evaristo recebeu o seu mandato de deputado mineiro.

O livreiro fizera-se jornalista e deste, pela influencia do jornal e pelo valor do homem, sahiu o deputado.

Num admiravel exemplo de compustura, modestia e respeito de si mesmo, nunca Evaristo fizera propaganda propria. Todos os seus artigos eram publicados sem assignatura, jamais o seu nome figurou no jornal e quando uma folha adversa o accusou de inculcar-se para deputado, exigiu indignado que dêsse uma prova.

Alias, desse modo de proceder não variou em occasião alguma e em todo o tempo em que foi “oraculo do poder, quasi arbitro da situação” (41), primou pelo maximo desinteresse, por um total desapêgo a postos e honrarias. Eleito depu-

(41) Homem de Mello — Esboços Biographicos.

tado, a "Aurora" não lhe decantou as glorias e, ao noticiar as sessões da Camara em cujas discussões tomava parte destacada, o deixava em intencional penumbra, num movimento de pudor que outros não tinham.

Por outro lado, mantinha no seu jornal o mesmo tom dos annos anteriores, fiel á moderação que era apanagio de sua natureza.

Em 1830, a "Aurora Fluminense" apparecia augmentada, agora com seis paginas. Toda ella continha materia politica, fosse de doutrinação, fosse de commentario aos acontecimentos do momento. Raros, rarissimos annuncios. Estes ficavam para o "Diario do Rio de Janeiro" e para o "Jornal do Commercio" que nisso se especialisavam. Nem siquer os annuncios de sua livraria ou da de João Pedro. Uma e outra faziam publicidade nos dois jornaes mencionados.

Em vez de atear fogo á fogueira que já crepitava, seu mais decidido proposito era apagal-a, evitar o incendio, ficar sempre dentro da ordem, vencer pela persuasão, fazer a revolução transformando os costumes, conquistando os espiritos. Contra o incitamento aos processos summarios, aos golpes de força, em que se extremavam a "Nova Luz" e o "Republico", contra a precipitação dos liberaes exaltados, elle proclamava: "Confundem alguns a violencia, o furôr com a

energia, estão persuadidos que a moderação é indício de fraqueza, que em politica se deve lançar mão de todos os meios para sustentar a causa de um partido, e que convem sahir fóra dos principios para melhor os fazer triumphar. Nada mais perigoso de que semelhante doutrina, especialmente nos tempos de mudanças politicas e quando se opera nos costumes e nas instituições uma revolução, cujo complemento só pode ser obra do tempo, da reflexão e de calculos sizudos” (42).

Moderação que não envolvia hypocrisia ou medo, mas que tinha por modelo, como elle lembrava na mesma occasião, a conducta dos estadistas norte-americanos, que estavam realisando com prudencia e sabedoria a maior obra politica do seculo. Revolução nos costumes e nas instituições sem violencia, sem furôr, dando tempo a que as idéas e os homens fossem amadurecendo, o novo systema politico se experimentando e o paiz se preparando para o governo representativo.

Era preciso não desesperar tão depressa. Ao impopular ministerio de José Clemente, succedia o Gabinete de 4 de Dezembro de 1829, com homens do valor de Barbacena, de Caravellas, e — por que não? — de Miguel Calmon e Paranaguá.

Barbacena affirmava em relatorio á Camara que “nos governos constitucionaes nenhum minis-

(42) “Aurora Fluminense” n. 287, de 11 de janeiro de 1828.

tro podia sustentar o seu posto com utilidade para a nação sem merecer a confiança de seus representantes”; (43) e queria “estreita união das Camaras com o Governo, do Governo com as Camaras”.

Essas palavras continham um dos principios basicos do Governo de Gabinete. Evaristo só poderia ficar satisfeito e na “Aurora” deu o seu applauso, ao mesmo tempo que louvou a Camara pela disposição de seguir o bom caminho, de inicio manifestado ao votar a resposta á fala do throno, condemnando a conducta do ministerio de José Clemente, “que havia perdido a confiança publica por continuas violações da Constituição e da lei e pelo terrôr incutido da volta do absolutismo se não real, ao menos aparentemente justificado por muitos actos” (44). Significativa tambem do espirito novo da Camara foi a repulsa ao pretensio legitimismo de Pedro I, defendido por Lopes Gama. A proposito, a “Aurora” lembrou que a investidura do Imperador assentava no acto da Acclamação, investidura, pois, popular e não de origem dynastica ou de direito divino.

Da transformação que se processava no paiz havia bom inicio nos Conselhos Provinciaes, alguns trabalhando com exito, como o de Minas

(43) *Annaes da Camara* — 1830 — Tomo I — pg. 143.

(44) *Annaes* — Tomo I — 1830 — pg. 50.

Geraes, com Vasconcellos a inspirar-lhe todas as medidas, e o de São Paulo, sob a acção de Feijó.

Sem falar abertamente na democracia, a “Aurora” combatia os que propugnavam a necessidade de uma “Côrte pomposa”, de um “apparatoso exercito”, de um “exame de diplomatas”. Já havia ahí em germen o regimen de austeridade republicana dos tempos regenciaes e bem se sentia a influencia dos costumes politicos norte-americanos, com os seus presidentes meio patriarchaes, com a sua ogerisa aos titulos que pudessem ter de longe laivos de aristocracia. Monarchia, sim, Imperio sem duvida, mas apenas como uma exigencia da unidade nacional, como um compromisso do momento da Independencia. Nisso, os liberaes da marca de Evaristo eram objectivos, eram realistas, pondo as instituições monarchicas a serviço do grande problema brasileiro — a unidade do vasto paiz.

Em vez de uma Côrte faustosa e de uma nobreza creada arbitrariamente, cumpria cuidar dos interesses mais vitaes do povo, fomentar a industria, sanear zonas quasi inhabitaveis, difundir a instrucção.

Evaristo, que não cursara nenhuma escola superior, registava com ufania o exito crescente dos cursos juridicos creados em São Paulo e no Recife no anno de 1827: os cem alumnos matri-

culados em São Paulo em 1829 subiam a duzentos e sete em 1830. Era o viveiro da magistratura, das funções publicas, dos estadistas do Imperio que começava e que emprestaria á sociedade brasileira do seculo XIX um dos seus aspectos mais caracteristicos.

Discipulo de Debret, Porto Alegre exhibia na Exposição da Academia de Bellas Artes os seus trabalhos. A "Aurora" não lhe regateou elogios e annunciou a proxima ida do pintor á Europa para aperfeiçoar-se, numa viagem parece que custeada pelo proprio Evaristo, grande amigo de Porto Alegre. Tambem a viagem de Salles Torres-Homem correu por conta do mesmo generoso livreiro, que igualmente ajudou pecuniariamente a Paula Candido, Thomaz Gomes dos Santos e Francisco Freire Allemão nos seus estudos (45).

Em fins de 1829, assolara os municipios de Magé e Macucú uma terrivel epidemia e as noticias que chegavam ao Rio eram contristadoras. Juntamente com Manoel Teixeira da Costa e Silva e Antonio Ribeiro Fernandes Forbes, Evaristo tomou a iniciativa de uma subscrição popular que em poucos mezes recolheu a consideravel somma para o tempo de cerca de vinte contos de reis.

No capitulo da educação, queria a "Aurora" que não fosse esquecida a mulher e em varios ar-

(45) Felix Pacheco — O Publicista da Regencia — pg. 54.

tigos se bateu pela elevação do nível intellectual feminino, com certeza para que não continuasse aquella situação das cartas do francês K. que tanto o horrorizara.

As galerias da Camara, aliás desde alguns annos, estavam sempre cheias e attentas aos debates travados. Em 1830, porém, crescera o interesse pelo trabalho parlamentar e Evaristo exultava com o ardôr dos moços, moço tambem elle, pela causa publica, pela actividade da Camara, já feita o centro da vida do paiz, quasi a transformar-se, hypertrophiando-se, em verdadeira Convenção, como se verificaria depois, na epoca da Regencia.

Na Camara estava elle, representando Minas Geraes, que só o conhecia pelos escriptos da "Aurora" e pela fama dô seu valôr que lá chegara: substituia Raymundo José da Cunha Mattos, que optara pela cadeira de Goyaz. Tambem José de Alencar fôra eleito por Minas e Ceará, preferindo a deputação de sua provincia natal (46).

Como a eleição de Evaristo, não deixam de ser interessantes as de Cunha Mattos e Alencar por Minas Geraes, demonstrando a existencia de uma opinião uniforme no paiz, acima dô espirito bairrista, propiciando a formação dos partidos na-

cionaes que o Imperio conheceu, máu grado todas as suas insufficiencias e que a Republica nunca poudo realisar, dissolvendo-se nas suas duzias de partidinhos e agrupamentos regionaes, dos seus caricatos P. R. do Amazonas ao Rio Grande do Sul.

O jornalista Evaristo antecipava o deputado Evaristo: a mesma linha de conducta, o mesmo equilibrio, a mesma independencia. Outro, em suas condições, com o prestigio que lhe grangeara a "Aurora Fluminense", assumiria para logo ares de chefe, attitudes de *leader*. Nada disso aconteceu. Sem querer impôr-se, sem pretender brilhar, Evaristo começou a intervir discretamente nos debates, desde as sessões preparatorias de 29 de abril e 2 de Maio, tomando uma attitude que deixava manifesta a sua isenção e dava bem a medida do seu feitio moderado. Contra José Clemente, mal sahido de ministerio impopular, assanhavam-se os liberaes exaltados, os homens a quem a paixão turvava o julgamento: nem mais, nem menos, planejava-se depural-o, annular-lhe a eleição, sob a accusação de trahidor á causa do Brasil.

Evaristo, que o combatera pela "Aurora", entendeu que não havia motivo para tanto. Em verdade, o que animava os oppositores de José Clemente era sobretudo odio partidario; e razão tinha o novo deputado quando dizia: "Pezemos

bem o futuro”, acenando com a gravidade do precedente (47).

Na sessão de 8 de maio, discutindo a resposta á fala do throno, bateu-se pelo estreitamento de nossas relações com as demais nações americanas, desconfiado com as da Europa: “dessas nações da Europa com quem havemos até hoje feito tratados não poderia provir scñão desvantagens; liguemo-nos com aquellas cuja fraternidade reciproca estabelece a unidade de interesse” (48).

Dava assim Evaristo prova do seu espirito americano, procurando approximar o Brasil do que elle chamava com excessivo optimismo ou generalizando — “os governos livres da America”. E continuou collaborando na redacção da resposta á fala do throno, documento a que era mister dar a maior importancia, pois que, como lembrava Vasconcellos, devia conter o sentimento e a opinião da Camara em face do plano da Administração, do programma politico do Governo.

Mas onde Evaristo deixou a marca do seu alto espirito liberal e da comprehensão exacta do regimen representativo foi no reconhecimento de José Clemente, Oliveira Alvares e Salvador José Maciel. Elle, Feijó, Paula Sousa e Alencar não se deixaram dominar pela paixão que cegava Vas-

(47) Annaes da Camara — 1830 — Tomo I — pg. 57.

(48) Annaes da Camara — 1830 — Tomo I — pg. 88.

concellos, Lino Coutinho, Carneiro da Cunha, Martim Francisco, José Custodio Dias, Limpo de Abreu e Rebouças.

Durante varios dias, a Camara debateu calorosamente a questão, vencendo o ponto de vista verdadeiro por pequena maioria de votos: o reconhecimento de José Clemente se deu por 41 contra 35, o de Oliveira Alvares por 42 contra 34 e o de Salvador José Maciel por 40 contra 38.

De absolutistas, de inimigos das instituições foram áccusados em palavras candentes os tres candidatos; discursos e mais discursos se succederam como num pretorio; todos os argumentos appareceram em forma de terrivel libello. Feijó, Alencar, Paula Sousa tomaram a defesa do parecer da Commissão de Poderes favoravel ao reconhecimento e deram mostras de moderação e sangue frio. Ninguem, porém, excedeu a Evaristo na superioridade com que collocou a questão, na sinceridade com que expoz a sua maneira de pensar. Tratando de José Clemente, disse para logo que, “como individuo, como particular, quizera excluil-o”, mas “como juiz, como legislador” necessitava “de provas e não de simples suspeitas”. Recordou que, na sua qualidade de jornalista, escrevera muito contra elle, contra o seu “ministerio detestavel”; nessa qualidade fôra “o orgão das vozes e boatos correntes, dos “diz-se”, “refere-se”,

“conta-se”; agora, porém, só podia decidir em face de provas, testemunhos e documentos.

Curioso é que os escrúpulos do deputado em Evaristo iam ao ponto de attenuar a força dos escriptos do jornalista. Para que não o increspassem de contradictorio, frisou bem que o julgamento do jornalista não se regia pelas mesmas regras do do deputado: “onde ha systema representativo e imprensa livre, os periodicos ainda os mais seguidos são orgãos dos boatos acreditados e podem emittir com toda a franqueza o seu voto singular, a opinião que deduzirem das apparencias, das coincidencias, das possibilidades. Demais, como redactor da “Aurora”, “periodico que escrevi e escrevo, nunca disse asseverando que o individuo em questão machinava para o absolutismo, disse sim que de todas as suspeitas accumuladas, de todas as coincidencias que se notavam, se dava a entender que elle tramou. Note-se bem a differença. Eu nunca tive aquella certeza que deve ter o legislador, o juiz, quando vae condemnar, quando tem de julgar um objecto de tamanha importancia como aquelle de que tratamos”. (49).

E concluia, depois de longo discurso na sessão de 2 de junho: “Raro é dentre nós o que não foi de algum modo offendido por esse ministerio que passou, eu mesmo quanto não tive que soffrer,

a minha vida esteve por vezes em perigo... contudo desejo tornar-me superior a considerações particulares, e sêr como se nada tivesse com elle. Não viemos aqui para nos vingarmos. Voto portanto pela admissão desses homens desprezíveis aos meus olhos, mas que os eleitores puzeram na Camara e que a Camara não pode excluir logo que tenham as condições que a Constituição marca e requer”.

Já na sessão da vespera, Evaristo terminara o seu discurso, dizendo: “Bem sei quanto difficil sustentar a causa em que está envolvido um homem que se aborrece e que se aborrece por tão justos motivos; eu bem sei quanto odioso daqui me resulta, mas nem por isso quiz deixar de enunciar o meu voto, para o que tenho tanta liberdade como aquelles que pensam de um modo contrario. Nas cousas publicas as paixões fortemente nos determinam; paixões talvez nobres e necessarias ao desenvolvimento do espirito publico, ao progresso da liberdade; mas paixões não devem valer no espirito do jury e do legislador. Senhores, eu não voto pela admissão de um homem, voto pela lei, voto pela guarda e cumprimento exacto da Constituição que nos rege, pelo respeito que devo á escolha dos eleitores, voto pela maior liberdade da minha patria”. (50).

A pequena maioria de scis votos, que determinou o reconhecimento de José Clemente, era a melhor prova da paixão que havia na Camara de 1830. Sem os appellos insistentes e por vezes patheticos de Evaristo, de Alencar, de Feijó, de Paula Sousa, o liberalismo então triumphante começaria por um acto de força, por uma violencia inutil, por uma vingança pessoal, desmoralizando de inicio o *systema* representativo num dos seus dogmas essenciaes — o respeito da vontade popular.

Sincero, sereno, “votando pela lei, pela maior liberdade”, Evaristo arrostava o “odioso que dahi lhe pudesse resultar”, decidido a não cortejar a popularidade, como não cortejava os poderosos do dia, fosem quaes fossem.

Nessa materia de reconhecimento de poderes elle falára longamente, ao contrario do que fizera em outros, em que timbrava pela concisão, pela brevidade. Nada menos proprio do seu temperamento do que as exhibições oratorias, que o inglês Armitage censurava nos deputados do tempo.

Sempre attento e assiduo aos trabalhos da Camara, queria que os assumptos fossem estudados com calma, no seio das commissões, longe do tumulto do plenario.

Quando se discutia a respeito do cobre falso em circulação na Bahia e outros propunham logo

medidas e remedios, Evaristo lembrava: “a materia é de demasiada consideração e não podemos ainda formar um juizo seguro sobre ella; assim conviria muito que fosse a uma commissão, e melhor é a de Constituição, afim de nos esclarecer sobre um assumpto que julgo de muito peso. E’ só o que tenho a dizer”. (51).

Inscripto para falar, desistia, se outro deputado antes delle esclarecia a questão em debate: “Cedo a palavra, pois minha opinião era a mesma que acabou de expender o sr. Lino Coutinho”.

A proposito de requerimentos de algumas municipalidades querendo a cessão de terrenos de marinha, prudentemente observava: “este objecto é um pouco complicado para entrarmos já a tratar delle; julgo nos convem deixar espaçar algum tempo para reflectirmos com madureza. Voto pelo adiamento”. (52).

Prudencia que nunca foi capa de medo ou connivencia com qualquer interesse subalterno.

E’ de todos os tempos a nossa facilidade na concessão de pensões e mercês; liberalidades á custa do Thesouro não datam de agora, estão na nossa mais genuina tradição. A um projecto da Camara, concedendo varias pensões, o Senado so-

(51) Annaes da Camara — 1830 — Tomo I — pg. 160.

(52) Annaes da Camara — 1830 — Tomo I — pg. 229.

brecarregara de novas, contemplando até o general Pinto Madeira.

Evaristo oppoz resistencia, num breve discurso, cuja summula estará nestas palavras: “devemos desgostar antes aos afilhados do que á nação”. Homem realmente corajoso, pois os afilhados eram altas patentes, desembargadores, gente de influencia, “afilhados” que tinham uma significação positiva e concreta em face da vaga, da abstracta figura da Nação...

Corajoso era tambem elle quando propugnava pela prompta votação da lei de responsabilidade dos funcionarios publicos, para pôr cõbro áquelles abusos a que tantas vezes alludira em artigos da “Aurora” e que aproveitavam aos apaniguados, aos protegidos do Poder. E corajoso era ainda no enfrentar sem reticencias todas as questões que se suscitavam na Camara, inclusive as que estavam sendo agitados pelos jornaes exaltados como o “Republico” e a “Nova Luz”: a federação, por exemplo. Discutindo quaes os tramites a que deveriam obedecer as propostas dos Conselhos Geraes das Provincias feitas á Camara, Evaristo não fugiu ao thema que a muitos parecia perigoso. “Tem-se aqui falado em federação e diz-se sêr esta a idéa que assusta os srs. deputados que querem que se emendem as propostas. Quanto a mim é bem pelo contrario: falo no interesse das

provincias; quero que os conselhos tenham a maior força possível, e todos nós, deputados livres, queremos a federação, tal qual está definida na Constituição do Estado” (53).

Ficava assim claramente expresso o seu ponto de vista: os Conselhos Provinciaes com a maior força possível, dentro do regimen da Constituição de 1824. De federação esta não cogitava e, se Evaristo falava em federação, era sem duvida para mostrar que, se se desse prestigio aos Conselhos Provinciaes, ouvindo-os, acatando-os, poder-se-ia chegar a uma situação semelhante á estabelecida no *systema federativo*.

Cioso da dignidade humana, proclamando que “um homem não tem preço”, oppoz-se com certa irritação ao extraordinario projecto de Henriques de Rezende, propondo que os religiosos estrangeiros chegados ao Brasil pagassem nas alfandegas o direito de duzentos por cento sobre a quantia de 1:000\$000, em que cada um ficava avaliado.

Ninguem ignora que Henriques de Rezende, deputado por Pernambuco e inimigo dos frades — “no Brasil os frades são desnecessarios” — palavras suas justificando o projecto, era padre.

Mas a Camara não o ouviu e o novo direito aduaneiro não chegou a figurar nas nossas pautas alfandegarias. . .

Juntamente com Honorio Hermeto, Almeida e Albuquerque e Baptista Caetano, Evaristo fazia parte da Comissão de Pensões e Ordenados.

Já se sabe que elle não era propenso á concessão de pensões e apurava com rigôr os motivos que as determinavam. Como já se oppuzera ás pensões a generaes, foi contrario tambem a uma, de um conto e seiscentos mil réis, que se mandara dar á Viscondesa da Cachoeira e seus filhos.

Tratava-se da viuva de Carvalho e Mello, que fôra magistrado, juiz da alfandega, deputado á Constituinte e ministro dos Estrangeiros, negociador do tratado da Independencia e era rico, já porque exercera cargos rendosos como o de juiz de alfandega, já por herança de sua mulher. Em sua casa realisavam-se grandes festas, como aquelle baile a que comparecera Maria Graham e que scandalisou a viajante inglesa pelo que lhe disse certo compatriota seu: “pelo menos dez senhoras iam dormir nos braços dos amantes” . . .

Lino Coutinho, Hollanda Cavalcanti e Bernardo de Vasconcellos defenderam a pensão, mas Evaristo não cedeu.

Menos intransigente era, porém, quando se tratava de pensões a pessoas realmente necessita-

das, como no caso de um funcionario que, servindo por espaço de mais de 50 annos, deixara a viuva na miseria. Aqui sim, justificava o auxilio do Estado.

O que elle queria era acabar com os “afilhados”, com o favoritismo, em detrimento dos cofres publicos. E queria ordem na Administração, um tratamento igual para todos os servidores da Nação. Assim é que na sessão de 22 de Julho se bateu pela egualdade de vencimentos dos funcionarios dos differentes ministerios.

Preoccupado com a votação da lei do orçamento, receando que se chegasse ao fim da sessão legislativa sem a sua ultimação, propôz, com o protesto de Luiz Cavalcanti, a prorogação dos trabalhos da Camara por mais uma hora.

Uma hora a mais para trabalhar, uma hora mais para discursos, muitas vezes fastidiosos e inuteis. Outros, porém, que não elle, seriam os proteladores da votação das medidas necessarias e urgentes.

Fiel á norma adoptada desde os primeiros dias, falava pouco, expunha seus pontos de vista em breves palavras, indo directo ao assumpto em debate, sem sombra de rhetorica, sem divagações.

Assim foi, por exemplo, a sua intervenção na discussão do projecto sobre pensões ás viuvvas dos militares, augmentando os favores já conce-

ditos pela lei de 6 de novembro de 1827: “não devemos fazer uma classe privilegiada e tornando-a odiosa entre as outras que compõem a Nação; por isso eu me declaro contra essa resolução. O exercito tem sido premiado e é a classe que mais tem sido favorecida e com razão; não vamos fazer odiosa uma classe tão prezada” (54).

Evaristo tinha qualidades raras entre brasileiros: senso de proporções, espirito objectivo, modestia patriótica. Seu discurso combatendo o augmento de despesas no Ministerio dos Negocios Extranjeiros foi a melhor prova dessas virtudes que sempre nos faltaram. A geração dos homens politicos da Independencia e do Primeiro Reinado soffria de verdadeira europeimania e tinha sempre os olhos voltados para o que se passava no outro lado do Atlantico. O augmento proposto nas verbas do serviço diplomatico visava a nossa representação na Europa, para onde nem sempre mandavamos gente capaz, gente que trabalhasse pelo Brasil. Havia mesmo varios casos de diplomatas brasileiros cuja obra principal era attrahir sobre nós o ridiculo, a zombaria dos paizes junto aos quaes serviam.

Não afinando pelo diapasão dos que já nessa epoca consideravam o Brasil como o primeiro paiz do mundo, Evaristo lucidamente observava:

(54) Annaes da Camara — 1830 — Tomo II — pg. 317.

“sendo nós um Estado que agora começa, não é justo que encetemos nossa carreira com estrepito grande, nem devemos ter pejo de confessar que somos pequenos: possuimos, é verdade, immensos elementos de grandeza, mas por ora ainda não somos o que o destino nos promete: portanto quereremos apresentar-nos com fausto emparelhando na Europa com aquelles Governos, que estão em situação muito differente, seria decerto grande e imperdoavel fatuidade” (55). E falava nas “desvairadas pretensões que nos tornavam ridiculos”, apontando o exemplo que deviamos seguir: “lancemos as vistas sobre os Estados Unidos: os seus agentes na Europa não andam em ricas berlindas... a diplomacia americana é *sui generis* e tem vencido pela sua simplicidade, por suas luzes, e não por estrepitos de carruagens: não é o estrepito das carruagens que pode impôr ás nações illustradas, ellas conhecem o ridiculo da nossa pompa”.

O Brasil tinha representação diplomatica na Dinamarca, na Russia, até em Mecklemburgo, ao passo que descurava a politica de aproximação com os paizes da America. Evaristo batia-se por essa politica pan-americana, pelo estabelecimento de laços mais estreitos com os povos deste con-

tinente, e não “com os testas coroadas da Europa”.

Do mesmo parecer era Bernardo de Vasconcellos que, por essa ocasião, certamente inflamado pelas noticias que chegavam da queda de Carlos X e da victoria do liberalismo em França, ameaçava do alto da tribuna da Camara: “Eu persuadirei ao povo para que resista em massa contra toda invasão que houver em damno de suas liberdades e dos seus direitos, e tambem para derribar as cabeças que ainda tentarem sujeital-o á escravidão: são estas as doutrinas que se devem pregar e para as pregar não se precisam embaixadores, nem legações de 1.^a ou de 2.^a ordem” (56).

O ambiente politico brasileiro cada dia se tornava mais perturbado, máu grado os esforços e a bôa vontade do Ministerio em que Barbacena era a figura principal e a apparente reviravolta de Pedro I, todo entregue ás delicias de suas nupcias com a bella d. Amelia. Reviravolta que chegou até á resolução de fazer sahir do Brasil Francisco Gomes da Silva, o Chalaça, e Rocha Pinto, do seu chamado “gabinete secreto”, conselheiros, validos, secretarios, alcoviteiros, homens de sua intimidade e que lhe prestavam serviços de toda a ordem.

O primeiro, que não seria propriamente um varão de Plutarcho, no sentido commum e falso da expressão (porque é preciso não esquecer que Plutarcho não escreveu só a vida dos Lycurgo, dos Themistocles, dos Pericles, dos Catão, mas tambem dos Alcebiades, dos Scylla, dos Lucullus, dos Galba, dos Othon...), tem sido muito desfigurado, accentuando-se no seu retrato apenas os traços feios, os defeitos, os vicios. Corrompido, ou melhor, corruptor elle o era, pagando jornaes como a "Gazeta do Brasil" para insultarem os politicos liberaes; sem escrupulos, sim, reca-deiro do seu amo imperial junto de concubinas; insolente, antipathico ao Brasil e aos brasileiros, sem duvida. Mas não era o ignorante, o typo vulgar, o sevandija que se quiz fazer delle. Não lhe faltava, ao contrario, certa finura, certa manha no desempenho das incumbencias que lhe commettiam; sabia escrever, redigia até com bastante propriedade de expressão. E foi sempre fiel ao Imperador antes e depois de sua desgraça.

Quanto a João da Rocha Pinto, menos interessante do que Chalaça, teve tambem vida aventureosa, que acabou pelo suicidio aqui no Rio, no anno de 1837, conforme noticia no "Jornal do Commercio" do tempo. Um e outro, entretanto, eram detestados pela opinião liberal e Evaristo, que fôra victima do odio de Chalaça, instigador

das campanhas jornalísticas de João Maria da Costa, exultava pela “Aurora” com a noticia da sua “deportação”.

Barbacena estava fazendo o possivel para pôr as cousas nos eixos, para tentar um governo de gabinete, apoiando-se na maioria da Camara. E esta, a despeito do abuso de discursos e dos incidentes politicos que se succediam, ia trabalhando, realisando alguma cousa. Na sua reunião ordinaria, encerrada a 3 de Setembro, não chegara a votar o orçamento, nem a lei da fixação das forças de terra e mar, sendo por isso convocada novamente para cinco dias depois. Na fala da abertura da sessão extraordinaria, o Imperador expunha o que devia ainda fazer a Camara em 1830: lei de fixação de forças, orçamento, leis melhorando “quanto antes” a circulação do papel moeda, creando um banco nacional, conclusão do código penal e do processo criminal, arrecadação dos dizimos e medidas tomando em consideração as representações e propostas dos Conselhos Geraes das Provincias. Era demasiado para três mezes. Em todo o caso, votou-se o orçamento, ultimou-se a lei da fixação das forças, deu-se ao paiz o Código Criminal, grande obra do espirito liberal do tempo, cuja gloria cabia em maxima parte a Bernardo de Vasconcellos.

Mas os acontecimentos se encaminhavam para um desfecho dramático, que Pedro I, por

uma fatalidade do seu temperamento e pela sua condição de português, não poderia evitar, ao contrario, concorreria para apressar.

Trabalhado por intrigantes, dando ouvidos ás cartas que Chalaça lhe mandava da Europa e que vinham cheias de insinuações contra Barbacena, o Imperador o demittiu inopinadamente do logar de Ministro da Fazenda, num decreto em que o seu velho servidor se via affastado das altas funcções que exercia, como se fôra um funcionario suspeito ou inescrupuloso.

Barbacena não se deixou humilhar e deu resposta altiva, em que, referindo-se á possível loucura de Pedro I e seu internamento numa prisão em Minas, alludiu aos perigos que ameaçavam a Nação com a possibilidade do restabelecimento de um Governo tyranico, á intervenção desmandada do monarcha nos actos dos ministros e á continuação da influencia da camarilha secreta que cercava o throno.

A demissão do Marquez de Barbacena causou funda impressão e os mais optimistas se foram convencendo de que com semelhante Imperador nunca o Brasil seria um paiz livre, nunca se realisaria o regimen estabelecido na Constituição.

Precisamente nesse instante, já de si propicio a uma reacção politica de character mais accentuadamente liberal, ia actuar um factor es-

tranho que, exaltando os animos e creando um clima pre-revolucionario, precipitaria os successos: a revolução dos Três Dias, na França, abateo em Julho de 1830, o throno de Carlos X. As noticias da victoria do liberalismo francês chegaram ao Rio no dia 14 de Setembro e logo se espalharam pelas provincias. Conta Armitage que “o choque foi electrico” e que “muitos individuos no Rio, Bahia, Pernambuco e São Paulo illuminaram suas casas por este motivo” (57). Havia mais um exemplo ainda da Europa a imitar, mais um modelo a copiar.

E recrudesceu sem demora a campanha da imprensa em favôr das idéas liberaes. Como planta que medra em terreno bem preparado, surgiu o “Republico”, de Antonio Borges da Fonseca, antigo redactor da “Gazeta da Parahyba” e da “Abelha Pernambucana”.

O jornal de Evaristo acolheu o apparecimento do novo collega com sympathia, assim como nelle echoavam favoravelmente as noticias da revolução de Paris. A “Aurora” transcrevia topicos de jornaes ingleses a respeito, saudava o anno de 1830 como “o da liberdade, não já na Europa, mas no mundo inteiro” e dizia de Carlos X que era “um Rei hypocrita ligado a uma cabala que queria reinar pelo terrôr”. A expulsão

dos Bourbons e a mudança do systema na França parecia-lhe “benefício geral para as nações”, e concluía: “Esperemos que o anno de 1831 não seja menos favoravel ás causas do genero humano”. (58).

Bem claras eram as insinuações e talvez as carapuças do commentario da “Aurora”.

Evaristo soffria a influencia do meio e dos acontecimentos; mas procurava não perder a calma, fugindo ás suggestões do processo revolucionario tão bem succedido na França. Suas palavras seriam antes de advertencia, teriam o intuito de aviso.

Pregava-se já abertamente a federação, querendo o “Republico” uma “federação monarchica” e a “Nova Luz” uma “federação democratica”. Nem uma, nem outra, encontravam ainda em Evaristo adhesão declarada: “Os argumentos que se lêem em varios jornaes a favôr da federação não nos parecem convincentés, nem razoaveis”, dizia elle na “Aurora Fluminense” de 5 de Janeiro de 1831, embora não lhe repugnasse a possibilidade da revisão da Constituição pelos meios nella prescriptos.

Sem embargo, combatia intransigentemente os jornaes absolutistas, citando a phrase de Bec-

(58) “Aurora Fluminense” — n. 435 de 11 de janeiro de 1831.

caria: “o despota lança o terrôr e o abatimento na alma dós seus escravos, mas o medo que inspira reage sobre elle com força maior e faz o supplicio de todos os seus instantes”.

Combatia o “Imparcial”, o “Diario Fluminense”, o “Moderador”, órgãos reacionarios e ao mesmo tempo os republicano's e os exaltados da “Nova Luz” e do “Republico”. Era uma posição politica de centro a que assumia Evaristo, posição difficil em hora tão agitada, em vespervas de fim de reinado.

Chamavam-no então os exaltados de “emprazador” (59), porque ainda cuidava possivel persuadir os que detinham o poder a cumprir a Constituição, a pôr em pratica o regimen nella instituido; acoimavam-no os absolutistas de “revolucionario” e de “republicano”, porque condemnava os desregramentos do Governo e queria a liberdade com a monarchia constitucional.

Menos de três mezes antes do 7 de Abril, respondendo ao “Republico”, que falava em acabar com o “regimen oppressor”, Evaristo não acceitara ainda nenhum programma de reforma constitucional e combatia a federação, invocando as differenças entre o Brasil e os Estados Unidos da America do Norte.

(59) De Simoni — Honras e Saudades — pg. 27.

Até quando, porém, poderia elle manter essa posição delicada de quem evitava os extremos, numa epoca em que todos se extremavam? Tanto maior era a difficuldade quanto da simples campanha de imprensa já se passava para a acção directa, para o tumulto das ruas. Assim foi em São Paulo, com a procissão dos estudantes do Curso Juridico pela victoria da revolução de Paris, reprimida pelo ouvidor Japiassú como um crime; assim seria com as manifestações dos portuguezes em Março, por occasião da volta de Pedro I de sua viagem a Minas.

Da passeata dos estudantes de S. Paulo, resultaria o covarde assassinio de Libero Badaró, com uma larga repercussão em todo o paiz, predispondo os espiritos mais calmos a attitudes energicas. Já a Camara dos Deputados, pela sua Commissão de Constituição (60) ao contrario do ponto de vista do Ministro do Imperio (Silva Maia), nada vira de criminoso no procedimento dos estudantes, do povo e do Governo de S. Paulo, enaltecendo e considerando perfeitamente legitimo o jubilo pela derribada do "Governo tyranico e anti-constitucional da França".

No Rio, Borges da Fonseca, redactor do "Republico", levado a jury em consequencia dos

(60) *Anaes da Camara* — Tomo II — 1830 — pg. 624.

seus artigos em prol da federação, foi absolvido unanimemente a 17 de Janeiro de 1831 e “a assistência, de mais de 200 pessoas, depois da leitura da sentença, prorompeu em vivas á Constituição, á liberdade de imprensa e ao artigo sobre federação”. (61).

A essa agitação popular, que se alastrava pelas provincias com o Rio de Janeiro, São Paulo e Minas á frente e manifestada de varias maneiras, inclusive nas exequias que em innumeradas cidades foram celebradas em memoria de Libero Badaró, vinha juntar-se o descontentamento dos chefes militares, com Francisco de Lima e Silva na vanguarda. Commandante das Armas da Côrte, o futuro Regente e pae do Duque de Caxias, recebeu uma vez na rua vivas e aclamações dos liberaes e correspondeu, ao que parece, “mencionando a Constituição e a lei do Estado”; (62) e por isso, foi transferido para S. Paulo e não accetando o novo commando, que significava um rebaixamento, ficou sem commissão e reduzido ao simples soldo.

Pela “Aurora” Evaristo atacou por esse motivo o Ministro da Guerra Conde do Rio Pardo.

(61) “Aurora Fluminense” n.º 409 de 19 de janeiro de 1831.

(62) “Aurora Fluminense” n.º 433 de 5 de janeiro de 1831.

No golpe de 7 de Abril seria decisiva a acção dos Lima e Silva.

Pedro I, mal aconselhado, acreditando ainda no seu antigo prestígio e preocupado com a situação de Minas, onde dominava Vasconcellos, julgou opportuno ir até lá.

Infeliz idéa! A recepção feita ao Imperador foi um desastre: acolhimento desconfiado e frio, os sinos das egrejas dobrando funebremmente pela morte de Badaró.

Commentando a viagem imperial, dizia Evaristo no seu jornal, repetindo os termos de uma mensagem dirigida a Pedro I: "V. M. I. se convencerá da firmeza do character e da verdadeira constituicionalidade dos bons Mineiros e reconhecerá a inexistencia de partidos demagogicos". (63).

Mas o Imperador estava convencido da existencia "de um partido desorganizador que se aproveitava das circumstancias puramente peculiares á França", como declarou na proclamação dirigida de Ouro Preto, em 22 de Fevereiro de 1831.

Evaristo commentava essa proclamação em termos polidos, mas de grande firmeza. As circumstancias não eram puramente peculiares á

(63) "Aurora Fluminense" n.º 449 de 14 de Fevereiro de 1831.

França e sêr federalista não constituia crime, pois que a propria Constituição admittia o elemento federal como os Conselhos das Provincias e as Camaras Municipacs; e terminava: "Desejariamos que semelhante papel nunca houvesse apparecido". (64).

A crise ia começar a sua phase paroxistica com a chegada de Pedro I ao Rio, de volta de Minas.

Nos ultimos tempos, os melindres nativistas, o ardôr jacobino, os resentimentos contra os antigos colonisadores, vinham se exacerbando. Já se apagara da imaginação popular o Principe romantico que fôra o melhor instrumento da Independencia. Agora que o paiz adquiria uma noção mais clara dos proprios destinos, que os seus sentimentos patrioticos se exaltavam e se definiam, o Imperador, cada vez mais preocupado com a politica portuguesa e cercado de uma roda palaciana toda lusitana, lhe parecia um estrangeiro e quasi um usurpador.

Os portugueses continuavam a exercer uma influencia até certo ponto excessiva e, sem tacto, com verdadeira insolencia, não tinham pejo de intervir nos acontecimentos da politica interna do Brasil.

(64) "Aurora Fluminense" n.º 460 de 11 de Março de 1831.

Foi o que aconteceu por ocasião do regresso de Pedro I de sua malograda excursão a Minas, de onde chegara “desabusado, desgostoso, com o animo abatido, tendo varias vezes no decurso da jornada falado da intenção em que estava de abdicar a favôr de seu filho e de retirar-se para sempre do Brasil”. (65).

No “circulo de parasitas e amigos particulares de d. Pedro, desejosos de reanimal-o e convencel-o de que o Governo ainda tinha sympathias dos habitantes da Capital” (66), surgiu a idéa de promover lhe estrondosas manifestações, a começar do dia 11 de Março, illuminando-se as casas, soltando-se foguetes, accendendo-se fogueiras e postando bandas de musica pelas ruas.

Essa manifestação irritou profundamente os brasileiros e foi como que o estopim que provocaria a explosão.

Conta Armitage que “uma porção de manebos pertencentes ao partido exaltado, reunidos a outra de officiaes militares, percorreu as ruas dando vivas á Constituição, á Assembléa Nacional e ao Imperador *emquanto constitucional*”. Isso se passou na noite de 10 de Março e o mesmo se repetiu nas duas noites seguintes, sem in-

(65) Armitage — Historia do Brasil — 2.^a edição — pg. 209.

(66) Armitage — op. cit. — pg. 210.

cidentes de maior gravidade. Na noite de 13, porém, — e nas seguintes, 14 e 15 — as cousas chegaram ao auge: a rapaziada liberal apagou varias das fogueiras votivas e “os meninos do Seminario de S. Joaquim atiraram pedras em algumas das casas illuminadas”. (67).

Os portuguezes reagiram com inaudita violencia, lançando sobre os brasileiros pedras e sobretudo fundos e cacos de garrafas. Foi a chamada noite das “garrafadas”. Não contando com a reacção dos portuguezes, os brasileiros tiveram que debandar, alguns gravemente feridos. E redobrando de furia, os portuguezes “percorreram as ruas em triumpho e cercaram a residencia do redactor da “Aurora” que se havia negado a pôr luminarias, gritando: “Morra os deputados republicanos! Morra o redactor do “Republico!” (68).

O odio do elemento lusitano se voltou especialmente contra Evaristo e contra a “Aurora Fluminense”, confundidos com Borges da Fonseca e o “Republico”.

Nesse momento, Evaristo ia provar que moderação não era tibieza ou commodismo. Morando então na rua da Quitanda, recusou-se termi-

(67) “Aurora Fluminense” — n.º 463 de 18 de Março de 1831.

(68) Armitage — Historia do Brasil — 2.ª edição — pg. 211,

nantemente a illuminar a casa e, quando esta estava cercada pela massa que o apupava e exigia luminarias, elle, serenamente, na sua mesa de trabalho, preparava artigos para a "Aurora" do dia seguinte: "escrevemos ainda com o clamôr de uma multidão que nos ultraja" (69), "a cidade do Rio de Janeiro está agora inhabitavel, menos para a gente do partido recolonizador... as violencias se succedem e nenhum brasileiro está seguro... mas o sangue derramado pede sangue..."

Nem assim, porém, Evaristo perdia a calma. Esse "sangue derramado pede sangue" não era um convite formal a vindictas, não era um estímulo á reacção violenta: era apenas a visão lucida, o commentario frio e desencantado do observador, pois que concluia: "triste effeito dos odios e das dissencções civis!" Odios e dissencções que elle nunca animou, nunca applaudiu, e cujas consequencias estavam patentes aos olhos de todos. Mas não se acobardava, não engolia as affrontas e levantava a luva: "os brasileiros querem a desafronta de todos os insultos: a sua paciencia está exhausta". (70).

(69) "Aurora Fluminense" — nos. 462, de 16 e 463, de 18 de Março de 1831.

(70) "Aurora Fluminense" — n.º 464 de 21 de Março de 1831.

O sentimento nativista subitamente recrudescceu e já toda a gente, a instancias de Evaristo, começou a usar de novo o laço nacional, o distinctivo dos dias da Independencia. E até um novo laço se inventou para caracterisar os federalistas.

Com a “paciencia exhausta” em face de acontecimentos tão graves, Evaristo sentia-se irmanado, pela força das circumstancias, aos elementos exaltados, á gente que pregava a federação e queria enveredar pelos processos revolucionarios.

Diante das aggressões a brasileiros, o governo nada fizera que pudesse acalmar os animos e a “Aurora” accusava a policia de conveniente com os arruaceiros portugueses.

O remedio unico seria mesmo a revolução? Assim pensava muita gente. Um dos mais decididos a resolver a crise por um golpe de força era, certamente, o padre José Custodio Dias, deputado por Minas e liberal de sangue ardente.

Na casa de sua residencia, uma chacara na rua da Ajuda comprada aos herdeiros do Conego José da Costa Fonseca — a chacara da Floresta — onde se installara, reuniram-se no dia 16 de Março, vinte e tres deputados liberaes (as Camaras estavam fechadas) e o senador Vergueiro, para deliberarem acerca das providencias a serem tomadas. Houve quem lembrasse

desde logo que se pegasse em armas “com a cooperação dos officiaes da artilharia que já se reputavam ganhos á favor da causa popular” (71), mas ainda venceu o espirito de moderação e transigencia pela voz de Evaristo, que propoz que se dirigisse ao Governo uma representação energica a respeito dos acontecimentos.

Dessa representação foi elle o redactor, segundo o testemunho valioso de De Simoni (72) e de Armitage (73).

Era o ultimo appello a uma solução pacifica, dentro dos quadros legais, suggerido por Evaristo, bem se sente que antes por desencargo de consciencia, por effeito de fidelidade ao proprio temperamento do que por convicção ou esperanza no exito do seu resultado. A representação, que tem a data de 17 de março, foi subscripta por todos os que tinham estado presentes á reunião da chacara da Floresta e as assignaturas foram colhidas, de casa em casa, pelo joven deputado Honorio Hermeto, que iniciava uma das maiores carreiras politicas do Imperio. O seu tom era o mais incisivo e energico possivel em documento dirigido ao Monarcha cujo throno ainda se queria preservar. Os representantes da nação que o assi-

(71) Armitage — op. cit. — pg. 212.

(72) Honras e Saudades — pg. 31.

(73) Historia do Brasil — 2.^a edição — pg. 215.

gnavam pediam providencias para “a desaffronta do Brasil vilipendiado e pungido no mais delicado e sensível do brio e pundonor nacional...” não havia tempo a perder “as circumstancias são as mais urgentes e a menor demora póde em taes casos ser funestissima...” “se por ventura ficarem impunes os attentados importará isso em declaração ao povo brasileiro de que lhe cumpre vingar elle mesmo por todos os meios a sua honra e brio tão indignamente maculados...” “a ordem publica, o repouso do Estado, o throno mesmo, tudo está ameaçado, se a representação não fôr attendida e os seus votos completamente satisfeitos”.

Tratava-se positivamente de um *ultimatum* ao Imperador e, para Evaristo e os que o seguiram, da derradeira esperança de um desfecho legal. Seria possível ainda essa solução ordeira?

Parece certo que não. Já não estava mais em jogo apenas o sentimento liberal de alguns dos homens mais illustres da epoca, dessa elite que se esforçava com o maior afinco pela adopção no Brasil do regimen politico que com a Emancipação Americana e a Revolução Francesa constituia o ideal de todos os espiritos generosos: ao dissidio entre o Governo inclinado ao absolutismo e a Camara e grande parte da imprensa seduzidas pelo liberalismo, juntou-se um factor de desordem

que não era novo, mas que viera se agravando, a partir de 1823, para attingir em principios de 1831, á maior intensidade — o resentimento nativista.

E' curioso notar como, á proporção que Pedro I se foi distanciañdo de suas attitudes liberaes de 1822, a elle se foram chegando os portuguezes aqui residentes, de tal arte que, no momento em que o abandonavam os proprios elementos moderados da politica brasileira, aquelles que viam realista e objectivamente no throno o principio mesmo da undade nacional, em torno delle os primeiros cerravam fileiras.

Os successos de Março de 1831 foram para D. Pedro de um lado como que a reivindicacão de sua nacionalidade de origem, processada, é certo, um pouco á sua revelia, mas que passou desde logo em julgado; de outro a sua naturalizacão de brasileiro cassada summariamente. O que a representacão partida da chacara da Floresta exigia era "a desaffronta do Brasil vilipendiado e pungido no mais delicado e sensivel do brio e pundonor nacional".

Em hora de tão grande effervescencia — Armitage informa que a representacão e a noticia das circumstancias que a motivaram "produziram um effeito electrico" — seria possivel a "desaffronta do Brasil vilipendiado e pungido no mais

sensível do brio e do pundonôr nacional” com um rei português no throno?

A revolução de 7 de Abril responderia pela negativa.

CAPITULO V

A REVOLUÇÃO DE 7 DE ABRIL E O PAPEL DE EVARISTO — DEFESA DA ORDEM PUBLICA — DIVISÕES PARTIDARIAS — A ACÇÃO DE UM GUIA — O DESPERO DOS “MODERADOS” E A TENTATIVA DE GOLPE DE ESTADO DE 30 DE JULHO DE 1832

Se é certo que Pedro I, voltando de Minas entre irritado e abatido, falava em abdicação e partida para a Europa, mais deve ter pensado nisso depois dos disturbios por ocasião de sua chegada ao Rio e do verdadeiro termo de bem viver que lhe queria impôr a representação da chacara da Floresta.

Antes, porém, que os factos, em rapido desencadeamento, o levassem até esse desfecho, elle iria tentar aquellas meias medidas com que se illudem em todos os tempos os governos divorciados

dos sentimentos da nação. Meia medida foi a modificação do Ministerio, com as substituições do Visconde de Alcantara por Sousa França, na pasta da Justiça, do Conde do Rio Pardo pelo General José Manuel de Moraes, na Guerra, do Marquez de Paranaguá por José Manuel de Almeida, na Marinha, e do Visconde de Alcantara por Bernardo José da Gama, no Imperio, continuando no Governo F. Carneiro de Campos e Hollanda Cavalcanti, que tinham sido nomeados recentemente, já como concessão ao espirito liberal; meia medida, ou antes medida contraproducente, foi a volta de Francisco de Lima e Silva ao lugar de Commandante das Armas da Côrte: o novo Ministerio, que não contava um só grande nome de prestigio — um Vergueiro, um Vasconcellos, um Evaristo, um Odorico Mendes — não poderia mudar o rumo dos acontecimentos; e a ferida na susceptibilidade de Francisco de Lima, pouco antes affastado do mesmo Commando a que voltava agora, ainda não cicatrizara.

Continuava o mesmo estado de intranquillidade, a mesma atmospheria de desconfianças, a mesma exacerbação de animos. Os jornaes sympathicos á reacção, a serviço dos portuguezes, e os que defendiam a causa liberal, ainda mais se encarniçaram na luta, numa linguagem que não permittia entendimento ou pacificação.

Os absolutistas viam numa reafirmação autoritaria o unico remedio para o momento; os liberaes, desilludidos de medidas suasorias, cuidavam que só por um golpe de força alcançariam a liberdade tão sonhada.

No dia 25 de Março, anniversario da Constituição, fizeram os liberaes cantar um *Te Deum* na igreja de S. Francisco de Paula. Estava a igreja cheia e havia muita gente pelas immedições, quando aconteceu uma cousa absolutamente imprevista: Pedro I, sem que tivesse sido convidado, appareceu de repente. Esse gesto, bem do seu temperamento impulsivo e destoante de qualquer protocollo, causou estupefacção; mas tão diminuta já era a sua popularidade, que da massa espalhada pelas escadarias e pelo largo fronteiro, partiram vivas á Constituição, “vivas ao Imperador emquanto constitucional”, e “alguns gritos de viva D. Pedro II”. “Com ar perturbado e inquieto”, Pedro I, faltando ao respeito a si proprio, exclamou — “Sou e fui sempre constitucional”; e “ainda é uma criança”, em resposta ao viva ao filho de cinco annos (74).

Dava assim o Imperador mais uma demonstração de sua leviandade e concorria para augmentar o desprestigio em que cahira.

(74) Armitage — Historia do Brasil — 2.^a edição — pg. 216.

Os homens de maior responsabilidade da campanha liberal, desde a “noite das garrafadas”, tinham entrado numa phase pre-revolucionaria.

Vergueiro, Odorico Mendes, Evaristo talvez, já estavam conspirando. Grande fôra até então a repugnancia de Evaristo por qualquer tentativa de substituição violenta de Governo; até elle, porém, se deixaria seduzir, indignado com a insolencia dos portuguezes e ferido com os ultrajes de que fôra victima em sua propria casa.

Mas os politicos liberaes, por muito que pudessem influir sobre o povo do Rio de Janeiro, sobre os fluminenses melindrados em seus brios nacionaes, nada fariam de positivo, sem a acquiescencia da guarnição da cidade. E começou então o trabalho para conseguir a adhesão da tropa. Esse trabalho não foi dos mais difficeis, contando os conspiradores logo de inicio com a sympathia, ou melhor, com a connivencia da familia dos Lima, dos três irmãos, que nessa occasião já eram personagens de grande influencia na sua classe — Francisco de Lima e Silva, futuro Regente, José Joaquim de Lima e Silva e Manuel da Fonseca Lima e Silva.

Francisco de Lima era o commandante das armas da Côrte, poucos dias antes reconduzido a esse ponto, mas resentido com a demissão que soffrera em Janeiro de 1831; Manuel de Fonseca Li-

ma commandava o proprio batalhão do Imperador e José Joaquim de Lima commandava a artilharia.

Outros officiaes foram abordados, deram a sua adhesão ou se mostraram sympathicos — o brigadeiro Francisco de Paula Vasconcellos, por exemplo; e para conquistal-os, Odorico Mendes fez prodigios de persuasão. Mas foram os irmãos Lima e Silva os elementos decisivos, os verdadeiros autores do 7 de Abril, na sua parte militar.

Firmando desde essa epoca uma tradição já hoje secular no Brasil, os conspiradores não eram discretos, nem a urgencia que tinham de levar a effeito o seu plano permittiria longo periodo de penumbra e incubação.

Sabia-se no Rio que se tramava uma revolução; os boatos mais desencontrados circulavam, agitando cada vez mais a população, e o Ministerio, intimidado ou no seu intimo sympathisando com o movimento, nada fazia para impedi-lo.

Já o elemento civil, o elemento exaltado se organisava em centurias, preparando-se para a luta; e para os quarteis de artilharia do Largo do Moura accorriam no dia 30 de Março mais de 600 cidadãos armados, afim de ajudar a defesa dos mesmos contra o propalado ataque por parte

do Batalhão 1.º de Caçadores e da maruja portuguesa.

A cidade vivia horas de inquietação e panico, approximando-se o momento decisivo.

Diante da passividade do Ministerio, connivente por omissão, inclusive os ministros militares, Pedro I quiz reagir e, num dos seus impulsos, demittiu-o a 5 de Abril, chamando ao Governo os homens justa ou injustamente mais impopulares da epoca, cinco Marquezes — Inhambupe, Aracaty, Baependy, Paranaguá e Lages, e o Visconde de Alcantara.

Só na manhã do dia seguinte é que se soube dessa mudança no Governo, ao mesmo tempo que circulou o boato da prisão de Vergueiro, Evaristo e outros politicos do partido liberal.

O dia 6 de Abril seria de facto a verdadeira data revolucionaria em que se verificaria a insurreição da tropa e do povo no Campo de Sant'Anna; a 7 de Abril apenas se completaria a victoria liberal com a abdicação do monarcha.

A noticia da substituição do Ministerio deu aos liberaes a noção de que chëgara a hora inadiavel: ou elles tomavam a iniciativa e entravam em acção sem demora, ou o novo Governo reagiria, esmagando-os. Immediatamente, instrucções foram dadas para que o povo se reunisse no Campo de Sant'Anna e para lá se dirigiram alguns dos

chefes liberaes, como Odorico Mendes e Vieira Souto, deputado e redactor da "Astréa".

Entre meio-dia e três horas da tarde tinham affluído ao Campo de Sant'Anna cerca de 2.000 pessoas. Que se ia fazer? Que queria afinal essa gente? Como sempre acontece em situações semelhantes, varias eram as tendencias, diversas as suggestões. Os mais decididos optavam por uma investida aos arsenaes á busca de armamento e que se marchasse em demanda do paço de São Christovam; alguns propunham que se proclamasse logo a Republica, outros que se estabelecesse a monarchia federativa. Mas havia tambem os immediatistas, os que fixavam apenas o facto que determinara a reunião do povo no Campo de Sant'Anna, isto é, a substituição do Ministerio. E foi afinal o que, prevaleceu. Evidentemente, todos quantos estavam ali reunidos não se contentariam com a demissão dos Marquezes e no intimo queriam solução mais radical. Era mister, porém, usar de prudencia, pois que só com a tropa estaria garantido o exito de qualquer movimento, e o elemento militar pelos seus chefes, com Francisco de Lima á frente, ainda não se decidira a uma acção directa contra o Imperador.

Surgiu então de parte da gente mais ponderada um alvitre que tinha o merito de abrir um caminho, de criar uma ordem aos acontecimentos,

ao mesmo tempo que dava um anteparo legal ao motim: convocar os juizes de paz de todas as parochias e fazer delles emissarios dos desejos do povo junto ao monarcha. Os juizes de paz desempenharam-se da incumbencia, foram a S. Christovam e nada conseguiram: o Imperador não cedeu á imposição. E tambem não deu ouvidos ás communicações reiteradas que lhe fez Francisco de Lima, já pessoalmente, já por intermedio do Major Miguel de Frias e Vasconcellos.

As horas se passavam, a noite descia sobre a cidade e a agitação só fazia crescer empolgando os mais timidos, dominando agora a tropa hesitante durante todo o dia. Entre meia noite e duas horas da madrugada, varios corpos do exercito, três de artilharia, três Batalhões de Caçadores e um de Granadeiros, foram para o Campo de Sant'Anna e se declararam ao lado do povo. Sciente disso, Pedro I, quiz transigir e mandou procurar o Senador Vergueiro para confiar-lhe o encargo de organizar novo Ministerio. Era a victoria dos liberaes. Mas Vergueiro, procurado por toda a parte, não foi encontrado. Em vão esperara o Imperador por Lopes Gama, incumbido de descobrir o paradeiro do illustre paulista! A crise attingia ao auge. Toda a tropa abandonava o monarcha, inclusive o "batalhão do Imperador", que desertara a guarda do Paço de São Christovam e par-

tira sob o commando de Manuel da Fonseca Lima a juntar-se aos revoltosos do Campo de Sant'Anna. Só uma solução restava a Pedro I: a abdição. E foi o que elle fez, pelas três horas da madrugada, numa commoção em que não poude conter soluços e lgrimas.

Estava consummada a revolução liberal do Brasil e posto fóra do throno o Imperador que tanto ajudara a obra da Independencia.

Qual foi a parte exacta de Evaristo nesse desfecho?

E' fóra de duvida que a sua influencia nos acontecimentos politicos do paiz se fez sentir decisivamente desde o apparecimento da "Aurora Fluminense" e ninguem mais do que elle concorreu para criar o ambiente liberal que caracterisaria os primeiros annos do periodo da Regencia; mas seria negar o que havia nelle de mais irreductivel — o seu temperamento, o seu feitio psychologico, a sua formação moral — acreditar que o tenha dominado o enthusiasmo revolucionario, que a solução extrema o empolgasse, collocando-o na ala dos mais exaltados.

Evaristo não fez mais do que conformar-se com a revolução, acceital-a como uma fatalidade, sem jamais açaricial-a como um ideal.

Onde esteve elle nas horas dramaticas de 6 de Abril? Que fez? Que disse?

Autor da representação de 17 de Março ao Imperador, homem que pesava meticulosamente tudo quanto escrevia, desde esse instante sentira que a solução revolucionaria seria a mais provavel e preparara-se para adoptal-a quando se tornasse inevitavel. Mas deve ter sido grande o seu debate interior, a luta entre a sua propria natureza toda inclinada á moderação e á ordem, e as solicitações que lhe vinham de fóra, de amigos e das circumstancias, impellindo-o a uma attitude de revolta e violencia material.

A esse respeito, o numero da "Aurora Fluminense" de 6 de Abril ajudará a comprehender o estado d'alma de Evaristo. O artigo principal tinha como assumpto a viagem do Imperador a Minas e nelle se dizia que, em vez "de ter produzido excellentes resultados, fôra funestissima".

Já ahí era o proprio Imperador que estava em scena, o que não deixava de ser significativo em Evaristo, monarchista constitucional, pregoeiro de um regimen em que a pessoa do monarcha devia ficar sempre resguardada.

Mais symptomatico ainda, porém, era outro artigo commentando publicações "dos periodicos do palacio" (palacio seria synonymo de Imperador) que insistiam nas dessemelhanças entre a si-

tuação da França e a do Brasil. Sempre o modelo!... Evaristo replicava que fossem quaes fossem as differenças, “uma circumstancia havia para que a colera do povo brasileiro fosse mais forte (infelizmente, dizia elle entre parenthesis), mais profunda contra o *poder*, do que toda a que mostraram os franceses, depois das celebres ordenanças, a respeito de Carlos X e sua familia... o amor proprio nacional tem sido no Brasil pisado aos pés pelos homens da *privança*, pelo partido que goza e tem gozado da *especial confiança de quem governa*... as suas acções, os seus movimentos, as suas menores palavras (de quem governa...), tudo é anti-nacional, tudo revela o desprezo e a aversão por esta terra que se rebellou”.

Era mais uma vez o Imperador directamente visado e exposto ao Brasil como um tyrano estrangeiro, a suscitar a colera do povo; e Evaristo accrescentava: “Nada mais insupportavel do que o jugo estrangeiro e é estrangeiro todo aquelle governo que tem horror á nação a cujos destinos preside, que se envergonha de pertencer-lhe” (75).

Quem se manifestava de tal modo, certamente via na revolução o remedio fatal. Mas o conflicto intimo permanecia, as tendencias por uma sahida dentro da ordem subsistiam, creando a duvida, a inquietação, a perplexidade. E vinha então o

appello á solução pacifica. Estava proxima a reunião da legislatura e Evaristo ponderava: “é do seu seio, da autoridade dos seus representantes, que devem sahir as medidas energicas...” “tudo terá o cunho da legalidade, da ordem, do methodo, sem o que nada se conseguirá que seja duravel e forte em seus resultados”. Estava condemnada, banida a hypothese de uma revolução, ou melhor, de uma reacção armada? Não. O jornalista da “Aurora” respondia: “perguntar-nos-hão, se os brasileiros devem deixar-se ficar inermes e desapercibidos. Não, não é esse o sentido em que falamos. Estejamos preparados e bem preparados para repellir qualquer aggressão... Mas não nos lancemos na anarchia”.

A anarchia, o collapso da disciplina social, as paixões desenfreadas — eis o grande pavor de Evaristo, eis o que repugnava ao seu espirito de conservação e estabilidade.

Que fez elle nas horas agitadas de 6 de Abril, quando o povo e a tropa affluíam para o campo de Sant’Anna? Segundo um dos seus biographos (76), tão comprometido estaria que, “temendo o fracasso da revolução, foi procurar asylo no consulado americano”.

Essa versão parece inteiramente infundada, como se verá do depoimento do proprio Evaristo.

(76) Felix Pacheco — O publicista da Regencia — pg. 109.

J. M. Macedo, no "Anno Biographico", diz que elle foi alheio ao pronunciamento de 6 de Abril e só appareceu no Campo de Sant'Anna ao romper do dia 7, acudindo á noticia da abdição que o General das Armas Francisco de Lima e Silva immediatamente fez chegar ao seu conhecimento". O que se póde ter como mais certo é que só depois de se esgotarem todas as possibilidades de uma solução menos violenta (porque violenta seria anda a substituição do Ministerio por imposição do povo e da tropa), elle annuiu ao golpe, deu a sua adhesão.

Deu a sua adhesão, annuiu ao golpe, depois de desanimar de um desfecho pacifico, mas sem pavores, sem covardia, indo ao Campo de Honra antes da abdição. Foi o que elle mesmo declarou, em discursos na Camara, sem que ninguem o contestasse, a primeira vez a 12 de Maio de 1832, quando sustentou que o throno de Pedro II não era apenas consequencia da abdição do pae, senão tambem da resistencia do povo aos desmandos de Pedro I: "sabe-o não só a população que esteve no Campo de Honra, mas todo o Brasil que applaudiu a resolução heroica do povo do Rio de Janeiro. *E appello para aquelles que ahi se acharam, que lá estiveram commigo*" (77); e a segunda, na sessão de 1.º de julho de 1833, tratando das

ameaças de restauração do ex-Imperador e da espontaneidade ou não da sua abdição no 7 de abril: “não sei se D. Pedro abdicou voluntariamente — desse facto só elle e Deus podem ser juizes; *mas sei que fui ao Campo de Houtra*, que lá vi as armas nas mãos de muitos cidadãos insurgidos contra a autoridade do ex-monarcha...” (78).

De Simoni, estudando os acontecimentos, em 1837, quando elles ainda estavam frescos na memoria dos contemporaneos, fixou com admiravel lucidez a conducta de Evaristo: “Cumprê que elle que involuntaria, ou forçosamente concorreu para o movimento e a crise perigosa, se valha desses meios (talento, actividade, eloquencia) para remediar ou diminuir os males actuaes e prevenir os futuros. *Cumprê que se apodere da revolução, que a acompanhe, que a dirija*, e temperando-lhe o furor, a faça servir ao triumpho e não á queda dos bons principios. Eis a sua tarefa, eis a sua resolução, eis a sua conducta” (79).

“Cumprê que se apodere da revolução, que a acompanhe, que a dirija”: foi esta a decisão heroica de Evaristo, o feito memoravel que o sagrou homem de acção, menos para desencadear as paixões e subverter a ordem, do que para oppôr

(78) Annaes da Camara — 1833 — Tomo II — pg. 25.

(79) De Simoni, Honras e Saudades — pg. 32.

barreiras áquellas e restabelecer esta o mais depressa possível.

Neste sentido tem todos os visos de um juizo historico verdadeiro as palavras desencantadas de Theophilo Ottoni: “o 7 de Abril foi uma vedadeira *“journée des dupes”*. Projectado por homens de idéas liberaes muito avançadas, jurado sobre o sangue dos Canecas e dos Ratclifes, o movimento tinha por fim o estabelecimento do governo do povo por si mesmo, na significação mais lata da palavra, Secretario do Club dos Amigos Unidos, iniciado em outras reuniões secretas, que nos dois ultimos annos espreitavam sómente a occasião de dar com segurança o grande golpe, eu vi com pezar os moderados ao leme da revolução, elles que só na ultima hora tinham appellado para o juizo de Deus!” (80)

Os exaltados queriam o “governo do povo por si mesmo, na significação mais lata”, isto é, queriam a mudança do regimen, a implantação da Republica. Para Evaristo isso equivaleria á anarchia — não nos lancemos na anarchia, disse elle a 6 de Abril — e fatalmente ao desmembramento do paiz, á desunião das provincias de que estivemos tão ameaçados durante a “experiencia republicana” da Regencia.

(80) Theophilo Ottoni — Circular — 2.^a edição — pg. 69.

Apoderar-se da revolução constituia objectivo maximo do homem que a não pregara directamente, que tanto a temera, que com ella se conformara na undecima hora. E Evaristo apoderou-se da revolução no dia mesmo em que ella triumphou, frustrando os propositos dos que a queriam levar ás suas ultimas consequencias, quebrando o impeto dos exaltados que se encontravam entre os civis, entre os politicos liberaes, republicanos, federalistas, demagogos e nas classes militares, profundamente divididas, mas em cujo seio, pela indisciplina que se alastrara, os elementos mais activos eram os que se deixavam seduzir pela propaganda exaltada.

O exercito, mau grado duvidas e indecisões e por sua gente de maior peso, se deixou dominar pelo sentimento liberal; e a verdade é que a 6 de Abril, com as idas e vindas de Francisco de Lima e Miguel de Frias e Vasconcellos, elle não fez senão collocar-se patrioticamente ao lado das aspirações do paiz ou ao menos da parte deste que representava uma opinião formada e com credenciaes para influir e orientar o curso dos acontecimentos. Depois do 7 de Abril começaria a minal-o a mais impressionante indisciplina, numa como dissolução espontanea, até que, para evitar que se tornasse um flagello, se viram os responsaveis pelo Governo da Regencia forçados á medida extrema de

restringil-o a um numero exiguo de corpos, creando-se em substituição a Guarda Nacional que tão assignalado papel teve na defesa da ordem e das instituições nos dias de maior perigo.

O primeiro numero da “Aurora Fluminense” depois da revolução foi o de 8 de Abril. Apenas meia folha de papel, explicado o facto “pelas circumstancias que a ninguem eram desconhecidas”. Na Secção “Rio de Janeiro”, Evaristo dizia: “Uma revolução, a mais assombrosa por seus amplos effeitos e pela marcha que tem seguido, occorreu no Brasil. Sabe-se em que agitação se achavam os animos depois dos ultrajes que havíamos soffrido da parte de uma facção aborrecida e da desmarcada traição do Gabinete da Bôa Vista”. E dando mais uma prova de quanto seu espirito repellia a idéa de revolução, notava: “Bem que fosse reconhecida a repugnancia com que o Imperador accedia a qualquer medida que lhe era proposta em prol do paiz, esperava-se ainda que as cousas pudessem terminar sem os horrores de uma guerra civil”. Queria dizer: acceitasse o Imperador o *ultimatum* de 17 de Março e a imposição de 6 de Abril dos rebeldes do Campo de Sant’-Anna, e a revolução teria sido evitada.

Illusão de um espirito talvez excessivamente moderado! Viria pouco mais tarde e de fórma talvez mais dramatica.

Evaristo entoava um hymno á união momentanea que se operara no momento decisivo: “o sentimento do perigo commum animou os corações e fez esquecer todos os outros riscos”.

Prova desse congraçamento dava a “Aurora” publicando a proclamação de Antonio Borges da Fonseca, redactor do “Republico” e declarando-se solidario com ella: “Ao depois de tantos soffrimentos, teve de ceder o ingrato á vontade nacional... Eia, nós estamos no campo de Marte e ahi findaremos a nossa regeneração que não deve sêr manchada por excesso algum. O perjuro abdicou — que se vá em paz gozar os fructos de suas trahições... A Constituição seja o nosso norte; com ella tudo venceremos: prudencia, concidaãos, moderação, ordem e respeito a todos os nossos chefes”.

Havia dureza, mais que explicavel no momento, na maneira de tratar o principe que ligara gloriosamente o seu nome á Independencia; mas era impressionante o appello á ordem, á concórdia, á moderação.

Borges da Fonseca pensava então como Evaristo, que se vangloriava por “não ter sido ninguém insultado por suas opiniões”.

Duraria pouco essa lua de mel de moderados e exaltados...

Resolvido a apoderar-se da revolução, impedindo que ella “se perdesse nos abysmos da dissolução social”, Evaristo foi dos mais pressurosos em dar fórma legal á nova situação e já ás dez e meia da manhã do dia 7 de Abril corria ao edificio do Senado a tomar parte na reunião extraordinaria que ia eleger a Regencia provisoria e baixar a proclamação dando conta ao paiz do succedido.

Para essa Regencia provisoria foram eleitos o Marquez de Caravellas, Vergueiro e o brigadeiro Francisco de Lima e Silva, dois civis e um militar, aquelle cuja acção se fizera decisiva no pronunciamento do exercito; e da redacção do manifesto á nação, foram incumbidos Carneiro de Campos, Araujo Lima, Luiz Cavalcanti, Evaristo, Castro Alvares e Carneiro da Cunha. Marcando desde logo o seu ascendente, coube a Evaristo redigir a proclamação. Armitage, que com elle privou, dá testemunho disso e, se acaso não foi o seu redactor, imprimiu-lhe a marca do seu espirito, os traços personalissimos de sua orientação politica.

Na trepidação das primeiras horas depois do triumpho liberal, com a tropa e o povo reunidos ainda no Campo de Sant'Anna, traçava Evaristo o programma da acção que ia desenvolver, num documento da maior nobreza. A moderação depois da victoria devia ser mais uma prova de força;

não era preciso pesar com mão de ferro sobre os vencidos, nem ninguém devia valer-se do triumpho para satisfazer paixões rancorosas; cumpria que a victoria não fosse maculada por nenhum excesso. E fixando para logo a exacta significação do passo que se dera, proclamava: “Do dia 7 de Abril de 1831 começou a nossa existencia nacional; o Brasil será dos Brasileiros, e livre”.

Estava nacionalisada a nossa Independencia, feita em 1822 sob a egide de um principe estrangeiro. Este já não era mais o monarcha: “temos um monarcha, symbolo da união e da integridade do Imperio, que educado entre nós receba quasi no berço as primeiras lições de liberdade americana e *aprenda a amar o Brasil, que o viu nascer...*”

A primeira grande victoria dos moderados, apoderando-se da revolução, concretisava-se na manutenção do throno, na continuação da monarchia. Abdicara Pedro I e já se tinha no mesmo lugar Pedro II que, nascido no Brasil, ia ser educado para rei constitucional, no ambiente republicano do periodo regencial.

Na sua *journée des dupes*, os exaltados tinham visto fracassados os planos ultra-liberaes de federação e republica e, ao em vez de perseguição, vindictas e sangue, a moderação, a genero-

sidade e o perdão, pregados como necessidade politica.

O reininho de cinco annos apparecia aos olhos de homens como Êvaristo, Vergueiro ou Odorico Mendes, como o “symbolo da união e da integridade” do Brasil.

Não havia nos liberaes moderados o mais remoto entusiasmo pela realeza; no fundo, por sua mesmo formação ideologica, elles eram tão republicanos como os exaltados. Mas o que os distinguia destes era um espirito mais objectivo, um senso mais claro da realidade e só por isso queriam a mantença do throno.

Quarenta e oito horas depois da “nossa revolução gloriosa que em nada teve que invejar aos 3 dias de Paris” (81), realisou-se um solemne *Te-Deum* na Capella Imperial, com a presença do “pequeno Imperador, nosso patricio”.

Que desafôgo, que allivio, que confiança não ha nessa phrase — “pequeno Imperador, nosso patricio!” Estavam lavadas todas as injurias dos portuguezes nos dias de Março: o Imperador já não era o patricio delles, era o “nosso patricio”...

A “Aurora Fluminense”, escrevendo sobre o *Te-Deum*, fazia uma narrativa em que se sentia o jornalista banhado em delicias.

(81) “Aurora Fluminense” — n.º 470 de 11 de Abril de 1831.

Eis como chegou “o pequeno Imperador”: “Ao apparecer o menino, que vinha em um coche puchado pelo povo, rompeu immensidade de vivas á Nação, á Constituição, ao Sr. D. Pedro II, ao *Imperador Brasileiro!* O pequeno Imperador correspondia aos vivas acenando com o lenço. Os olhos se arrazavam de agua, a tropa e a população sympathisando se mostravam irmãos e despidos da menor lembrança de rancor ainda contra aquelles que nos offenderam. Uma circumstancia se fez muito digna de nota. Após os Juizes de Paz, que iam a cavallo com as bandeiras verdes desenroladas, vinham para mais de 500 cidadãos todos bem vestidos e com os braços entrelaçados, como um signal da mais estreita união. Tudo era prazer, e os vivas que rompiam os ares, não foram, como outrora, dados com o temor do chicote, empunhado na mão dos assassinos”.

O “menino”, o “pequeno Imperador”, á cuja apparição “os olhos se tinham arrazado de agua”, o “orphão nacional”, como depois foi chamado, devia merecer todos os desvelos, todos os carinhos. E a “Aurora” advertia: “Tomem cuidado nesse menino: não o deixem corromper: vigiem zelosamente a sua educação. O exemplo de seu pae pode-lhe ser muito util se souberem mostrar-lhe porque erradas veredas esse Principe se desvai-

rou, chegou a alienar todo o amôr dos brasileiros e a tornar-se objecto do odio geral". (82)

Emquanto com um *Te-Deum* se celebrava o advento de uma nova éra, os homens que tinham assumido a direcção da cousa publica punham toda a sua diligencia em manter a ordem na cidade, evitando os excessos communs em horas taes. Os membros da Regencia provisoria, o novo ministerio (o mesmo demittido por Pedro I a 5 de Abril, com substituição apenas de Hollanda Cavalcanti por José Ignacio Borges, na pasta da Fazenda) e Evaristo, Odorico Mendes e dois ou três mais, procuravam combinar as medidas mais urgentes.

Francisco de Lima e Silva, membro da Regencia e seus irmãos foram elementos preciosos nessa occasião. Evaristo reconheceu os meritos da trindade dos Lima, em artigo da "Aurora": "Os srs. Lima têm feito em toda esta occurrencia serviços muito assignalados. A elles principalmente se deve a ordem e o socego que têm reinado no Rio de Janeiro desde o dia 7 do corrente. Além disso não podemos negar que a deliberação decidida do batalhão do Imperador, commandado pelo Snr. Manoel da Fonseca Lima e estacionado em S. Christovam, em face do Imperador, quando se

(82) "Aurora Fluminense" — n.º 470 de 11 de Abril de 1831.

passou para o Campo de Honra, decidiu a contenda. Recebam os Snrs. irmãos Lima esta homenagem de quem nunca soube o que é adular, de quem receia muito da espada, quando ella abusa de sua preponderancia” (83).

Nesses primeiros dias depois do 7 de Abril, dominada a situação pelos moderados, tudo parecia em paz: “a offensa feita á nacionalidade reunira como por milagre os brasileiros das opiniões mais oppostas: não se perguntava mais se este ou aquelle era federalista ou unitario, reformador ou conservador, frio ou ardente, moderado ou exaltado” (84).

E Evaristo accrescentava: “Cumprer evitar que o espirito de divisão se metta de novo entre elles. Occupemo-nos de cousas, de principios, e os homens sejam collocados dentro do quadro das doutrinas; sejam exemplos da regra e não regra elles mesmos: é então que seremos livres e dignos de rivalisar com os nossos conterraneos, os primogenitos da liberdade americana — os cidadãos dos Estados Unidos”.

Para ajudar essa pacificação dos espiritos, veio sem demora a amnistia a todos os crimes politicos:

(83) “Aurora Fluminense” — n.º 470 de 11 de Abril de 1831.

(84) “Aurora Fluminense” — n.º 472 de 15 de Abril de 1831.

Seria, porém, possível que a concordia se firmasse tão depressa? Evidentemente, não. Menos de duas semanas depois da victoria revolucionaria, já havia desilludidos, já começava a divisão, o desaccôrdo, a desordem.

“Quando uma revolução politica veiu de operar-se em qualquer sentido que seja, por mais habilidade que tenha o governo estabelecido, é impossivel que não appareçam muitos descontentes”, dizia Evaristo em artigo de 22 de Abril, lembrando dias depois, em tom ironico, que o principal autor da revolução do dia 7 fôra o ex-Imperador.

Surgiam os descontentes, ouviam-se já os primeiros rumores das tempestades que se desencadeariam no correr dos dias que se approximavam e a “Aurora”, numa prompta reacção do espirito conservador, ensinava: “não consiste a liberdade em abater por tal modo o governo que este não possa preencher os fins para que foi instituido”. Não se faça delle “um fantasma inutil, sem força para manter a ordem e para preservar a sociedade”. E ainda: “despojado de todo o prestigio da Realeza, entregue a homens electivos, é fraco de sua natureza e convem antes dar-lhe força do que tirar-lh’a”. (85)

(85) “Aurora Fluminense” — n.º 477 de 27 de Abril de 1831.

Governo capaz de manter a ordem e preservar a sociedade, não queria dizer dictadura: “nada de regimen arbitrario”.

De pouca duração seria a tregua das paixões e já na noite de 26 de Abril, começaram os disturbios, as arruaças, provocadas por “anarchistas”.

Entrava o mez de Maio e iam funcionar as Camaras, que nada tinham feito na sessão extraordinaria de Abril, convocada ainda pelo ex-Imperador.

Decidido, como se achava, a “apoderar-se da revolução, acompanhal-a e dirigit-a”, Evaristo assumiu para logo as funcções de verdadeiro *leader*, embora guardando sempre o feitio modesto e a sua virtude rara de acceitar e suscitar cooperação.

Os moderados, com a responsabilidade do poder, tiveram sem demora a noção dos embaraços e difficuldades que lhes tolheriam a acção.

Por força do proprio regimen instaurado, de ampla liberdade, de completa manifestação de todas as opiniões, elles sentiram que não tardariam as dissensões e as lutas, os choques das ambições.

Entre os proprios liberaes, a divisão se annunciava, cavando abysmos entre exaltados e moderados; e desse dissidio se aproveitaram os que

sincera ou manhosamente tinham saudades do passado e sonhavam com a restauração.

Como enfrentar semelhante situação? Buscando apoio, servindo-se da força armada, do prestígio do exercito?

Nunca este se envolverá em lutas partidarias sem que saia diminuido, dividido, disvirtuado.

Assim aconteceu logo depois de 7 de Abril. Rapidamente a disciplina se afrouxou, a hierarchia militar se subverteu e a obediencia ao poder constituido deixou de existir. "Indisciplinada, arrogante, tendo a espada como o sceptro da lei, crendo que tudo deveria decidir-se pelas armas, pela vontade dos soldados, orgulhosa por vêr que desde 1821 satisfizera suas exigencias e conspicuo papel representara nos negocios publicos, deixara a força militar de ser depositaria da ordem, da tranquillidade publica. Debellava os cidadãos em vez de garantil-os, não era elemento da ordem, nem sustentaculo da lei, mas um corpo anarchico, que alçava a cabeça logo que havia um motim, quando não era o primeiro a atear o facho da rebellião. E tão desorganizada e dissoluta andava a corporação militar, que qualquer tribuno alliciava soldados, e levava-os de carabina ao hombro a commetter desatinos, a desrespeitar a lei, a perturbar o socêgo e a levantar exigencias que, quando não cumpridas, eram o cartel de desa-

fio e a iniciação de sedicções repetidas, perigosas e sanguinolentas. (86)

Salvo o tom rhetorico, essa era a situação do exercito em 1831.

Que haviam de fazer, pois, os responsaveis pelo governo?

Se falhava o instrumento material da defesa da ordem publica, transformando-se em factor principal de anarchia, era mistér criar outro, que o substituísse. Sem perda de tempo, cuidaram os moderados de instituir as guardas nacionaes.

Aberta a Camara a 3 de Maio, já na sessão de 4, José Bento Leite Ferreira de Mello, supõe-se que por suggestão de Vergueiro (87), propoz que se nomeasse uma Commissão para que dentro de quatro dias apresentasse o plano da creação das guardas nacionaes, sendo escolhidos Vieira Souto, Cunha Mattos e Evaristo. A 9 de Maio foi lido o projecto de lei organizado pela Commissão, tendo sido relator Cunha Mattos, primeiro signatario d'elle e official general do exercito, naturalmente indicado, pois, para a tarefa; e a 18 de Agosto sanccionou a Regencia a lei a respeito, com 143 artigos, antes um regulamento pelas minucias a que desceu.

(86) Moreira de Azevedo — O Brasil de 1831 a 1840 — pgs. 23 e 24.

(87) Djalma Forjaz — O Senador Vergueiro — pg. 411.

O papel da nova instituição seria de grande importancia na manutenção da ordem em todo o periodo regencial. As guardas nacionaes deveriam constituir para Evaristo “a nação toda em armas”, a “força cidadã”, como elle a chamaria no artigo da “Aurora” de 15 de Fevereiro de 1832, commentando a revista geral realisada a 12 do mesmo mez. Nesse dia, formaram 2.000 homens da infantaria (88) e 400 da cavallaria e “o jovem Imperador, a cavallo, com a farda da guarda nacional, correu as fileiras”.

A idéa da criação das guardas nacionaes não era original; mais uma vez copiavamos os modelos francês e norte-americano: “fructo da revolução liberal de França e dos Estados Unidos”, dizia Evaristo.

Difficil empreza a do governo nesses primeiros tempos depois do 7 de Abril!

A situação do Rio era da maior intranquillidade. Todos os dias os disturbios se succediam e os exaltados, sentindo-se cada vez mais irritados pela orientação conservadora que manifestavam os moderados, tornavam as ruas da cidade intransitaveis. Era uma verdadeira onda de anarchia que ameaçava tudo subverter. Mas nem assim Evaristo e os seus companheiros de feição

(88) O instructor geral da infantaria da guarda nacional da Côrte era o major Luiz Alves de Lima, o futuro Caxias.

moderada perdiam o sangue frio. Embora evitando cuidadosamente enveredar pelo caminho da reacção e fugindo aos precedentes dos dias do primeiro Reinado, era necessario fortalecer o Governo, organisal-o sob moldes liberaes, sem reduzi-lo á impotencia.

Organisar o Governo e formar uma opinião esclarecida, criar nucleos de resistencia e orgãos que systematisassem as aspirações medias do paiz, foi o trabalho immenso e exhaustivo a que Evaristo se entregou de corpo e alma.

Preliminarmente, cumpria assegurar a ordem material, o socêgo nas ruas e nos lares. “A policia da cidade, eis a grande questão”, dizia pela “Aurora” de 15 de Junho, um missivista que se assignava “Um carioca amigo de sua terra”.

Enquanto não se ultimava a votação da lei das guardas nacionaes, o governo ia creando guardas municipaes (89), os seus proprios adeptos espontaneamente se arregimentavam nas differentes parochias para a defesa commum.

Era mistér regularisar a situação da Regência, dando-lhe um estatuto legal. Este veio com a lei de 7 de Junho, elegendo-se a primeira Regencia permanente a 17, sendo escolhidos Francisco de

(89) Do Corpo de Guardas Municipaes Permanente, que tão grandes serviços prestou á ordem publica durante a Regencia, foi Commandante Luiz Alves de Lima e Silva.

Lima e Silva, unico mantido da Regencia provisoria, e Costa Carvalho e João Braulio Munz, ambos moderados, ambos homens ricos, o primeiro fadado a uma carreira mais longa, o segundo pallecido prematuramente.

A lei de 7 de Junho de 1831, pelo espirito excessivamente liberal que predominou na sua elaboração, não foi a que as circumstancias exigiam. A grande preocupação dos theoreticos e idealistas da época era desarmar o poder, impedindo que elle se transformasse num instrumento de oppressão. Num exagêro de governo popular, fazendo-se da Camara uma especie de Convenção, negou-se á Regencia o direito de dissolver-a. Estabelecia-se assim a onnipotencia do Poder Legislativo, fechando-se toda e qualquer sahida em caso de conflicto da Camara com o Governo.

Tambem accentuando as tendencias republicanas da maioria dos homens mais influentes de então, vedava-se á Regencia a concessão de titulos, honras, ordens militares e distincções.

Ao preparo da lei de 7 de Junho, Evaristo deu a maior collaboração. Durante o mez de Maio, em que ella occupou a attenção da Camara, falou quasi todos os dias, fazendo ás vezes três, quatro e cinco discursos na mesma sessão, como aconteceu nas de 19 e 25.

Mais objectivo que a maioria dos seus companheiros de politica moderada, bateu-se longamente pela faculdade de dissolução da Camara dos Deputados. Essa sua attitude foi de grande coragem, pois que contrariava o pensamento liberal do momento: “a questão apresenta um lado impopular, mas empenhado unicamente no bem da nação e superior a considerações humanas, voto conforme a minha consciencia” (90). Porque não o ouviram, os governos sob a Regencia estariam fadados á esterilidade quasi completa.

Na frouxidão da disciplina social do momento, em meio aos embates das paixões de uma sociedade que se transformava sob varios aspectos de um modo artificial, por força da adopção de estilos de vida e instituições mal ajustadas ás condições da população e de sua cultura, o Governo por si só não poderia exercer a sua missão primordial.

Impunha-se a criação de um outro instrumento de ordem, de preservação social, de orientação politica e assim aos homens do feitio de Evaristo se afigurou indispensavel a formação de um órgão que suprisse as deficiencias do Estado, estendendo a sua acção até onde a do Governo não alcançava. Tal foi o papel da Sociedade Defensora da Liberdade e Independencia Nacional, ins-

90) *Annaes da Camara* — 1831 — Tomo I — pg. 103.

tallada no Rio de Janeiro em 19 de Maio de 1831 (91).

As primeiras reuniões da Sociedade Defensora realisaram-se em casa de Antonio Borges da Fonseca, em cujo jornal, o "Republico", foram publicados os nomes de todos os socios fundadores.

Se a "Defensora" não foi de iniciativa de Evaristo, elle a abraçou com enthusiasmo e tornou-se immediatamente o seu mais ardoroso adepto.

De 1831 a 1835, as paginas da "Aurora Fluminense, a tribuna da Camara e a Sociedade Defensora foram os baluartes de sua acção de todos os dias.

Da "Defensora" fizeram parte para logo regentes, ministros, deputados, senadores, militares, commerciantes, banqueiros, advogados, medicos, funcionarios publicos e no primeiro Conselho Director, constituido de 24 membros, figuraram Odorico Mendes, Manoel da Fonseca Lima e Silva, Evaristo, Limpo de Abreu, Baptista Caetano, Monteiro Ferreira, Silva Araujo, Antonio Borges da Fonseca, José Bonifacio, Soares de Mei-

(91) Em Santos, no dia 4 de Abril de 1831, antes portanto da revolução de 7 de Abril e da fundação da "Defensora" no Rio, fundou-se a Sociedade dos "Defensores" da Liberdade e da Independencia Nacional (Martim Francisco — Contribuindo — pg. 167). Terá sido a "Defensores" a inspiradora da Sociedade "Defensora"?

relles, Xavier de Carvalho, Antonio João Lessa, Henriques de Rezende, Paula Souza, José Joaquim de Lima e Silva, Octaviano Rosa, Jacintho Rodrigues Pereira Reis, Juvencio Pereira, José Bento, Costa Carvalho, Luiz de Souza Lobo, Luiz Valdetaro, Manoel Valladão Pimentel e Carneiro da Cunha. (92)

Nem todos ficaram muito tempo nos quadros da "Defensora". Com as divisões partidarias que se foram accentuando, della se desligariam, por exemplo, José Bonifacio, que se inclinaria para a Sociedade Conservadora e Juvencio Pereira, um dos fundadores da Sociedade Federal.

O Conselho Director era renovavel de três em três mezes e as suas reuniões começaram a effectuar-se no edificio da Camara Municipal.

Evaristo foi sempre reeleito, contentando-se com o posto de Secretario.

Com a "Defensora" adquiriram os moderados um admiravel instrumento de acção, que se irradiava por todas as provincias através das succursaes fundadas não só nas capitaes como em numerosas outras cidades.

Disse Abreu Lima, (93) com algum exagero, que a "Defensora" verdadeiramente governou o Brasil pelo espaço de quatro annos; foi em rea-

(92) "Aurora Fluminense", n.º 489 de 27 de Maio de 1831.

(93) Historia do Brasil — edição de 1882 — pg. 271.

lidade outro Estado no Estado, porque sua influencia era a que predominava no gabinete e nas Camaras; e sua acção, mais poderosa que a do governo, se estendia por todos os angulos do Imperio”.

Esse “Estado no Estado”, formando e orientando a opinião, actuando sobre o governo e o parlamento, soffria, mais do que outro qualquer, o ascendente de Evaristo. Succedaneo, ou melhor, ensaio de um partido politico organicamente constituido, a “Defensora” evitava os processos escusos e subalternos de que padecem de ordinario as aggremações partidarias.

Certamente, nas suas reuniões traçava-se o plano das campanhas politicas, procurava-se criar a disciplina e a harmonia entre os seus adherentes, visando uma acção homogenea no governo e nos debates da Camara, que era onde afinal todas as questões iam ter desfecho e solução; mas no seio da “Defensora” havia respeito pela opinião de qualquer membro da sociedade, prevalecendo não raro o ponto de vista daquelles que não exerciam cargos do governo ou postos de representação nacional.

As propostas em tal ou qual sentido, na mais ampla liberdade, se succediam, e se Evaristo era em verdade o orientador maximo, mais de uma vez o seu parecer deixou de ser seguido.

O grande elemento de acção da “Defensora” eram as representações, já endereçadas á Camara, já ao Governo, e publicadas nos principaes jornaes do partido moderado.

A primeira dellas foi, a de 1 de Junho de 1831 pedindo á Camara dos Deputados a criação das guardas nacionaes, seguindo-se numerosas outras sobre a construcção da Casa de Correição, sobre os successos politicos de Pernambuco, sobre os manejos dos restauradores e absolutistas tendentes a annullar os effeitos da revolução de 7 de Abril, sobre a necessidade de andamento do projecto da reforma constitucional etc., ao lado de votos de graças e congratulações com o Governo, com a Camara, com Feijó.

Mas não foi só por intermedio da “Defensora”, instituição de natureza puramente politica, que Evaristo procurou influir sobre a marcha dos acontecimentos.

A victoria da revolução de 7 de Abril, com o seu cunho nativista e num sentido de liberdade, teve como consequencia feliz a expansão de multipas iniciativas de ordem intellectual e social. Varias foram as sociedades e agremiações fundadas no Brasil nos annos de 1831 e 1832 e a quasi todas Evaristo deu o o seu concurso, animando-as e procurando collocal-as sob o signo de sua orientação politica, nos mais elevados propositos desta.

Assim é que elle foi um dos fundadores da Sociedade de Instrucção Elementar, da Sociedade Amante da Instrucção, ainda hoje existente, e da Sociedade Philomatica do Rio de Janeiro, visando fins culturaes e de cujo Conselho Director fez parte juntamente com Martim Francisco, Araujo Lima, Manoel José de Oliveira e João Paulo dos Santos Barreto e de que eram socios politicos e homens de letras, como Antonio Carlos, José Martiniano de Alencar, Aureliano Coutinho, Bernardo de Vasconcellos, Torres Homem, Cayrú e Mont' Alverne.

Luta aspera a de Evaristo nesses dias incertos que se seguiram ao 7 de Abril! Luta tanto mais perigosa quanto se travava em terreno movediço, numa epoca propicia aos excessos! Luta ingrata para quem escolhera a difficil posição do centro, forçado a cada instante a divergir de uns e de outros, no afan de não trahir a si mesmo. Como lhe seria mais commodo se se deixasse pender para um dos extremos! Homem nitidamente de um extremo não conhece a duvida, nunca se surprehende em indecisão: a posse da verdade dá-lhe confiança, estimula-lhe a coragem para a luta e nesta a paixão é o alimento de cada hora. O homem de extremo é absoluto. O do centro, porém, palpa e tacteia o relativo, o contingente, guia os passos tendo em vista as circumstancias, que se succedem, sempre mutaveis e imprevistas.

Evaristo nunca perdeu a cabeça e soube caminhar equilibrando-se entre abysmos. Maior foi o seu merito, prodigiosa a sua coragem, porque não desertou a acção no momento em que só parecia haver lugar para os extremistas. Acção omnimoda, vigilante, infatigavel. E não cuidava apenas do aspecto meramente politico das questões, não era o simplista que acreditava no milagre das leis. Por isso se deu de corpo e alma á Sociedade Defensora, á Sociedade de Instrucção Elementar, á Sociedade Amante da Instrucção, á Sociedade Philomatica; por isso continuou á frente do seu jornal.

Não lhe bastava o texto legal consagrando os bellos principios do seu amado liberalismo; queria preparar os espiritos, elevar o nivel moral e intellectual do paiz para que elles não fossem letra morta; pretendia crear uma consciencia colectiva á altura delles.

De Evaristo disse Nabuco que elle quiz exercer no Brasil a dictadura de sua opinião (94). Dictadura de uma opinião desinteressada e lucida, dictadura do bom senso. Si o bom senso é um defeito, teve-o em alta escala e toda a sua vida foi uma demonstração disso.

(94) Um Estadista do Imperio — 1.^a edição — Tomo I — pg. 31.

Bom senso, isto é, juízo isento, serenidade, senso de medida e de proporções, nunca tiveram, por exemplo, os Andradas, principalmente Antonio Carlos e Martim Francisco, sempre apaixonados e presumidos.

Entre elles e Evaristo cedo se deu a separação, que culminaria na inimizade.

De começo parecia que o periodo aberto com a abdicção do primeiro Imperador seria um novo ensejo aos Andradas para o seu predominio politico, tal como nos dias da Independencia. De um lado, José Bonifacio nomeado tutor de Pedro II, num documento que muito o enaltecia, estaria dentro do Paço e de lá influiria sobre os acontecimentos; de outro, inaugurando-se no Brasil o governo de opinião, Antonio Carlos, tido como dos maiores oradores do tempo, e Martim Francisco, seriam *leaders*, guias na Camara e fóra della.

Outro, entretanto, foi o rumo dos acontecimentos. A Camara annullou a nomeação feita por Pedro I e deu-a como acto da representação nacional. (95). José Bonifacio irritou-se profundamente, sentindo que a sua investidura mudava de character, ficando ao sabôr da maioria da Camara. Quanto a Antonio Carlos, seus desejos

(95) Aliás, o proprio Pedro I, em carta dirigida de bordo da "Warspite", em 10 de Abril de 1831, á Camara dos Deputados, pediu a "confirmação" da nomeação de José Bonifacio.

de figurar na Regencia não foram satisfeitos; e Martim Francisco não conseguiu ser ministro.

Sem demora os Andradas alistaram-se na ala dos descontentes e entraram a solapar o trabalho penoso de construcção politica e de apaziguamento social iniciado pela gente do partido moderado, não poupando Evaristo, de cuja “mocidade e inexperiencia” fizeram capitulo de accusação. Porque não temia e estava sempre na primeira linha, na “Aurora”, na trbuna da Camara ou pelas representações da “Defensora”, tornou-se o alvo preferido dos ataques mais ferozes, victima de todas as calumnias, numa epoca de desbragamento de linguagem, em que os jornaes, com rarissimas excepções, eram ignobeis pasquins.

Durante a Regencia, os jornaes, pullulariam, multiplicando-se, no Rio e pelas provincias. Aos que já existiam antes do 7 de Abril, vieram juntar-se novos, quasi todos em tom pamphletario, aggressivos, injuriosos, menos preocupados com os problemas geraes do que com as pessoas, os homens, espalhando a confusão e o terrôr, não respeitando a vida privada de ninguem, dando curso a todas as miserias murmuradas pelos invejosos e despeitados.

Em Julho de 1831 já era profunda a divisão dos liberaes e já se affirmava a audacia dos elementos que tinham cahido com a abdicação de Pe-

dro I. Na sinceridade liberal de sua conducta os responsaveis pela nova ordem de cousas haviam repellido a idéa da concessão de poderes extraordinarios ao Governo. As medidas tomadas, como as que prohibiam ajuntamentos nocturnos de cinco ou mais pessoas (lei de 6 de Junho de 1831), a suppressão de fiança em caso de flagrante delicto, a faculdade concedida ao Governo de suspender os juizes de paz negligentes ou prevaricadores, eram insufficientes para a defesa da ordem publica e aos disturbios das ruas iam succeder os motins dos quarteis, a tropa insubmissa, indisciplinada, reflectindo a agitação geral.

Para enfrentar a anarchia que já campeava, sentiram os moderados a necessidade de collocar na pasta da Justiça um homem energico e resolutivo; e assim foi Feijó nomeado a 5 de Julho.

Desconhecendo o seu valôr ou para proval-o, os exaltados não perderam tempo e uma semana depois, na madrugada de 12, estourou a primeira rebellião séria com o levante do batalhão 26 de de infantaria aquartelado no mosteiro de S. Bento. Feijó dominou-a com 600 guardas-municipaes que reunira, fazendo embarcar a 14, para a Bahia, o batalhão revoltoso. Mas o mal não estava debellado. Na noite desse mesmo dia, novo levante se verificou, agora numa parte do Corpo de Policia.

Na Camara, no dia 15, echoou immediatamente a noticia, levada por José Martiniano de Alencar, seu presidente, que abriu a sessão mais cedo. Tinham falado alguns deputados — Odo-rico Mendes, Martin Francisco, Vasconcellos, Carneiro da Cunha e Ferreira França — fazendo suggestões, quando foi lido um officio de Feijó communicando o que occorrera no corpo da Policia e cousa ainda mais grave: a tropa toda da Capital estava reunida no Campo da Honra e fazia ao Governo “exigencias extraordinarias”. Dizia mais o ministro da Justiça que “as guardas municipaes recolheram-se amedrontadas e porque se achavam mal armadas e sem disciplina, não puderam servir para restabelecer a ordem”.

Parecia uma situação perdida: — parte do Corpo da Policia revoltado; a tropa toda da Capital fazendo “exigencias extraordinarias” ao governo; as guardas municipaes, desertando o campo, amedrontadas e sem disciplina.

Como resistir, sem policia, com o exercito em attitude insubmissa, — exigindo a soltura dos soldados presos por occasião do levante do dia 12, a suppressão dos castigos corporaes e ameaçando o Governo com novas reclamações — e com as guardas municipaes amedrontadas?

Nem assim, porém, faltou energia ao Governo ou decisão á Camara, que ficou em sessão permanente de 15 a 20 de Julho.

O primeiro elemento de resistencia foi a força moral do Governo e dos seus amigos na Camara. Remodelou-se immediatamente o ministerio, para o qual entraram Lino Coutinho, como ministro do Imperio, Bernardo de Vasconcellos, da Fazenda, Rodrigues Torres, o futuro Itaboraahy, da Marinha e Manoel da Fonseca Lima e Silva, da Guerra. Gente disposta a enfrentar os acontecimentos sem temores, sem tergiversações. Por seu lado a Camara não hesitou nas providencias a tomar: se não se podia contar nem com o exercito, nem com a policia, cumpria fortalecer a guarda municipal, armal-a quanto antes, dar-lhe um commandante que a soubesse conduzir. E foi o que se fez, sem demora. Por proposta de Evaristo ficou o Governo autorizado a nomear esse commandante geral, recahindo a escolha em Sebastião do Rego Barros, deputado por Pernambuco.

A attitude corajosa de Feijó e seus companheiros e a serenidade da Camara, e tambem do Senado, deliberando com “a cidade submergida no terrôr”, deram animo ao povo sympathico á causa de 7 de Abril, ao mesmo tempo que arrefeceram o ardôr subversivo da tropa reunida no Campo da Honra.

No dia 20 de Julho estava dominada a insurreiçõ com a victoria dos moderados. Segui-

ram-se medidas da maior energia: os corpos do exercito e da policia que se tinham rebellado foram dissolvidos, presos muitos dos officiaes responsaveis pelo levante e deportados outros para Bahia e Pernambuco.

A todas essas providencias deu Evaristo o seu apoio irrestricto, indefectivel ao lado de Feijó, já na Camara, já pelas columnas da "Aurora Fluminense". Sem embargo disso, por um profundo senso politico e pelo seu feitio tolerante, já a 20 de Julho proclamava a necessidade de reformas na Constituição "hoje unanimemente reclamadas por todos os brasileiros" (96), accrescentando que antes não as acceitava "porque não queria reformas por um poder tyranico".

Mas era preciso ordem, submissão á lei: "não ha forma de governo, ainda a mais democratica, que possa subsistir com revoluções de 15 em 15 dias" (97). Ordem, num regimen de tolerancia: "um dos maiores inconvenientes das revoluções e partidos politicos é que os homens pela maior parte se tornam injustos para com aquelles que professam opinião differente das suas".

Estaria ahi uma advertencia a todos, inclusive ao governo, que acabava de publicar a "Ex-

(96) "Aurora Fluminense" — n.º 508 de 20 de Julho de 1831.

(97) "Aurora Fluminense" — n.º 511 de 29 de Julho de 1831.

posição de principios do Ministerio”, peça de auctoria de Vasconcellos e que lhe parecia o “crédo politico de qualquer governo de um paiz livre”.

Nos começos de Agosto, Evaristo adoeceu e ficou impedido de escrever toda a “Aurora”: “Uma gastrite que nos tem affligido estes ultimos dias, agora nos impede de todo de escrever para o publico (98)”. Por isso, sahia o jornal com abundantes transcripções de artigos de outras folhas moderadas ou de trechos de escriptores franceses de sua predilecção.

Vencida a grande tormenta de Julho, procurava o Governo realisar o seu programma. Mas os embaraços eram quasi insuperaveis. Continuava a indisciplina militar, cada vez se extremava mais a separação entre moderados e exaltados.

A “Nova Luz”, o “Tempo”, o “Curioso” atacavam Evaristo, apontavam contradicções em todas as suas attitudes, chamavam-no de “viracasa”.

Suas respostas eram calmas e sobranceiras: não queria a anarchia; queria ordem, respeito á lei; abominava a vingança; desejava uma politica de “perdão e generosidade”; entendia que o governo devia ser energico, sem que adoptasse o lemma — “quem não é por nós é contra nós”.

(98) “Aurora Fluminense” — n.º 514 de 5 de Agosto de 1831.

Semeadura em terreno pouco preparado, palavras de um homem de sangue frio ditas a uma multidão de agitados. “Estamos ainda numa terrível anarchia de idéas”, concluía melancólico (99).

Succediam-se dias inquietos. Na noite de 20 para 21 de Agosto, nova ameaça de subversão promovida por militares mineiros. Como não havia telephones, nem radios, soaram as matracas convocando os defensores da ordem publica e accorreram cerca de 2.000 cidadãos armados.

A 25 de Setembro repetiram-se os disturbios; grupos circularam pelas ruas centraes dando vivas á Republica e morras aos “chumbos”, ao Ministro da Justiça. Na noite de 28 do mesmo mez, conflictos no Theatro.

E continuavam as sublevações dos quartéis. Na “Aurora”, Evaristo verberava “o estado de insubordinação dos corpos militares, a desmoralisação da soldadesca e o espirito faccioso de alguns officiaes” (100). A 7 de Outubro verificou-se o levante da artilharia da Marinha, na ilha das Cobras e em outras fortalezas da bahia.

Mais uma vez o Governo sahiu victorioso, reunindo para suffocar a bernarda a guarda nacional, o corpo de municipaes e o batalhão todo

(99) “Aurora Fluminense” — n.º 528 de 9 de Setembro de 1831.

(100) “Aurora Fluminense” — n.º 550 de 31 de Outubro de 1831.

composto de officiaes, que se formara, batalhão de officiaes-soldados, o "batalhão sagrado" ou como o chamou a "Aurora" — batalhão "Bravos da Patria".

Dia a dia augmentava o prestigio de Evaristo, chefe por consenso geral do partido moderado. E elle acudia a tudo com o seu conselho, desdobrando-se, multiplicando-se, vigilante, imperturbavel.

Moço, na força dos seus 32 annos, conseguia alliciar as sympathias dos moços, como por occasião dos successos de Julho, em que os alumnos da Escola Medico-Cirurgica, por seu intermedio, se promptificaram a defender o Governo: "flôr da mocidade, em cujas veias ferve o sangue, e apezar disso querendo a liberdade com a ordem", dizia na Camara, lendo a representação dos estudantes.

Mas, numerosos, eram tambem os moços que se deixavam levar pela campanha exaltada e queriam a republica, a federação.

Em fins de 1831, lançava-se no Rio de Janeiro a moda dos chapéos de palha para homens, feitos de taquarassú. Os rapazes da facção exaltada fizeram para logo desses chapéos uma especie de distinctivo do seu credo politico, usando-os de preferencia.

Evaristo continuou com o seu “chapéo redondo” e satyrisou a nova moda: “pelo que respeita aos meninos mimosos, aos “petimetres” de bom tom, que se penteiam á francesa e vestem á inglesa, nesses o chapéo de palha é apenas um contraste burlesco”... e ainda: “parecem-nos muito mal apropriados para casarem com uns sapatinhos lustrosos, uma calça fina e um casaco de panno de doze mil reis o covado” (101).

A despeito dessa indumentaria requintada, os exaltados se chamavam a si mesmos de “farroupilhas”, o que parecia a Evaristo “uma copia servil dos “sans-culottes”, dos revolucionarios de 1793”...

“Farroupilhas” e “jurujubas” seriam com o tempo os exaltados; “chimangos” ou “chapéos redondos” os moderados, “caramurús” os restauradores.

Em meio de lutas tão acirradas e nesse ambiente de intranquillidade, o partido moderado ia realizando alguma cousa, dentro do seu programma liberal.

Transpondo mil tropeços, a Camara, sem descuidar-se dos preparativos da reforma constitucional, trabalhou seriamente, votando materia importante.

(101) “Aurora Fluminense” — n.º 555 de 7 de Novembro de 1831.

Além das leis sobre as attribuições da Regencia, criação das Guardas Nacionaes, prompta administração da justiça e punição de criminosos (lei de 6 de Junho de 1831), varias outras resultaram da actividade legislativa do primeiro anno regencial, quasi todas marcadas do espirito liberal do momento, com os temperos e as transacções impostas pela gravidade das circumstancias: ficou prohibida a concessão de loterias; numerosissimas escolas foram criadas; uma lei fixou as attribuições do tutor do Imperador menor; o exercito, com a dissolução de varios corpos, reforma nos que foram mantidos e novas disposições no tocante ao tempo de serviço, foi reduzido a proporções minimas, talvez a uma quarta parte do que era no tempo do primeiro Reinado; o Theouro Nacional (lei de 4 de Outubro de 1831) recebeu uma organização de cujas linhas mestras ainda perduram, na sua physionomia actual, varios traços caracteristicos; foi votado o orçamento, que soffreu longo debate na Camara, com a presença de todos os Ministros, esclarecendo cada um as necessidades de sua Repartição; uma lei fixou regras para a contabilidade municipal, outra deu estatutos aos Cursos Juridicos; finalmente, pela lei de 7 de Novembro, foram declarados livres os escravos africanos vindos de fóra do Imperio.

Não foi pouco, tendo-se em vista o estado de perturbação geral do paiz, o Rio em constantes sobresaltos, as sedições, os levantes, as arruaças formando uma cadeia.

A toda essa reforma na legislação, Evaristo acompanhou, dando com franqueza e segurança a sua collaboração em discursos na Camara e em artigos no jornal. A sinceridade, a probidade, o respeito de si mesmo nunca o abandonaram na sustentação dos seus pontos de vista. Indo directo aos assumptos, pensando, falando e escrevendo com clareza, ninguém lhe descobrirá subtilezas de sophista, declamações de rhetor, vaidades de literato. Polido, cortez, tolerante, soube ser corajoso nas suas opiniões, embora pudesse isso crear-lhe desaffectos.

“Nobreza ridicula com bem poucas excepções”, “aristocracia inteiramente gothica”, dizia elle dos marquezes, e condes improvisados pelo capricho de Pedro I.

Inimigo das sinècuras, dando nobremente o exemplo, pois que nunca exerceu funcção publica a não ser a de deputado, sem solicitações, por uma provincia que só conheceria mezes antes de morrer, clamava na Camara: “Eu creio que os empregos foram instituidos para proveito e bôa organização da sociedade e não para que estes ou aquellos individuos os desfructassem em beneficio

e lucro seu particular. . . não julgo que a nomeação a favôr de um individuo para qualquer emprego seja uma garantia, e creio que só poderá ser assim considerada quando o empregado cumprir os seus deveres” . . .

Defensor desinteressado de Feijó e dos seus companheiros de Ministerio, convencido de que o Ministro da Justiça era “homem probo e recto”, “homem proprio para tempo de revoluções”, repellia indignado as insinuações de Luis Cavalcanti, que o apontava como “gente do ministro”: “Eu não careço do Governo para nada, não sou homem de ninguem, o Governo não me fez beneficio algum, e se quiser fazel-o eu o regeito. Vendo livros em minha casa e disto recebo uma subsistencia honrada”. (102).

Num meio social que vira implantar-se a “nobreza ridicula” e a “aristocracia gothica”, estygmatisada pelo puritanismo democratico de Evaristo, havia quem falasse com desdem no balcão do livreiro e zombasse da sua falta de elegancia physica.

“Vendo livros na minha casa”, dizia elle com ufanía na tribuna da Camara. Com certo orgulho satisfeito, batia na mesma tecla em artigo da “Aurora”: “O nosso balcão! Elle nos tem dado para viver honestamente, sem andarmos a fazer

cortezias e indignidades a quantos sobem ao poder, para não carecermos de avaliar tudo a dinheiro e de mendigar perpetuamente o que é da Nação” (103).

De estatura abaixo da mediana, Evaristo, de habitos sedentarios, não primava pela esbelteza. May, redactor do “Malagueta”, fazia disso motivo de chacota. Mas a replica não tardava: “A nossa estatura! Quem não dirá que o Snr. May seja algum elegante *fashionable!* Nem todos, porém, podem ter uma figura bella, amavel e prazenteira como a do nosos collega que excita logo a hilaridade em qualquer circulo onde se apresente”.

A “Malagueta” não se limitava a achar Evaristo feio e a menoscabar a sua profissão de livreiro: no tom perfido e reticente, muito usado no momento, lançava-lhe suspeitas de deshonestidade, a proposito da compra de uma casa.

Vinha a resposta çabal e esmagadora: “Compramos por 11 contos a propriedade que habitamos. Seria assombroso que um homem que negocia com honra ha mais de oito annos, que começou com algum capital herdado, que tem além disso os productos do seu jornal e o estipendio de deputado, houvesse accumulado 11 contos de reis para comprar o edificio em que tem todo o seu

(103) “Aurora Fluminense” n.º 580 de 13 de Janeiro de 1832.

estabelecimento? Parece-nos que não; e todavia desses vinte e sete mil cruzados devemos ainda a maior parte a pessoas de nossa amizade”.

Evaristo comprara o predio da rua dos Pescadores n.º 49, onde estava installada, na loja, a sua livraria, e em cujo sobrado morava com sua familia.

Não foi só de deshonesto a miseravel accusação; tambem quizeram ver nelle um poltrão, porque era moderado, tolerante, homem inimigo de bravatas: “Nós, vil poltrão! Digam-no aquelles que em Março nos ultrajaram, digam-no os que nos ouviram em Julho, quando a nossa cabeça era pedida por loucos fanaticos que dispunham da força!”

Avolumava-se a onda de odio contra Evaristo, contra Feijó, contra Vasconcellos, contra todos os que se oppunham aos desvarios revolutionarios e queriam realisar reformas dentro da ordem. Em louvor de Feijó, dizia a “Aurora”, salientando os costumes simples, quasi rusticos e ao mesmo tempo o destemôr do padre duro de Itú: “Um ministro que franqueia a sua casa, que é accessivel a todo o mundo, que não ostenta signal algum de distincção, que passeia a pé”.

Todas as armas pareciam legitimas aos jornalistas contrarios ao Governo; de tudo lançavam mão, explorando odio de raças e luta de classes,

fazendo “a intriga das côres tão terrível no Brasil” e procurando “desacreditar os que pregavam doutrinas de ordem e não desejavam promover um choque violento entre os proprietarios e os que nada possuíam”. (104). E ainda alimentando a indisposição contra os portuguezes que o 7 de Abril exacerbava e cumpria desvanecer.

Novos jornaes, novos pasquins surgiam todos os dias como por encanto. Uns duravam semanas, mezes; outros vingavam. Os que morriam, resurgiam ás vezes com nome mudado, mas sempre animados do mesmo espirito de intriga, da mesma vocação para a calúnia. Em principios de 1832, havia cerca de cincoenta jornaes no Brasil, muitos com as denominações as mais estranhas. Ao lado do “Malagueta”, do “Mutuca”, do “Jurujuba”, apparecia o “Filho da Terra”, o “Republicano da Sempre-viva”, o “Caramurú” e o “Carrijó”, os dois ultimos francamente restauradores e obedecendo á inspiração de Martim Francisco e Antonio Carlos.

Os campos partidarios estavam perfeitamente delimitados e eram três as facções que se empenhavam em luta porfiada — moderados, exaltados e “caramurús”.

Para contrabalançar a influencia avassaladora da Sociedade Defensora, os exaltados fun-

(104) “Aurora Fluminense” n.º 579 de 11 de Fevereiro de 1832.

daram no começo de 1832 a Sociedade Federal, installada simultaneamente no Rio e na Bahia, com o programma de “propalar idéas claras e exactas acerca da organização social federativa”. Pouco tempo depois, os caramurús inauguraram a Sociedade Conservadora ou Militar.

Os boatos fervilhavam, as noticias mais descontraçadas corriam de boca em boca e os jornaes se faziam echo de todos os mexericos.

O fundo sebastianista, que os portuguezes nos legaram, expandia-se com a nova da chegada proxima de Pedro I trazido por uma esquadra inglesa.

A principio, a possibilidade do reaparecimento do ex-Imperador não assustava os moderados. Evaristo não lhe dava o menor credito, não temendo esse perigo. O mal, para elle, eram “as nossas paixões, ambições, divisões intestinas e o espirito de partido intolerante e perseguidor. O inimigo está acastellado dentro de nossos corações”. (105). Mas pouco depois já o considerava cousa importante e fazias prophcias: “O sentimento de saudade” de D. Pedro ou melhor “a restauração seria ensanguentada, horrivel, ephemera, nunca firmada no consentimento do paiz e fatal aos mesmos que a procuravam; a republica

(105) “Aurora Fluminense” n.º 585, de 27 de Janeiro de 1832.

virá talvez, mas não a unica da França de 1793, nem a federal da America do Norte; porém, a multiplice, nominal, regida por innumeraveis pequenos chefes militares”. (106).

Passageiro, entretanto, era o seu pessimismo: venceria a “moderação”, a cujo lado estavam “proprietarios, fazendeiros, industriosos, capitalistas e pessôas illustradas, prudentes, dadas á reflexão e ao estudo do regimen social” ou por outras palavras, o elemento conservador da sociedade, proprietarios urbanos, fazendeiros, burguezia intellectual.

Solidario com Evaristo estava Borges da Fonseca, redactor do “Republico”, que defendia a mesma causa, mas em “linguagem aspera e violenta”, como notava a “Aurora” de 6 de Fevereiro de 1832, transcrevendo-lhe um artigo.

Não obstante os fermentos anarchicos e a campanha restauradora, o Governo continuava a trabalhar, Vasconcellos administrava a Fazenda Publica, Feijó mantinha inflexivelmente a ordem. Como signal promissor de melhoria da situação geral, de restabelecimento da confiança, Evaristo assinalava a alta “dos fundos publicos que subiram rapidamente de 44 a 47 por cento”.

(106) “Aurora Fluminense” n.º 587 de 1 de Fevereiro de 1832.

Accusavam o Ministerio de “mediocre”, e difficil era em verdade realizar grandes feitos no estado permanente de ameaças e incertezas que reinava no paiz. O Governo soffria da esterilidade natural aos regimens provisórios e Evaristo, sempre honesto, reconhecia: “os beneficios da actual administração são mais passivos do que activos: se não tem feito grandes bens, tem evitados grandes males”. (107).

A partir de Março de 1832, os caramurús pareciam mais activos, mais perigosos que os exaltados. O “Carijó” e o “Caramurú” iniciaram forte offensiva contra o Governo, vendo na revolução de 7 de Abril a origem de todas as desgraças. Bons eram os tempos do primeiro Reinado! Os restauradores procuravam explorar as susceptibilidades dos remanescentes do exercito, accusando os moderados de algozes da classe militar.

Evaristo não deixava sem resposta a assacardilha: “o ex-Imperador queria um exercito apparatuso, muito superior aos recursos do paiz, elevando a força de terra a um pé incompativel com o estado de nossa população e com o computo das rendas nacionaes”.

Em Abril, dois golpes foram tentados, um a 3, outro a 17, em que se misturaram, no seu odio

(107) “Aurora Fluminense” n.º 596 de 22 de Fevereiro de 1832.

ao Governo, elementos do partido exaltado e caramurus. A intentona de 17 teve um caracter nitidamente restaurador e foi chefiada pelo Barão de Bulow, nella tomando parte empregados do Paço, reunidos no proprio pateo da Bôa Vista.

“E’ agora manifesto ainda aos olhos mais myopes que existe no Rio de Janeiro um partido restaurador”, dizia Evaristo, (108) ao mesmo tempo que declarava que os revoltosos de 17 de Abril se tinham atrevido “a proclamar D. Pedro I”. Feijó, esgotado por tantos mezes de uma luta quasi sem treguas, attingia ao auge da impaciencia. A reforma constitucional arrastava-se, esbarrando na má vontade do Senado e a propria maioria da Camara, posto que “moderada”, parecia-lhe pouco sollicita em conceder-lhe as medidas julgadas indispensaveis. E elle ameaçava abandonar o Governo. Convencido não sem certo fundamento da connivencia de José Bonifacio na conspiração do intitulado Barão de Bulow — se não foi connivente foi inepto, dizia no relatorio do Ministerio da Justiça lido á Camara a dez de Maio — fez questão fechada da destituição do grande Andrada do lugar de tutor de Pedro II e suas irmãs.

(108) “Aurora Fluminense” n.º 620, de 25 de Abril de 1832.

Dahi ia resultar uma das mais graves crises da epoca regencial, cujo desfecho se daria com o fracassado golpe de Estado de 30 de Julho de 1832.

O grupo caramurú, com a abertura das Camaras, redobrou de audacia e de espirito combativo. Martim Francisco, apaixonado, irritado, tomando a defesa de José Bonifacio, accitava o desafio de Feijó, dizendo com uma emphase bem andradina: “vós ouvistes o Ministro da Justiça: está bem; novos Lafayettes, nós nos entregamos de bôa vontade á voracidade de um semelhante abutre e seus comparsas; nós confundiremos a calumnia, e qualquer que seja o exito, o mundo civilizado, os contemporaneos imparciaes e a posteridade, nos farão justiça”.

Nesse “seus comparsas” visava de preferencia Evaristo. Pelo “Caramurú” aggreodia-o impiedosamente, chamando-o de “livreiro mal encarado, com olhar de porco”. “Somos livreiro”, re-darguia o mercador da rua dos Pescadores, “mal encarado, temos olhar de porco. Da primeira accusação as provas estão patentes; da segunda e terceira, igualmente. Nunca presumimos de Adônis, nem de ter olhos bonitos”. (109).

Membro, juntamente com Alves Branco e Honorio Hermeto, da Commissão de resposta á

(109) “Aurora Fluminense” n.º 638, de 6 de junho de 1832.

fala do throno, Evaristo fez em sessão de 12 de Maio um dos seus mais longos discursos, em que, desprezando as notas que levava, falou de improviso, com aquella sua eloquencia “mais que facil, fluentissima, monotona”, na sua “voz sonora, mas aflautada, que do principio ao fim se fazia ouvir indefectivelmente no mesmo tom”. (110).

Repellindo a pécha de agitador e revolucionario com que o mimoseavam o “Carijó” e o “Caramurú”, declarou que a maior preocupação fôra sempre evitar uma “revolução violenta”. Quem desejava essa revolução era o partido restaurador, não uma chimera, mas cousa real, com “sangue, vida, carne e osso”.

Assim pensava tambem Feijó e, cuidando que a permanencia de José Bonifacio no lugar de tutor facilitaria a tarefa dos saudosos de Pedro I, estabeleceu o dilemma: ou a destituição do Patriarcha ou a sua retirada do Ministerio.

Durante varios dias, dois assumptos principaes occuparam a attenção da Camara: a resposta á fala da Regencia e a remoção do tutor. Martim Francisco lutou com denodo em apoio do irmão e vale a pena lêr os discursos que fez, estuantes de paixão, tocados por vezes de uma eloquencia, ora verdadeira, ora grandiloqua, alcançada, retumbante.

(110) J. M. Macedo — Anuario Biographico .

Honorio Hermeto, membro da Comissão que propoz a destituição do tutor, tomou parte activa nos debates, marcando um largo passo no ascendente que iria ter em successos proximos.

Evaristo, servindo-se da “Defensora”, enviou ás Camaras um officio de felicitações pela “harmonia de acção com o Governo”, procurando certamente estimular os deputados e senadores em favor da medida que constituia questão vital para os moderados.

O “Carijó”, obediente a Antonio Carlos, chamava-o de “sanepha da Patria, hydropico do Brasil, sabugo versicolor da Aurora”, ao mesmo passo que affirmava: “creio que o mal da revolução, grande como é, é preferivel ao mal da obediencia passiva a um governo atróz”.

No dia 10 de Julho, travou a Camara a grande batalha e a destituição do tutor foi approvada por 45 votos contra 31, logo em seguida a um discurso de Evaristo, em que, fazendo justiça ao valor intellectual de José Bonifacio, não o poupou sob outros aspectos: “Não falarei nas veneraveis cãs do ancião tutor; seriam ellas mais credoras do nosso respeito, se elle proprio mais as respeitasse. Quanto a seus conhecimentos reconheço a erudição e noções vastas que adquiriu durante as suas viagens e estudos, em differentes ramos dos conhecimentos humanos a que se dedicou.

Mas bastarão essas noções e estudos para constituir o bom tutor, o bom politico? Têm os conhecimentos metallurgicos e philosophicos relação estreita com o senso forte e regrado, com o juizo prudencial que cumpre haver para bem administrar uma casa, para bem cuidar da educação de um menino tão interessante, como aquelle de que se trata?"

Estava sem duvida a paixão do momento levando Evaristo a praticar uma injustiça contra o homem verdadeiramente superior a quem o Brasil devia a sua Independencia processada sem prejuizo da unidade nacional: José Bonifacio não era apenas o scientista, o intellectual: era o politico brasileiro de mais larga visão dentre todos os seus contemporaneos.

O certo, entretanto, é que o tutor procedera mal por occasião dos movimentos de 3 e 17 de Abril e por seu feitio apaixonado não parecia o tutor ideal. Além disso, o facciosismo de seus irmãos muito o compromettia.

O dissidio entre os Andradas e Feijó e Evaristo já passara para o terreno pessoal, numa troca de palavras e conceitos irritantes, creando resentimentos e quasi odio. Evaristo tachava o estylo de Martim Francisco de altisonante; como resposta o seu era acoimado de baixisonante, ao que treplicava: "confessamos que a nossa phrase

é pouco sublime: somos do povo e escrevemos para o povo: basta-nos clareza e verdade”.

Qual seria a attitude do Senado em relação á remoção do tutor? Acompanharia a Camara?

Nesse sentido, foi grande o esforço desenvolvido; a “Defensora” fez uma de suas habituaes representações; houve forte pressão sobre o animo dos senadores. Mas o resultado da votação do dia 26 de Julho estourou como uma bomba: por um voto de maioria cahira a resolução da Camara.

Feijó tornou immediatamente effectiva a sua ameaça e pediu demissão. Um grande nervosismo se apoderou dos moderados, parecendo-lhes que o 7 de Abril ia ser cancellado, que a restauração estava victoriosa e Pedro I dentro em pouco de novo sentado no throno. Os defensores da ordem, os sustentadores da legalidade, os homens que vinham desde 7 de Abril de 1831 freiando o “carro revolucionario”, julgaram a situação perdida e tambem elles quizeram, por um acto de força, superar as difficuldades do transe em que se encontravam. O Ministro da Justiça que fôra até então o antemural da desordem, a rocha bruta da resistencia á anarchia, quiz antecipar-se á revolução dos “caramurús”, fazendo outra, vinda de dentro do governo. Um golpe de Estado. Depois das combinações na casa do padre José Cus-

todio Dias, na mesma chacara da Floresta, que já fôra o ponto de reunião dos liberaes em Março de 1831, os conjurados se dispuzerm a levar avante o seu intento na sessão da Camara de 30 de Julho.

O plano consistia na demissão do Ministerio e renuncia da Regencia, transformando-se a Camara em Assembléa Nacional e votando por aclamação a reforma constitucional consubstanciada na chamada Constituição de Pouso Alegre.

A “cabeça fria” de Honorio Hermeto e a lentidão, a incrível lentidão da Commissão Especial nomeada pela Camara para propôr as medidas necessarias, fizeram gorar o golpe.

Como procedeu Evaristo? Estava na conjuração? Apoiou-a?

Pelo que se póde concluir dos discursos que pronunciou na occasião e tendo-se em vista o seu feitio moral, a sua formação psychologica, o seu temperamento, as suas attitudes anteriores, uma affirmativa se impõe: Evaristo não teve nenhuma iniciativa, nenhum enthusiasmo, não deu para logo ao projectado golpe a sua adhesão formal e menos ainda o seu assentimento intimo.

Cumpre, entretanto, não esquecer que, máu grado a sua grande serenidade, o seu equilibrio, a sua moderação, participava das paixões do momento, respirava o mesmo ambiente electrizado

que impellira á decisão extrema tantos dos seus melhores companheiros.

Por outro lado, recorde-se que o golpe era desejado por Feijó e em Feijó elle confiava plenamente, tendo-o como o homem necessario, quasi providencial, “homem para tempo de revolução”, como já disséra um dia.

E’ mais que provavel que Evaristo tenha discordado do plano do golpe, quando em roda de amigos e companheiros lh’o communicaram; mas, verificando a acquiescencia da maioria, com elle acabasse por conformar-se. Bastante significativa foi a sua conducta na Camara.

Conhecido o officio de renuncia da Regencia, fez-se a nomeação da Commissão Especial, para alvitrar as medidas exigidas pelas circumstancias, a Camara se declarou em sessão permanente e esperou-se longo tempo até ser lido o parecer redigido por Paula Araujo, em que se propunha, de accôrdo com o que ficara resolvido na chacara da Floresta, que a Camara se convertesse em Assembléa Nacional.

Houve quem quisesse que o parecer fosse desde logo votado sem discussão, houve quem requeresse o adiamento para o dia seguinte. Nem uma, nem outra cousa prevaleceu e a Camara começou a discutil-o.

Offerecia-se a grande oportunidade áquelle que se sentisse talhado para conductor de ho-

mens, para guia político. Os deputados, em sua maioria, estavam indecisos, á espera do toque de vara do pastor para tomarem rumo. Quem primeiro falasse com autoridade, com convicção, com audacia, arrastaria a Camara.

Era o momento de Evaristo levantar-se e pedir a palavra. Não o fez, ficou silencioso, pensando talvez em seu amigo Feijó...

Falou Honorio Hermeto, “cabeça fria”, opondo-se fortemente á proposta do parecer e conseguiu arrefecer as “cabeças escaldadas”.

Estava quebrado o impeto revolucionario. Nenhuma medida extrema seria mais possivel.

Depois de Honorio Hermeto é que Evaristo subiu á tribuna. Para que? Para corroborar as palavras apaziguadoras do futuro marquez do Paraná, para apoiá-las?

Não. Sem se pronunciar expressamente sobre o merito da questão, sem tomar partido, Evaristo declarou o seu voto contrario a qualquer adiamento, querendo uma decisão immediata: “Voto contra o adiamento, porque por mais dias se não póde prolongar a posição em que estamos. Quantos dias, Senhor Presidente, havemos de dar o espectaculo que estamos dando de vacillação e suspeitas mutuas? Deixaremos a Capital entregue á dôr, ao susto? Havemo-nos de separar nestas circumstancias? Deixaremos passar

esta noite em anciedades e temores? Não devemos receiar mesmo que neste intervallo perigosos excessos possam perturbar a ordem publica? *E' preciso que se tome uma decisão sobre o parecer que se acha na Mesa. Decidamos esta questão nesta noite, tomemos definitiva deliberação sobre a sorte da Patria. Adoptemos uma medida salvadora e justa, seja qual fôr...*" (111).

Quando Honorio Hermeto já se manifestara com a maior franqueza contrario ao golpe, contrario á "que se ferisse a legalidade", Evaristo instava por "uma medida salvadora e justa, seja qual fôr". Evidentemente, elle estava preso a um compromisso de não contrariar "uma medida salvadora e justa", fosse ella a suggerida pelo parecer da Commissão Especial. O seu cuidado em não mencional-a expressamente, significava que com ella apenas se conformara por solidariedade com seus correligionarios, por dedicação a Feijó; e enquanto não se desvaneceu de todo a possibilidade do exito do golpe projectado, guardou a mesma reserva. Reserva que não implicava nenhum calculo mesquinho, nenhum movel inferior, mas era uma accomodação entre o seu ponto de vista a intimo, a sua convicção pessoal e a decisão tomada por seus amigos e enca-

(111) Annaes da Camara — 1832 — Tomo II — pg. 129.

rada por Feijó como “a medida salvadora e justa”.

Às onze horas da noite do dia trinta de Julho terminava a sessão da Camara sem que uma resolução definitiva tivesse sido adoptada. Não havia mais duvidas quanto ao fracasso do golpe e ao abrir-se a sessão, na manhã de 31, era a propria Commissão Especial que vinha fazer *amende honorable*, propondo entre outras cousas — que se dirigisse uma mensagem á Regencia, convidando-a a permanecer no seu posto.

Evaristo, ao findar da sessão de 30 apresentara uma emenda substitutiva ao primeiro parecer da Commissão, propondo que fosse acceita a demissão da Regencia, com agradecimentos por seus serviços, e se convidasse o Senado para a eleição da nova. Para sustentar essa emenda, pediu a palavra. Já agora, num longo discurso, abandonava a reserva da vespera e abria o seu coração.

Bem se sente que era o temor, o quasi desespero de ver Feijó deixar o Governo, que o tolhia. Ao Ministerio demissionario, e sobretudo ao Ministro da Justiça, entoava um hymno entusiastico: “Um Ministerio da escolha da Regencia, da confiança da maioria da Camara, um Ministerio da confiança publica demittiu-se, não que tivesse perdido essa confiança”... “os factos hão

de subsistir e quando as paixões estiverem acalmadas, justiça ha de ser feita especialmente ao homem probo, ao digno patriota Sr. Diogo Antonio Feijó, de quem me honro de ser amigo, proclamando-me tal ainda quando dahi me resulte grave perigo ou risco de vida”.

Era a demonstração mais completa de sua solidariedade com Feijó, na hora mesma em que o padre paulista deixava o poder e contra elle os odios se assanhavam.

Mas Evaristo, divergindo da maioria de occasião que as circumstancias tinham formado na Camara, não concordava em que se recusasse a renuncia da Regencia, e defendendo a emenda que apresentara, apreciou lucidamente a situação politica, expoz os perigos da restauração de Pedro I, deu o seu ponto de vista exacto acerca da reforma constitucional e concluiu, depois de alludir ao estado de divisão e duvida a que ficara reduzida a maioria da Camara com a demissão do Ministerio e a renuncia da Regencia: “Pela minha parte, estava persuadido que convinha investir o poder de força para resistir ás facções; *não com os meios lembrados pela Commissão, mas com os que cabem no quadro da lei fundamental*”. (112).

Nesse instante já não havia a mais remota possibilidade de vingar o golpe planejado para 30 de Julho e, por isso, Evaristo, podia revelar o seu pensamento intimo, a sua convicção verdadeira sem risco de prejudicar-lhe o exito; cessara o seu compromisso de não lhe crear difficuldades, com a evidencia de que o ambiente da Camara não o comportava mais.

E' do proprio Evaristo a confissão: "*Depois, porém, de ter ouvido os discursos que se pronunciaram por um e outro lado e vendo a repugnancia que havia em prestar as medidas necessarias em tal crise (as medidas preconizadas no primeiro parecer da Commissão), decidi-me a enviar a emenda que está sobre a mesa*".

Dias depois, pela "Aurora Fluminense", deixava mais claro ainda o seu pensamento, referindo-se ao plano de transformação da Camara em Assembléa Nacional: "supponho que um tal meio, além de revolucionario, era em extremo perigoso, e nos persuadimos que estas desviações da lei para evitar males maiores, são sempre o ultimo de todos os recursos". (113).

Fracassou o golpe, Feijó e os outros ministros sahiram do Governo, mas a Regencia continuou, a despeito da emenda de Evaristo.

(113) N.º 663 de 13 de Agosto de 1832.

No turbilhão dos acontecimentos dessas horas agitadas, escapou-lhe das mãos o bastão de *leader*.

Estaria a minguar o brilho de sua estrella?

O "Carijó", que o odiava, escrevia com todas as letras: "Evaristo está morto".

CAPITULO VI

EVARISTO E A REFORMA CONSTITUCIONAL

Evaristo estaria mesmo morto para a politica? Teria sido assim tão grande o desastre? Cessaria de repente a sua influencia, cortada uma carreira em que já contava tantos triumphos?

O “Carijó” enganava-se da maneira mais completa.

Certo, o novo ministerio, organizado a 3 de Agosto de 1832, com Hollanda Cavalcanti nas pastas do Imperio e da Fazenda, com Araujo Lima na Justiça e Estrangeiros e Bento Barroso Pereira, na Guerra e Marinha, não era de amigos de Evaristo e sob certo aspecto representava uma reacção contra o gabinete Feijó-Vasconcellos, que ainda lhe merecia elogios como este: “o Brasil prestes a sêr arrastado pela violencia do espirito militar, mudou de face como por encanto e teve, em vez de soldados sem subordinação e mer-

cenarios, uma força cidadã que servia de barreira a um tempo á anarchia e ao despotismo". (114).

Mas ao ministerio de 3 de Agosto faltava fibra para enfrentar a hora difficil: em quarenta dias estaria no reino das cousas passadas.

Revidando ás palavras do "Carijó", Evaristo affirmava, mal passada a tormenta de 30 de Julho: "Evaristo é o mesmo homem que era, deputado livre, jornalista defensor da ordem publica, e homem da classe industriosa, vivendo do seu trabalho. Nunca; aspirou, nem procurou o poder". (115).

Não estava morto; não se extinguiu a sua influencia.

A 13 de Setembro subia ao poder novo ministerio com Vergueiro nas pastas do Imperio e Fazenda, Honorio Hermeto na Justiça, Bento Lisbôa nos Estrangeiros, e Anthero de Brito, na Guerra e Marinha.

Evaristo, pela "Aurora" (116), exultava: "O partido nacional reconquistou emfim a posição que a debandada parlamentar de 30 de Julho lhe fizera perder".

(114) "Aurora Fluminense" n.º 715 de 28 de Dezembro de 1832.

(115) "Aurora Fluminense" n.º 663 de 13 de Agosto de 1832.

(116) "Aurora Fluminense" n.º 678 de 21 de Setembro de 1832.

Estavam de novo no poder os moderados e quem mais influiu para essa rapida mudança foi Costa Carvalho, a acreditar-se em João Loureiro, portugûes má lingua, antipathico ao Brasil, que esteve no Rio a serviço de interesses lusos e em correspondencia para o Conselheiro Manoel José Maria da Costa e Sá, fazia verdadeiras chronicas politicas do Brasil de então.

“O mais energico Regente Costa Carvalho, com a esperteza de bahiano, conservou as suas relações com os reformadores brasileiros e deitou abaixo os que outro dia o sustentaram, para repôr os que tinham cahido”... (117).

Dos componentes do ministerio de 13 de Setembro, dizia Loureiro, na sua satyra habitual: “Justiça e Segurança Publica, que agora aqui faz de Primeiro Ministro, o Bacharel Deputado Honorio Hermeto Carneiro Leão, bôa moral, bom character, muita presumpção, pouco saber, Imperio e Fazenda interino, Vergueiro, que todos conhecemos, Estrangeiros, Bento da Silva Lisbôa, bom moço, honrado, e alguma experiencia de official maior, Guerra, Marinha interino, Anthero José Ferreira de Brito, homem de meia honra, insignificante em todos os sentidos”.

(117) Revista do Instituto Historico — Tomo 76 prte. 2.^a
— pg. 402.

Vergueiro tinha certamente prestigio e o seu nome dava importancia ao ministerio; mas a escolha mais significativa era a de Honorio Hermeto, que se impuzera como chefe na confusão dos ultimos dias de Julho.

Caramurús e exaltados sentiram bem que Feijó tinha agora substituto, que havia no governo um homem de pulso e por isso voltaram contra elle as baterias.

Um jornal novo, o "Catão", atacou-o impiedosamente. Evaristo defendeu-o com calôr e, sem negar-lhe o "genio impetuoso", apontou-o como "bom amigo, bom pae de familia, juiz probo, firme defensor da ordem e liberdade publicas". (118).

Dissipado o panico para que concorrera em parte o pessimismo de Feijó, a situação politica offerencia perspectivas menos sombrias. Por um phenomeno tantas vezes verificado, do malogro do golpe de Estado de 30 de Julho ia resultar a victoria do ideal que o insuflara. Entre Agosto e principios de Outubro aplainaram-se as divergencias que pareciam insuperaveis entre a Camara e o Senado no tocante á reforma constitucional; de 17 a 28 de Setembro realisaram-se sessões conjunctas, a requerimento de Evaristo, e

(118) "Aurora Fluminense" n.º 679 de 24 de Setembro de 1832.

chegou-se afinal á transacção de que resultou a lei de 12 de Outubro de 1832, com as bases da reforma.

Cedeu a Camara em muitos pontos; cedeu o Senado em outros. Assim, por exemplo, o Poder Moderador, supprimido na proposta da Camara, foi mantido, bem como a vitaliciedade do Senado. Não prevaleceu tambem o cunho nitidamente federalista que a Camara pretendia imprimir á reforma. Em compensação, o Senado conformou-se com a abolição do Conselho de Estado.

Pessoalmente, Evaristo era contrario a qualquer reforma. Na sessão de 30 de Julho, elle manifestara de maneira explicita o seu pensamento: “Sou sincero amigo e entusiasta da Constituição; admitto as reformas porque desejo sempre sacrificar o meu voto particular ao desejo e vontade nacional, mas não porque entenda que a Constituição tal qual está não possa fazer a ventura do Brasil, dando ás provincias a somma de liberdade que desejam. Porém, o voto contrario se tem pronunciado geralmente e eu estou prompto a ceder de minhas opiniões individuaes para acompanhar o que parece desejo nacional”. (119).

Sempre modesto, entendendo que, num regimen de opinião, não lhe era possível oppor-se

aos reclamos geraes, cedeu, conformou-se. E fez, como jornalista e como deputado, campanha em pról da reforma constitucional, procurando, de um lado, evitar explosões revolucionarias, inevitaveis a seu parecer, caso não se realisasse a reforma e de outro encaminhal-a, attenual-a tanto quanto possivel, dar-lhe feição conservadora.

Grande, pois, deve ter sido a sua satisfação com a lei de 12 de Outubro de 1832; e satisfação, em ultima analyse, com a resistencia do Senado a certos excessos reformistas. Não eram suas as palavras “quero mostrar que sou mais timido e pacato do que o Senado na reforma da Constituição” — ? (120).

Essa attitude e outras, todas reveladoras de sua completa vocação de homem publico, se lhe asseguravam um prestigio crescente, uma influencia verdadeiramente excepcional sobre os homens e os acontecimentos do seu tempo, tinham entretanto o condão de lhe suscitar odios encarniçados. O combate que lhe moviam os jornaes adversos assumia por vezes o character mais odioso. O “Caramurú”, o “Carijó”, o “Catão”, a “Trombeta”, o “Clarim”, o “Diario do Rio” cobriam-no de injurias, tudo fazendo para expô-lo á execração publica.

Porque em sua casa recebia, como era naturalissimo, amigos e camaradas politicos, chamavam-na de club. O "club da rua dos Pescadores". E affectando um ar de grande escandalo: "Os clubs! Os clubs nos governam; os membros da Regencia vão a clubs; nos clubs é que se fazem os ministros e se decidem os negocios da Administração Publica". (121).

Contra um homem fundamentalmente pacifico, o odio gerado pela inveja e pelo despeito se assanhou até ao delirio. Houve quem premeditasse eliminal-o.

Tinha Evaristo o habito de, ao anoitecer, depois do jantar, ir até á livraria de seu irmão João Pedro da Veiga, na rua de S. Pedro esquina da Quitanda. Lá se reuniam para conversar alguns amigos, ficando entreaberta uma das portas. Na noite de 8 de Novembro de 1832, palestravam Evaristo, João Pedro, o padre Candido Martins da Costa, o negociante Engracio José Dias, Fernando Maximo de Sousa, caixeiro da livraria e algumas outras pessoas, quando inopinadamente foi Evaristo alvejado por tiros de pistola, ficando com o rosto picado por um pequeno pedaço de chumbo perto do olho esquerdo.

(121) "Aurora Fluminense" n.º 701 de 23 de Novembro de 1832.

A descarga da pistola feriu tambem sem gravidade o padre Martins Costa, Engracio Dias e o caixeiro da loja. A detonação fez affluir gente á porta da livraria. Evaristo não perdeu o sangue frio. A principio, pensou que o olho tivesse sido attingido; pediu um livro, leu-o e exclamou: “Bom, não estou cego; ainda posso lêr” (122). Depois, dirigiu-se para a rua e gritou: “não me farão calar com estes argumentos”.

A noticia causou grande consternação e, ao “club” da rua dos Pescadores, o Rio de Janeiro, pela sua melhor gente, affluio para felicitar Evaristo. Foram mais de mil visitas, desde os Regentes, Ministros de Estado, Senadores, Deputados até negociantes, pessôas do povo.

Attentado politico? Simples vingança de algum desaffectedo? Acto de um louco?

As paixões no momento attingiam ao paroxismo e Evaristo era em verdade um obstaculo fortissimo aos planos dos caramurús. Mas terá o criminoso agido sob a inspiração dos maioraes do partido restaurador, obedecendo a ordem ou suggestão de algum delles? O criminoso era um Joaquim José, sapateiro e morador no Sacco do Alferes, em casa do Tenente Luiz Pinto, do extincto batalhão 21, de Minas, tendo confessado que fôra alliciado para matar Evaristo pelo mes-

mo Luiz Pinto, em nome de “um Coronel, alto, morador na rua do Alecrim, proximo do Campo de Honra”, identificado como sendo o coronel Ornellas.

Esse Ornellas era amigo de José Bonifacio e o mesmo individuo que em Setembro anterior (123) espalhara pela cidade o boato do assassinio de Evaristo.

Evaristo viu no caso um attentado politico e alludiu expressamente ao nome de Martim Francisco: “Apesar de que o nome do sr. José Bonifacio fosse pronunciado pelo réo, apesar das relações de amizade que ha entre o Coronel Ornellas e esse cidadão, queremos acreditar que o sr. José Bonifacio não interveiu no crime: não o temos por feroz e perverso. Suppomos antes que o seu nome foi empregado para removerem do animo do assassino quaesquer temores, fazendo-o contar com essa protecção, e que se lhe encheram os ouvidos do alto poderio que tem servido de capa para tantos attentados! *Mas o sr. Martim Francisco cuja alma rancorosa todos conhecem, temos mais de uma razão para suspeita-lo*”. (124).

(123) “Aurora Fluminense” n.º 699 de 19 de Novembro de 1832.

(124) “Aurora Fluminense” n.º 699 de 19 de Novembro de 1832.

Suspeitas — e as que Evaristo enumerou em seguida eram realmente fracas, baseadas em simples coincidencias — não autorizam a considerar-se Martim Francisco envolvido no crime.

O certo, porém, é que os jornaes restauradores, — particularmente o “Caramurú”, de David da Fonseca Pinto, muito ligado a Martim Francisco — tinham largo quinhão de culpa na formação desse ambiente de odios e exaltação de sentimentos inferiores propicio a toda a sorte de excessos.

O “Caramurú” chegou á infamia de justificar o crime, declarando que “parece observar-se em quasi toda a população um geral sentimento em se não haver cumprido o assassinio, e se tem até desenvolvido indignação contra os que prenderam o assassino”.

Segundo um regimen bem brasileiro, foi aberto inquerito, instaurado processo; o Desembargador Japiassú, o mesmo dos successos de S. Paulo por occasião da morte de Libero Badaró, foi o advogado do Coronel Ornellas; houve grande barulho nos jornaes — e tudo ficou em pouco tempo esquecido.

O facto, em si, era symptomatico do estado de indisciplina social a que se chegara. E nenhum elemento mais desbragado, mais aggressivo do que o da corrente restauradora. Pelos fins de

1832, justamente na occasião em que se verificou o attentado contra Evaristo, os caramurús, irritados com a solução favoravel que lograra o problema da reforma constitucional, tinham redobrado de audacia e nas suas façanhas iam do artigo de jornal, da verrina pasquineira á acção directa nas ruas. Á noite, certos logares eram perigosos para os transeuntes conhecidos por seus pendores liberaes, que se viam perseguidos por vaias, palavrões, assobios, toda a especie de provocação, por parte dos “valentões caramurús”, reunidos em “grupos de quatro a oito desordeiros”.

“O café Neuville em frente do Paço é o seu quartel general”, dizia a “Aurora”. (125) .

Attentado, ameaças, calumnias, nada disso intimidava Evaristo, disposto a não recuar, a não fugir, fazendo sempre novas affirmações de seu credo politico, dando provas publicas de sua coherencia.

Assim é que tendo sido um dos adeptos mais enthuasiasticos da criação da Guarda Nacional para prestigial-a, tomou parte na formatura de 2 de Dezembro de 1832, marchando nas fileiras da “força cidadã”.

Fizeram disso e de outros factos de sua vida motivo de zombaria, a que elle sacudiu os hom-

bros, glosando o artigo do jornal inimigo com outro intitulado — “Nossos ultimos crimes”: “Recebemos um tiro, demos uma quéda, marchamos nas fileiras da Guarda Nacional em o dia 2 de Dezembro e entramos em uma Ordem Terceira!” (126).

Com o anno de 1833 recrudescceu a campanha da imprensa, empenhada num acontecimento realmente de summa importancia — as eleições para a legislatura de 1834 a 1837, para a Camara que, em virtude da lei de 12 de Outubro de 1832, teria poderes para realisar a reforma constitucional.

A “Aurora Fluminense” em 1833 apparecia modificada na sua parte typographica, deixando de ser impressa pela officina de R. Ogier, rua do Ouvidor n.º 188, substituida pela Typographia Americana, rua detraz do Hospicio n.º 160, “cujo director ficava encarregado de toda a direcção da folha”, conforme declaração de Evaristo feita no numero de 24 de Dezembro de 1832.

Jornaes antigos reappareceram, como o “Brasileiro” e o “Nacional”, ambos moderados, surgiram novos como o “Independente”, dirigido por Salles Torres Homem e o “Sete de Abril”, das sympathias de Bernardo de Vasconcellos.

(126) “Aurora Fluminense” n.º 711 de 19 de Dezembro de 1832.

Quanto ao “Sete de Abril”, a “Aurora”, noticiando o seu apparecimento, deu-lhe conselhos de decencia na linguagem, de moderação nos julgamentos: “Se o “Sete de Abril” nos permite um conselho desculpavel em quem por 5 annos de officio adquiriu já um certo jús de os dar ao jornalista que começa, desejaríamos que fosse mais commedido na sua linguagem”. (127).

A despeito disso, houve quem visse grandes semelhanças entre o “Sete de Abril” e a “Aurora Fluminense” e chegasse a affirmar que ambos eram escriptos na rua dos Pescadores. Evaristo contestou formalmente a supposição, apoiando-se em argumentos de ordem litteraria: “Para darmos cabal resposta a tão mal armada intriga, basta rogarmos ao publico que leia um e outro jornal e decida se ha no estylo dos dois semelhança que os confunda, e no da “Aurora” variedade tal que a possa fazer suppôr de diversas penas”. (128).

Ficava ahi a confissão de que a “Aurora” toda era de sua exclusiva autoria, como redactor unico.

E a “Aurora” mantinha a mesma linha de conducta dos annos anteriores, chamando agora

(127) “Aurora Fluminense” n.º 717 de 4 de Janeiro de 1833.

(128) “Aurora Fluminense” n.º 732 de 8 de Fevereiro de 1832.

a attenção do publico para “o spectaculo grande, magnifico, formidavel nos seus resultados”, que o paiz ia dar, com a proxima batalha eleitoral.

O prestigio de Evaristo augmentava todos os dias e, como um avêso necessario, crescia o despeito dos que não o supportavam, dos que sentiam nelle um dos obstaculos mais fortes ao triumpho da restauração ou da anarchia. (129).

No rol dos seus detractores alistara-se o general Abreu Lima que pela “Torre de Babel” o chamava de “ignorante”, “indigesto”, “sem nome” e “sem familia”. Tudo isso e “cheio de ambição e avareza”. Evaristo, methodicamente, respondia, defendendo-se: “Somos livreiro, e portanto aos olhos do intitulado general Lima, abjecto e vil”. A pecha de ambicioso o feria fundamentalmente: “Qual é o emprego que havemos alcançado, qual é o lucro que arranjamos para nós, quer antes, quer depois da revolução? Somos ainda hoje o que eramos antes de 7 de Abril: livreiro, profissão de que não nos envergonhamos e que nos tem dado honesta subsistencia; jornalista e deputado. Temos sacrificado o nosso repouso, os nossos cuidados, os gosos da existencia domestica que apre-

(129) Um dos maiores accusadores de Evaristo era então Paula Brito, nos versos publicados na “Mulher do Simplicio”. Retractou-se, porém, em 1837, na “Elegia” publicada no “Diario do Rio” de 12 de Junho desse anno.

ciamos, e que trocamos por uma vida agitada, semeada de dissabores, de profundas aflições. . .”

As acusações redundavam afinal em elogio e eram o reconhecimento de sua importancia na vida politica do paiz, da situação eminente a que rapidamente chegara, “sem nome”, “sem familia”. Governava o Brasil do balcão da livraria, diziam. “Do nosso balcão governamos o Brasil. Mas a que titulo governamos nós? Como deputado e jornalista. A nossa preponderancia é toda moral e póde ser exercida por qualquer outro cidadão”. (130).

A imprensa caramurú, activa, multiforme, inescrupulosa, servindo-se de todas as armas, conseguia alliciar adeptos, a que se juntavam os descontentes, os desilludidos do milagre do 7 de Abril e os saudosistas do primeiro Reinado. No Rio de 1833 os moderados já não tinham o prestigio de dois annos antes e a prova se verificou nas eleições para 1833-1837, em que foram bati-dos em todas as parochias, menos na de S. José.

Na sua propria parochia, que era a de Santa Rita, Evaristo não conseguiu vêr victoriosa a chapa do partido moderado e no dia 3 de Março, quando entrava na egreja para levar a lista da

(130) “Aurora Fluminense”, n.º 739 de 27 de Fevereiro de 1833.

eleição de deputados, foi recebido com uma vaia preparada pelos caramurús, aos gritos de — “Fóra! Fóra Evaristo! Fóra o republicano, o jacobino, o malvado, o sanguinario!”

Aos seus amigos diziam: “Fóra mamados! Fóra evaristeiros!” (131).

Peior do que isso foi a perfidia do Juiz de Paz de Santa Rita, José Rodrigues Ferreira, que representou a Honório Hermeto, Ministro da Justiça, dizendo que “constava que o cidadão Evaristo Ferreira da Veiga pretendia invadir a mesa eleitoral da freguezia”.

Evaristo, commentou esse officio, sem perder o bom humor: Eis-nos, portanto, cidadão tranquillo, moroso, sedentario, e pouco dado a façanhas guerreiras, convertido em valentão, espadachim!” (132).

Mas a campanha caramurú, se de qualquer modo causara impressão no Rio, fazendo pro-selytos, nada conseguira no interior do paiz, nas zonas ruraes.

Em fins de Março começavam a chegar os primeiros resultados da eleição e já se podia pre-vêr uma solida victoria dos moderados. Na Côrte os candidatos da opposição caramurú e exaltada

(131) “Aurora Fluminense”, n.º 742, de 6 de Março de 1833.

(132) “Aurora Fluminense, n.º 746, de 15 de Março de 1833.

conseguiram bôa votação; mas, no conjuncto do paiz, os suffragios favoreceram de preferencia os nomes dos moderados, sendo de notar o apoio que lhes deram na provincia do Rio, os então chamados “eleitores do campo”. Nessa votação da zona rural fluminense estaria o nucleo inicial da futura predominancia politica da provincia do Rio de Janeiro em quasi todo o periodo imperial, com a sua culminancia no fastigio dos “saquaremas”. Iniciava-se o grande surto da lavoura do café e já em 1833 havia fazendeiros com fortunas entre 40 e 400 contos de reis, constituindo o “partido dos jacarandás”. Apuradas todas as eleições, menos as de Matto-Grosso, fazia a “Aurora” (133) uma estatistica da nova Camara, dando 66 deputados aos moderados e 34 entre exaltados e gente de “opinião desconhecida e vacillante”.

Manifestou o paiz dessa maneira os seus desejos de ordem e tranquillidade e Evaristo podia dizer parodiando a resposta dada pela Camara da França ao Rei — “a França está fatigada de conspirações, tem horrôr ao despotismo e á anarchia” — “o Brasil tambem, o Brasil não quer conspirações, nem conspiradores”. (134).

(133) N.º 801, de 2 de Agosto de 1833.

(134) “Aurora Fluminense”, n.º 752, de Abril de 1833.

Nem assim os caramurús arrefeciam o seu ardôr e o anno de 1833 seria todo de inquietações, de temores acerca da restauração do ex-Imperador. Evaristo continuava a victima predilecta das aggressões mais violentas e sobre elle as objurgatorias e os epithetos choviam — “Sans culotte”, leão da Floresta, livreiro, féra infernal, tyrano, monstro, demonio encarniçado, sanguisudento, eunucho da Floresta, homem venal, judas, sevandija livreiro”. (135).

Assim o injuriavam os numerosos pasquins que surgiam e desapareciam — o “Par de Têtas”, o “Pae José”, o “Caólho”, a “Lima surda”, e os que tinham vida menos ephemera — o “Catão”, o “Carijó”, o “Caramurú” e o antigo “Diario do Rio”, que de jornal de annuncios, de “Diario da Manteiga”, passara a instrumento da politica caramurú, publicando grandes artigos do Visconde de Cayrú, sob o pseudonymo de “Jurista”, em que zurzia Evaristo.

Incontestavelmente, a campanha caramurú repercutia na opinião e o ambiente do Rio de Janeiro lhe era em grande parte favoravel. Nas sessões da Camara, as galerias interrompiam com pigarros, gritos e arrastar de pés os discursos dos deputados moderados; e entre os sym-

(135) “Aurora Fluminense”, n.º 751, de 29 de Março de 1833.

pathicos á restauração se contavam muito moços cariocas, aquelles “jovens inexperptos” a que se referia Evaristo num discurso. (136)

Póde dizer-se sem exagêro que todo o anno de 1833 se consumiu na expectativa da volta do Duque de Bragança.

Correram no Rio abaixo-assignados de adhesão ao ex-Imperador e a Sociedade Conservadora, transformada em Militar, agrupando numerosos militares, nunca menos de 300, segundo os calculos da “Aurora Fluminense” (137), se fez baluarte da propaganda restauradora.

Da Europa, os diplomatas brasileiros lá acreditados, denunciavam os manejos dos amigos de d. Pedro; para lá partira Antonio Carlos com a missão de com elle entender-se a respeito; e um jornal de Liverpool, o “Albion”, assegurava que Lord Palmerston e Tayllerand cogitavam dos meios tendentes a restaurar o ex-Imperador.

Noticias desencontradas circulavam, os boatos mais estranhos ganhavam corpo. Assim, por exemplo, os caramurús espalhavam a ballela do rapto do menino Imperador, planejado pelos liberaes: queriam apoderar-se de Pedro II, retiral-o do Rio de Janeiro. A Ucharia e o Café Neuville eram os centros de irradiação dessas e de outras

(136) *Annaes da Camara* — 1833 — Tomo II — pg. 24,

(137) n.º 834, de 28 de outubro de 1833.

novidades lançadas pelos restauradores e a que se procurava dar visos de verdade com a publicação, pelo "Correio Official" (138), de documentos comprobatorios.

Por seu lado, os liberaes não descansavam, preparando-se para enfrentar os caramurús em qualquer terreno.

Ia resurgir mais forte, mais intensa, e desta vez com exito, a campanha para a remoção de José Bonifacio da tutoria. Além de sua connivencia com os restauradores, affirmada desde começos de 1832, por occasião das mashorcas de 3 e 17 de Abril, muito se insistia acerca da falta de compostura do grande Andrada para o exercicio do cargo de tutor. A "Aurora" commentava desfavoravelmente dois bailes dados por José Bonifacio no paço da Bôa Vista, censurando-os pela falta de etiqueta e até de decôro: gente suspeita, rebecas desafinadas, dacterios do tutor, falando na sua linguagem solta diante das proprias princezas.

Má lingua e palavrões não seriam calumnias a proposito de José Bonifacio, que nunca teve fama de discreto ou commedido. Irritado, então, como devia estar, não se continha. A respeito dos tres membros, da Regencia era conhecida a sua opinião: "Dois são camelos (Francisco de Lima e

Braulio Muniz) e um é velhaco (Costa Carvalho)". (139).

Evaristo estava absolutamente convencido de que a trama restauradora constituia um serio perigo, que devia ser combatido a todo o transe. E poz-se em campo, de peito aberto, numa de suas campanhas mais memoraveis, embora tivesse estado doente quasi todo o mez de Agosto de 1833, conforme declaração que fez na "Aurora" de 28 desse mez e anno — "apenas entrado na convalescença, depois de vencida uma perigosa enfermidade...".

O Ministro dos Estrangeiros Bento da Silva Lisbôa, em mensagem dirigida á Camara, em nome da Regencia, transmittia as notas que recebera dos representantes do Brasil na Europa a respeito da projectada restauração do Duque de Bragança e, dando-lhes todo o credito, pedia providencias urgentes.

Reuniu-se a Camara em sessão secreta, sendo ouvidas as Commissões da Constituição e Diplomacia, e estas, embora tomando em consideração a mensagem da Regencia, emittiram um parecer de que divergiu, num voto separado, o deputado Costa Ferreira. O parecer das Commissões fallava em "reprimir qualquer attentado contra o systema constitucional e o throno do Sr. D.

(139) "Aurora Fluminense", n.º 765 de 3 de Maio de 1833.

Pedro II, que só podem fazer a felicidade do Brasil"; o voto de Costa Ferreira, mais incisivo, mais energico, mencionava a necessidade de sustentar não só o systema constitucional, o throno de D. Pedro II, como "a revolução de 7 de Abril", afim de se evitar "o opprobio de uma restauração". (140).

Accêsa foi a discussão a respeito e Evaristo, num longo discurso, na sessão de 1 de Julho, em que mal pôde conter a exaltação de que se achava possuido, declarou-se contra o parecer das Commissões e a favor do voto separado de Costa Ferreira, querendo manifestação "expressa", "explicita", "franca", "firme", "decidida", e "nada de circuitos".

As galerias da Camara, cheias de gente sympathica aos caramurús, procuravam perturbar a discussão. Evaristo clamou energico: "Exijo dos espectadores o decôro e o respeito, não respeito á minha pessoa, mas a este logar e reunião augusta; exijo, não por mim, que nada temo. . ." e deu todas as razões que o levavam a acreditar nos perigos da restauração, investindo contra a audacia dos restauradores que "crescia a cada hora". Cantou depois a gloria do dia 7 de Abril, mostrando como, nesse mesmo dia, fôra elle, o revolucionario, quem defendera a monarchia constitucional, quan-

do os restauradores de agora estavam sepultados no silencio e no medo e os exaltados queriam proclamar a republica. E advertiu que se enganavam os audaciosos da propaganda caramurú, illudiam-se com a popularidade que julgavam desfructar no Rio de Janeiro: se a revolução (de 7 de Abril) “succumbir no Rio de Janeiro, o Brasil não seguirá a sorte da Capital do Imperio!”

Uma semana depois, na sessão de 8 de Julho, teve Evaristo a maioria da Camara a seu lado com a regeição do parecer de autoria de Miguel Calmon e a approvação do voto separado de Costa Ferreira, com as emendas de Honorio Hermeto e Henriques de Rezende, visando a prohibição da volta do Duque de Bragança ao Brasil “sob qualquer titulo que seja”.

Para dar á deliberação da Camara maior significação, por proposta de Evaristo, ficou resolvido que a resposta ao Governo fosse levada por uma deputação.

Era uma attitude desasombrada essa que Evaristo assumia e que não podia deixar de accarretar-lhe novos ataques dos adeptos da restauração.

O Visconde de Cayrú não o poupava e, embora beirando os oitenta annos, guardava um grande ardôr nos ataques áquelle que elle chamava de “retalhista que se vangloriava de sêr livre-

ro da Quitanda”. A resposta do livreiro vinha sem azedume: “Trinta e quatro annos ousam bater-se contra 77, um rapaz que não foi a Coimbra contra um erudito ancião, poço de literatura; um peão, plebeu de quatro costados contra um fidalgo desses que o sr. D. Pedro I enfiou nas suas listas de despachos, em horas de bom humor! Que signaes mais evidentes de que a Revolução de 7 de Abril é uma funestissima catastrophe!” (141)

Discutindo com Cayrú — o “Jurista” do “Diario do Rio” —, Evaristo não perdia a noção clara dos acontecimentos e sentia que, ou os moderados, os que estavam de corpo e alma com a revolução de 7 de Abril se dispunham a uma acção positiva e concreta, ou os restauradores continuariam a ganhar terreno, senhores que já eram das sympathias de muita gente no Rio de Janeiro, manejando uma imprensa de extraordinaria combatividade e com franco apoio de grande numero de officiaes, membros da Sociedade Militar. Cumpria adoptar “medidas fortes” contra a propaganda restauradora, tomar a offensiva, expellir os caramurús dos reductos que occupavam.

Em 27 de Outubro de 1833, a Defensora, por iniciativa de Evaristo, dirigiu uma representação ao Governo, pedindo as mais energicas providen-

(141) “Aurora Fluminense”, n.º 849 de 4 de Dezembro de 1833.

cias; e pela "Aurora" (142) aconselhou-o a suspender José Bonifacio do logar de tutor: "O Governo está obrigado a fazel-o sob a sua estricta responsabilidade moral. A Assembleia decidirá depois entre o tutor e o Governo".

Em face do perigo da volta de Pedro I, era mister não perder tempo. Desse perigo se capacitaram tambem os exaltados, os que se abrigavam no seio da Sociedade Federal e desta partiu egualmente uma representação contra os manejos dos restauradores.

Das polemicas da imprensa e das representações das sociedades politicas iam as paixões transbordar para os disturbios da praça publica. Nos primeiros dias de Dezembro, um grave incidente perturbou a ordem da cidade. A Sociedade Militar, que tinha séde no largo de S. Francisco de Paula, affixou em sua fachada um retrato que parecia ser o de Pedro I. O povo apedrejou a Sociedade Militar, o mesmo fazendo ás casas de varios de seus directores e atacou as typographias que imprimiam os jornaes caramurús. O arrojo da Sociedade Militar, exhibindo a effigie do ex-monarcha (seria mesmo delle?), num momento em que a propaganda restauradora chegava a todas as audacias, produziu entre os moderados uma irritação profunda.

Que não poderia acontecer depois disso? Mais do que nunca o temôr da restauração se apoiou do Governo e este afinal se decidiu á “mèdida forte” da suspensão do tutor, a seus olhos instrumento dos caramurús.

Segundo affirmou Rodrigues Torres, em discurso na Camara, “o Governo teve certeza de que dentro do Paço Imperial se reuniam soldados para um novo 17 de Abril; que no mesmo quarto do monarcha se guardava cartuxame embalado e armamento; que os conspiradores tinham tentado seduzir alguma tropa e mesmo alguns guardas nacionaes...” (143).

Isso descobriu o Governo no dia 15 de Dezembro de 1833.

Sem mais hesitar, por decreto da mesma data, foi José Bonifacio affastado do cargo e substituido interinamente pelo Marquez de Itanhaen. Pelo menos no ponto de vista intellectual o joven Pedro II perdia consideravelmente; ao em vez da companhia de um grande homem teria a de um bom homem. Por que, porém, o grande homem havia de ser tão pouco sereno?

Na proclamação que a respeito do facto publicou a Regencia, assignada tambem pelo Ministro do Imperio Chichorro da Gama, tachava-

(143) Annaes da Camara, 1834 — Tomo I — pg. 95.

se José Bonifacio de “centro e instrumento dos facciosos”, não sem algum fundamento.

O triumpho era em grande parte de Evaristo e a “Aurora” celebrou o acontecimento num estylo de communicado militar: “O principal reducto em que confiava o partido restaurador, a fortaleza e torre de refugio de todos os conjurados da retrogradação, cahiu por terra no dia 15 de Dezembro”. (144).

Na noite da queda da “fortaleza” houve passeatas liberaes, ao som de bandas de musica. “Fortaleza” para Evaristo; “colosso” para Aureliano Coutinho, ministro da Justiça e co-autor do feito memoravel que assim classificou o maior dos Andradas, em carta a D. Marianna de Verna: “Parabens, minha senhora, custou, mas demos com o colosso em terra”.

Homem, em verdade, de tempera resistente, mais uma vez José Bonifacio a provou ao ser notificado do acto de sua suspensão da tutoria: resistiu quanto pode, dando trabalho ao Juiz de Paz João Silveira do Pillar, incumbido da missão de receber o “orphão imperial” para conduzi-lo ao paço da cidade, e só cedendo á força material.

Conforme a praxe, a “Defensora” dirigiu-se ao Governo agradecendo a suspensão do tutor, satisfeita com a victoria obtida. E assim, com o

(144) n. 855 de 18 de Dezembro de 1833.

“golpe mestre” de 15 de Dezembro, encerraram os moderados o anno de 1833 mais tranquillos quanto á sorte da revolução de 7 de Abril.

Começando o de 1834, em que se reuniria a nova legislatura para a realisação da reforma constitucional, Evaristo, que não descansara um só dia e fôra o conductor, o guia supremo da politica brasileira, queria coroar o “golpe mestre” com outras medidas que assegurassem um ambiente de ordem; e reclamou a punição dos militares envolvidos na trama restauradora. (145)

Ao lado disso, fiel sempre ao seu programma liberal e a despeito do contingente poderoso dos fazendeiros da provincia do Rio para a victoria moderada nas eleições de 1833, fez a “Defensora” representar ao Governo contra as violações constantes e grosseiras da lei de 7 de Novembro de 1831, que pretendera extinguir o trafico africano.

Ao contrario de Vasconcellos, não era “negreiro”, não se conformava com a perpetuidade da escravidão e além da representação da Sociedade Defensora, fazia com que esta offercesse um premio de 400\$000 ao autor da melhor memoria contra o trafico africano e a favôr do trabalho livre. Esforços vãos!

(145) “Aurora Fluminense”, n.º 862 de 13 de Janeiro de 1834.

Os moderados accusavam José Bonifacio de manter o menino Imperador num regimen de reclusão e a “Aurora”, por occasião dos ataques nervosos de que o mesmo fôra victima, em Outubro de 1833, filiava-os “á viciosa educação do augusto menino, temperamento debil, cercado de pavôres reaes ou imaginarios, não se atrevendo o tutor a levar o menino a passear” (146).

Agora, o systema de educação era outro. O menino sahia, punha-se em contacto com o povo, tomava ar, visitava os navios de guerra surtos na bahia. E a “Aurora”, radiante, commentava: “E’ assim que os “chimangos” roubam o menino”.

No dia 7 de Abril de 1834, a “Defensora” commemorou a data com um grande baile em sua séde. Grande baile, pelo numero de convivas: mais de 700, entre socios, diplomatas e officiaes de navios estrangeiros então no porto, além de perto de 150 senhoras “vestidas com donaire e riqueza”. Houve musica, dansas, canticos, e “a presença de S. M. o Imperador (um menino de 9 annos num baile) e de suas irmãs que se dignaram de romper o baile dansando uma gavota”. (147). Festa comprida: começou ás 8 e meia da noite com a entrada do Imperador e só terminou ás 4 horas

(146) n. 828 de 14 de Outubro de 1833.

(147) “Aurora Fluminense”, n.º 896 de 11 de Abril de 1834.

da madrugada. E não se dispensou um discurso, feito pelo Presidente da Sociedade João Silveira do Pillar.

Seria exagêro affirmar que a situação se esclarecera, que tudo se normalisara. Quando muito, diminuíra a tensão politica, já se respirava com menos desasocego. Mas a confusão perdurava, as ambições collidiam.

Em carta a José Domingos d'Athayde Moncorvo, cunhado de Aureliano Coutinho, datada de 22 de Janeiro de 1834, Evaristo dizia: "Quanto ás intrigas está isto uma Babel: uns querem pastas, outros querem postos; dahi o barulho todo" (148).

Porque não queria pastas, nem disputava postos, guardava toda a sua excepcional influencia.

Como quer que fosse, entretanto, uma aura de optimismo bafejava a Côrte. Havia ao menos tranquillidade nas ruas. Os valentões do café Neuville já não assustavam os transeuntes "chimanços". Tudo prometia melhorar. Annunciava-se uma phase aurea de progressos materiaes, com o surto da machina a vapôr. Projectos e mais projectos se succediam de barcas a vapôr do Rio a Campos, de barcas a vapôr para Nictheroy e ilhas, de barcas a vapôr no Rio das Velhas. Ha-

(148) Ms. da colleção da Bibliotheca Nacional.

via no Rio um novo jornal inglês — The Rio Packet. Falava-se de minas de carvão em Santa Catharina, de criação de cavallos de raça feita pelo inglês Jorge March na serra dos Orgãos, (futura Therezopolis), do estabelecimento da industria do bicho de seda. A Caixa Economica tinha em deposito 1.083:228\$175. Evaristo extasiava-se diante de signaes tão positivos de civilização e não se continha no commentario: “E ainda havia estupidas saudades do regimen passado!” (149)

Foi sob taes auspicios que se abriu a Camara e se deu começo á discussão da reforma constitucional. “Ides tocar na Arca Santa da lei fundamental. A voz do Brasil o exige; de uma extremidade a outra as provincias reclamam as reformas da constituição” — dizia a “Defensora”, na sua representação aos deputados.

A Camara que ia elaborar o Acto Addicional compunha-se de noventa deputados, dos quaes 46 novos, predominando os padres e os magistrados — 23 e 22 respectivamente. O resto era de militares, funcionarios, agricultores e jornalistas. Dentre os ultimos estavam os redactores da “Bussola”, do “Tempo”, do “Diario da Bahia”, do “Universal”, da “Tolerancia”, do “Astro”, do

(149) “Aurora Fluminense, n.º 899, de 18 de Abril de 1834.

“Homem Social”, do “Independente” e da “Aurora Fluminense”.

Logo na sessão de 5 de Maio, o padre Henriques de Rezende requereu a immediata eleição da Commissão Especial para “a redacção das reformas”. Por alvitre de Evaristo ficou a escolha adiada para o dia seguinte, sendo então eleitos Vasconcellos, Limpo de Abreu e Paula Araujo.

A Commissão, cujo relator foi Vasconcellos, levou um mez organizando o projecto, lido na sessão de 7 de Junho.

Nesse intervallo, a Camara passou o tempo ouvindo a leitura dos relatorios ministeriaes, discutindo o projecto de Henriques de Rezende que prohibia a entrada de Pedro I em territorio brasileiro e o acto do Governo suspendendo José Bonifacio da tutoria.

Evaristo foi dos mais vehementes, manifestando-se extremado partidario de ambas as medidas.

Quanto á primeira, não hesitou em affirmar que “D. Pedro era um estrangeiro, um homem alheio á Nação brasileira”, negando, com visivel parcialidade, elle sempre tão justo e medido, o que o Brasil devia ao primeiro Imperador. Mas era um arroubo passageiro, uma injustiça que repararia solemnemente, mezes depois, ao chegar a noticia de sua morte.

Quanto á approvação do acto de remoção do tutor, o discurso de Evaristo, na sessão de 4 de Junho, constituiu um libello inflammado contra José Bonifacio, accusando-o de persuadir o seu tutelado de que os proprios Regentes queriam assassinal-o, a ponto do menino Imperador “estremecer todo” á approximação de qualquer delles, convencido tambem de que os “chimangos” tinham o mesmo plano infernal e por isso na festa da Igreja da Cruz, a que comparecera, não quizera siquer “tomar um doce” (150).

No dia 14 de Junho entrou em discussão o projecto de reforma da Constituição.

Uma grande questão de direito constitucional foi para logo suscitada por Hollanda Cavalcanti: a quem competia fazer a Reforma? Só á Camara dos Deputados, ou o Senado tambem devia intervir?

Não era um simples thema juridico que o trefego Hollanda propunha, nem mero debate academico capaz de pôr em prova os dons de dialectica de alguns deputados dispostos a se exhibirem: era um problema politico da maior relevancia.

Vencedora a opinião de que ao Senado cabia tomar parte na reforma, a propria essencia desta e o seu rapido andamento estariam talvez compromettidos.

O ambiente do Senado era pouco sympathico ao espirito da revolução de 7 de Abril e a lei de 12 de Outubro de 1832, preparatoria da reforma constitucional, só se tornara possivel depois da ameaça do golpe de Estado de 30 de Julho.

Reconhecer á Camara Alta competencia para collaborar na reforma, equivaleria a crear obstaculos quasi insuperaveis á sua marcha.

Questão realmente seria, que ameaçava annullar todos os resultados obtidos ao cabo de três annos de lutas as mais asperas, Evaristo enfrentou-a com decisão, declarando de inicio que dava graças aos que a levantavam, por entender que não convinha que “assumpto de tanta transcendencia passasse sem ser discutido”. E sustentou que só a Camara tinha attribuições para fazer a reforma constitucional, unica que recebera do eleitorado poderes constituintes, mandato especial.

Seu discurso foi realmente o de um habilissimo argumentador, em que o autodidacta que não frequentara Coimbra, que não era doutor em leis, que aprendera tudo nos livros da loja paterna e da sua, rivalisou com os magistrados, bachareis e canonistas da Camara. Triumphou por enorme maioria, 69 votos contra 15, a opinião defendida por Evaristo e o projecto de reforma foi approved em 1.^a discussão na sessão de 18 de Junho.

A 2.^a discussão começou na sessão de 23 e terminou na de 22 de Julho, ultimando-se a 3.^a num só dia, a 29 seguinte e a redacção final a 6 de Agosto.

Foi durante a 2.^a discussão que o projecto soffreu minucioso exame. Depois de Vasconcellos, seu autor, ninguém mais do que Evaristo o estudou, falando todos os dias, discutindo artigo por artigo, e sustentando sempre o trabalho da Comissão Especial, numa grande identidade de pontos de vista, contrario ás emendas que pretendiam dar á reforma um sentido excessivamente federalista e democratico.

A culpa de qualquer mal que ao Brasil tenha feito o Acto Adicional difficilmente poderá ser imputada a Evaristo, que soube ser prudente, objectivo, realista.

Com a maior franqueza, elle definia a sua posição: *“Devo declarar aqui altamente que por meu voto não se tocaria na Constituição. Quando pela primeira vez se falou em reformar a Constituição fui eu que fiz a mais forte opposição porque entendia que haveria grande perigo em alterar a lei fundamental do Estado; hoje que se tornou geral o desejo de reformas, conheço que é uma necessidade e seria uma imprudencia de parte da Camara deixar de fazel-as: o que desejo é que nós façamos a reforma com prudencia e não*

vamos de salto; estabeleçam-se as reformas que vão dar ás provincias aquelles beneficios que ellas reclamam, mas não despedaçar o Brasil” (151).

Contrario, em principio, á reforma, cedia á opinião geral, ás aspirações autonomistas das provincias, mas não esquecendo nunca os interesses superiores da unidade nacional.

Na confusão que se estabelecera então a respeito do regimen federativo, na superficialidade das opiniões emittidas no correr dos debates, Evaristo se destacou pela segurança com que expoz as suas idéas, demonstrando, ao lado do seu invariavel bom senso, de sua constante lucidez, de sua notavel serenidade, o commercio com os melhores tratadistas e expositores de direito publico da epoca e um conhecimento realmente digno de nota das instituições norte-americanas, aavez do processo de sua elaboração e da doutrina dos seus commentadores. E tudo isso sem sombra de pedantismo, sem citações fastidiosas, com a naturalidade de quem assimilara as leituras feitas e não perdia de vista as condições particulares do Brasil.

Foi elle talvez o primeiro a assignalar os caminhos inversos seguidos pela America do Norte e pelo Brasil para attingir á solução federativa: lá o centripetismo, os Estados, separados, bus-

cando a união, a reunião, integrando-se; aqui o centrifugismo, as provincias fundidas, differenciando-se, de qualquer sorte se separando. E porque temesse o desmembramento, o Brasil retalhado, a separação, só cedia ao “desejo geral da reforma” com cautelas, “num meio termo entre o Governo da America do Norte e os Governos espezias europeus”.

Oppondo barreiras aos exageros federalistas, bateu-se Evaristo contra os que queriam outorgar ás Assembléas provinciaes verdadeiro poder constituinte, qual fosse a faculdade de fixarem ellas mesmas o numero de seus membros, o arbitrio de se organizarem como bem quizessem, não concordando tambem com a divisão dellas em duas Camaras.

Firme na sustentação do projecto feito por Vasconcellos, salientou em longo discurso a necessidade de excluir a Capital do Imperio da autoridade da Assembléa Legislativa da provincia do Rio, segundo o modelo norte americano.

Outro aspecto da reforma que mereceu seu estudo attento foi o relativo ao vétto ás resoluções das Assembléas provinciaes, que no seu entender devia caber aos Presidentes das Provincias, sem resvalar em excesso federalista, porque esses Presidentes eram de nomeação do Poder Nacional.

Questão importante, que suscitou largo debate, foi o da forma de eleição do Regente. Divi-

diram-se as opiniões, uns querendo a eleição, como prescrevia a Constituição de 1824, pela Assembléa Geral, outros pelas Assembléas Provinciaes, e outros ainda dando a cada Provincia um voto unico, resultasse esse voto unico de uma eleição pela maioria dos eleitores provinciaes ou da escolha feita pelas Assembléas.

Os que propendiam para a terceira solução já se deixavam impressionar pela desigualdade das provincias, temendo a hegemonia das grandes.

A Evaristo, deputado por Minas Geraes, o argumento parecia improcedente e, a prevalecer na lei essa igualdade geometrica, que a realidade não conhecia, “medindo-se as provincias grandes e pequenas pela mesma bitola”, o corollario logico seria no seu entender a fixação de uma igual contribuição das provincias para as despesas do Governo Nacional, o mesmo numero de soldados para o serviço militar etc.

Passou afinal à eleição do Regente, sem se levar em conta a população das provincias, mediante pleito a que concorreriam “os eleitores da respectiva legislatura”, em escrutinio secreto, sendo votados dois cidadãos, “um dos quaes não será nascido na provincia a que pertencerem os collegios” eleitoraes.

O projecto da Commissão Especial estabelecia que o Regente seria permanente, isto é, uma

vez eleito, governaria enquanto durasse a menoridade do Imperador.

Contra isso se rebellou o espirito democratico da Camara, querendo a temporariedade da funcção. E o que triumphou foi “um Regente electivo e temporario, cujo cargo durará quatro annos, renovando-se para esse fim a eleição de quatro em quatro annos”.

Evaristo foi voto vencido juntamente com os três membros da Commissão — Vasconcellos, Limpo de Abreu e Paula Araujo.

Os argumentos que apresentou pareciam basear-se numa estricta interpretação da lei de 12 de Outubro de 1832, que não autorizaria a reforma com tal latitude; mas do seu discurso bem se depreheende que o guiou um pensamento conservador, de quem queria fortalecer o Poder Executivo.

Respondendo a um deputado que acoimava de pouco liberal o texto do projecto, Evaristo declarou que não entendia por liberal dismantelar o Poder Executivo e investir de attribuições exorbitantes o Legislativo.

Além disso, era naturalissimo que os homens responsaveis pelos destinos e pela orientação do Governo desde 7 de Abril de 1831 quizessem ver resolvido de uma vez o problema da Regencia até a maioridade de Pedro II, ao em vez de renovar-o dentro de 4 annos.

Venceu, porém, a corrente favoravel á limitação do prazo do mandato regencial, por 50 votos contra 34.

Foi dest'arte a Camara mais liberal do que Evaristo, Vasconcellos, Limpo de Abreu e Paula Araujo, estabelecendo no Brasil uma verdadeira republica provisoria.

Terá Evaristo ficado satisfeito com a reforma constitucional, mau grado as modificações feitas no projecto de Vasconcellos?

A julgar pelas felicitações enviadas pela "Defensora" á Camara e pela mensagem aos membros da Comissão Especial, é fóra de duvida que ficou. Os cumprimentos á Camara excederam até os limites da moderação habitual de Evaristo, na adhesão á "obra sublime" realizada (152).

Obra sublime não seria, mas ao campeão da revolução pacifica, das reformas sem subversão da ordem, devia parecer immenso o alcance do passo que se dera. Era quasi um milagre que, no meio de tantas tormentas, de lutas tão apaixonadas, de uma tão profunda divisão dos espiritos, se pudesse ter chegado á transacção do Acto Adicional.

(152) "Aurora Fluminense" n.º 943, de 11 de Agosto de 1834.

Das glórias desse feito o maior quinhão cabia sem sombra de duvida ao jornalista da “Aurora Fluminense”, ao deputado por Minas Geraes, ao livreiro da rua dos Pescadores, habilissimo guia politico, que vencera apoiado nas três virtudes maximas que o distinguiam — firmeza, moderação e desinteresse.

CAPITULO VII

MODERAÇÃO E REGRESSO — EVARISTO E VASCONCELLOS — A ELEIÇÃO DO REGENTE UNICO

As maiorias parlamentares que sustentaram os governos no periodo entre 1831 e 1834 foram sempre diminutas e instaveis e só pelo prodigio da influencia de um homem como Evaristo ellas se mantiveram. Mas não houve nunca cohesão nem disciplina partidaria.

A relativa facilidade com que se votou a reforma constitucional teve em bôa parte explicação no pavôr da volta de Pedro I. Ultimado o Acto Addicional e morto a 24 de Setembro de 1834 o primeiro Imperador, a desagregação dos moderados, que constituiam as maiorias da Camara, se processaria com grande rapidez. Mas, das três correntes de opinião que disputaram a primazia logo depois do 7 de Abril — moderados ou chimangos, restauradores ou caramurús, exaltados

ou farroupilhas, — a que se esgotou mais depressa foi a ultima.

Na “Aurora” de 14 de Julho de 1834, respondendo a um artigo de Borges da Fonseca, no “Republico”, Evaristo dizia: “o que os chimangos querem é no fundo a republica sem o nome de republicano, dentro do regimen estabelecido...” “os republicanos mais sensatos pensam hoje deste modo e não desejam brigar por palavras”... “na grande questão que nos occupa na peleja de vida e morte, não ha senão dois partidos no Brasil: chimangos ou amigos da revolução (de 7 de Abril), caramurús ou inimigos della”. E em discurso na Camara, na sessão de 25 de Setembro, alludia a novas tentativas restauradoras (o duque de Bragança morrera na vespera!), a um recrudescimento de actividade por parte dos caramurús que espalhavam boatos alarmantes pela cidade, como fossem a deportação de todos os brasileiros adoptivos e o apunhalamento de varios senadores.

Mas o espantallo caramurú desapareceu de um golpe com a noticia da morte de d. Pedro, chegada ao Rio nos primeiros dias de Dezembro de 1834.

A attitude de Evaristo diante dessa noticia foi mais uma prova da elevação de seus sentimentos. Elle que atacara com tanta rudeza o infeliz

monarcha, que mezes antes o chamara de “estrangeiro” e com flagrante injustiça amesquinhou a sua parte na Independencia, já agora o julgava com serenidade: “o ex-Imperador do Brasil não foi um principe de ordinaria medida; existia nelle o germen de grandes qualidades, que defeitos lamentaveis e uma viciosa educação suffocaram em parte”... “se existimos como corpo de nação livre, se a nossa terra não foi retalhada em pequenas republicas inimigas, onde só dominasse a anarchia e o espirito militar, devemos-o muito á resolução que elle tomou de ficar entre nós, de soltar o primeiro grito de nossa Independencia...” (153).

Era um julgamento exacto acerca do homem a quem acerbamente combatera e tanto mais valioso quanto vinha na hora em que as paixões ainda estavam em grande exaltação.

Desapparecia automaticamente o dilemma chimango — caramurú e “os republicanos mais sensatos” já não “brigavam por palavras”, sofrivelmente satisfeitos com o Acto Addicional.

Que devia fazer-se então? Esperar pacientemente que as instituições, com a collaboração do tempo, fossem dando os fructos desejados, como queria Evaristo? (154).

(153) “Aurora Fluminense”, n. 987 de 3 de Dezembro de 1834.

(154) Annaes da Camara — 1834 — Tomo II — pg. 292.

Nem todos tinham a mesma confiança. O máu estar dos três ultimos annos perdurava, a execução da reforma constitucional enchia de temôres a muita gente e as ambições e os resentimentos continuavam a manifestar-se, influindo na conducta dos homens publicos. Esgotara-se acaso o programma do partido moderado? Havia risco de que os seus adeptos se deixassem dominar pelo contagio de um surto “exaltado”, pela ansia de reformas mais ousadas, uma vez que para contel-os no meio-termo já não existia mais o partido restaurador?

Não se tratava de um perigo imaginario. Evaristo, pouco antes da morte de P. Pedro, dissera: “não temo que o Brasil se despotise, temo que se anarchise; temo mais hoje os cortezãos da gentalha que aquelles que cheiram a capa ao monarcha”. (155)

Quem assim pensava, não se atiraria por certo a aventuras innovadoras, maxime quando com a propria reforma constitucional realisada, apenas se conformara, acceitando o que lhe parecera ser a aspiração geral das provincias.

Nestas condições, não estaria para elle terminada a missão dos moderados, missão que se lhe afigurava de character permanente no jogo dos interesses e das paixões que agitavam o paiz,

missão em ultima analyse dos partidos politicos que, não descurando do progresso, defendem intransigentemente a ordem.

Os moderados tinham prestado serviços imensos, preservando o paiz da anarchia resultante da “insubordinação da tropa, da ousadia immoral da imprensa periodica, da corrupção dos magistrados, dos vicios da lei e do atrazo da civilização”, (156) “com a dissolução do exercito, com a criação da milicia nacional, com o desenvolvimento das forças que a ordem pouco a pouco desdobrara”; e assim procederam procurando realisar “progressos na ordem”.

Mais do que nunca, na phase que se abria ao Brasil, com a experiencia descentralisadora do Acto Adicional, era necessaria a acção dos moderados, sob pena de se dissolverem os laços ainda frageis da unidade nacional, pela influencia dos mesmos factores de desagregação operando activamente desde 1831 e agora encontrando ambiente mais propicio; á execução da reforma constitucional devia presidir um espirito de circumspecção e prudencia.

O certo é, porém, que o partido da moderação, mal se votou a reforma constitucional, entrou em crise de dissolução, ou melhor, de transforma-

(156) Novo Pharol Paulistano — Apud — Aurora Fluminense n.º 1083 de 19 de Agosto de 1835.

ção, tomando-o de inicio o estado de "apathia", causador do "melancholico descontentamento", a, que se referiu Evaristo. (157).

Estavam os moderados nessa especie de somno lethargico, quando sobreveiu a noticia da morte do Imperador. Era a bandeira de uma forte e aguerrida facção que se enrolava; eram numerosos chefes e elementos politicos, alguns de grande valôr, que ficavam sem programma e em completa disponibilidade.

Nesse momento, o homem de mais alta intelligencia entre os moderados, e que acabara de prestar ao partido os melhores serviços na confeção do Acto Addicional, teve promptamente a noção do rumo a seguir e da acção a desenvolver.

Esse homem foi Bernardo de Vasconcellos.

Conservador desde a "Exposição de principios" do Ministerio Feijó, conservador por temperamento e convicção, animou-o sem duvida o desejo de fazer "parar o carro revolucionario"; mas agiu tambem ao impulso de resentimentos por não ter sido escolhido senador, nem nomeado Ministro na hora em que entrava em execução a reforma constitucional.

No seio dos moderados a harmonia já não fôra perfeita na votação do Acto Addicional, destacando-se as attitudes divergentes de Honorio

Hermeto e Rodrigues Torres. A occasião era favoravel á fundação de um novo partido, que congregaria os descontentes do partido moderado, os principaes elementos do extincto partido caramuru e outras figuras, como Araujo Lima, que se tinham mantido equidistantes ou neutras nas lutas dos ultimos annos.

“Terceiro partido”, ou “partido do regresso”, nucleo do futuro partido conservador do segundo Reinado, tal foi o plano de Vasconcellos, a cuja realisação se entregou com toda a aspereza do seu temperamento de solitario, indo directo aos fins visados, sem se preocupar muito em manter coherencia formal com certas attitudes recentes, sem resguardar susceptibilidades de antigos companheiros.

E assim, quasi de repente, Evaristo e Vasconcellos, tão solidarios ao tempo do Ministerio de Feijó, tão unidos durante a discussão do Acto Additional, desentenderam-se, separaram-se, oppuzeram-se como adversarios e até como inimigos.

Em verdade, eram dois homens profundamente differentes. Em Vasconcellos, á intelligencia poderosa e lucida não correspondia a sensibilidade; faltava-lhe ternura humana e aquella delicadeza — ou tibieza — moral que inhiibe certos homens de chegar ás ultimas consequencias de uma convicção ou de um acto, que os impede de assu-

mir a attitude despojada de hesitações, escrupulos e compromissos que seria o cynismo grego. Por isso elle não teve constringimento em abandonar os melhores companheiros da vespera, condemnando-os por feitos e acções de que fôra participante, desde que se persuadira da necessidade de seguir outro caminho. Em Evaristo, ao lado de uma intelligencia clara e agil, havia doçura, havia um coração sensível, um grande temôr de passar por incoherente ou versatil, um maior apêgo ás suas amizades. Vasconcellos era um realista frio, conformado com as circumstancias; Evaristo mais idealista, inclinado a subordinar a realidade a principios superiores.

Bem consideradas, porém, as cousas, nenhuma divergencia substancial os dividia: o “regresso” de Vasconcellos não contradizia a “moderação” de Evaristo: era apenas uma evolução, uma transformação. O “regresso” consolidava por assim dizer a obra da “moderação”, uma vez que, sem pretender cancellar a reforma constitucional, procurava incorporar ao partido da ordem os bons elementos caramurús e obter a collaboração de outros que se tinham conservado neutros ou indifferentes.

Não era tão largo, pois, o dissidio entre Evaristo e Vasconcellos. O fortalecimento da autoridade que o segundo ia preconisar, constituia para

o primeiro uma necessidade por elle apregoadá em todas as suas campanhas desde o 7 de Abril e mais uma vez ainda por occasião dos debates acerca do Acto Adicional: “Governos de sua natureza fracos, instituidos de maneira que não possam servir para cousa alguma, melhor é que não hajam” (158).

Mas o que os separava, além das diferenças de temperamento, eram as paixões do momento, as inclinações ou sympathias por este ou por aquelle individuo, os resentimentos e as queixas, os processos e os meios para attingir o mesmo fim.

Uma grande questão surgia, a ser resolvida no estricto terreno pessoal: a escolha do Regente unico, de accôrdo com os artigos 26 a 29 do Acto Adicional.

Desde logo as preferencias de Evaristo se manifestaram: o seu candidato era Feijó, o forte, o probo Ministro da Justiça de 1831. Na “Aurora” de 19 de Setembro de 1834, já elle alludia ao grande susto, que se apoderava dos “anarchistas”, toda a vez que se lhes falava na eleição de Feijó: “o medo é grande de o verem elevado á dignidade de Regente”.

E’ curioso como Evaristo, homem de tacto, com altas qualidades de conductor politico, não

via os defeitos do padre paulista, a sua falta de ductibilidade, a sua incapacidade para um posto em que a attitude habitual deveria ser a de arbitro das correntes de opinião, fiel de balança no jogo dos interesses oppostos. Mas o que elle temia acima de tudo era a desordem, a insegurança, a anarchia.

Por outro lado, dentre os politicos filiados á moderação, não havia grande escolha. Não tendo jamais pensado no proprio nome, não podendo cogitar de um Honorio Hermeto ou de um Rodrigues Torres, com menos serviços que Feijó e dissidentes na hora do Acto Adicional, desencantado de Bernardo de Vasconcellos, só mesmo o mantenedor da ordem em 1831 — 1832 se lhe impunha.

Mais arraigado ficou nessa convicção, á vista da candidatura de Hollanda Cavalcanti, que surgiu, com largas probabilidades de exito. Hollanda para Evaristo era um. “homem reconhecidamente arrebatado, frenetico, cuja inhabilidade politica a experiencia demonstrara, com fumos de fidalguia, suspeito de separação, pouco affeito ás instituições ultimamente decretadas”. (159).

Dos outros nomes falados, Araujo Lima parecia-lhe pouco sympathico á revolução de 7 de

(159) “Aurora Fluminense”, n.º 1034 de 1.º de Abril de 1835.

Abril, e Caravellas, sem probabilidade de exito. Quanto a Costa Carvalho, que foi objecto de serias cogitações, só poderia triumphar se não se tivesse verificado a scisão entre os moderados. Restava Francisco de Lima e Silva, mas a experiencia já feita não aconselhava a sua reconducção no posto...

O homem era mesmo Feijó; e, assim persuadido, Evaristo fez a campanha para realisar o que vaticinara em 1832, logo depois do fracasso do golpe de Estado de 30 de Julho: "A regencia deve ser exercida por um só homem. Diogo Feijó vae para S. Paulo e dentro em breve ha de voltar como Regente do Imperio". (160).

Campanha cheia das mesmas agruras que as anteriores, em que teve de arrostar odios talvez ainda mais acirrados. A "Aurora" encontrava agora pela frente o "Sete de Abril", inspirado por Vasconcellos, e o "Pão de Assucar", organ da candidatura de Hollanda Cavalcanti.

Rivalisando com a "Gazeta do Brasil", com a "Nova Luz", com o "Caramurú", o "Sete de Abril" e o "Pão de Assucar" investiam contra Evaristo, servindo-se de todas as armas.

Acompanhar hoje com isenção os ataques desses jornaes contra a "Aurora Fluminense" é

verificar a invariavel má fé que os inspirava, e falta de probidade com que se conduziam.

Torcer, truncar tudo quanto dizia Evaristo, interpretar malevolamente as suas intenções mais transparentes, emprestar-lhe moveis subalternos, foi a empreza ingloria de adversarios implacaveis. Mais do que isso: ao homem desinteressado que não quiz nunca ser ministro, que desdenhou invariavelmente as honras do poder, que jamais exerceu qualquer emprego ou funcção publica, a não ser a de deputado por Minas Geraes, continuando modestamente com a sua loja de livros nos tempos de maior prestigio, accusaram de ser um ambicioso, e um gozador, de ter se aproveitado da revolução de 7 de Abril e accumulado “assombrosa fortuna”, á custa de felizes negocios, como o da compra da casa da rua dos Pescadores n. 49, feita ao “bom Marquez de Jundiahy por menos da metade do seu valôr” (161).

Serenamente, sem usar as mesmas armas, Evaristo respondia, desafiando que déssem a mais leve prova: “eramos deputado, jornalista e livreiro antes da revolução; livreiro, jornalista e deputado somos ainda hoje. Podemos dizel-o com ufania: a revolução não augmentou nem um ceitil a nossa mediocre fortuna”. E repetindo mais uma

(161) “Aurora Fluminense” — nos. 1125 e 1131 de 27 de Novembro e 14 de Dezembro de 1835.

vez a historia de sua vida, mostrava os recursos pecuniarios de que podia dispôr, provenientes da sua casa commercial: “desde 1823 temos um estabelecimento de livraria e não tão pequeno, como ao grande genio do “Sete de Abril” pareceu: ao menos no Rio de Janeiro não haveria maior”.

Precisaria um homem de costumes sobrios, que tinha o subsidio de deputado, a renda do seu jornal, com assignaturas no Brasil inteiro, e mais que tudo era dono da maior livraria do Rio de Janeiro, entrar em cambalachos com o Marquez de Jundiahy para comprar-lhe uma casa por menos da metade do custo?

Tambem a Aureliano Coutinho o “Sete de Abril” accusou de se ter deixado subornar, coimo Ministro da Justiça, pelo mesmo Marquez.

A defesa de Aureliano foi cabal e o que della se deprende é que Jundiahy (162) era realmente, na simplicidade do Rio de Janeiro das primeiras décadas do seculo XIX, uma especie de nababo. Jundiahy emprestara a Aureliano Coutinho moveis e alfaias para dois bailes que dera, como fizera com todo o mundo, desde o tempo de D. João VI. Para as festas da coroação de Pedro I, para as do casamento deste com D. Amelia, para o baile em regosijo pelo restabelêcimento do Im-

(162) Joaquim José de Azevedo — Antes de ser marquez de Jundiahy fôra barão e visconde do Rio Secco. Português do nascimento.

perador depois da famosa queda, sempre as alfaias tinham sido as do rico Marquez (163).

Na carta de Jundiahy, defendendo Aureliano e contando com a sua ponta de vaidade todos esses obsequios, cumpre destacar um trecho em abono dos escrupulos de Evaristo e é o que diz respeito ás festas promovidas pela Sociedade Defensora. Só para essas festas o Marquez de Jundiahy não emprestara suas alfaias: “á excepção das da Sociedade Defensora, para todas as demais se tem servido das alfaias da minha casa”.

Oito annos de vida publica já tinham habituado Evaristo a supportar de animo tranquillo misérias taes.

Ferido embora em sua sensibilidade moral, nem por isso mudaria de attitude ou abandonaria o rumo que se traçara.

No momento, o que o interessava acima de tudo era a eleição do Regente, a eleição de seu amigo Feijó.

A 7 de Abril de 1835, em todo o Brasil, votaram os eleitores, num total de 11.600.

Votos pouco numerosos, mas disputados, votos para cuja obtenção os politicos e a imprensa se esforçaram nùm trabalho esfalfante.

Na vespera do pleito, a “Aurora” antecipou o seu pensamento ordeiro e conservador: “Qualquer que seja o eleito o dever dos bons cidadãos é defender a sua autoridade legal contra as facções” (164).

Escrevendo essas palavras, Evaristo affirmava a necessidade de respeitar o resultado da eleição, fosse embora contrario aos seus desejos. E não o fazia em vão, advertindo a amigos seus, a quem as paixões cegavam.

Francisco de Lima e Silva, Regente desde 1831, nas suas hesitações, pensava talvez em desobedecer ao veridicto das urnas. Em carta a Bento Gonçalves dizia em 20 de Janeiro de 1835: “Não pretendia escrever a V. S. sobre o negocio do Regente, porque não só contava com a sua amizade, como para não parecer suspeito. Agora, porém, que chegou a mim a noticia de um modo terminante e decisivo que o Marechal Barreto (Sebastião Barreto Pereira Pinto), commandante das Armas no Rio Grande do Sul, trahidora e perfidamente procura alliciar eleitores dessa Provincia para nomearem Pedro de Araujo Lima, homem inimigo constante das cousas de 7 de Abril, do que tem dado sobejas provas até trahindo a Regencia quando foi seu Ministro nos quarenta dias, tudo isso induzido e aconselhado da-

qui por José Carlos de Almeida Torres e Galvão, autores de toda essa cabala, dirijo-me a V. S. para que ponha todo o seu esforço, afim de malograr o obscuro enredo do tal Marechal, certificando a V. S. que se pôr desventura apparecer tal homem para Regente, não só não lhe entregarei a Regencia, como lhe farei sempre toda a opposição: não foi para ver o Brasil perdido que eu e minha familia nos sacrificamos em 7 de Abril” (165).

Dias antes, em carta a seu companheiro de Regencia, Costa Carvalho, que se retirara para S. Paulo, Francisco de Lima, convidava-o a reassumir o seu posto e, falando nas difficuldades oriundas das “exigencias de partidos” e na “pouca firmeza do Braulio Muniz”, declarava: “. . .certificando por esta occasião a V. Excia. que ou abandono este logar que tenho, porque não sei infringir a Constituição, òu tomarei uma attitudo inteiramente militar e verei se assim posso salvar-me com dignidade” (166).

Eram ameaças de um golpe de Estado e de uma dictadura militar, que não passariam desper-

(165) Souza Docca — Ideologia Federativa na Cruzada Farroupilha — Revista do Instituto Historico — Volume 166 — pgs. 715 — 16.

(166) Souza Docca — Revista do Instituto Historico — volume 166 — pgs. 715-16.

cebidas a Evaristo e que cumpria evitar a todo transe.

Quem fôra eleito a 7 de Abril?

Com as difficuldades de communicações e deficiencias dos meios de transportes, os resultados chegavam morosamente ao Rio. Grande era a ansiedade. “Cada correio de terra ou paquete do norte é um alvoroço”, notava a “Aurora”.

Evaristo esperava a victoria de Feijó, solução ordeira e civil, que daria ao Brasil — illusão desfeita em pouco tempo! — o Regente por elle pintado em artigo do seu jornal: “Uma probidade sem nota e sem suspeita, um desinteresse a toda a prova, conhecida aversão a todos os habitos de corrupção palaciana, sympathia cordial pelas instituições, força dalma para não ser inferior ás grandes crises, constancia de character para levar avante o que emprehender no sentimento da utilidade publica. . .” “a principal sciencia do Regente deve ser a de estimar os homens pelo que valem” . . . “deve pertencer antes ao povo do que ás classes que se julgam privilegiadas” . . . (167)

Solução ordeira e civil, em contraste com as commumente adoptadas nas doze republicas da America, em que governavam sempre militares, mais ou menos generaes, mais ou menos caudilhos.

(167) “Aurora Fluminense”, n.º 1036 de 6 de Abril de 1835,

Até na America do Norte, o presidente era o General Jackson.

Evaristo queria o governo de um civil que já dera provas de algumas das qualidades do seu modelo de Regente; queria Feijó.

No mez de Julho, com as noticias recebidas das provincias, já se podia contar com o triumpho do candidato dos moderados.

O partido “hollandez”, como foi denominada a corrente favoravel a Hollanda Cavalcanti, não estava em disposição de conformar-se pura e simplesmente com o resultado da eleição. Nesse tempo — e ainda hoje — os brasileiros não sabiam perder, fosse uma eleição, fosse uma demanda judiciaria, fosse até no jogo. Cuidava-se logo de forçar uma terceira solução. Foi o que pretenderam os adversarios de Feijó. Afim de impedir a sua posse, architectaram o plano de antecipar a maioria da princeza D. Januaria e de confiar-lhe a Regencia do Imperio.

Em carta de Julho de 1835, Alvares Machado, maiorista ardente em 1840, contava a Costa Carvalho os pormenores da trama: “o partido hollandez tendo perdido a batalha na urna eleitoral appella para a intriga: elle está em maioria na Camara dos Deputados e quer servir-se desta maioria para dar um golpe de Estado, para fazer uma especie de 30 de Julho: querem fazer passar uma

medida legislativa que julgue maior a princeza d. Januaria e lhe confira a Regencia do Estado durante a minoridade do Imperador... a nova Regente governará com um conselho de três membros e esperam os hollandezes governar a nação por meio de intrigas de palacio, uma vez que o não puderam fazer pelo voto nacional. A Camara dos Deputados, conta em seu seio 97 deputados; destes, 53 fazem a maioria hollandeza, 44 são o nucleo da antiga moderação: e no entanto esses 44 esperam fazer recuar a maioria deante da discussão que será vehemente, calorosa e de ultimo interesse: estes 44 unidos em phalange cerrada, fortes pela superioridade intellectual, escudados pela Constituição do Estado esperam derrotar aos facciosos e vencer, ou para melhor dizer, desaglomerar uma maioria vacillante, fraca, desunida por pretensões particulares e composta de anarchistas, de republicanos e absolutistas... O Ramiro da Bahia levantará a lebre"... (168).

Vasconcellos, decidido a combater Feijó e Evaristo por todos os meios, não estava alheio á trama, tendo declarado mais tarde que havia "desejado a Regencia da augusta princeza imperial a senhora D. Januaria, desejo que nunca excedeu os limites de um pensamento". (169)

(168) João Baptista de Moraes — Revolução de 1842 — pg. 47.

(169) Exposição sobre os memoraveis acontecimentos.

O plano, porém, ficou “nos limites do pensamento” dos “hollandezes”: faltou-lhes coragem, faltou-lhes decisão, embora contassem com a maioria da Camara, segundo informava Alvares Machado e o proprio Evaristo confessava, respondendo a um artigo do “Pão de Assucar”: “fomos o primeiro a declarar na tribuna e no jornal que a maioria parlamentar tinha passado este anno para o lado opposto” (170).

Em minoria na Camara, nem por isso Evaristo esmoreceu, continuando vigilante na sustentação de suas idéas, intervindo decisivamente nas principaes questões que se agitavam, desdobrando-se em artigos da “Aurora” e em discursos na Camara. Nesta, occupava-se de preferencia com o projecto de Cornelio Ferreira França, concedendo amnistia aos crimes politicos commettidos nas provincias do Rio de Janeiro e Minas Geraes e com os relativos á suspensão de garantias no Pará e ao meio circulante. Sua attitude foi de apoio ao Governo, já quanto á suspensão das garantias no Pará, batendo-se pela approvação do projecto de Aureliano, já no caso da amnistia. No tocante a este ultimo, quiz a amnistia, mas a criterio do Governo, com as excepções por elle julgadas necessarias, segundo as “differentes circumstancias”.

(170) Aurora Fluminense, n.º 1084 de 21 de Agosto de 1835.

A situação politica do paiz dava signaes inquietantes de espirito anarchico, de divisão, de indisciplina. A revolução no Pará era realmente alarmante e no Rio Grande do Sul começava a guerra civil fadada a durar um decennio.

Evaristo deveria mais do que nunca vêr em Feijó o homem para a occasião; eleva-lo ao governo lhe pareceria a primeira necessidade. A Regencia trina estava reduzida a Francisco de Lima e Silva, pois que Costa Carvalho se obstinava em não voltar ao Rio e Braulio Muniz tinha morrido; a apuração das eleições feitas em 7 de Abril, arrastava-se pela demora na chegada das actas e papeis; e a Camara estava prestes a encerrar a sessão sem que nada de positivo ficasse resolvido.

Os inimigos de Feijó tentaram aproveitar-se desse estado de cousas, augmentando a confusão. Sustentou-se a conveniencia de preencher, mediante escolha das Camaras, o logar vago na Regencia, sob a allegação de que não haveria tempo de terminar a apuração da eleição do Regente unico.

Tudo dependeria de Francisco de Lima e Silva, propondo ou não a prorogação da sessão legislativa. Não é difficil imaginar os esforços de Evaristo para obtel-a. E veio a prorogação até 20 de Outubro; ultimou-se na Camara a votação de um projecto do Senado regulando a apuração das eleições do Regente e, afinal, no dia 5 de Ou-

tubro, começaram as reuniões conjuntas das duas Camaras para esse fim.

O primeiro resultado apurado foi o do Rio Grande do Sul. Feijó na cabeça da lista, com 156 votos, seguido por Araujo Lima com 51, Hollanda Cavalcanti com 49, Paes de Andrade com 45 e outros menos votados. Apurou-se depois S. Paulo, onde Feijó triumphou tambem com 268 votos, contra 236 a Costa Carvalho, 190 a Hollanda, 126 a José Ignacio Borges e votos esparsos a numeros outros nomes; e logo em continuação, Santa Catharina, em que Hollanda Cavalcanti venceu com 58 votos, contra 49 a Feijó, 34 a Paes de Andrade, 23 a Araujo Lima.

No dia seguinte, 6 de Outubro, procedeu-se á apuração de Minas Geraes e Rio de Janeiro. Minas foi o baluarte de Feijó — 976 votos contra 533 a Vasconcellos, 95 a Hollanda Cavalcanti, pulverisando-se o resto do eleitorado mineiro em algumas dezenas de nomes. Era a supremacia da opinião moderada, da corrente que soffria a influencia de Evaristo. Em compensação, a provincia do Rio de Janeiro, deu ganho de causa a Hollanda — 277 votos, contra 257 a Feijó, 141 a Araujo Lima, 140 a Rodrigues Torres, 116 a Francisco de Lima e Silva e pequenas votações em numerosos outros nomes. Para a victoria de Hollanda foi decisiva a contribuição da Côrte, “do

collegio do Rio de Janeiro”, onde obteve 146 votos, Araujo Lima 98, Lima e Silva 41 e Feijó apenas 39. Demonstrava-se assim a impopularidade crescente dos moderados, no Rio, patente desde as eleições geraes de 1833.

Nos dias 7 e 8, apuraram-se os resultados de Goyaz, Matto Grosso, Espirito Santo, Alagôas, Rio Grande do Norte, Sergipe, Bahia, Pernambuco, Parahyba, Piauhy, Ceará, Maranhão e Pará. Feijó venceu ainda em Goyaz, Matto Grosso, Espirito Santo, Rio Grande do Norte, Ceará e Maranhão; Hollanda Cavalcanti em Alagôas, Sergipe, Bahia, Pernambuco e Parahyba; no Piauhy o nome mais votado foi o de Francisco de Lima e no Pará o do arcebispo da Bahia, D. Romualdo.

No dia 9 fez-se a apuração geral e Feijó ficou em primeiro logar com 2.826 votos, Hollanda Cavalcanti em segundo, com 2.251, Costa Carvalho em terceiro, com 847, Araujo Lima em quarto, com 760, Lima e Silva em quinto, com 629, Paes de Andrade em sexto, com 605, Vasconcellos em setimo, com 595.

Num eleitorado de 11.600 votantes, a victoria de Feijó, com pouco mais de 500 votos sobre Hollanda, não se podia considerar brilhante e os resultados do pleito deixavam evidente a extrema divisão politica do momento.

Não obstante, Evaristo poude dizer que “pessadas todas as cousas o melhor calculo é sempre ser homem de bem”. O homem de bem era Feijó que, sem ser candidato e reluctando até o fim em acceitar a investidura, estabelecendo condições que denunciavam um estado de espirito lamentavel, chegava ao posto supremo.

No dia mesmo da posse do novo Regente, a “Aurora” encarecia a sua significação, fazendo grandes elogios a Feijó e apontando-lhe o caminho a seguir (171).

O que o Brasil queria acima de tudo era paz, “a cessação da impunidade, o reinado da lei”. A esse respeito constituia uma garantia “o character energico e firme do cidadão que acabava de ser elevado ao cargo de Regente”. E mais “o novo Regente, o sr. Diogo Antonio Feijó é ainda o homem de 1831 e em redor delle reunidos todos os bons cidadãos, facilmente triumpharão do crime e de um insensato furor”.

Triste illusão! Feijó não era mais o homem de 1831: doente, uma semana antes da posse, soffrera um ataque de paralyisia; e certamente por effeito da molestia, deixara-se tomar por um

(171) n.º 1105 de 12 de Outubro de 1835,

amargo pessimismo, por um desanimo incompativel com as circumstancias do paiz.

Estava no poder o Regente, victorioso nas urnas, e as manobras, as intrigas, as ameaças por terra, dominadas pelo espirito de ordem e moderação.

O soldado, cuja acção fôra decisiva na noite de 6 para 7 de Abril de 1831 e que com isso ganhara o posto de Regente, passara-o ao seu successor, um civil, um padre.

Evaristo, com satisfação de quem via um conselho observado, de quem sentia a propria influencia a produzir resultados, não poupou louvores a Francisco de Lima e Silva: "Sem violencia, sem apparatus de guerra, sem sombra de resistencia, o Chefe de Estado foi substituido porque a lei o quiz". (172). E lembrando o que acontecera no Perú, no Mexico, na Colombia, onde os militares que dirigiam esses paizes só constrangidos pela força material deixaram o Governo, insistia: "Bello, honroso espectaculo demos ás nações, bello, honroso espectaculo cuja gloria em grande parte cabe ao sr. Francisco de Lima e Silva".

(172) "Aurora Fluminense", n.º 1106 de 14 de Outubro de 1835.

Gloria que cabia ao ex-Regente, que pensara em não obedecer á lei e acabara cedendo (173), mas gloria de Evaristo, de sua tenacidade, de seu destemor, de sua incontrastavel força moral.

(173) Francisco de Lima e Silva passou a Regencia, mas não ficou socegado. Em carta escripta a D. Pedro II, em Dezembro de 1835, dizia ao Imperador de dez annos que elle deveria começar a reinar aos quatorze e offerencia-se para aconselhá-lo. (Archivos do C. d'Eu. A. I. 4911 — *apud Mary Wilhelmine Williams. Dom Pedro the Magnanimous.* — pg. 487. Era uma promessa de antecipação da Maioridade, nos termos do projecto de Luiz Cavalcanti, apresentado na sessão da Camara, de 6 de Junho de 1835.

CAPITULO VIII

ULTIMOS TEMPOS — FIM DA “AURO- RA FLUMINENSE” — DESENGANOS E DECEPÇÕES — VIAGEM A MINAS — MORTE

A eleição de Feijó fôra sem duvida alguma uma victoria de Evaristo, a ultima demonstração do seu enorme prestigio, numa luta que lhe devia trazer cansaço e mais do que cansaço - desgosto, enfado, saturação.

Para cumulo de aborrecimento, os seus adversarios de agora eram alguns dos melhores companheiros da campanha liberal de 1827 a 1831 e da acção moderadora nos dias anarchicos de depois de 7 de Abril.

Affastado de Vasconcellos por dissidios profundos e aggravos pessoaes, separado de Honorio Hermeto e de Rodrigues Torres, combatido pelos que tinham adoptado a candidatura de Hollanda Cavalcanti, e detestado pelos antigos elementos

caramurús, estava-lhe ainda reservada a amargura de desavir-se com Feijó.

Havia oito annos que, pelo puro gôsto de servir, ao em vez de restringir-se ao circulo dos negocios de sua florescente loja de livros, de dedicar-se mais demoradamente á sua familia accrescida já da alegria de três filhas, de conservar-se na posição commoda de méro espectador, descera ao torvelinho de uma vida intensa de lutas e attribulações, nos três postos principaes de onde irradiava a sua influencia - o jornal, o parlamento, o club politico.

Se lograra realmente elevar-se a uma situação eminente de puro ascendente moral, por isso mesmo attrahira desde cedo o odio de muitas almas pouco generosas, para quem todos os meios eram legitimos.

Tantos ataques, tantas invectivas, tantas calumnias significavam afinal que elle não era uma mediocridade inoffensiva.

“Foi Evaristo”, “é idéa de Evaristo”, “é obra de Evaristo” - diziam de tudo que se fazia, principalmente do que parecia mau ou condemnavel.

Feijó estava Regente unico. Culpa de Evaristo. Por conseguinte, era preciso redobrar de furia contra o “livreiro” omniponente. O “Sete de Abril”, negando ao antigo companheiro de

Vasconcellos, qualquer valôr intellectual ou moral, attribuia-lhe a autoria da revolução que levara Pedro I á abdição, a tutela de todos os Governos desde 1831, a escolha de Regentes, ministros e presidentes de provincias.

Ao cabo de pelepas tão rudes, Evaristo guardava ainda a sua serenidade, o seu bom humôr, o seu espirito critico e redarguia, notando que eram os inimigos que lhe construiam a gloria: “os nossos adversarios, com a sua unica tactica, com a encarniçada guerra que nos movem, dão de nós uma idéa que não corresponde á exiguidade dos nossos talentos, á mesquinhez dos nossos recursos intellectuaes; são elles que nos fazem avultar aos olhos da população e que têm tido a bondade de crear-nos um nome no Brasil. (174) E repetia: “*Et je n'ai mérité ni cet excès d'honneur, ni cette indignité*”.

“Um nome no Brasil” que andava de bôca em bôca, louvado por uns, malsinados por outros. Nome discutido, nome contestado. E no fundo, Evaristo homem simples e modesto, sem nenhum pendôr para admirar-se a si mesmo e julgar-se necessario ou providencial, aspirava a um pouco de paz e de recolhimento, sonhava com uma vida mais quieta. Já não o prendia mais á actividade

(174) “Aurora Fluminense”, n.º 1121, de 18 de Novembro de 1835 .

politica o temôr da anarchia ou do despotiismo. Com Feijó á frente dos destinos do Brasil, podia descansar um pouco, relaxar a vigilancia constante a que se condemnara, alliviar-se de um dos fardos que lhe pesavam sobre os hombros, do mais difficil de carregar — o jornal, esse jornal que lhe fizera provar as delicias da gloria e ao mesmo tempo todo o fél da maldade humana, sob as suas fórmãs mais virulentas — a inveja e o despeito.

Já se commentava no Rio de Janeiro o proximo desapparecimento da “Aurora Fluminense”. “Vae fechar o jornal porque está muito rico”, diziam os inimigos. E “rico á custa da revolução”, accrescentavam os mais rancorosos, os mais despudorados na arte de calumniar.

Era verdadeira a noticia do fechamento da “Aurora”: a 30 de Dezembro de 1835 sahiu o ultimo numero (n. 1.136), occupando-o todo um artigo de Evaristo, o unico assignado desde a fundação do jornal. (Vide annexo n.)

Artigo de despedida, que vale como a interpretação authentica do pensamento que guiou a “Aurora Fluminense”, nos seus oito annos de existencia, e que retrata, nos traços mais caracteristicos, a personalidade de quem o redigiu.

Feito o retrospecto de sua acção jornalistica, lembrados os successos políticos dos ultimos annos e expostos os moveis altos e generosos de

sua intervenção nelles, recolhia-se Evaristo a uma vida mais tranquilla, de maiores lazeres, em que poderia ter mais cuidados com a familia, no receso de um lar em que três meninas, suas três filhas Joanna, Leocadia e Edeltrudes, ao lado de uma nobre companheira, lhe proporcionavam um ambiente de paz e contentamento, compensador das asperezas e das miserias da vida publica.

A terminação do cyclo jornalístico era o primeiro passo para uma retirada definitiva e completa da actividade politica? Tencionava Evaristo encerrar a sua carreira? Talvez não fosse esse o seu proposito intimo. E tanto não era que, no anno de 1836, aberta a Camara, elle foi um deputado assiduo e, ao contrario do que affirmaram varios biographos, repetindo todos De Simoni, não “emmudeceu na tribuna”, falando pelo menos vinte e quatro vezes entre Maio e Setembro, tomando parte activa em muitas das questões importantes que então se suscitaram.

Provavelmente pretendia retrahir-se, ficar num segundo plano, ou talvez já fosse se convencendo de que Feijó não convinha á funcção de Regente, já pelo proprio feitio, já pelo precario estado de sua saude.

Evaristo estava com 36 annos. Dentro de um quadriennio poderia aspirar ao meio repouso do Senado, a que chegaria moço, mas cheio de experiencia.

Ter-lhe-ão agradado os nomes dos Ministros escolhidos por Feijó? Um ou dois talvez. Aliás não era facil a tarefa do Regente, com a arregimentação que se processava do “regresso”, hostile á nova situação, creando obstaculos que Feijó não sabia contornar ou remover.

Adaptar-se-ia Evaristo aos rumos novos que a politica ia tomar? Embora querendo em essencia o que queriam os “regressistas”, não lhe seria facil um ajustamento ao rythmo proximo dos successos partidarios, nessa affirmação de espirito conservador, que era todavia o seu.

Poderia abandonar o companheiro destemeroso de 1831-32, que, sem que elle o desejasse, ajudara a collocar no mais alto posto?

Junto de Feijó ferviam as intrigas contra Evaristo por parte dos que se empenhavam em annullar-lhe o prestigio. Não faltavam os conselhos para que se descartasse da “sucia evaristeira”, para que sacudisse o “jugo da sacra camarilha”, para que sacrificasse o “secretario perpetuo da Defensora”. Evaristo, que nada pretendia, a não sêr socêgo e pausa ás attribuições accumuladas desde o 7 de Abril, timbrava em não influir, em deixar bem claro que não dirigia nem mandava. Mas não recusava o seu apoio ao Governo, assoberbado de difficuldades, a braços com a guerra civil no Pará e no Rio Grande do Sul. Queria o

Governo dar amnistia aos revolucionarios do Rio Grande embora estivessem elles ainda em armas. Evaristo sustentou a medida, em longo discurso, declarando que “estava acostumado a arrostar a impopularidade, a sêr ás vezes popular, sem se deixar levar pela popularidade do dia”, nem fazer “côrte aos partidos”. (175).

Em outras occasiões, deu o seu voto e falou em apoio de actos do Governo, sobretudo no tocante á revolução rio-grandense, defendendo o Ministro da Guerra, Manoel da Fonseca Lima e Silva de connivencia com os revolucionarios. Ao contrario de Vasconcellos, que negava tudo á administração, dentro do principio basico do Governo de Gabinete, que só podia subsistir apoiado na confiança da Camara, Evaristo, transigente, affirmava que, ainda sem se ter confiança nas pessoas da administração, não convinha negar-se-lhes os recursos necessarios, afim de não comprometter a paz e a ordem no paiz. (176).

Com a maior attenção, acompanhou e tomou parte na discussão do orçamento, da reforma do Código do Processo, da fixação de forças, da concessão do credito de 2.000 contos e de outros projectos em andamento.

(175) *Annaes da Camara* — 1836 — Tomo I — pg. 56.

(176) *Annaes da Camara* — 1836 — Tomo II — pg. 63.

Transparecia, entretanto, nas suas intervenções nos debates, um certo constrangimento, um tom de desencanto, uma mal disfarçada melancolia.

Se confiou a alguém nesse momento o seu pensamento secreto, terá sido sem duvida para expandir a decepção de tudo e de todos que o tomara.

O Governo estaria em máu caminho; mas não seria bom o seguido pelos que o combatiam. Resultaria a ordem, o fortalecimento da autoridade, o prestígio da monarchia constitucional, de pelegas tão duras, de odios tão acirrados?

Sem ser um sonhador, sem ser um ideologo puro, chocava ao fundo terno e generoso de Evaristo o realismo aspero de que se fazia pregoeiro o grande homem do "regresso".

O Rio de Janeiro, a sua cidade natal, onde fora menino e adolescente, onde estudara e cantara sob a inspiração arcadica e a influencia de Elmano, onde fôra caixeiro de livraria e livreiro, jornalista e figura central da politica, onde se casara e tivera três filhas, o Rio de Janeiro que vira europeisar-se, de d. João VI aos tempos regenciaes, ao contagio de idéas, modas, costumes e padrões de vida ingleses e franceses — enchia-o de tédio, parecia-lhe irrespiravel. E se deixasse o Rio por algum tempo e fosse a Minas, que adoptara dois de seus irmãos e o fizera três vezes deputado?

Não lhe bastavam como derivativo os desvelos com que cuidava da Sociedade Amante da Instrucção, assiduo ás sessões do Conselho Director, augmentando-lhe o patrimonio, assistindo ás aulas, distribuindo premios, falando aos meninos uma linguagem cheia de ternura, dando-lhes conselhos paternaes.

Seu irmão Lourenço, estabelecido em Campanha, viera ao Rio e estava a voltar á terra mineira. Por que não acompanhál-o? Era até um dever visitar a provincia que o elegera três vezes deputado; visitaria também o outro irmão, Bernardo Jacintho, morador em Campanha desde 1818, redactor da “Opinião Campanhense” e depois presidente da provincia; e mudaria de ares, com vantagem para a propria saúde, que não era das mais brilhantes. A vida sedentaria fizera-o muito gordo, obéso. Um sobrinho, em Minas, ao vel-o, perguntaria: “Que homem é esse tão barbigudo?” (177).

E Evaristo resolveu viajar, ir a Minas, deixar o Rio. A 22 de Novembro, acompanhado da mulher, das três filhas e de seu irmão Lourenço e feitos todos os preparativos, fechou a casa da rua dos Barbonos (hoje Evaristo da Veiga), e partiu.

(177) Ms. existente na Bibliotheca Nacional.

Para um cidadão, para um carioca que vivera até então no centro do Rio, da freguezia de Santa Rita para a de S. José, tudo era novidade nessa peregrinação ao interior do paiz, verdadeira aventura por montes e valles, numa viagem a cavallo.

Reconstituir essa viagem não seria difficil, pois que Evaristo em dezenove cartas (178) escriptas ao irmão João Pedro, que ficara no Rio, contou-lhe os episodios mais interessantes, o que succedeu no percurso e durante a estadia em Minas.

Na primeira carta, dataða de 23 de Novembro, communicava que estava arranchado num pouso adiante do Bangú. O sedentario iniciava-se numa vida inteiramente nova, ao ar livre, e já dizia que estaria dentro em pouco "um cavalleiro mestre". No percurso feito, encontrara o menino Imperador, naturalmente de volta de Santa Cruz: "encontramos o Imperador que, ao que parece, me conheceu e falei com o Paulo Barbosa, que ia na comitiva". Pedro II, nos seus 11 annos, não podia desconhecer um politico e jornalista tão em evidencia, ou Paulo Barbosa lhe disse que aquelle homem gordo era Evaristo. De qualquer foram, a observação deixava transparecer uma pontinha de vaidade. As leguas vencidas iam

dando a Evaristo uma impressão de segurança e de bem-estar. Dois dias depois, a 25, do Rancho do Teixeira, contava que os seus incommodos tinham desaparecido, queixava-se das chuvas e da lama dos caminhos, mas já campava de cavalleiro eximio: “vou ficando um grande cavalleiro”. Numa terceira carta, escripta na manhã de 28 de Novembro, no Rancho Novo, a 20 leguas da Côte, repetia o auto-elogio de bom cavalleiro e louvava os caminhos seccos e limpos.

A 2 de Dezembro, chegava ao Rancho do Fabiano, distante meia legua de Rezende, onde aranchou. Era a metade da viagem. “Temos andado dez dias e estamos apenas em a metade da viagem”. Positivamente, o livreiro carioca era o opposto de um bandeirante: o percurso do Rio a Rezende o fez meditar sobre a vastidão do planeta: “na verdade o mundo é muito grande!” acrescentou. Mundo grande percorrido agora no lombo de uma “bestinha excellente”, que lhe dera o amigo Camargo e cuja offerta lhe inspirava este pensamento, que não occorreu ao bom Marquez de Maricá — “uma besta bôa é nestes casos o melhor companheiro de um viandante”.

Proseguiu a viagem, com muitas chuvas e alguns accidentes, sendo a mulher de Evaristo obrigada a abandonar na serra do Picú a liteira em que ia. O clima ameno do sul de Minas fez o en-

canto dos viajantes: “entrando na provincia de Minas é sensível a differença do ar, sem duvida mais fino e mais puro, das aguas que são excellentes”. E tambem o custo barato de alguns generos: leitões a 640 e 1.000 réis, um frango bom por 160 réis.

Em Lambary, estava Bernardo á espera dos irmãos, acompanhado de diversos amigos. Pernoitaram todos em Aguas Virtuosas e, afinal, chegou Evaristo a Campanha, no dia 10 de Dezembro, sendo recebido á meia legua da villa por grande numero de pessoas, entre as quaes o Juiz de Direito, o Capitão Stockler e o Commandante da Guarda Nacional.

A primeira carta escripta de Campanha era de um homem que parecia esquecido por completo da politica e todo se deliziava no aconchego da familia, disputado por irmãos e sobrinhos, dando impressões de uns e de outros, satisfeito e vaidoso das 60 leguas feitas a cavallo, promettendo, de volta ao Rio, dar ao irmão João Pedro — “irmão e tão bom amigo” — lições de equitação. Mestre gordo e barrigudo que, para montar, “precisava de um banquinho, môcho ou cousa que o valha”.

Dias descuidados de uma verdadeira evasão do inferno de intrigas e miserias do Rio de Janeiro. Mas não lhe era possível alheiar-se da politica. Em carta de 23 de Dezembro, embora

notasse — “nada direi quanto á politica da Côrte, porque me acho agora estranho a ella”, depois de descrever a villa, com as suas quatrocentas casas, ruas mal calçadas e tortas, a polidez dos costumes, os vestuarios quasi tão bons como os usados no Rio, o vicioso regimen alimentar accarretando “doença de nervos e hydropsias”, o sestro dos campanhenses de viverem se queixando de molestias — dizia que fôra muito bem recebido “posto que hoje se forme um partido, composto de algumas notabilidades do paiz, para annullar a supposta influencia de nosso nome”.

Estava ahi uma alfinetada no “regresso” que tanto o combatia e não o deixava de preoccupar. Nessa mesma carta, avisando a João Pedro que não precisava enviar-lhe “os jornaes ingleses e das provincias”, pedia o “Jornal do Commercio” e o “Chronista” e perguntava: o “Sete de Abril tem se occupado commigo?”.

Por outro lado, deixava patente a sua discordancia com o Governo: “o que predomina aqui é o governismo; não deixa, porém, de haver quem pense acertadamente sobre a politica do tempo”.

Discordancia que se accentuava dia a dia, desde que Feijó nomeara o Gabinete de 1 de Novembro de 1836, com Manoel da Fonseca Lima e Silva na pasta do Império, Gustavo de Aguilar Pantoya na Justiça e Estrangeiros, Salvador José

Maciel na Fazenda e o Marquez de Lages na Guerra.

Com grande pezar, Evaristo verificava que o Regente não correspondera ás suas esperanças e que, de volta ao Rio, os maiores aborrecimentos o esperariam. “Alheio á politica, lendo apenas alguns jornaes que dahi chegam (balas já frias), vivendo em estreito circulo, porque já se acabaram as visitas de cerimonia, passo uma vida monotona e me preparo para os vendavaes da sessão parlamentar. Digo deveras: olhando para todos os lados, não sei o que farei: é mais facil discriminar em todos os grupos o mau do que o bom, porém, é-me impossivel sem labéo, sustentar tão mal organizado e exquesito ministerio”.

Não sabia ainda o rumo que deveria tomar, mas não sustentaria o novo Gabinete onde brilhavam, como dizia com ironia, “os talentos parlamentares de Manoel da Fonseca e as virtudes do Pantoja”.

Não só desgostos politicos affligiam Evaristo. Filho sempre dedicado, soffria com a sorte do velho pae, infelicissimo no segundo casamento com uma senhora aloucada, que de vez em quando o abandonava e refugiava-se em casa de parentes e enteados. Era o que registrava nas cartas a João Pedro de 2 e 13 de Abril: “muito sinto a nova fugida de D. Rita”... “vi o que me diz do

Pae, e da tristeza em que vive ao ler essas linhas de sua carta; os olhos se me arrazam de lagrimas, lembrando-me que lhe fallece uma velhice tranquilla e contente. . .” “qual é a parente que de bôa vontade soffre em casa essa louca de D. Rita”?

Turvava-se assim a alegria de Evaristo no seu repouso de Minas e a viagem de volta, com a doença da mulher, a desgraça domestica do pae e a proximidade dos “vendavaes” de politica, foi triste e amargurada, como que deixando adivinhar um epilogo dramatico.

A 2 de Maio chegava Evaristo ao Rio, talvez mais apprehensivo e afflicto do que quando partira em Novembro de 1836. A grande esperanza se transformara em grande desengano, em cruel decepção. Um bello sonho se desfizera. Tudo estava destruido? Era necessario voltar ás agruras dos tempos passados? Ia separar-se, romper, combater tambem contra Feijó, o homem em quem tanto acreditara?

No dia 4, o Regente convidou-o para uma conferencia em sua casa, expoz-lhe a situação, quiz o seu parecer. Evaristo ouviu-o em silencio, discordando intimamente de tudo quanto lhe dizia Feijó: já não se entendiam. Os companheiros e amigos de tantas horas difficeis, os dois homens que tinham conseguido, juntos, salvar o Brasil em 1831 e 1832, defrontavam-se agora quasi como

inimigos. Era um instante tragico. E Evaristo enfrentou-o com a coragem de quem decepa a frio um membro a que grangena attingiu. “Devendo falar para desafogar-se, soltou a voz cheia de energia e vehemencia, mas pesada da gravidade e da força das accusações que devia fazer, dos erros que devia condemnar. Era o momento terrivel, o momento da ruptura completa; falou durante uma hora, e disse tudo quanto tinha que dizer, antes de descer ao tumulo, ou de entrar decididamente nas fileiras da opposição”. (179).

Para a sua gloria, quizeram os fados um desfecho rapido, o descanso na morte, em plena força da maturidade, aos 38 annos incompletos.

Deixando a casa de Feijó, Evaristo, mal refeito de uma viagem penosa, talvez infectado por germens dos males epidemicos reinantes em logares por onde passara, foi para a cama, presa de febre violenta e, ás 13 horas do dia 12 de Maio, morreu, cercado da mulher, das filhas pequeninas e dos irmãos João Pedro e Bernardo, tendo recebido todos os sacramentós. Os medicos attribuiram a morte a “febre perniciosa” ou uma “pericardites”, filiando o mal a que succumbiu á exaltação da entrevista com Feijó.

A noticia correu por toda a cidade e o enterro realisou-se, no dia seguinte, ás 5 horas da tarde,

(179) *Jornal dos Debates*, de 15 de Junho de 1837.

em S. Francisco de Paula, com o acompanhamento de 700 pessoas.

Em vida não lhe tinham faltado injurias, apêdos, calumnias de toda especie. Morto, teve em abundancia necrologios, orações funebres, epicédios, elegias, odes, sonetos, nenias, suspiros saudosos. Jornalistas e escriptores dedicaram-lhe paginas de enthusiastico louvôr. Gonçalves de Magalhães, Paula Brito, Porto Alegre cantaram-no em versos sentidos, posto que mediocres. O “Correio Official” chamou-o de “Franklin Brasileiro”.

Nenhum elogio, porem, valeu o de um collaborador do “Jornal dos Debates”: “Evaristo morreu victima de uma paixão generosa”.

CAPITULO IX

VIDA BREVE E BEM VIVIDA

Aos 37 annos morreu Evaristo. Vida breve, vida curta. De actividade politica não chegou a completar um decennio. No entanto, poucos nomes com maior repercussão em nossa historia, máu grado um conjuncto de circumstancias pessoas que em principio deveriam difficultar-lhe o accesso á gloria e á consagração.

Evaristo era um moço de origem modesta, filho de um obscuro mestre-escola, feito depois mercador de livros. Não sahiu nunca do Brasil, não tinha diploma academico, não esteve em Coimbra ou em outra qualquer universidade. Caixeiro de livraria a principio, socio, dono de livraria, não teve jamais pejo do officio, nem depois que se tornou conhecido, influente, respeitado, arbitro de situações politicas, oraculo dos governos. De volta da Camara elle mesmo, no balcão de sua loja, vendia livros, almanaques, folhinhas. Nada de

aristocratico ou de requintado no seu habito, externo: era gordo, pesado, vestia-se sem elegancia. O seu "chapéo redondo" foi alvo da chacota dos *incroyables* da epoca e serviu como epitheto deprimente. De suas calças brancas se fez motivo de zombaria.

Pois esse caixeiro, sem ancestraes illustres, esse rapaz do commercio do Rio de Janeiro, esse livreiro contente com a sua profissão, conseguiu, sem a ajuda dos poderosos, sem as graças do Governo, sem a irradiação de dons particulares de seducção, impôr-se rapidamente como uma das mais fortes e dominadoras personalidades de seu tempo, num tempo em que no Brasil não faltavam homens de valor, sobretudo no campo da actividade politica. Sem deixar o Rio, sem mencionar o proprio nome no jornal em que escrevia, sem fazer cabala ou lisongear gente influente, foi eleito deputado por Minas Geraes, contando apenas 28 annos e reeleito depois duas vezes, de uma dellas com cadeira tambem pelo Rio de Janeiro. Moço, na phase dos enthusiasmos e arrebatamentos, assumiu para logo, com a naturalidade das vocações irresistiveis, o papel de guia e de conselheiro, peculiar a edade mais avançada, proprio antes de quem se apura e define no trato da vida, ao contacto de longa e quasi sempre dolorosa experiencia. E isso sem improvisação, sem impos-tura, sem sombra de charlatanismo.

Jornalista, politico, deputado, formando e orientando a opinião do paiz, conduzindo-lhe os destinos sem participar dos postos de direcção, o seu ascendente oracular só se explicará pela posse de qualidades realmente superiores.

Teve-as Evaristo, teve-as em grau eminente.

No seu retrato psychologico, cumpre salientar para logo a seriedade do seu espirito, a sua rigorosa probidade moral, a sua indefectivel sinceridade. Ao lado disso, uma intelligencia lucida, exercitada pela leitura e pela meditação, num dos exemplos mais felizes de autodidactismo; uma natureza harmoniosa e equilibrada, em que os penhores generosos não eram abafados pelo egoismo ou pela presumpção do merito proprio; um coração manso, capaz de perdão e de esquecimento; um desinteresse e desapego aos altos cargos, como expressão de modestia verdadeira; um grande desejo, ou melhor, uma necessidade de servir, de ser util á sua terra e á sua gente.

Desse conjuncto de dons e virtudes resultava, como somma ou como mistura de varios elementos bem fundidos, uma super-qualidade, que era, se se admitte a expressão — a luz de sua alma, a emanação genuina e total de sua natureza, aquillo que o marcaria definitivamente entre os contemporaneos: a moderação.

Do plano individual, do plano psychologico, elle transpoz para o plano social e politico a sua

qualidade predominante e fez della um postulado pratico, um programma de acção, uma disciplina.

Homem, “bicho da terra”, não será de estranhar que alguma vez tivesse discrepado, variado, ficado em contradicção consigo mesmo. Não foi santo, e aliás ninguem mais do que os santos, por sua propria complexidade, exhibem a miseria da condição humana. Mas essas sinuosidades foram tão ligeiras e pouco frequentes na linha de sua vida, que ella dá aos que a observam, com olhos abertos e isentos, a imagem de uma grande recta. O Evaristo de 1828, quando começou a tornar-se conhecido com o apparecimento da “Aurora Fluminense”, é o mesmo de 1834, o mesmo de 1837, numa coherencia tanto mais notavel quanto os acontecimentos se succediam vertiginosamente, em mutações bruscas e imprevistas.

O transumpto de sua acção na vida publica foi feito por elle mesmo, de maneira extremamente objectiva, nessa especie de auto-biographia politica com que deu por finda a missão da “Aurora”, em 30 de Dezembro de 1835. Ahi fixou, em largos traços, o spectaculo do Brasil apenas nascido como povo livre, dividido por tendencias oppostas e mal ajustadas a instituições para cuja applicação lhe faltavam algumas das condições mais indispensaveis.

Disputado por grupos e partidos que se deslumbravam lyricamente com “as visões do republi-

canismo” ou com “os sonhos não menos absurdos da monarchia aristocratica”, Evaristo fugiu desde logo a um e outro extremo, preferindo o “justo meio”, com a solução de um regimen de liberdade, “contidas as facções com o prestigio da Realeza”, e que seria a “democracia coroada” de que falaria mais tarde Bartholomeu Mitre. Nada de “nobrezas privilegiadas”, de “exercitos numerosos”: “uma monarchia representativa fundada sobre as bases da industria, da economia e da vontade nacional”; “honra ás profissões uteis que o desdem de uma fidalguia improvisada feria de plebeismo”, mas nada tambem de innovações audaciosas “com o frenesi que ameaçava toda a ordem social”.

Veiu depois o “divorcio do monarcha e da Nação” e o desfecho inevitavel da revolução de 7 de Abril. Venceu a Nação; porém continuaram a disputal-a os que queriam tudo subverter e os que, para opporem um dique á anarchia, ou voltarem ao poder, tentavam restaurar no throno o ex-Imperador. Evaristo fugiu outra vez aos dois extremos, “trilhando o caminho médio”, aquelle que permitisse “a maior liberade com a ordem”.

Essa posição de centro não lhe grangearia popularidade duradoira e o exporia aos ataques dos dois partidos extremistas. E foi o que aconteceu, attrahindo as injurias mais grosseiras e as

calumnias mais ignobeis, disfigurado, attingido nos seus melindres mais delicados: “nossos habitos externos, nossas relações mais queridas foram dilacerados de um modo indigno e que não podia deixar de exarcebar o coração mais frio”.

Nem assim pagou na mesma moeda; nem assim trahiou a sua moderação: “o recinto da casa do cidadão” foi sempre para elle um “santuário que não era dado violar”.

Esperava, Evaristo, tranquillo e resignado, que um dia lhe fizessem justiça; combatera “as exagerações de qualquer genero, desapprava os excessos e a violencia, alentara o homem industrioso nas suas fadigas e trabalho, repellira as suggestões de um patriotismo feroz, procurara aniquilar as fantasias da nobreza e da conquista”.

Justiça que lhe deve ser feita, porque foi fiel a si mesmo. Não o attinge o juizo de Joaquim Nabuco, formulado a respeito do partido moderado: “salvou a sociedade da ruina, mas da ruina que elle mesmo lhe preparou”. (180). A melhor defesa de Evaristo está na constante moderação de sua conducta, nas suas campanhas na imprensa, nas suas lutas politicas, na sua immensa contribuição para que no Brasil triumphasse um regimen de “maior liberdade compativel com a or-

(180) Um Estadista do Imperio — 1.^a edição — Tomo I — pg. 30.

dem”, um regimen de autoridade em que não se alienasse a dignidade do homem, aquelle regimen que Marco Aurelio preconizava: “uma realeza que considerasse como o seu mais alto dever o respeito da liberdade”.

ANNEXOS

I

EVARISTO E A OBRA DE JOHN ARMITAGE

A Evaristo da Veiga foi durante muito tempo attribuida, sem o menor fundamento, a autoria da “Historia do Brasil”, de John Armitage. A carta que em seguida se lerá, de Armitage a Evaristo, cujo original está na Secção de Mss. da Bibliotheca Nacional e já publicada no tomo XXV da Revista do Instituto Historico, destróe qualquer duvida que pudesse subsistir.

Tambem não é de Evaristo a traducção brasileira da obra de Armitage, como affirmaram algumas pessôas e particularmente o Dr. José Joaquim Machado de Oliveira, em carta escripta ao Barão Homem de Mello.

O exemplar da “Historia do Brasil” de Armitage, por este remettido a Evaristo juntamente com a carta de 21 de Agosto de 1836, só pôde ter chegado ao Rio quasi no fim de Outubro. Ora, a 22 de Novembro do mesmo anno, partiu Evaristo

para Minas, de onde voltou a 2 de Maio de 1837, morrendo 10 dias depois. Não poderia Evaristo ter feito a traducção nos poucos dias que mediaram entre o recebimento da edição inglesa e a partida para Minas. Tão pouco Evaristo a fez em Minas, como deixa claro a correspondencia assidua que manteve de lá com seu irmão João Pedro e em que contava todos os passos de sua vida na terra mineira.

Certo é, entretanto, que Armitage e Evaristo foram bons amigos, companheiros na Sociedade Defensora e que o historiador inglês se serviu abundantemente da “Aurora Fluminense” e das opiniões de Evaristo para a elaboração do seu livro.

II

CARTA DE JOHN ARMITAGE A EVARISTO, OFFERECENDO-LHE A “HISTÓRIA DO BRASIL”

“Boulogne sur mer,

21 de Setembro de 1836.

Carissimo Sr. Evaristo.

Mando-lhe esta junto com um exemplar da minha “Historia do Brasil”. Segundo os conse-

lhos do livreiro inseri somente duas estampas, mas o Sr. verá que uma foi a sua como deveras era necessario visto que o Sr. é o meu heroe do 2.º tomo.

As duas estampas foram gravadas em aço em primeiro lugar, porém, foram tão pouco semelhantes que eu não consenti que sahisses á luz, e assim foram engeitadas e substituidas por lithographia. Não será preciso dizer quanto dissabor e quanta demora isto me tem causado.

Tenho estado alguns dias em Paris, porém estava com tanta occupação que nunca achei occasião de entregar as cartas de introduccão ao ministro brasileiro e a F. de Salles Torres Homem, que o Sr. teve a bondade de dar-me.

Comtudo isso não diminue as minhas obrigações para com o Senhor.

Terá talvez ouvido de algum de meus amigos no Rio que estou para partir para a India, onde tenho formado uma sociedade com termos muito vantajosos para mim e assim não é provavel que havemos de encontrarmos mais neste mundo. Mas enquanto a vida tivermos sempre terá Vm. um amigo sincero em

John Armitage

P. S. — Dê sempre as suas noticias — por via da Inglaterra.

III

CARTA DO DR. JOSÉ JOAQUIM MACHADO DE OLIVEIRA AO BARÃO
HOMEM DE MELLO.

Illmo. Snr. Francisco Ignacio Marcondes
Homem de Mello.

S. Paulo, 9 de Novembro de 1860

Á pergunta “que gráo de veracidade ha na crença geralmente aceita de que a Historia do Brasil de John Armitage é escripta por Evaristo Ferreira da Veiga, como ordinariamente se affirma, feita por V. Sa. em carta de 15 de Outubro ultimo, respondo:

Em 1829, tendo assento na Camara dos Deputados, conheci a Evaristo, que, como redactor da Aurora, que tomára assim a direcção das ideas liberaes, e defendia moderando esse espirito entusiastico de liberdade e independencia que achava echo em poucos da Camara, admittia em sua casa e em suas palestras aquelles que partilhavam essas ideas, e apreciavam a lucidez dos seus pensamentos politicos, seu corajoso civismo e extrema dedicacão pelas liberdades patrias, de que deu inumeraveis provas naquella importante e nunca

imitada publicação, e praticamente quando tomou um lugar na Camara.

Em 1834, retirando-me da presidencia do Pará, renovou-se aquelle conhecimento, e com mais ligações do que antes, por isso que collocou-me á testa da grande Sociedade Defensora da Liberdade e Independencia Nacional, creatura sua, que sustentou dignamente os direitos do Snr. D. Pedro II ao Throno do Brasil, e serviu de tirocinio a toda essa gente, hoje quasi toda aristocratica e titular, e que ahi figura nos mais elevados cargos do Estado; a esses homens da escola de Evaristo que são agora os mais proeminentes e emphaticos da oligarchia, e que apenas o distincto escriptor e eximio parlamentar fechára os olhos, renegaram suas antigas crenças com difamação daquelle que os havia arrancado á nullidade e mesmo á execração publica, destruíram a sua obra, que começara superando com denodo as vicissitudes da época, e procuraram em tempos posteriores esmagar o systema e destruir radicalmente as franquezas provinciaes.

D'envolta com essa gente frequentava eu com assiduidade a casa de Evaristo, ou o seu *telonio* como por irrisão dizia o Visconde de Cairú, o mais emperrado dos seus antagonistas politicos, escriptor carunchoso, fazendo as suas producções á candeia do servilismo e com inspirações retro-

gradas e humoraticas; e por muitas vezes encontrei-me ali com o Snr. Armitage ou assistindo ás palestras sobre a opinião reinante, em que era elle apenas ouvinte, mas circumspecto e sem pronunciamiento individual, principalmente nas questões politicas, e na caracterisação dos personagens do tempo, ou no gabinete do eximio escriptor e profundo estadista, e conferenciando com elle em *tête à tête*, e tomando-lhe apontamentos sobre o assumpto, ignorando então e que ao depois e ao apparecimento da Historia do Brasil pôde inferir-se que versavam sobre ella.

O conhecimento que tive do Snr. Armitage não começou dahi. Já o havia visto em 1828, quando eu militava no exercito do sul, na qualidade de addido á legação britanica, por occasião de, por vergonha nossa, servia esta de medianeira para a cessação da guerra travada entre o Brasil e a Conferação Argentina pela revolta da Provincia Cisplatina, guerra que como se sabe, começou no meio de tantos desatinos, e ultimou-se com tanta ignorancia da nossa parte, e á que tem applicação o rifão de “avançada de leão e parada de sendeiro”; guerra que enfim, gravou a Nação em 120 milhões de cruzados, e que só foi proveitosa aos delapiladores da fazenda publica. Com estas probabilidades ousou avançar, que é infundada a crença admittida geralmente de que a His-

toria do Brasil pelo Snr. Armitage fôra escripta por Evaristo Ferreira da Veiga, não que, segundo a minha fraca apreciação, deixe de encontrar nella muito merito, bastante exactidão, formulada e redigida primorosamente, e cuja mór parte tem por baze factos contemporaneos, que, por assim dizer, ainda *palpitam*; não hesitando em dizer que faria della honra á penna de Evaristo si a estimasse como producção sua, ou á de outro qualquer que a escrevesse, si todavia precisasse de um autor apparecendo anonyma.

Dir-se-ha que para essa crença ha a homogeneidade de ideas e pensamentos entre a Historia e a Aurora Fluminense, a da narração de factos, e das censuras e estranhesa a actos publico-administrativos, etc. etc., que se veem em ambas as publicações; porem reflecta-se, que a Historia é contemporanea da Aurora, e que sendo a doutrina desta geralmente aceita, applaudida, e a unica que convinha a esse paiz livre, o historiador contemporaneo, que fosse imparcial, consciencioso e sectario das instituições livres, não podia subtrahir-se a esposar sua doutrina, e a fazer mesmo algumas transcripções textuaes della, como praticou o Snr. Armitage, sem que por isso se desvirtuasse por plagio.

E' sim Evaristo, pelo que se suppõe, e em minha opinião, o digno traductor dessa mais digna

Historia; e é isso tanto mais verosimil quanto se vê em sua traducção a elegancia do estylo, e o emprego adequado da dicção, que lhe eram tão comeseinho, e que ahi se revelam tão copiosamente.

Terminando esta cumpre significar-lhe os votos de estjma e consideração em que persevera este que é

De V. Va.

patr.º, am.º e ob.º cr.º

Jozé Joaquim Machado d'Oliveira

IV

LISTA DE COMMERCIANTEs ESTRAN- GEIROS NO RIO DE JANEIRO, NO ANNO DE 1827

Antonio Gustavo Bjuberg, rua Direita, 175

Dillon ainé, rua do Ouvidor, 65.

Alexandre Gilfillan e Companhia, r. Direita, 120.

Alexandre Mac Growther, rua da Alfandega.

Alexandre Manson, rua do Ouvidor, 93.

André Lizaur e Companhia, rua dos Pescadores.

Avrial Irmãos, rua do Ouvidor.

Biesterfeld e Companhia, rua dos Pescadores, 93.

Boog, Pearson e Comp., rua da Quitanda, 253.

Boston e Dutton, rua da Candelaria, 7.

- Bourdon e Fry, rua Direita, 65.
 Bradshaw, Wanklyn e filhos, r. de S. Pedro, 66.
 Brittain Scheiner e Companhia, rua do Sabão.
 Brown, e Douglas, rua da Quitanda.
 Brown, Watson e Comp., rua das Violas, 49.
 Carlos Henrique Melcher, rua do Ouvidor.
 Chastan e Collignon, rua do Ouvidor, 92.
 Coates, Mackay e Comp. rua das Violas.
 David Stephenson, rua Direita.
 Diogo Birkhead e Comp. ruas dos Pescadores.
 Diogo Hartley, rua das Violas, 58.
 Dionisio Uriosto, rua detraz do Hospicio.
 Drevon e Desbordes, rua do Rozario, 121.
 Dumont e Companhia, rua do Ouvidor.
 Fernando Oxenford, rua da Alfandega, 49.
 Fielding, Brander, Aveline, e Lyne, rua Direita.
 Finnie, Irmãos e Comp. rua da Quitanda, 147.
 F. Le Breton e Companhia, rua da Alfandega, 16.
 Frederico Froelich, largo do Paço.
 Freese, Blankenhagen, Coucher, e Companhia, rua
 da Alfandega 18 e 32.
 Garay e Marcassus Irmãos, rua do Ouvidor, 72
 Germano ten Brink, rua do Aljube, 28.
 Goring, Risk, e Companhia, rua da Quitanda ,170.
 Green, Hartley, e Tully, rua do Ouvidor, 65.
 Guilherme Berg, rua do Sabão, 77.
 Guilherme Binns, rua do Ouvidor, 40.
 Guilherme Foster e Companhia, rua do Ouvidor.
 Guilherme Froehlich, S. Christovão.

- Guilherme Harrison e Companhia, rua da Quitanda, 113.
- Guilherme Lynen e Companhia, rua do Ouvidor.
- Guilherme Platt, rua dos Pescadores.
- Guilherme Scott, rua do Rosario.
- Guilherme Theremin e Companhia, r. Direita, 114.
- Guilherme Young, rua do Rozario.
- Henrique Miller, e Comp., rua dos Pescadores.
- Henrique Riedy, rua da Quitanda.
- Heyworth, Irmãos e Comp., rua das Violas, 44.
- Hindrichs Wiers e Comp., rua Direita, 102.
- Holms e Companhia, rua detraz do Hospicio.
- J. Hambrouck, rua dos Pescadores.
- João Antonio Terisse, rua Direita, 13⁴.
- João Burck, dita.
- João Dale, rua dos Pescadores.
- João Eduardo Wright, rua detraz do Hospicio.
- João Holland, rua Direita, 81.
- João Scurr, rua dos Pescadores.
- J. Daniel Deussen e Comp., rua Direita, 131.
- José Cuen e Comp., rua do Ouvidor, 96.
- José Green e Comp., rua do Ouvidor, 91.
- José Maxwel, rua detraz do Hospicio.
- Luiz Schichting, rua do Rozario.
- Luiz Troyon, rua do Ouvidor.
- May, e Lukin, dito 77.
- March, Irmãos e Comp., rua dos Pescadores.
- March, Sealy, Walker, e Companhia, rua da Quitanda, 211.

- Moon, Irmãos e Comp., rua detraz do Hospicio.
Maulaz, rua do Ouvidor, 112.
Morange, Irmãos, rua da Cadeia, 45.
Nathan e Cussen, rua detraz do Hospicio.
Naylor, Irmãos e Comp., rua dos Pescadores, 20.
Noel, e Harris, rua do Ouvidor, 88.
Patricio Lennox, rua do Cano.
P. Garay e Comp., rua do Ouvidor.
Plancher Seignot, rua do Ouvidor, 95.
Plowes, Roscoe e Companhia, rua Direita, 54.
Roberto Bate, dito.
Roberto Rostrom, rua da Alfandega.
Rodner, rua Direita, 116.
Samuel Clapp e Comp., r. detraz do Hospicio, 15.
Samuel Philipps e Comp., rua Direita.
Schwieger, Buchanan e Schwieger, rua da Alfandega.
Schwind Brade e Comp., r. detraz do Hospicio, 17.
Ten Brink e Comp., rua Direita.
Thomaz Roskell, e Beesely, rua do Ouvidor.
Thompson e Companhia, dito 193.
Warre e Companhia, rua dos Pescadores, 50.

CORRETORES DE NAVIOS

- Hudson e Weguelin, rua Direita, 136.
Schott e Reye, dito 127.
Christiano Stockmeyer, Corretor Geral, dito 95.
Cohn e Ferreira, rua da Alfandega.

CORRETORES

Buschenthal e Duval, rua Direita, 34.
Carlos Baker, rua do Sabão, 9.
Frederico Rabeholm, rua da Alfandega.
March e filho, rua Direita.
Rabeholm e Braun, rua da Alfandega, 14.

CASAS DE LEILÃO

Thomaz Russel, rua Direita.
Carlos Cannel, rua detraz do Hospicio.
Jorge João Dodsworth, rua da Alfandega, 38,
tambem caza de commissão.
Alexandre José Rodrigues, Porteiro Privativo
dos Leilões do Commercio e cazas falidas,
rua do Espirito Santo, 35.

(Extrahido do “Almanack dos Comerciantes” de
1827).

BIBLIOGRAPHIA

- FELIX PACHECO. *O Publicista da Regencia. Rio. 1809*
Honras e Saudades á memoria de Evaristo Ferreira da Veiga.
Rio. 1837.
- Collecção das diversas peças relativas á morte do illustre brasileiro Evaristo Ferreira da Veiga. Rio. 1837.*
- VEIGA MIRANDA. *O Pamphletario do Primeiro Reinado. Rio. 1936.*
- MOREIRA DE AZEVEDO. *Historia Patria. O Brasil de 1831 a 1840.*
Rio. 1884.
- JOAQUIM NABUCO. *Um Estadista do Imperio. 1.ª edição. Rio.*
1890.
- JOÃO ARMITAGE. *A Historia do Brasil. 2.ª edição em portuguez.*
S. Paulo. 1914.
- EUGENIO EGAS. *Diogo Antonio Feijó. São Paulo. 1912.*
- ROCHA POMBO. *Historia do Brasil. W. M. Jackson Inc. Rio. 1935.*
A Revolução de 7 de Abril de 1831 e Evaristo da Veiga, por um
Fluminense amante da Constituição. Rio. 1862.
- JOSÉ EDUARDO DA FONSECA. *O Patriarcha da Imprensa. Rio 1920.*
- THEOPHILO OTTONI. *Circular dedicada aos Snrs. eleitores de senadores pela provincia de Minas Geraes. Ed. Basilio de Magalhães. Rio. 1915.*
- Poesias de Evaristo Ferreira da Veiga. Separata dos Annaes da Bibliotheca Nacional. Rio. 1915.*
- ABREU LIMA. *Historia do Brasil. H. Laemmert. Rio 1882.*
- JOÃO BAPTISTA DE MORAES. *Evolução de 1842. Separata da Revista do Instituto Historico de S. Paulo. São Paulo. 1908.*
Cogitações acerbas de um monge exilado. Luciano. Rio. 1869.

- JOÃO RIBEIRO. *Historia do Brasil. Curso Superior, 13.ª edição.* Rio. 1935.
- MENDES DOS REMEDIOS. *Historia da Literatura Portuguesa* Coimbra. 1908.
- DJALMA FORJAZ. *O Senador Vergueiro.* São Paulo. 1924.
- MARY WILHELMINE WILLIAMS. *Dom Pedro The Magnanimous, Chapel Hill. The University Carolina Press.* 1937.
- SYLVIO ROMERO E JOÃO RIBEIRO. *Compendio da Historia da Literatura Brasileira.* Rio. 1906.
- JOSÉ ANTONIO MARINHO. *Historia do Movimento politico no anno de 1842 em Minas.* Rio. 1844.
- BARÃO DO RIO BRANCO. *Ephemerides Brasileiras.* Rio. 1892.
- GILBERTO FREYRE. *Sobrados e Mucambos.* São Paulo. 1936.
- MARIA GRAHAM. *Journal of a voyage to Brazil.* London 1824.
- WALSH. *Notices of Brazil in 1828 and 1829.* London. 1830.
- J. M. MACEDO. *Memorias da rua do Ouvidor.*
- BOCAGE. *Sonetos. Ed. Santos Vieira.* Lisboa.
- OLIVEIRA LIMA. *O Movimento da Independencia.* São Paulo. 1922.
- H. TAUNAY E F. DÉNIS. *Notice Historique et Explication du Patroname du Rio de Janeiro.*
- VIEIRA FAZENDA. *Antigualhas e Memorias do Rio de Janeiro.*
- JUSTINIANO JOSÉ DA ROCHA. *Ação, reacção, transacção, 2.ª edição — Francisco Rodrigues Paiva.* Rio. 1901.
- JOSÉ PEDRO XAVIER DA VEIGA. *Ephemerides Mineiras. Collecção de leis do Brasil de 1831 a 1836.*
- Collecção de jornaes da Bibliotheca Nacional: Aurora Fluminense, Gazeta do Brasil, Nova Luz Brasileira, Diario do Rio, Correio Official, The Rio Herald, Sete de Abril, Jornal do Commercio. Caramurú, Carijó, Universal. Astréa. Novo Pharol Paulistano.*
- Collecção de Mss. da Bibliotheca Nacional. Hymnos e cartas de Evaristo Ferreira da Veiga.*
- Revista do Instituto Historico. Tomos XL, LXVI, LXXVII, LXXI.*
- Annaes da Camara dos Deputados de 1830 a 1836.*

I N D I C E

DOS NOMES CITADOS

A

- Abreu e Lima, José Ignacio de — 164, 216.
- Albuquerque, Almeida e — 90, 107 .
- Alcantara, Visconde de — 132, 136.
- Alcibiades — 112.
- Alencar, Padre José Martiniano de — 90, 91, 97, 99, 100, 103, 167, 172.
- Almeida José Manuel de — 132.
- Alvares, Castro — 199.
- Alvares, Oliveira (General) — 85, 99, 100.
- Alves, Luis — 25.
- Amaral, Antonio José do — 66, 90.
- D. Amélia, Imperatriz — 111, 257.
- Andrada e Silva, José Bonifacio de — 33, 163, 164, 169, 170, 188, 189, 190, 191, 192, 211, 221, 227, 228, 229, 231, 234, 235.
- Andrada Machado e Silva, Antonio Carlos Ribeiro de — 80, 167, 169, 170, 184, 191, 192, 221.
- Andrada, Martim Francisco Ribeiro de — 80, 100, 167, 169, 170, 172, 184, 189, 192, 211, 212.
- Andrade, Paes de — 266, 267.
- Aracaty, Marquez de — 136.
- Araujo Lima, Pedro de — (Marquez de Olinda) — 72, 81, 90, 149, 167, 203, 251, 254, 259, 266, 267.
- Araujo, Paula — 90, 195, 234, 241, 242.
- Araujo, Silva — 163.
- Aramitage, John — 65, 115, 122, 128, 133, 149.
- Ascensão, Ideltrudes Maria d' — 59.
- Avilez, Jorge de — 33.
- Azevedo, Moreira de — 158.

B

- Badaró, Libero — 118, 119, 212.
 Bæpendy, Marquez de — 136.
 Barbacona, Marquez de — (Felisberto Caldeira Brant Pontes) — 93, 111, 114.
 Barbosa, Conego Januario da Cunha — 33, 64.
 Barbosa, Paulo — 280.
 Barros, Sebastião do Rego — 173.
 Barreto, João Paulo dos Santos 167.
 Barreto Pereira Pinto, Sebastião (General) 259, 260.
 Barroso, Bento — 81 — 203.
 Beaujour — 77.
 Beccaria — 116 .
 Benjamin Constant — 54, 57, 77.
 Bentham — 54, 57.
 Bernard, Louis — 49.
 Blackstone — 57.
 Blanckagen — 51.
 Bompard, João Baptista — 58, 59.
 Bocage, Manoel Maria Barbosa du — 20, 22, 25, 26, 55.
 Borges, José Ignacio — 153, 266.
 Bossuet — 53.
 Branco, Manoel Alves — 189.
 Brichhead, Diogo — 51.
 Brito, Anthero José Ferreira de — 204, 205.
 Brito, Francisco de Paula — 216, 287.
 Broussais — 59.

- Bueno, Frei Marcelino de Santa Mathildes — 17.
 Bulow, Barão von — 188.

C

- Cabral, Valle — 41.
 Cachoeira, Visconde de (Carvalho e Mello) — 107.
 Cachoeira, Viscondessa de — 107.
 Caetano, Baptista — 107, 163.
 Calmon de Pin e Almeida, Miguel (Marquez de Abrantes) — 72, 81, 93, 225.
 Campos, F. Carneiro de — 132, 149.
 Candido, Paula — 96.
 Caneca, Frei Joaquim do Amor Divino — 145.
 Caravellas, Marquez de (Joaquim José Carneiro de Campos) — 93, 149, 225.
 Carlos X — 111, 115.
 Carneiro Leão, Honorio Hermeto (Marquez de Paraná) — 90, 107, 126, 189, 191, 194, 196, 197, 204, 205, 206, 218, 225, 251, 254.
 Carvalho, Cypriano José — 52.
 Carvalho, Xavier de — 164.
 Catão — 112.
 Cavalcanti, Hollanda — 90, 107, 132, 153, 203, 235, 254, 262, 266, 267, 271.
 Cavalcanti, Luis — 108, 149, 270.
 Cavalcanti, Paula — 90.

Cayrú, Visconde de — (João da Silva Lisboa) — 36, 167, 220, 225, 226.

Cicero — 57.

Cochrane, Lord — 37.

Cogez, — 58.

Colombo — 16.

Coriolano — 16.

Costa, Padre Candido Martins da — 209, 210.

Costa Carvalho (Marquez de Monte-Alegre) — 90, 161, 164, 205, 221, 255, 260, 262, 265, 266, 267.

Costa, Hyppolito da — 51.

Costa, João Maria da — 66, 72, 113.

Coucher — 51.

Coutinho, Auroliano — 81, 90, 167, 299, 232, 257, 258, 264.

Coutinho, Lino — 90, 100, 104, 107, 173.

Cunha, Estevam Carneiro da — 90, 100, 149, 164, 172.

D

Debret — 49, 91.

Denis, Ferdinando — 49.

Dias, Engracio José — 209, 210.

Dias, Padre José Custodio — 90, 100, 125, 193.

Docca, Sousa — 260.

Dodsworth, Jorge João — 50, 51.

Douglas Brown — 51.

E

Eugenio Egas — 255.

F

Feijó, Padro Diogo Antonio — 42, 90, 95, 99, 100, 103, 166, 171, 172, 173, 174, 181, 183, 188, 189, 190, 192, 194, 195, 196, 198, 199, 203, 206, 250, 253, 254, 255, 258, 261, 262, 263, 265, 267, 268, 269, 271, 272, 276, 284, 285, 286.

França, Cornelio Ferreira — 264.

Ferreira, Costa, — 90, 221, 224, 225.

Ferreira, José Rodrigues — 218.

Ferreira de Mello, Padre José Bento Leite — 90, 158, 164.

Ferreira, Monteiro — 163.

Fonseca, José da Costa — 125.

Fonseca, Antonio Borges da — 115, 118, 123, 148, 163, 186, 246.

Forbes Antonio Ribeiro Fernandes — 96.

Forjaz, Djalma — 158.

Foy — 57.

França, Antonio Ferreira — 90, 172.

França, Sousa — 64, 132.

Franche, Padre Luis Carlos — 17.

Freesso, — 51.

Freire Allemão, Francisco — 96.

Freyre, Gilberto — 19, 47.

G

Galba, 112.

Gama, Bernardo José da — 132.

Gama, Chichorro da — 228.
 Gama, Miguel do Sacramento Lo-
 pes — 94, 96, 138.

Ganhill — 57.

Ganhit — 59.

D. Gastão — 22.

Gonçalves, Bento — 259.

Gouvêa, Lucio Soares de — 85.

Gorink — 51.

Graham, Maria — 52, 107.

Guimarães, Jeronymo Gonçalves
 — 52.

H

Homem de Mello — 91.

Horacio — 26, 57.

Huxley, Aldous — 74.

I

Inhambupe, Marquez de — 136.

Itanhaem, Marquez de — 228.

J

Jackson, General — 262.

D. Januaria, Princesa — 262,
 263.

Javary, Barão de — 51.

D. João VI — 15, 20, 23, 27,
 28, 29, 37, 38, 47, 257, 278.

José, Joaquim — 210.

Jourdan, A. M. — 49.

Joyce, João — 17.

Jundiah, Marquez de (Joaquim
 José de Azevedo) 256, 257,
 258.

Jupiassú, Desembargador — 118,
 212.

L

Lafayette, General — 189.

La Fontaine, — 53.

Lages, Marquez de — 66, 136,
 284.

Lavradio, Marquez de — 13, 14.

Ledo, Gonçalves, — 33, 64.

D. Leopoldina — 23, 39, 44.

Lessa, Antonio João — 164.

Lima e Silva, Francisco de —
 119, 120, 132, 134, 135, 137,
 138, 143, 146, 149, 153, 154,
 160, 221, 255, 259, 260, 265,
 266, 267, 269, 270.

Lima e Silva, José Joaquim —
 134, 135, 153, 154, 164.

Lima e Silva, Luis Alves de —
 25, 119, 159, 160.

Lima e Silva, Manoel da Fonseca
 — 134, 135, 139, 153, 154, 173,
 277, 283, 284.

Limpo de Abreu, Antonio Pauli-
 no — (Visconde de Abaeté)
 — 90, 100, 163, 234, 241, 242.

Lisboa, Bento da Silva — 204,
 205.

Lobo Luis de Sousa — 164.

Loureiro, João — 205.

Lucullus — 112.

Lusitano, Candido — 59.

Lycurgo — 112.

M

Macedo, Joaquim Manoel de —
 14, 15, 19, 38, 143, 190.

Macedo, Padre José Agostinho de — 22.
 Macció, Marquez de — 66.
 Maciel, Salvador José — 99, 100, 284.
 Machado, Alvares — 262, 264.
 Mac-Gronther, Alexandre — 51.
 Madeira, Pinto, General — 37, 105.
 Magalhães, Basilio de — 41.
 Magalhães, Gonçalves de — 287.
 Magendie — 59.
 Maia, Silva — 118.
 Mandillo, Francisco Nicolau — 52.
 March, Jorge — 233.
 D. Maria II — 84.
 Marques, Manoel — 16, 17.
 Martin, Paulo — 52, 55, 58.
 Mattos, Raymundo José da Cunha — 97, 158.
 May, Luis Augusto — 86, 182.
 Meirelles, Soares de — 163.
 Mello Mattos — 90.
 Mendes, Odorico — 79, 90, 132, 134, 135, 137, 151, 153, 163, 172.
 Menezes, Antonio José d'Assa Castello Cunha e — 48.
 Miranda, Veiga — 45, 46.
 Moncorvo, José Domingos d'Althayde — 232.
 Moniz, Pato — 22.
 Mont'Alverne, Frei Francisco de — 167.
 Montigny, Grandjean de — 49.
 Moraes, João Baptista de — 263.

Moraes, José Apollinario de — 63, 64.
 Moraes, José Manuel de — 132.
 Motta, Raymundo Luis Severino da — 46.
 Muniz, João Braulio — 161, 223, 260, 365.

N

Nabuco de Araujo, Joaquim Aurelio — 168.
 Naylor — 51.
 Nazareth, Marquez de — 66.

O

Ogier, R. — 214.
 Oliveira, Joaquim Antonio de — 53.
 Oliveira Lima, — 28.
 Oliveira, Manoel José de — 167.
 Oliveira, Saturnino de Sousa — 81.
 Ornellas, Coronel — 211, 212.
 Othon — 112.
 Ottoni, Theophilo — 18, 145.

P

Pacheco, Felix — 96, 141, 142, 210.
 Palmerston, Lord — 221.
 Pantoja, Gustavo de Agular — 283, 284.
 Paranaguá, Marquez de (Francisco Vilella Barbosa) — 93, 132, 136.

Paula Sousa, Francisco de — 90,
99, 100, 103, 164.

D. Pedro I — 32, 35, 36, 37,
39, 44, 81, 84, 85, 94, 111, 113,
114, 118, 120, 121, 122, 128,
131, 133, 137, 138, 139, 140,
141, 143, 144, 150, 153, 169,
171, 180, 185, 188, 190, 193,
199, 200, 221, 223, 225, 226,
227, 234, 245, 246, 247, 248,
257, 273.

D. Pedro II — 133, 153, 150,
151, 152, 179, 221, 224, 228,
231, 262, 270, 280.

Pereira, José Clemente — 33, 98,
99, 100, 103.

Pereira Juvencio — 164.

Pericles — 112.

Phillip, Samuel — 77.

Pillar, João Silveira do — 229,
232.

Pimentel, Manoel Valladão —
164.

Pinto, David da Fonseca — 212.

Pinto, João da Rocha — 111,
112.

Pinto, Luis — 210, 211.

Plancher — 58.

Plutarco — 112.

Pombeiro, Conde de (José de
Vasconcellos e Sousa) — 22.

Pompeu — 21.

Porto-Alegre, Manoel de Arau-
jo (Barão de Santo-Angelo)
— 96, 287.

Porto, Manuel Joaquim da Sil-
va — 52.

Pradier, Simon — 49.

Q

Queluz, Marquez de — 66.

R

Racine — 57, 59.

Ratcliffe — 145.

Rebouças, Antonio Pereira —
100.

Rego Barros — 90.

Reis, Jacintho Rodrigues Perei-
ra — 164.

Remedios, Mendes dos — 22.

Ribeiro, Miranda — 90.

Ribeiro, Ponte — 54.

Rezende, Padre Venancio Heu-
rique de — 90, 106, 164, 225.

Richard, Frederic — 49.

Rio Pardo, Conde de — 119, 132.

Risk — 51.

S

Sá, Manoel Maria da Costa e —
205.

Sampaio, Frei — 33.

Santos, João Baptista dos — 52,
63, 68.

Santos, Thomaz Gomes dos —
96.

São Leopoldo, Visconde de —
66.

Scipião — 21.

Scylla — 21, 112.

Say — 57, 59.

Semedo, Curvo — 22.

Sigaud, Dr. José Francisco —
63, 70.

Silva, Francisco Gomes da (O
Chalça) — 66, 111, 114.

Silva, José Antonio da — 53.

Silva, Manoel Ribeiro da — 53.

Silva, Manoel Teixeira da Costa
e — 96.

Simoni, De — 39, 41, 58, 59,
63, 64, 65, 69, 81, 85, 86, 117,
126, 144.

Sismonde, de — 57, 59.

Sousa, Maximo de — 209, 210.

Souto, José Joaquim Vieira —
66, 90, 137, 158.

T

Tarde — 47.

Taunay, A. — 49.

Taunay, Hippolyte — 49.

Tayllerand — 221.

Themistocles — 112.

Thomaz, Manoel Fernandes —
30.

Thompson, J. D. — 51.

Tobias, Raphael — 90.

Toledo, Joaquim Floriano de —
90.

Torquato, Manlio — 17.

Torres-Homem, Francisco de Sal-
les — 96, 167, 214.

Torres, José Carlos de Almeida
(Visconde de Macahé) — 260.

Torres, Rodrigues (Visconde de
Itaborahy) — 173, 228, 251,
254, 266, 271.

V

Vahia, João José — 15, 17.

Valdetaro, Francisco Crispinia-
no — 64, 82.

Valdetaro, Luis — 164.

Valle, José Maria Cambuci do
— 81.

Vasconcellos, Bernardo Pereira
de — 66, 79, 85, 89, 90, 95,
99, 107, 111, 120, 132, 167,
172, 173, 175, 183, 203, 214,
230, 234, 237, 241, 242, 250,
251, 252, 254, 266, 267, 271.

Vasconcellos, Francisco de Pau-
la — 135.

Vasconcellos, Major Miguel de
Frias — 138, 146.

Vasconcellos e Sousa, D. Luis de
— 13.

Veiga, Bernardo Jacintho da —
15, 26, 279, 282.

Veiga, Edeltrudes da — 275,
286.

Veiga, Francisca Xavier de Bar-
ros da — 15, 281, 286.

Veiga, Francisco Luis Saturni-
no da — 13, 14, 15, 38, 45,
46, 52, 61, 284, 285.

Veiga, Joanna da — 275, 286.

Veiga, João Pedro da — 15,
38, 39, 46, 53, 56, 58, 59, 209,
282, 283, 284, 286.

Veiga, Leocadia da — 275, 286.

Veiga, Lourenço Xavier da —
15, 27, 279.

Veiga, Rita da — 284, 285, 286.

Verissimo, José — 54.

Vergueiro, Nicolau Campos — Voltaire — 59.
 125, 132, 134, 136, 138, 149,
 151, 203, 205, 206.

W

Verna, D. Marianna de — 229.

Vieira, João Fernandes — 74.

Virgilio — 57.

Walsh — 36.

Williams, Mary Wilhemine —
 270.



EVARISTO FERREIRA DA VEIGA

DIÁRIO

DO

RIO DE JANEIRO

ALVARO: ESTABELECEUR DE TRANSPORTES E TRAZIDA DE
Linhond, tradutores e offerecidos a sociedade
Brazileira em 1900. Teia.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO

NUMERO 8. SABBADO 10 DE NOVEMBRO E 312 DO ANNO DE 1827.

S. André Avellino. Os Defuntos da Ordem de S. Domingos.

Primeiro annuncio da Livraria de Evaristo, depois que abriu Loja separada da do irmão João Pedro. 1827.

*Livraria de Evaristo Feireira da Veia
N. 49 se achava*

Aurora Fluminense.

As folhas de quarta, quinta e sexta foram no Typ. e Livreria de M. de S. no Alameda n. 168, onde se recebem as assignaturas a 200 reis an. papel por semana, pagas adiantadas; os numeros a 100 reis em diante nos dias do crato.

Pelo Brazil dar a vida,
Manter a Constituição,
Sustentar a Independencia
He a nossa obrigação.

Ao terminarmos a nossa carreira como jornalista, depois de oito annos de hum jornada em que não nos saltarão desgostos, encommodos e perigos, parece proprio que lancemos as vistas sobre o caminho que percorremos. Compra tambem dar conta ao Publico cujos interesses nos propozemos a servir, do que fizemos nesse periodo de tempo, para que elle, comparando a nossa exposicio, com o conhecimento que tem dos factos, avalie e nos julgue. Em Dezembro de 1835, começámos com a redacção da *Aurora Fluminense*. Nessa epocha, as desordens de hum Governo que em vao hoje se intenta justificar, e a exaggeração que taes desordens ou tinham feito nascer ou alimentavão, pareciam haver dividido os jornalistas em dois partidos igualmente irritados, e aõ que se nos affirmaem, igualmente desviados dos limites do justo. Em humo, o dezejo de vestirem a nossa monarchia com as galas e velhos atavios que o regimen gothico legou aos Povos Europeos, em outros, a idea da republica que se enfeitava com as aubres cores da liberdade, manifestavão-se com pequeno disfarce, e quanto a nos, compromettendo do mesmo modo a prosperidade e os destinos do Brazil. Escasso era o numero dos que buscavão o justo meio, condemnando quèr as visões do republicanismo, quèr os sonhos não menos absurdos, da monarchia aristocratica. A esses poucos soldados veio a *Aurora Fluminense* reunir-se. Reflectindo sobre o Brazil, examinando, segundo cabia em nossas debéis facultades, as instituições patrias, bem como o estado e progressos da intelligencia e da industria dos seus habitadores, entendemos que o Governo mais conveniente para nos, era o Monarchico Constitucional Representativo, em que os dons da liberdade podiam ser a melhor saboreados, no remanso da paz que elle offerece, contidas as facções com o prestigio da Realza. Mas não podíamos ver a necessidade de que essa Monarchia no Brazil, tivese de ser arreada com todos os seus caballos que a Meia idade

e o atrazamento da civilização lhes prendeo nas Nações antigas. Hum Governo cujo Chefe seja hereditario, para impôr silencio as ambições mais formidaveis, cujos subditos não estejam divididos em castas inimigas e com interesses diversos; hum Monarchia representativa, fundada sobre as bases da industria, da economia e da vontade nacional, parecemos problema facil de resolver-se no Brazil, e o sistema politico que a nossa Constituição creara. Neste intuito, nós tratámos de dar honra as profissões uteis que o desdem de huma fidalguia improvisada feria de plebeismo; elevámos a seus proprios olhos a industria, a agricultura, e o commercio, fazendo notar que não so os funcionarios do Governo são merecedores de consideração, que estes vivem do producto das rendas, dos impostos pagos pelas classes industriaes. Esforçámo-nos por combater as insidias com que se trabalhava por estabelecer no Brazil huma nobreza privilegiada, e por manter hum exercito colossal, muito superior aos nossos meios e recursos. Ao furor dos empregos publicos que temos como huma chaga aberta no Corpo social, oppozemos as doutrinas que chamão os cidadãos ao amor do trabalho e das profissões independentes a que os preconceitos vulgares assignavão hum grau inferior nas jerarchias. Se hum exercito numerozo, tal qual então se anhelava e se pertendia sustentar, atacava a prosperidade do paiz, as tentativas, para plantar aqui a fidalguia Europea, não seriam menos funestas, ou fosse que, chegando a favoravel exito entorpecessem o progresso da industria e desviassem por huma senda erradia a actividade dos espiritos, ou que, como era mais natural, servissem apenas para excitar odioza emulção e huma luita que convinha muito pouco ao paiz. Não he hum Monarchia conquistadora, e radiante do esplendor de orgulhosa nobreza, que pôde firmar-se no Brazil e fazer a sua felicidade.

Porém se a *Aurora Fluminense* não cedeo aos votos de huma desastrosa imitação com que se quiz copiar n'um paiz novo, institui-

ções do que as mesmas Nações velhas se vão desfazendo cada dia, não pôde ella pactuar de modo algum com o phrenesi que ameaçava tola a ordem social, e que a par dos principios do regimen do Estado abajava os da Moral. He a este titulo que o nome de *moderado* nos foi imposto, como hum estigma afrontoso. Taxou-se de servilidade o nosso aferro ao sistema monarchico constitucional, e a *Aurora Fluminense* começou a achar-se nesse passo difficil em que de dois extremos oppostos soffreô dura guerra, aonde as accusações de huñs podião ser outras tantas apologias, em resposta ás accusações dos outros. Finalmente, os erros do Governo e seus excessos, o enthusiasmo e inexperiencia do Povo levário o paiz áquella dolorosa situação em que elle se viu no mez de Março de 1831. De hum lado o Monarchia — do outro a Nação: — a escolha da *Aurora* não podia ser duvida, tanto mais que era, pondo-se da parte da Nação, que podia contribuir para salvar a monarchia constitucional, e com a monarchia, o Brazil. Não avaliemos esse estado de coisas, pelas ideas que hoje parecem preponderantes, nem julgámos que as mesmas impressões, os mesmos preconceitos então dominavão. Transportemo-nos áquelle tempo, pezeros com imparcialidade as circumstancias, as mutuas suspeitas e as disposições dos animos, e confessaremos, a quereámos ser sinceros, que a revolução era inevitavel, porque o Monarcha e a Nação se tinhão divorciado, depois de huma serie de acontecimentos que devem de estar presentes á memoria de todos e que escusamos enumerar. A linguagem enérgica que a *Aurora Fluminense* ergueo nos dias de Março, tem sido recentemente censurada, desde que a exaggeração mesma dos resentimentos trouxe após si a obstinada reacção; estava ella comtudo a par das exigencias da crise, e para tornarem-a odiosa, fôrçofoi aos nossos detractores, truncarem nossas palavras e dar-lhes hum sentido muito diverso do que lhes pertencia. Mas o nosso fim não he agora assoprar o fogo de mal extinctas rivalidades, e passaremos rapidamente á epocha immediata á da explosão revolucionaria. As paixões enthusiaslicas havião occupado o logar dos conselhos prudentes; humma perseguição desordenada, e o regimen de exclusões funestissimas promettião ao Brazil a subversão. A popularidade mostrava-se inherente á manifestação de sentimentos e de principios, analogos á effervescencia de hum patriotismo destruidor. Não duvidamos prescindir da popularidade, e empregando os meios que tinhamos ao nosso alcance, puzemos mãos á obra, e curámos sem demora de conter a torrente que trasbordava e que hia inundar tudo. O nosso maior cuidado foi o de firmar as verdadeiras ideas

de liberdade, condemnando toda a especie de injustiça, e de exterminio, embora tivesse por pretexto vingar as injurias da Nação. As injurias da Nação só se vingão com a lei e observados os seus dictames. Apontário-nos como hum traidor, como inimigo de nossos proprios patricios, como homem vendido aos interesses do estrangeiro: supportámos essas injurias, esperando que não tardaria a raiar o dia da razão. Hoje que passou a febre, contamos que se fará justiça, ao menos ás nossas intenções. Muitos prejuizos fataes forão destruidos ou desacreditados completamente; o patriotismo tomou feições mais doces, e os homens que n'uma revolução querião ver a justificação de todas as outras, aprenderão a desenganar-se. A *Aurora Fluminense*, nessa crise importante que esteve a decidir de nossos destinos, prestou algum serviço á ordem publica, visto que sobre ella então desabou com furor desmedido, a colera dos anarchistas e dos homens illudidos, ou enthusiasistas.

Deixou de ser hum misterio, que se tentou, que se trabalhou e muito para que D. Pedro 1.º voltasse ao Brazil, querendo-se que na qualidade de Tutor, na de Regente durante a menoridade de seu Augusto Filho, ou a qualquer outro titulo, elle governasse outra vez o Imperio. Alguns tinhão talvez em vista, ao entrarem nessas teutativas, a consolidação da monarchia que julgavão vacillante, outros e em muito maior numero, procuravão satisfazer os vottos da sua ambição, ou tomar por este meio vingança, das novas, aborrecidas influencias. Então, tratou-se sistematicamente de desacreditar o Governo estabelecido, de arrancar-lhe a mesquinha força que lhe restava, de suscitar-lhe embaraços que empecassem á sua marcha regular, e nas hesitações e erros que provinhão desses mesmos embaraços, achavão os descontentes pretexto para erguerem altos clamores, e para disporem a opinião em favor da idea que reputário salvadora. Nós não podémos ver nessa idea senão hum principio destruidor que dissolveria o Imperio, depois de ter aviltado o paiz. Suppondo mesmo que D. Pedro 1.º viesse com os melhoes desígnios, decidido a esquecer o passado, e a cuidar no futuro, a condicão do Brazil nem por isso seria melhor. He nos sentimentos do partido reactor que tinha elle de apoiar-se, e os partidos reactores sempre implacaveis não se accreditão seguros, sem sacrificarem muitas victimas. Nem comprehendemos que D. Pedro 1.º podesse governar o Brazil, tranquillo, e sem encontrar a cada passo em varios pontos resistencia armada, sem ser perturbado o seu dominio por amudadas conspirações e levantes em diversas provincias. Para subjugá-las, para impór freio aos que na restauração vissem o opprobrio dos Brasileiros, fôrçofoi lan-

parmo-nos outra vez nas exagerações do aparato militar, com os dispendios enormes que ellas nos custarão; e o unico fructo a colher desses sacrificios, seja pôr hum lado a oppressão de hum Poder desconfiado e receoso, por outro lado, os horrores da guerra civil. O redactor da *Aurora Fluminense* julgou-se obrigado a combater com todos os seus recursos o partido restaurador. Não era huma linguagem molle e cortez que convinha empregar na peleja, tendo em frente huma facção que ganhava a todas as horas terreno e onzadia, que apparecera já com as armas na mão, e que aproveitando as circumstancias, o ardor e a inquietação natural dos espiritos, depois de huma transição revolucionaria, recrutara soldados numerosos em todas as classes da sociedade. Não disfarçamos aos nossos olhos os perigos que liamos correr, os odios que liamos suscitar, a tempestade que vinha formar-se sobre a nossa cabeça; mas a nossa posição e princípios, nos impunão hum dever a que não faltámos. O Brazil, a maioria da Nação applaudio aos esforços dos patriotas que não desesperarão então da sorte do paiz e que em huma litta incessante, contra o adversario que tomava todas as figuras, seguindo a occurrencia, desfizerão constantemente os planos da retrogradação. Quanto mais o partido se afanava por derribar o Governo, por minar-lhe a fragil base em que se sustinha, tanto mais nos cumpria empenhar-mo-nos na sua sustentação e defesa. Ao redor do Governo legal, se reunião os defensores da ordem estabelecida, tanto os que accreditaram na necessidade da revolução de 7 de Abril, — como os que, sem a terem accreditado, não entenderão que novas revoluções fechassem o passo que a primeira tinha aberto. Nessas fileiras combateo, a *Aurora Fluminense*, se com algum successo, digão os seus adversarios, e certamente ella o fez com vontade limpa, com o dezejo sincero de poupar ao paiz a afronta e as desgraças que se lhe preparavão. Não; nós não eramos o cortezo dos ministerios que se succederão depois de 7. de Abril, como se quiz inculcar, e muito menos fomos o seu director, arbitro, e principal conselho. Julgamos porém, no precipicio em que estivemos, que valia mais disfarçar-lhes alguns erros, do que cahirmos nas mãos de quem suspirava manifestamente pelo regresso de D. Pedro 1.^o, e pelo regimen da reacção. Na calma das paixões, em tempos tranquillos, esperamos que os nossos mesmos detractores concordem connosco a esse respeito. No fundo de seus corações talvez já hoje muitos o reconhecem.

Mas a *Aurora Fluminense* tem sido arguida de contradictoria; tem-se notado que ella, combatendo as exagerações republicanas, pouco depois travára peleja contra as exagerações

monarchicas; será isto com effeito huma contradicção? Evitámos os dois extremos; e semelhante procedimento mostra que havemos trilhado o caminho medio, igualmente desviado de ambos elles. Não duvidamos contudo que, no decurso de oito annos, entre as agitações em que a patria esteve proxima a succumbir, a *Aurora Fluminense* tenha considerado sob diversos pontos de vista, as mesmas questões, e que na escola da experiencia aprendesse a reformar algumas de suas opiniões e doutrinas; mas o seu fim tem sido sempre o mesmo — a maior liberdade do paiz que for compativel com a ordem, — os seus principios politicos — os do Governo monarchico representativo, sem a aliga do elemento aristocratico. — Ella tem sido tambem taxada de parcialidade nos seus juizos, na maneira porque julgou as pessoas e os acontecimentos. Quem, que homem pôde ser isento de semelhante culpa? No trato commum, nas relações intimas da amizade, nas circumstancias ordinarias da vida somos impressionados mais ou menos, pelas prevenções, pelas sympathias, e os nossos juizos se ressentem dessa disposição do nosso espirito. O que diremos daquelles que se lanção no golphão tempestuozo das contestações politicas, em epochas dificeis e que tem de misturar-se na litta dos partidos? Exigir delles que nunca franquem a linha da imparcialidade, e que em todas as suas opiniões escriptas, ou de outro modo emitidas mantenhão a balança ouroso, seria exigir o impossivel. O bem publico mesmo obriga muitas vezes a callar algumas coisas e sem trahir a verdade, a dizer dos cidadãos que figurão sobre a scena politica, só aquillo que convém ao paiz. Mas se os nossos juizos, huma ou outra vez tem sido inexactos ou apaixonados, nunca, (e em voz alta o dizemos) nunca tivemos a intenção de calumniar ainda os nossos mais rancorozos inimigos; jamais descemos a lançar mão desse meio abominavel, e que nenhuma circumstancia justifica. Nas polemicas que contra a *Aurora Fluminense* se tem sustentado, a nossa vida privada, os nossos habitos externos, as nossas relações mais queridas forão dilaceradas por hum modo indigno e que não podia deixar de exacerbar o coração mais frio. Nunca pagamos na mesma moeda, e o recinto da casa do cidadão foi sempre para nós hum sanctuario que não era dado violar. E oxalá que por vezes, no cuidado da defesa propria, não tivéssemos sido arrastrado a pôr de parte os negocios publicos e as grandes questões sociais, para tratarmos da apologia da nossa condita e para retribuirmos a nossos detractores, apontando na carreira da sua existencia publica, os erros ou crimes com que se mancharão! Mas sirva-nos de escusa a perfidia mesma, o furor com que havemos sido attacado, a arte insidiosa pela qual, mistu-

rando-se mentiras e verdades, e confundindo-se tudo estudadamente, se procurou deshonrar-nos na opinião de nossos compatriotas, bem como a precisão em que nos vimos, de fazer apparecer em toda a sua luz, a perversidade dos calumniadores. Se demos a polemica maior espaço do que cumprira, se em varias occasiões, ella imprimio nos artigos da *Aurora Fluminense* huma côr de personalidade que aborrecemos, trabalhámos sempre para que essas mesmas discussões fossem expendidas verdades uteis e bons principios, e nos esmeámos em guardar linguagem decente, apesar das provocações ignobéis dos nossos adversarios. Infelizmente, não erão doutrinas e creença politica o que elles querião dilucidar, nem as opiniões da *Aurora* o que elles examinavão: tratava-se de abater, de ultrajar, de desconsidrar hum homem, importunò ás facções, porque o encontravão no seu caminho e elles retardava o passo. Em consequencia disso, as contestações entre a *Aurora Fluminense* e os seus antagonistas, tomárão a miudo hum aspecto que nos contristava, ainda achando desculpa na natureza das aggressões que se nos dirigirão.

Olhando os olhos pelo passado, e recordando o que nos diz respeito, nesses oito annos que correrão desde Dezembro de 1827, o redactor da *Aurora Fluminense* não tem a lembrar só contratempos, injustiças e agravos. O Publico, por mais de huma vez honrou o nosso jornal com benevolente acollimento, que poderão grangear-nos apenas bons desejos, e alguma coragem no desempenho da empreza começada. Elogios de muito preço para o coração bem formado, attenta a origem de que emanavão, vierão suavizar o amargor de tantas injurias, de tantos ultrajes, de tantas torturas moraes com que fomos atormentado. Nossos mesmos inimigos, occupando-se em varias epochas, quasi exclusivamente com a *Aurora Fluminense*, e attribuindo-lhe a mais vasta influencia, contribuíão para desfazer nos espiritos, a impressãõ que suas acerbas censuras podião ter feito nascer. Se a *Aurora Fluminense* fosse o que dizião; se ahi a moralidade, os principios, o decoro, a razão a cada passo se vissem pizadas a pés, impossível seria que exercesse alguma preponderancia e que achasse graça entre tantos de nossos concidadãos. Deixemos porém de parte essas disputas e fruições do amor próprio: não he pelos elogios ou pelas offensas que recebeu durante a sua existencia, que a *Aurora Fluminense* será julgada pela Razão approvada. Fez ella algum serviço ao paiz? Trabalhou com o seu acanhado contingente, na causa da ordem, e dos melhoramentos sociaes? Contribuiu com hum grão que fosse, para o depósito de ideas sans que o povo brasileiro e que constituem pouco a pouco a

educação nacional? = Certamente nós não podemos ser Juiz neste processo, não se o amor proprio de todo nos não engana cremo-nos habilitado para dizer que sim. Se havemos feito guerra ás exagerações de qual quer genero, se constantemente desaprovamos os excessos e a violencia, se alentamos com a nossa debil voz o homem industrio nas suas fadigas e trabalho, se repellimos as suggestões de hum patriotismo feroz, se procurámos anniquillar as phantazias da nobreza e da conquista, a *Aurora Fluminense* ganhou algum título, para que o julgamento do seu paiz, ppezadas todas as coisas, a final lhe seja favoravel. Ao menos fisonjeamo-nos com essa esperanza; e ella foi sempre para nós o mais firme apoio em qualquer contrariedade: Não que entendamos que temos sido livre de erro, ou que o nosso jornal pôde ser apresentado como modelo aos que houverem de escrever no Brazil. Deplorariamos a condição da nossa patria; se dentro de algum tempo, não avultasse ahi o numero dos que preencherão a tarefa, mais habilmente e melhor. Mas na epocha em que a *Aurora Fluminense* principiou a sua carreira, o exemplo que deo, talvez foi util, porque era menos commum que huma folha liberal deixasse de pender para os precipicios da democracia, e hum jornal da opposição para os excessos anarchicos. Sobre os motivos que podemos ter para acabar agora com a redacção do periodico que escrevemos, talvez não interessão elles ao Publico. Diremos contudo que não o teriamos feito, se julgássemos preciso ainda o sacrificio do nosso repouzo; e da paz e tranquillidade do nosso espirito, no afan de jornalista. Mas pareceo-nos que era chegada a epocha em que podiamos retirar-nos da arena, sem labéo para nós, e sem detrimento para a causa publica. As tentativas da restauração frustrárão-se com a morte de D. Pedro 1.º; os sonhos da republica esvaecem-se de todo; o homem da confiança da maioria da Nação está occupando a cupula do Edifício social, no segundo quatriennio da menoridade do Sr. D. Pedro 2.º; e huma notavel mudança que se opera nos espiritos, parece conduzir a população para os cuidados da paz, da industria, e dos melhoramentos. Os vottos do redactor da *Aurora Fluminense* estão pois em grande parte preenchidos, e o que resta a fazer, he mais obra do legislador do que do jornalista.

=O Redactor da *Aurora Fluminense*
Ecaristo Ferreira da Veiga.

Roga-se aos Srs. Assignantes da *Aurora Fluminense*, que ainda dexam a sua assignatura, o obsequio de mandarem pagá-la nesta Typographia, visto terem sido procurados varias vezes, para o mesmo fim, e não ter sido possível encontrá-los.

1800

St. Louis

Joseph Pierre de la Veiga

N. S. S.

de la Grande Pointe de St. Pierre

de la Grande Pointe

